

AS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS À LUZ DO CONSTRUTIVISMO SOCIAL: A NEGOCIAÇÃO DA ADESÃO DE ANGOLA À ZONA DE COMÉRCIO LIVRE DA SADC

Autor: José Abel Moma

Orientador: Professor Catedrático Doutor José Adelino Eufrásio de Campos Maltez

Coorientador: Professor Associado Doutor André de Oliveira João Sango

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Relações
Internacionais

Lisboa

2020

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT

AS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS À LUZ DO CONSTRUTIVISMO SOCIAL: A NEGOCIAÇÃO DA ADESÃO DE ANGOLA À ZONA DE COMÉRCIO LIVRE DA SADC

Autor: José Abel Moma

Orientador: Professor Catedrático Doutor José Adelino Eufrásio de Campos Maltez

Coorientador: Professor Associado Doutor André de Oliveira João Sango

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais

Constituição do Júri:

Presidente: Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana, Professor Catedrático e Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutor José Adelino Eufrásio de Campos Maltez, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de orientador;
- Doutor António Costa de Albuquerque de Sousa Lara, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;
- Doutora Maria João Militão Ferreira de Sousa Pereira, Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;
- Doutor Miguel César Domingos Bembe, Professor Associado da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto;
- Doutora Maria das Neves Ceita Batista de Sousa, Professora da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe.

Lisboa
2020

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	VI
LISTA DE FIGURAS E TABELAS	IX
AGRADECIMENTOS	X
RESUMO.....	XI
ABSTRACT	XII
INTRODUÇÃO	13
Justificativa e Relevância do Estudo	13
Questão e Objetivos da Pesquisa	15
Desenho da Pesquisa	15
Opções Metodológicas	16
Técnicas de Investigação	17
Limitações da Pesquisa.....	23
Argumento	24
PARTE I: O ESTUDO DAS NEGOCIAÇÕES E A PROPOSTA CONSTRUTIVISTA NA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	26
CAPÍTULO I: AS NEGOCIAÇÕES E A SUA ABORDAGEM ACADÉMICA	28
1.1. ELEMENTOS DE COMPREENSÃO DAS NEGOCIAÇÕES	29
1.2. O CASO DAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS.....	40
1.3. AS NEGOCIAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL	53
1.4. A POSSIBILIDADE E A PERTINÊNCIA DE UMA ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA	57
CAPÍTULO II: WENDT E A QUESTÃO CONSTRUTIVISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	64
2.1. A QUESTÃO CONSTRUTIVISTA DE WENDT.....	64
2.2. OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA PROPOSTA DE WENDT	70
2.3. A CENTRALIDADE DO ESTADO NUMA PERSPETIVA SISTÉMICA E A RELAÇÃO AGENTE E ESTRUTURA	75
2.4. A DIMENSÃO SOCIAL DAS IDENTIDADES E DOS INTERESSES	82
2.5. ABORDAGEM CRÍTICA À PROPOSTA DE WENDT	92

2.6. ELEMENTOS TEÓRICOS APLICÁVEIS AO ESTUDO	102
SÍNTESE CONCLUSIVA	110
PARTE II: AS DINÂMICAS DO REGIONALISMO NA ÁFRICA AUSTRAL.....	111
CAPITULO I: A SADC E O REGIONALISMO NA ÁFRICA AUSTRAL.....	112
1.1. O CONCEITO DE REGIONALISMO E A SUA EXPERIÊNCIA NA ÁFRICA AUSTRAL.....	112
1.2. DOS ELF À SADCC E A ÁFRICA DO SUL COMO FATOR CONTRA O QUAL SE EVIDENCIA O REGIONALISMO	119
1.3. A TRANSFORMAÇÃO DA SADCC EM SADC E A INSERÇÃO DA ÁFRICA DO SUL.....	122
1.4. A SADC NO ÂMBITO DO REGIONALISMO DA ÁFRICA AUSTRAL	127
CAPITULO II: O DIREITO DA NOVA ORDEM REGIONAL COMO CONTEXTO DE NEGOCIAÇÃO NA ÁFRICA AUSTRAL	136
2.1. A CONSTRUÇÃO DA NOVA ORDEM REGIONAL NA ÁFRICA AUSTRAL ..	136
2.2. OS TRATADOS NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS	139
2.3. A NEGOCIAÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E A SUA DIMENSÃO JURÍDICA.....	146
2.4. A ZCL-SADC E OS INSTRUMENTOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	150
SÍNTESE CONCLUSIVA	162
PARTE III: A NEGOCIAÇÃO DA ADESÃO DE ANGOLA À ZCL-SADC.....	163
CAPITULO I: O POSICIONAMENTO DE ANGOLA EM RELAÇÃO À ZCL-SADC	164
1.1. A POLÍTICA REGIONAL DE ANGOLA NA ÁFRICA AUSTRAL.....	164
1.2. O ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E PROGRAMÁTICO	177
1.3. O PROCESSO DE PREPARAÇÃO DA POSIÇÃO NEGOCIAL DE ANGOLA ...	182
1.4. A CARATERIZAÇÃO DA POSIÇÃO TÉCNICA NEGOCIAL DE ANGOLA	189
CAPÍTULO II: A TRIPLA DIMENSÃO DA NEGOCIAÇÃO REGIONAL E O CONTRIBUTO CONSTRUTIVISTA.....	196
2.1. A DIMENSÃO POLÍTICA	197
2.2. A DIMENSÃO TÉCNICA	205
2.3. A DIMENSÃO SOCIAL	209
2.4. O CONTRIBUTO CONSTRUTIVISTA SOCIAL NA COMPREENSÃO DA DIMENSÃO SOCIAL DAS NEGOCIAÇÕES REGIONAIS.....	214

SÍNTESE CONCLUSIVA	220
CONCLUSÕES.....	222
BIBLIOGRAFIA	227
ANEXOS:	260
Anexo n.º 01: Tratado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral	261
Anexo n.º 02: Protocolo de Trocas Comerciais da SADC	276

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHP - The Analytic Hierarchy Process
AMU – Arab Maghreb Union
ANC – African National Congress
ASEAN – Association of Southeast Asian Nations
BNT – Barreiras Não Tarifárias
BTC – Barreiras Técnicas ao Comércio
BTNA – Best Alternative to a Negotiated Agreement
CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central
CIEDS – Comité Inter-Estatal para a Defesa e Segurança
CIRGL – Conférence Internationale sur la Région des Grands Lacs
CMC – Comité dos Altos Funcionários para a Área do Comércio
COMESA – Common Market for Eastern and Southern Africa
CONSAS – Constellation of Southern African States
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EAC – East African Community
ECCAS – Economic Community of Central African States
ECOWAS – Economic Community of West African States
EFTA – European Free Trade Association
ELF – Estados da Linha da Frente
EUA – Estados Unidos da América
FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FNC – Fórum das Negociações sobre Comércio
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FTA – Free Trade Area
GATT – General Agreement on Tariffs and Trade
GI – Gabinete de Intercâmbio
GoA – Government of Angola

GTM – Grupo Técnico Multisectorial para Implementação do Protocolo de Comércio da SADC

GTMNIP – Grupo Técnico Multisectorial de Negociação e Implementação do Protocolo de Comércio da SADC

GTNIP – Grupo Técnico de Negociação e a Implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC

IANORQ – Instituto Angolano de Normalização e Qualidade

ICC – International Chamber of Commerce

IIASA – International Institute of Applied Systems Analysis

ITC – International Trade Commission

KAFTA – The Korea–Australia Free Trade Agreement

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NTBs – Non-Tariff Barriers

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OCPDS – Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança

OMC – Organização Mundial do Comércio

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIANG – Programa de Industrialização de Angola

PIB – Produto Interno Bruto

PIN - Process of International Negotiation

PoN – The Program on Negotiation

PoT – Protocolo on Trade

PRODESI – Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações

PTA – Preferential Trade Area

RDC – República Democrática do Congo

RdO – Regras de Origem

RECs – Regional Economic Communities

RISDMP – Regional Indicative Development Master Plan

RISDP – Regional Indicative Strategic Development Plan
SACU – Southern Africa Customs Union
SADC – Southern African Development Community
SADCC – Southern African Development Coordination Conference
SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SIPO – Strategic Indicative Plan for the Organ
SPA – SADC Programme of Action
SPS – Sanitary and Phytosanitary
SWAPO – South West Africa People’s Organization
TBT – Technical Barriers to Trade
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UE – União Europeia
UNCITRAL – United Nations Commission on International Trade Law
UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development
UNECA – United Nations Economic Commission for Africa
UNIDROIT – International Institute for the Unification of Private Law
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
UNTAG – United Nations Transition Assistance Group
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana
ZCL-SADC – Zona de Comércio Livre da SADC
ZCLCA – Zona de Comércio Livre Continental Africana.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura n.º 1: Órgãos da SADC	132
Tabela n.º 1: Categorias das Entrevistas	19
Tabela n.º 2: Caracterização dos Entrevistados	21
Tabela n.º 3: Emendas ao Tratado da SADC	130
Tabela n.º 4: Instrumentos Jurídicos da SADC	144
Tabela n.º 5: Quadro Analítico sobre a Adesão de Angola à ZCL-SADC	190

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Deus pela vida, pela saúde e por ter permitido a elaboração do presente trabalho, apesar das dificuldades encontradas.

Rendo-me, também, em forma de agradecimento, ao Professor Catedrático Doutor José Adelino Eufrásio de Campos Maltez, pela sábia orientação do presente estudo; ao Professor Doutor André de Oliveira João Sango, pela coorientação e presença solícita; ao Professor Doutor Manuel Meirinho Martins, pela atenção institucional ao desempenho de estudantes Africanos; ao Professor Heitor Romana, pela introdução às questões de geopolítica e geoestratégia; às Professoras Alice Donat Trindade e Isabel Soares, pelo apoio tutorial e compreensão na elaboração do projeto de tese; às Professoras Carla Margarida Guapo da Costa, Nuno Canas Mendes e Maria João Militão, pela crítica ao trabalho.

Os meus agradecimentos estendem-se, muito respeitosamente, aos Professores António de Sousa Lara, Manuel de Almeida Ribeiro, Raquel Cristina de Caria Patrício, Sandra Balão, Cláudia Vaz, e João Ricardo Catarino, pelo suporte académico; e aos distintos funcionários do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, pelo apoio administrativo.

A gratidão aqui expressa é extensiva à minha família, pela ausência consentida; aos colegas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, pela solidariedade académica; à direção do Instituto Superior João Paulo II da Universidade Católica de Angola e ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais, pelo apoio institucional.

RESUMO

O presente trabalho resulta de uma investigação de doutoramento sobre as negociações internacionais de âmbito regional, tendo como caso de estudo a adesão de Angola à Zona de Comércio Livre da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. No que concerne à dimensão teórica, exploramos a perspetiva construtivista social desenvolvida por Alexander Wendt, tendo em consideração a atenção dada à interação social como fundamental nas relações internacionais e aos fatores ideacionais como elementos constitutivos dos interesses dos Estados.

Adotando uma abordagem epistemológica interpretivista, o paradigma qualitativo, uma metodologia com acento analítico, descritivo e de compressão do processo na exploração das hipóteses sobre o caso em estudo; baseando-nos nas técnicas de exame documental e entrevistas semiestruturadas; chegamos à proposta de um modelo de análise da tripla dimensão das negociações regionais, compreendendo as coordenadas política, técnica e social. Para o efeito, esta última é explorada numa perspetiva construtivista.

Deste modo, concluímos que, considerando o papel histórico de Angola na construção do regionalismo na África Austral, a negociação da sua adesão à Zona de Comércio Livre da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral não depende apenas da dimensão política de regulação do poder nem exclusivamente da técnico-económica de racionalização dos recursos. Com efeito, existem fatores ideacionais, endógenos ao processo negocial, que influem na constituição dos interesses e refletem-se na posição negocial de Angola. Por conseguinte, as negociações regionais não implicam apenas factores materiais, porquanto envolvem uma estrutura social compartilhada que confere sentido ao estado de distribuição de poder na região e ao processo negocial, tendo como elemento fundamental a história de interação social entre as partes, a qual anima a busca de consensos, a flexibilidade no procedimento decisório, bem como a reformulação e a transformação das posições dos Estados.

Palavras-chave: África Austral; Construtivismo; Interação Social; Negociação Internacional; Regionalismo; Zona de Comércio Livre da SADC.

ABSTRACT

This study results from a doctoral research about the field of regional negotiations, taking the negotiation of Angola's adhesion to the Southern African Development Community Free Trade Area as a case of study. Exploring the social constructivist theory of international relations developed by Alexander Wendt, this study approaches the social interaction as fundamental and the ideational factors as constitutive of States' interests in international negotiations, especially at regional level.

Adopting an interpretative epistemological approach, a qualitative methodological paradigm, an analytical and descriptive approach of the process that explores hypotheses about the case under study; applying the techniques of document analysis and semi-structured interviews; this work came to the proposal of a constructivist analytical model of regional negotiations, which encompasses political, technical and social dimensions of the negotiations.

Thus, it concluded that, taking into account the historical role of Angola in the construction of regionalism in Southern Africa, the negotiation of Angolan adhesion to the Southern African Development Community Free Trade Area is not limited to the politics of regulating power nor to the economics of resources rationalization, since it also has to do with the ideational social factors, endogenous to the process of negotiation, which influence the constitution of interests and are reflected in the Angola's negotiating position. Therefore, regional negotiations do not only imply material factors, as they involve a shared social structure that gives meaning to the state of power distribution in the region and to the negotiation process, taking the history of social interaction between the parties as a fundamental element, which animates the search for consensus, the flexibility in decision-making, the reformulation and transformation of States' negotiating positions.

Keywords: Southern Africa; Constructivism; Social Interaction; International Negotiation, Regionalism; SADC Free Trade Area.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de tese de doutoramento em relações internacionais tem como objeto de estudo as negociações internacionais de âmbito regional compreendidas à luz da proposta construtivista social de Alexander Wendt. Com efeito, no contexto atual das relações internacionais, marcadas pela globalização dos desafios económicos, ecológicos, sociais e políticos tais como o desenvolvimento sustentável, as mudanças climáticas, as migrações internacionais e o terrorismo transnacional, existe a necessidade de uma maior concertação entre os atores internacionais, impondo, cada vez mais, o recurso às negociações.

Deste modo, as negociações afirmam-se em situações de prevenção, gestão e resolução de conflitos interpessoais, inter-organizacionais e internacionais. No que concerne às relações internacionais, as negociações apresentam-se como alternativas ao uso da força, como referenciado por Kremenyuk (2002). No contexto Africano, tem sido evidente a existência de situações de conflitos político-militares intraestatais e inter-estatais em que as negociações têm constituído o mecanismo de resolução pacífica de conflitos.

A via comercial não tem aplicação apenas para os conflitos político-militares (Santos, 2009). No âmbito da construção de blocos de integração regional, a negociação é um instrumento importante para a definição do tipo, passos e grau de integração, bem como da sua implementação. O mesmo acontece com a definição do roteiro de integração económica na África Austral que inclui a criação de uma zona de comércio livre.

Justificativa e Relevância do Estudo

Instituída em 1992, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community-SADC) é uma organização de cooperação política e integração económica constituída por 16 Estados; nomeadamente, África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Eswatini, Ilhas Maurícias, Lesoto, Madagáscar, Maláui, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

A SADC resultou de um processo histórico de institucionalização da cooperação dos países independentes da África Austral contra os regimes minoritários na região, através da organização dos Estados da Linha da Frente (ELF) que se transformou, na década de 1980, em Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) e evolui, em 1992, para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Estando previsto no Tratado de constituição da SADC a promoção da integração económica, os Estados-membros, assinaram em 1996, o Protocolo sobre Trocas Comerciais (*Protocol on Trade*) que entrou em vigor em 2000, e aprovaram, em 2003, o Plano Estratégico Indicativo para o Desenvolvimento da Região (*Regional Indicative Strategic Development Plan – RISDP*), com um cronograma de ações, prevendo a criação de uma Zona de Comércio Livre (ZCL), lançada em 2008. Contudo, alguns Estados, como Angola, adiaram a sua adesão à Zona.

Esse adiamento e o atual roteiro de adesão constituíram objeto de negociação de Angola com os seus pares na região, enquadrada numa história de conflitualidade e cooperação. Assim, no estudo da interação regional na África Austral é importante a dimensão histórica, porquanto ajuda a compreender os fundamentos do seu processo de regionalismo. Com efeito, a história comum de luta pelas independências e de libertação contra o jugo das minorias na África Austral é um fator de interação social que marca as relações dos Estados; pelo que, tem influência nos processos negociais que aí se realizam.

A história de Angola, enquanto Estado independente, está estritamente ligada ao processo evolutivo da SADC. Assim, considerando a sua situação geográfica e económica na África Austral, o seu historial de conflitualidade e cooperação na região, e o seu posicionamento político, a adesão de Angola à ZCL-SADC apresenta um desafio não apenas de tomada de decisão como também de negociação, porquanto, para Angola, a questão não se coloca apenas em termos de adesão, mas sobretudo das suas consequências sócio-internacionais na região.

As pesquisas publicadas sobre a questão da adesão de Angola à ZCL-SADC têm sido predominantemente de abordagem económica, como se pode constatar das análises de autores como Rocha (2015). Ora, essas investigações, predominantemente económicas, concentram-se na apresentação e análise da posição do Estado Angolano numa perspetiva reivindicativa, racionalista, baseada no cálculo das perdas e ganhos da sua adesão à ZCL-SADC. Assim, descuram o processo de interação social, doméstico e regional que está por detrás da posição negocial de Angola.

O contexto ora apresentado aponta para a compreensão das negociações internacionais de âmbito regional enquanto um processo em que a gestão de relações é importante e formatada pela interação social e histórica dos atores, a qual é endógena à própria negociação. Assim, no presente trabalho, compreendemos as negociações regionais como o processo de comunicação

e diálogo entre Estados da mesma região com vista a transformar em acordos as suas posições divergentes ou conflituosas.

Questão e Objetivos da Pesquisa

A presente tese parte da seguinte questão de pesquisa: qual o poder explicativo do construtivismo social de Wendt na compreensão da negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC? Com esta questão pretende-se compreender se a identidade e os interesses do Estado Angolano, corporizados na posição negocial de adiamento da sua adesão à ZCL-SADC, resultam de fatores endógenos à sua interação histórica e social com os outros Estados-membros da SADC e, portanto, do próprio processo negocial.

Assim, esta pesquisa visa o seguinte objetivo geral: estudar a possibilidade de o construtivismo social explicar a negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC. Especificamente, pretende-se alcançar os seguintes objetivos: examinar as principais abordagens analítico-teóricas sobre as negociações; explorar as possibilidades da aplicação do construtivismo de Wendt na compreensão das negociações internacionais de âmbito regional; caracterizar a posição negocial de Angola em relação à ZCL-SADC; propor um modelo de análise das negociações regionais compreendendo as dimensões política, técnica e social; explicar, a partir do construtivismo social, a dimensão endógena regional da interação social e histórica dos interesses, corporizados na posição negocial do Estado Angolano.

Desenho da Pesquisa

Do ponto de vista epistemológico, o presente trabalho opta por uma perspetiva interpretivista, porquanto entendemos que as negociações, enquanto realidade social, são essencialmente diferentes dos fenómenos naturais. Portanto, sendo a realidade social provida de sentido, as negociações devem ser abordadas fundamentalmente pela interpretação das ações humanas e do significado que transmitem para o investigador, considerando o contexto da sua manifestação, como afirmaria Bryman (2008).

No que concerne à metodologia, observamos com Carnevale e De Dreu (2006, p. 1) que não existe uma abordagem metodológica única quando se trata do estudo das negociações: “there is no one best way, no one best plan, no single orderly arrangement that best produces understanding about negotiaton”. Para além do estudo das negociações ser objeto de diferentes abordagens metodológicas, a própria perspetiva construtivista é também plural, do

ponto de vista metodológico, apesar da afirmação de alguns elementos comuns em termos de visão ontológica. Como realçado por Jackson (2009, p. 176), os autores que exploram o construtivismo geralmente empregam uma variedade de métodos, integrando, entre outros, “ethnographic and interpretive techniques; discursive and genealogical methods; historical and comparative approaches; and large-n quantitative studies and computer simulations”. Assim, adotando a perspectiva teórico-social construtivista, optamos por um caminho científico que, não descartando as outras possibilidades e olhando para as contingências das generalizações, privilegia o estudo de caso, considerado como “a antropologia política em ação” (Lara, 2017, p. 23).

Opções Metodológicas

No que tange às opções metodológicas, impõe-se a escolha, tendo em consideração o objeto de estudo. Por conseguinte, o paradigma metodológico que aplicamos é qualitativo, na medida em que estamos interessados em revelar e interpretar o caso em estudo assim como o sentido que os agentes dão à sua ação, em um contexto próprio. Deste modo, os dados quantitativos que obtivemos não tiveram importância numérica em si, mas foram sobretudo ilustrativos e analisados como subsídios para uma interpretação adequada do sentido que os atores sociais conferem à sua realidade.

Esta opção pela abordagem qualitativa, aberta aos dados quantitativos, é também informada pela perspectiva de Hopmann (2002) que analisa as vantagens e desvantagens tanto dos métodos quantitativos como dos qualitativos no estudo das negociações internacionais. Com efeito, para o autor, o surgimento de novas metodologias deve-se, em parte, às mudanças de paradigmas e de estratégias investigativas, concluindo que a análise sistemática em grande escala das negociações internacionais pode ser melhor feita numa perspectiva interdisciplinar, engajando especialistas de diversas áreas de conhecimento, implicando grupos numerosos de investigadores.

Portanto, adotamos uma abordagem metodológica que privilegia a descrição e a compreensão de processos, deduzindo o sentido dado pelos atores à sua própria realidade, dentro de uma perspectiva teórica geral construtivista, para a interpretação de elementos das negociações internacionais regionais pouco explorados por outras tradições teóricas, no sentido de levantar hipóteses explicativas sobre o caso do processo de adesão de Angola à ZCL-SADC,

porquanto, como referido por Lara (2015, p. 130), no estudo de caso “trata-se, normalmente, de um estudo exploratório que visa levantar hipótese para futuros estudos”.

Técnicas de Investigação

Em relação às técnicas de investigação, embora existam diversas possibilidades, elas devem adequar-se e harmonizar-se com as opções metodológicas gerais feitas e, em concreto, com a realidade a estudar. Se, por exemplo, no estudo das negociações internacionais, Druckman (2002) explora a análise de conteúdo, como consequência de estudos de índole histórica, examinando os dados com técnicas quantitativas; no caso por nós abordado, e tendo em conta os pressupostos epistemológicos e de metodologia de abordagem enunciados, optamos pela recolha de informações, tendo adotado uma investigação que privilegiou a análise documental e o recurso às entrevistas semiestruturadas.

Pesquisa Documental

Considerando as especificidades dos elementos em estudo, num primeiro plano, utilizámos a técnica de análise documental, recorrendo às fontes bibliográficas sobre a teoria construtivista e sobre a literatura concernente aos fenómenos de negociação e sobre o caso em estudo. Procedemos ao cruzamento das fontes documentais oficiais sobre a negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC, tais como relatórios, comunicados, declarações, depoimentos e entrevistas publicadas pelos meios de comunicação social. Desta forma, a análise documental dos textos incidia sobre as dimensões do conteúdo e do contexto.

Na compreensão do contexto histórico regional e da sua influência na negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC, fizemos, também, recurso à análise de discurso, no sentido proposto por Putnam (2010), porquanto ela permitiu estudar o processo através do qual o discurso formata a interpretação e o entendimento dos negociadores sobre a sua identidade, interesse e mesmo interação. Deste modo, propusemo-nos, pela análise dos discursos oficiais, entender a construção de significados sobre o processo negocial na sua dimensão política, técnica e social.

Entrevistas Semiestruturadas

Ainda no concernente às técnicas de investigação, tivemos como instrumento principal de recolha de informação sobre a negociação em estudo as entrevistas semiestruturadas aplicadas a alguns dos principais intervenientes. A escolha desse instrumento justificou-se, porquanto

pretendemos captar ao mesmo tempo a riqueza das percepções dos entrevistados e examinar as suas respostas de forma cruzada, uma vantagem também observada por Winham (1979).

As entrevistas tiveram em conta a informação e o conhecimento dos entrevistados sobre as seguintes dimensões: a visão estratégica, a análise estrutural e a interação entre os atores. Embora o presente estudo concentra-se na última dimensão, as outras permitiram ter uma visão holística sobre o fenómeno em estudo. Com efeito, introduzindo o livro sobre negociações internacionais na perspetiva dos atores, estrutura, processos e valores, Zartman (1999) já fazia um exercício de articulação dessas dimensões das negociações internacionais, demonstrando que elas constituem os elementos essenciais para uma abordagem analítica das negociações internacionais marcadas pelo aspeto da identidade cultural.

A Construção do Guião de Entrevistas

Na construção do guião de entrevistas semiestruturadas baseamo-nos nas questões específicas da presente pesquisa, na literatura sobre as negociações internacionais e as relações regionais. Para além disso, o guião contou com uma análise prévia das declarações dos Ministros das Relações Exteriores e do Planeamento da República de Angola à imprensa sobre o processo da adesão de Angola à ZCL-SADC, num período de nove anos (desde o lançamento da zona, 2008, à 2017). Com efeito, nestas declarações oficiais encontramos alguns elementos comuns, os quais resumem-se, por um lado, na manifestação do receio de entrar numa relação competitiva desigual e, por outro, na opção pelo risco do engajamento com os outros Estados na região, afirmando-se, deste modo, a necessidade de preservar uma plataforma regional cooperativa. Pelo que, apesar do foco da investigação ser a dimensão da interação, compreendida no processo negocial, tornou-se importante ter uma visão ampla sobre o contexto e contornos da negociação, através de outras dimensões. Assim, definimos as seguintes categorias como eixos das entrevistas: estrutura, análise estratégica, elementos do processo, atores e avaliação.

Tabela nº 1: Categorias das Entrevistas (Continua)

Categoria	Código	Subcódigo	Objetivos	Perguntas / Tópicos	Nº da Pergunta
I. Estrutura da Negociação	Es	Es-FR	I.1. Fatores Estruturais Regionais. Descrever-se-ão aqui os elementos estruturais de <i>poder, conhecimento, normas e posicionamento dos Estados na região</i> e como têm influenciado a posição negocial de Angola.	Que elementos estruturais da região têm influenciado a posição negocial de Angola em relação a sua adesão à ZCL-SADC?	1
		Es-FG	I.2. Fatores Estruturais Globais. Examinar-se-ão os elementos estruturais da política internacional que condicionam a posição de Angola.	Que elementos estruturais globais entram em jogo na formação da posição negocial de Angola?	2
		Es-FI	I.3. Fatores Estruturais Internos. Analisar-se-ão nesta sub-dimensão os condicionamentos internos, sobretudo <i>poder e conhecimento</i> , que limitam e potenciam a efetiva integração económica de Angola na região Austral	Na sua perspetiva, que fatores internos de política, economia e de segurança em Angola têm influenciado a posição negocial de Angola?	3
II. Análise Estratégica da Negociação	E	E-FF	II.1. Forças e Fraquezas Identificadas por Angola. Procurar-se-á refletir sobre as duas primeiras dimensões de uma análise estratégica, aplicada à política regional de Angola	Que tipo de informação esteve disponível e foi utilizada para formar a posição negocial de Angola?	4
		E-OA	II.2. Oportunidades e Ameaças Reconhecidas. Tentar-se-á encontrar elementos económicos e de segurança que influenciam e informam a posição de Angola em relação a sua adesão à ZCL-SADC.	Que percepções e expectativas determinaram a posição de Angola?	5
		E-CI	II. 3. Consultações Internas Preparativas. Objectiva-se caracterizar o tipo de discussão interna (consultações políticas e debates) que tem sido feita em torno da adesão de Angola à ZCL-SADC.	Como caracteriza as negociações internas prévias?	6
III. Processo Negocial	P	P-PN	III.1. Posição Negocial Apresentada Inicialmente por Angola. Tentar-se-á caracterizar, de forma pormenorizada, a posição negocial de Angola, definida internamente, e como tem disso apresentada regionalmente.	Qual a posição inicial de Angola e que objetivos tem definido?	7

		P-EP	III.2. Evolução da Posição de Angola. Descrever-se-á a evolução da posição de Angola em relação a sua adesão à ZCL-SADC, concretamente, os critérios para a definição dos adiamentos.	Como caracteriza a evolução da posição negocial de Angola?	8
		P-RP	II.3. Relacionamento entre as Partes da Negociação. Tratar-se-á de descrever o relacionamento entre os Estados, do ponto de vista social e histórico, e a interação entre os seus representantes.	Como caracteriza a interação entre os Estados parte do Protocolo de Trocas Comerciais da SADC?	9
IV. Atores da Negociação	A	A-CA	IV.1. Caracterização dos Atores. Suscitar-se-á uma reflexão sobre as características principais identificáveis dos negociadores e as expectativas que têm manifestado sobre o processo negocial.	Como descreve os atores envolvidos e que expectativas têm manifestado?	10
V. Avaliação da Negociação	Av	Av-NDR	V.1. Relação entre Negociação Doméstica e Regional Tratar-se-á de compreender a relação entre a negociação interna e a negociação regional no sentido da sua influência mútua e reformulação da posição de Angola no concernente a sua adesão à ZCL-SADC.	Que relação existe entre a negociação interna (doméstica) e externa (na SADC) sobre a adesão de Angola?	11
		Av-ISH	V.2. A Interação Social e Histórica dos Estados. Levantar-se-á uma reflexão em torno dos elementos históricos e de interação social dos Estados e das elites políticas da região que influenciam nas negociações sobre o caso em estudo.	Pensa que a interação social e histórica dos Estados tem influenciado na negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC?	12
				As estruturas de organização da SADC podem ser consideradas como elementos de socialização regional dos Estados?	13

Caraterização dos Entrevistados e Realização das Entrevistas

A escolha dos informantes esteve baseada no princípio da representatividade dos atores envolvidos. Do Governo de Angola, foram selecionadas as entidades ligadas aos sectores das Relações Exteriores, do Comércio, do Planeamento, e da Indústria, assim como do Secretariado Nacional da SADC. Da parte do Secretariado Executivo da SADC, manifestou-se importante obter a perspetiva que a organização tem sobre a posição de Angola e a sua evolução a partir de funcionários seniores da organização familiarizados com o processo. Estas entrevistas permitiram alargar qualitativamente o entendimento sobre caso em estudo.

As entrevistas foram aplicadas individualmente. Todavia, houve uma entrevista conjunta, por solicitação dos entrevistados, que pertenciam ao mesmo departamento ministerial, tendo os dois participado ativamente durante a sessão. O entrevistado E 5 solicitou que as perguntas lhe fossem enviadas por correio electrónico e preferiu respondê-las, pela mesma via, tendo, no entanto, manifestado a disponibilidade em esclarecer o conteúdo das suas respostas.

As entrevistas tiveram uma duração média de 45 minutos. A maior parte das entrevistas foram gravadas e transcritas. Todavia, três não foram gravadas, por solicitação dos entrevistados, tendo delas sido elaborado um memorando, com as principais declarações. Os entrevistados foram codificados conforme se apresenta na tabela n.º 2. A ordem de apresentação dos entrevistados obedece à perspetiva cronológica; pelo que, o primeiro entrevistado foi o E1 e o último, o E 9.

Tabela n.º 2: Caracterização dos Entrevistados (Continua)

Entrevistado	Género	Função ocupada relevante para estudo	Condições de aceitação da entrevista	Disposição	Local da entrevista	Meios usados na entrevista	Data da entrevista	Duração da entrevista
E 1	F	Secretário Nacional da SADC	Aceitação da entrevista sem nenhuma condição.	À vontade e com interesse manifesto em dar todo o apoio para o sucesso da investigação.	Gabinete do Secretário Nacional da SADC (Luanda)	Guião da Entrevista e bloco de anotações.	10.01 .2017	50 m
E 2	M	Diretor do Gabinete da SADC do Ministério das Relações Exteriores de Angola	Aceitação da entrevista de boa vontade, condicionando que o conteúdo da mesma fosse utilizado apenas para a tese.	À vontade e com muito interesse em apoiar a investigação.	Gabinete do Diretor no Ministério das Relações Exteriores (Luanda)	Guião de Entrevista, Gravador de som e bloco de anotações.	07.11 .2017	01 h
E 3	M	Ministro das Relações Exteriores da República de Angola	Aceitação da entrevista com muito entusiasmo, embora tenha alertado que alguns assuntos abordados eram sensíveis.	Muito à vontade e demonstrou interesse em colaborar na investigação.	Residência do Entrevistado (Luanda)	Guião da Entrevista e bloco de anotações.	21.03 .2018	40 m

E 4	M	Ministro das Relações Exteriores da República de Angola	Aceitação da entrevista sem nenhuma condição e muita disponibilidade em colaborar para a investigação.	Muito à vontade e demonstrou interesse em colaborar na investigação.	Hotel Alvalade (Luanda)	Guião da entrevista, gravador de som e bloco de anotações.	15.06.2018	42 m
E 5	M	Diretor para o Desenvolvimento industrial e Comércio da SADC	Respondeu as perguntas, por orientação da Secretária Executiva da SADC, à quem contactámos previamente, por duas ocasiões, via email.	As respostas foram enviadas por email. Todavia, manifestou boa vontade em colaborar com a investigação.	Respostas dadas a partir do Secretariado Executivo da SADC, Gaborone (Botsuana)	Guião de Entrevista	04.09.18	–
E 6	M	Diretor do Gabinete de Intercâmbio Internacional do Ministério do Comércio	Aceitação da entrevista com algumas dificuldades burocráticas para sua realização.	À vontade (Entrevista conjunta com o E7).	Gabinete do Diretor do Intercâmbio Internacional do Ministério do Comércio (Luanda)	Guião da Entrevista e bloco de anotações.	03.08.2018	44 m
E 7	M	Diretor Nacional do Comércio Externo do Ministério do Comércio	Convidado pelo E6 para a entrevista e aceitação favorável.	À vontade (Entrevista conjunta com o E6).	Gabinete do Diretor do Intercâmbio Internacional do Ministério do Comércio (Luanda)	Guião da Entrevista e bloco de anotações.	03.08.2018	44 m
E 8	M	Presidente de Associação Empresarial	Aceitação da entrevista, mas com muitos empasses, do ponto de vista burocrático, para a sua efetivação.	À vontade.	Sede da Associação (Luanda)	Guião da Entrevista, Gravador de som e bloco de anotações.	13.06.2019	23 m
E 9	M	Secretário Adjunto da SADC para a integração Regional	Aceitação sem empasses. Todavia, a entrevista foi sendo adiada por algumas ocasiões.	À vontade e com a manifestação de colaborar no sucesso da investigação.	Hotel Béu-Mar (Luanda)	Guião da Entrevista e bloco de anotações.	30.06.2019	37 m

Análise e Interpretação das Informações

Para o tratamento dos dados e das informações obtidas, optamos por um procedimento que privilegiou a análise de conteúdo das entrevistas, situando-as no contexto apresentado diretamente pelos entrevistados ou descortinados pelo investigador através de indicadores

históricos e situacionais próprios do caso em estudo. Ademais, estivemos atentos à frequência de ocorrência de relatos e interpretações sobre os casos e acontecimentos descritos assim como à justificação tanto oficial como oficiosa sobre a realidade vivida ou observada pelos entrevistados.

Neste sentido, a técnica de análise de conteúdo que utilizamos configurou-se numa conjugação de descrição analítica, categorizando as informações de acordo com as interpretações que despoletavam, à luz de elementos teóricos recuperados da perspetiva construtivista, explorando as explicações com possível carácter heurístico.

Limitações da Pesquisa

Sendo o trabalho de investigação uma tarefa realizada em determinado contexto, não é imune às circunstâncias que o envolvem e o marcam, no tempo e no lugar; às condições da sua realização; bem como às formas de manifestação do fenómeno em estudo. Neste sentido, uma das primeiras dificuldades encontradas na presente investigação consistiu no desafio de lidar com um objeto de estudo de certa forma marcado pela sombra do segredo. Embora este seja um fator de obstáculo que os estudos em política sempre devem considerar, no caso das negociações internacionais, tivemos em conta que, como recorda Magalhães (2013, 105), “as discussões entre diplomatas podem não ser reveladas, mas alguma coisa acerca dos pedidos básicos e das ofertas pode ser conhecido a fim de estimular pressões domésticas para modificar as posições governamentais”. Com efeito, no caso em estudo, os elementos destas revelações parciais foram confirmados pelas diversas declarações dos atores envolvidos na negociação aos meios de comunicação social e pelas entrevistas realizadas no âmbito do presente estudo. Por outro lado, os acordos alcançados em certas dimensões das negociações, sobretudo, na dimensão política, tornaram o processo mais aberto à investigação.

Contudo, esta dificuldade foi sobretudo ultrapassada pelo facto de entrevistarmos intervenientes cuja maior parte já não está diretamente envolvida no processo. Aos outros, que ainda estão engajados no processo de negociação, foi garantido que a informação disponibilizada serviria apenas para efeitos da presente investigação científica e, se assim o desejassem, a sua identidade não seria revelada.

Finalmente, apesar de contarmos com a visão da SADC sobre a posição de Angola em relação a sua adesão à ZCL-SADC, por meio de questões colocadas a alguns funcionários seniores da organização; a investigação poderia ser enriquecida com a recolha de informação, por meio de

entrevistas à informantes de cada Estado-membro da organização sobre o processo. Porém, tendo em conta que o foco-sujeito da pesquisa é a parte angolana, esta limitação foi compensada com o recurso à análise documental, baseada na bibliografia e outros recursos disponíveis que nos permitiram confirmar os elementos de contexto no qual a posição negocial de Angola foi-se formando e evoluindo.

Argumento

Com os pressupostos metodológicos apresentados, o argumento explorado no presente trabalho teve em conta que o sucessivo adiamento da adesão de Angola à ZCL-SADC indica que as posições negociais dos Estados não são previamente definidas e definitivas; formam-se, conformam-se e reformam-se na interação das partes. A definição da política externa dos Estados assim como do sistema de negociações regionais resultam de uma interação social, não estranha à própria negociação, através da qual se formam as identidades e os interesses.

Por conseguinte, é limitada a análise das negociações internacionais de âmbito regional que se confina nas dimensões política de regulação do poder e técnico-económica de racionalização dos recursos do sistema regional. Com efeito, torna-se necessário compreender a dimensão social de interação e relacionamento histórico dos Estados no seu contexto regional. A posição dos Estados nas negociações regionais, no âmbito de organizações como a SADC, alimenta-se da sua interação social com os outros e do capital histórico nele constituído. Assim, o estudo permitiu adotar um modelo de análise das negociações regionais numa tripla dimensão, tendo em consideração tanto o eixo político, como o técnico e o social.

A partir do paradigma metodológico qualitativo, através de uma abordagem metodológica dedutiva, focalizada no contributo da teoria construtivista social de Wendt, aplicando as técnicas de análise documental e entrevistas semiestruturadas, esboçamos o caminho que nos levou à compreensão dos fatores endógenos de interação social, no processo de regionalismo, que explicam a posição negocial de Angola em relação à ZCL-SADC.

A perspetiva de investigação adotada não assenta em fundamentalismo teórico nem metodológico. Aliás, no interior das perspetivas teóricas existe sempre espaço para o que Lara (2017, p. 24) considera de contraditório interno, gerador de “oposições sistémicas ou alternativas modelares”. Assim, olhando para o objeto de estudo, considerando os avanços aportados por outras abordagens, pretendemos contribuir, com uma intencionalidade heurística, para a compreensão de alguns aspetos das negociações internacionais às vezes

descurados, tendo como caso de estudo a adesão de Angola à ZCL-SADC. Adotamos o construtivismo para o estudo das negociações regionais, não no sentido de competir com as outras abordagens, mas de complementar e confirmar algumas perspetivas teóricas e analíticas sobre as negociações que não recorreram necessariamente às teorias das relações internacionais e especificamente ao construtivismo social.

Com efeito, como frisado por Finnemore e Sikkink (1998), não é taxativa a oposição entre racionalistas e construtivistas no que concerne à confluência das normas e das escolhas racionais na política internacional, sobretudo quando se trata da questão da ‘construção social estratégica’. A racionalidade não pode ser separada da dimensão da estrutura social e do contexto normativo regulativo e constitutivo. A ênfase dada a uma dessas dimensões depende da questão e do objeto de pesquisa. Neste sentido, para o presente trabalho, acolhe-se a ideia segundo a qual a dimensão estratégica das negociações, muito explorada pela literatura, não pode estar separada do processo de construção social da posição negocial dos Estados, refletido, no caso de negociações regionais, nas dinâmicas da construção e consolidação do regionalismo.

Considerando os pressupostos enunciados na presente proposta, estudamos as negociações regionais, tendo como eixo principal de explicação o construtivismo social. Com efeito, escrutinando um modelo de tripla dimensão das negociações regionais, a presente proposta pretende contribuir para a compreensão das negociações internacionais de âmbito regional, tendo como foco de estudo a formação das identidades e dos interesses na interação social dos atores da negociação. Deste modo, escolhendo como caso de estudo a adesão de Angola à ZCL-SADC, olhamos para o contributo do construtivismo social na compreensão das interações sociais e históricas que influenciam as posições dos Estados nos processos negociais.

PARTE I: O ESTUDO DAS NEGOCIAÇÕES E A PROPOSTA CONSTRUTIVISTA NA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As negociações internacionais constituem uma temática importante da disciplina de relações internacionais. Como observado por Odell (2009, p. 273), “negotiation between States remains one of the most central recurring processes of international relations”. No entanto, poucos estudos têm sido dedicados à compreensão e explicação das negociações a partir das teorias das relações internacionais. Esta observação é também feita por Kremenjuk (2002, p. xvii) nos seguintes termos: “even international relations has taken off on theoretical forays of its own with little attention to the basic ingredient of negotiation”. Do mesmo modo, Odell e Tingley (2013, p. 144) sublinham o seguinte nos seus estudos sobre negociações no âmbito das ciências políticas: “International negotiation has been one of the most pervasive processes in world politics (...), yet it has been the subject of far less political science research than other aspects of international relations, such as war and international institutions”. Historicamente, os estudos sobre as negociações buscaram maioritariamente uma fundamentação teórica do tipo racionalista, fruto do ambiente académico epistemológico em que se desenvolveram, enquanto área de investigação, conforme explicitado pelos trabalhos de autores como Winham (1979), Niemann (2006) e Odell (2006).

Conjugada à observação acima apresentada, constata-se que os estudos sobre as negociações internacionais têm sido profícuos na sua perspetiva interdisciplinar, como o demonstram as publicações do projeto Process of International Negotiation – PIN. Contudo, embora tenham como objeto de estudo as negociações internacionais, essas abordagens exploram pouco as teorias das relações internacionais. As suas perspetivas tendem a concentrar-se na descrição e prescrição de processos, como apontado por Raiffa (1982), ou se limitam à análise observacional, focalizando-se em aspetos estruturais, estratégicos, comportamentais e integrativos, tal como notado por Zartman (1993).

Apesar da realidade acima descrita, estudos como os de Dinar (2000), Niemann (2006), Earnest (2008), Odell (2009), Odell e Tingley (2013), e Faizullaev (2014) demonstram maior preocupação pela exploração das teorias das relações internacionais para compreender, explicar e prever fenómenos negociais de dimensão internacional. Contudo, a análise da literatura sobre as negociações internacionais apresenta certa exiguidade de estudos sistemáticos que abordam esta temática do ponto de vista da perspetiva teórica construtivista social para compreender as negociações regionais.

Assim, nesta primeira parte da nossa pesquisa, começaremos por explorar as diversas pesquisas sobre as negociações, no sentido geral, do ponto de vista teórico e prático; em seguida, analisaremos, de forma particular, o caso das negociações internacionais, incluindo as abordagens africanas sobre o assunto; e, numa terceira fase, olharemos, de maneira especial, para os trabalhos focalizados nas negociações sobre o comércio internacional.

CAPÍTULO I: AS NEGOCIAÇÕES E A SUA ABORDAGEM ACADÉMICA

A abordagem académica sobre as negociações tem despertado o interesse de diversos ramos do saber, entre os quais o Direito, a Psicologia, as Ciências de Comunicação, a Gestão, e a Ciência Política, tendo em conta a própria da natureza da realidade negocial. Como declarado por Kremenjuk (2002, p. xiii), “the best way to advance research [about negotiations] lies in interdisciplinary cross-fertilization”.

Nesta perspetiva de observação da interdisciplinaridade do estudo das negociações, Faure, Mermet, Touzard e Dupont (1998, pp. 178-179) afirmam que “la recherche sur la négociation nécessite, en complément, d’autres regards sur les systèmes d’action où ele se déploie (...). [I]l faut accepter la complémentarité des points de vue disciplinaires”. No mesmo sentido, Thompson (2006) nota que a comunidade que se dedica aos estudos sobre negociação é, geralmente, aberta, porquanto novas ideias e abordagens iluminam cada vez mais a compreensão deste fenómeno tão importante nas relações humanas e dos Estados.

Assim, no âmbito dos diversos estudos sobre as negociações que partem de diferentes conceções disciplinares académicas, podemos apontar com particular atenção algumas iniciativas que têm influenciado a literatura sobre as negociações. A primeira é da Escola de Direito de Harvard que promoveu o programa de negociação, *The Program on Negotiation (PON)*. Fundado em 1983, como um projeto de pesquisa, o Programa de Negociação da Escola de Direito de Harvard é um consórcio universitário dedicado ao desenvolvimento da teoria e prática de negociação. Esta iniciativa compromete-se em desenvolver a teoria e a prática da negociação, através de pesquisas, seminários, cursos, conferências, publicações e eventos especiais.

A outra iniciativa interdisciplinar, que domina os estudos sobre as negociações internacionais, é o programa de *Processos de Negociação Internacional – Process of International Negotiation (PIN)*. Este é um programa do *International Institute of Applied Systems Analysis (IIASA)*, instituto, que, depois da guerra-fria, criou um mecanismo para unir os intelectuais do ocidente e do leste em torno de pesquisas sobre sistemas aplicados. Assim, o programa é constituído por um grupo de académicos e profissionais que promovem e realizam pesquisas sobre um amplo espectro de tópicos relacionados à negociação internacional enquanto processo.

Outra iniciativa que muito tem contribuído para o estudo sobre as negociações é o Programa de Gestão de Conflitos da Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade de John Hopkins. Este tem como foco principal o estudo das negociações e apoia a publicação da revista *International Negotiation*, promove debates sobre o assunto, assim como outras iniciativas de instrumentos de política na resolução de conflitos. Um dos grandes expoentes dessa Escola é o Professor Emérito Ira William Zartman.

Embora as negociações internacionais sejam o objeto do presente estudo, elas não estão desassociadas da literatura sobre as negociações no geral, porquanto, apesar da sua dimensão internacional, as negociações internacionais têm uma forte base da literatura sobre as negociações em geral. Assim, embora a presente revisão da literatura focalize-se nas negociações internacionais, tendo os Estados como atores principais, não deixamos de fora as teorias e análises gerais sobre as negociações, independentemente de serem de âmbito interpessoal ou inter-organizacional. Com efeito, o contributo dos estudos nestes domínios ajudará a melhor compreender e identificar a pertinência do construtivismo social no entendimento das negociações internacionais de âmbito regional, especialmente no caso em estudo sobre a adesão de Angola à ZCL-SADC.

1.1. ELEMENTOS DE COMPREENSÃO DAS NEGOCIAÇÕES

Em conformidade com a opção tomada de olhar para as negociações internacionais tendo em consideração a literatura sobre as negociações no geral, começaremos por abordar os estudos feitos sobre o assunto na sua aceção geral, para de seguida concentrarmo-nos na questão específica da literatura sobre as negociações internacionais. Como observado por Odell (2009), o pensamento sobre o fenómeno das negociações baseia-se numa tradição multidisciplinar que remonta à década de 1960.

Todavia, embora Odell (2009) aponte para essa década, no sentido da exploração da dimensão multidisciplinar dos estudos sobre negociações, a abordagem académica desta realidade é geralmente identificada com os finais da década de 1940 e início da 1950, quando começam a desenvolver-se pesquisas económicas ligadas à teoria dos jogos e à maximização de ganhos, como observado por Thompson (2006). Do mesmo modo, Kremenjuk (2002) chama atenção ao facto de, nos primórdios do seu estudo académico, as negociações estavam limitadas aos contributos de Callières, Nicholson e outros, sendo que, a partir de 1960 começam a surgir trabalhos mais sistemáticos e analíticos sobre as negociações.

Neste âmbito, Zartman (2008) observa que, apesar das negociações serem uma realidade tão antiga quanto a interação humana entre si e com Deus, o seu estudo analítico, como processo, é recente, remontando à década de 1930, com trabalhos de Zeuthen (1930), seguido de Nash (1950); pesquisas seminais que, mesmo não se focalizando nas negociações propriamente ditas, criaram modelos através dos quais se pode analisar os processos de interação cooperativa e conflituosa. Estes estudos encontram versões mais sistematizadas para a sua aplicação às negociações, abordadas analiticamente como processos, com os trabalhos de Iklé (1964), Walton e Mckersie (1965), Schelling (1980) e Axerold (1984). Com efeito, embora conservassem uma índole prescritiva, os estudos destes autores passaram para uma dimensão não mais ancorada nos relatos históricos e diplomáticos.

Contudo, para melhor situarmos historicamente os estudos sobre as negociações, é importante examinar o termo negociação em si, fazendo recurso aos elementos de sua origem, do ponto de vista linguístico. Com efeito, o termo português “negociação”, assim como o seu correspondente inglês “negotiation” ou o francês “négociation” e o espanhol “negociacion” encontram a sua etimologia no verbo latino *negotiarī*, que significa *fazer negócios*. Como bem referido por Curry (1999), o verbo latino *negotiarī* provém da junção de outro verbo, *negare*, com o substantivo *otium*, significando o facto da negação do ócio até que o acordo fosse firmado. Trata-se, pois, de um conceito que, aplicando-se às diversas dimensões da interação humana, transporta consigo a ideia de um esforço comunicacional no sentido de ultrapassar as posições dissonantes em um acordo. Trazido para a esfera política internacional, Maltez (2018, p. 312) enquadra o conceito de negociação na perspetiva pluralista, chamando atenção à dimensão do “poder político como rede de poderes”, implicando “laços sociais informais” os quais, a nível internacional, manifestam-se pelas interações de diversos atores transcendendo as fronteiras dos Estados.

Deste modo, tendo em conta os trabalhos de autores como Iklé (1964), Kissinger (1969), Jesuíno (1998), Lewicki, Saunders, e Barry (2007), Odell (2009), Thompson, (2008), Correia (2012), Falcão (2013), Carvalho (2013), Magalhães (2013) e outros, operacionalizamos o conceito de negociação regional nos seguintes termos: *um processo em que duas ou mais partes, pertencentes à Estados situados geograficamente ou identificados institucionalmente com uma região, articulam e transformam, através do diálogo, as suas posições diferentes, divergentes ou conflituosas em um acordo.*

Uma das primeiras contribuições ao estudo sobre as diversas dimensões de análise das negociações na literatura pertence à Zartman (1993). Este autor olha primeiro para a abordagem estrutural, que se concentra na distribuição de capacidades. Para além desta, encontramos a análise estratégica que tem a ver com as escolhas dos negociadores, tendo em conta as condicionantes da negociação; a análise processual preocupa-se com o comportamento dos negociadores, o que tem implicações no resultado das negociações; e, finalmente, a análise integrativa gira à volta da maneira como o problema é concebido no sentido de alcançar um acordo aceitável para as partes.

Por seu lado, Duckman e Robinson (1999) elaboram um estudo de revisão de literatura sobre as negociações, concentrando-se nas dimensões estratégicas e processuais. Estes autores fazem, assim, um exercício de ligação entre a investigação pura e a sua aplicação prática, para o treinamento dos negociadores, através de uma metodologia de recurso às narrativas que resumem as descobertas investigativas replicáveis e prescritíveis.

Ademais, Starkey, Boyer, e Wilkenfeld (2005) exploram um mapa sobre a literatura das negociações no qual podemos encontrar duas perspetivas teóricas principais: a teoria dos jogos, que tem em conta as contribuições da economia; e a teoria da negociação baseada em interesses, que se fundamenta na psicologia. Todavia, para além das perspetivas apresentadas, do ponto de vista das pesquisas aplicadas, os autores olham para os estudos sobre a diplomacia que desenvolvem o aspeto da resolução de conflitos e o fator da dimensão posicional, partindo das contribuições dos estudos sobre negócios.

Ainda numa perspetiva de estudo sobre a literatura, Sebenius (2009) faz um exame sobre as bases da abordagem analítica sobre as negociações, tendo como elemento de ilustração a evolução de Howard Raiffa, que parte de uma abordagem da teoria dos jogos para a teoria de decisão estatística e desta para a análise da decisão, voltando, finalmente para o problemas de decisão interativa e análise da negociação. Mais recentemente, Crump (2015) engaja-se numa abordagem das negociações complexas, identificando cinco elementos essenciais de análise: a arquitetura da negociação, o contexto, a estrutura e os relacionamentos, o processo, e a tomada de decisão.

Assim, tendo em consideração o papel fundamental da sua abordagem nos estudos sobre as negociações, a primeira perspetiva que pretendemos explorar, nesta revisão de literatura, é a dimensão estrutural. Com efeito, a estrutura das negociações está ligada à questão do poder

das partes. Desta forma, Pfeffer (1992) é da posição segundo a qual quando se analisa a origem do poder, não devem ser descurados os fatores situacionais, concentrando-se apenas em características pessoais; pois, o poder resulta ao mesmo tempo da situação concreta em que a pessoa ou Estado se encontra e da sua capacidade em tirar vantagem e capitalizar tal situação.

Ainda no âmbito da perspetiva estrutural, Lax e Sebenius (1993) fazem uma análise das negociações, em que sublinham o fator poder, concebido em termos de alternativa que cada parte tem fora da mesa de negociações; pois, estas não passam de um meio para alcançar determinados fins. Daí decorre que, quanto melhor forem as alternativas, melhor será a alavancagem do negociador, pois a melhoria da alternativa é proporcionalmente inversa à dependência das partes em relação à proposta das outras.

Definindo as negociações no sentido de compreender os casos de comunicação visando influenciar a decisão da outra parte, Fisher (1993) olha para as determinantes do poder negocial e defende que este depende mais da habilidade que dos recursos tangíveis. Deste modo, a habilidade de negociação estende-se ao conhecimento, à capacidade de criar bons relacionamentos e compromissos, à argumentação baseada na legitimidade e à força das alternativas ao acordo negociado.

Também na dimensão estrutural, Pfetsch e Landau (2000) observam que os impactos das propriedades simétricas e assimétricas manifestam-se no processo e no resultado das negociações, através de quatro elementos essenciais: o poder relativo das partes; o processo de negociação como meio utilizado pelas partes para chegar a uma certa igualdade apesar da assimetria; a intervenção de uma terceira parte, enquanto mediador; o resultado das negociações, como expressão das expectativas de vantagem das partes. Sendo o poder das partes essencial à análise estrutural, Bracken (2006) aborda a construção de coligações, como mecanismo de reforço do poder negocial das partes.

Para Kolb (2004), o poder e a posição dos negociadores é um fator muito importante. Tendo como base estudos da perspetiva feminista pós-moderna, conclui que a negociação implica elementos políticos. Um dos trabalhos que serve de fundamento para esta proposta é o livro *Everyday Negotiation: Navigating the Hidden Agendas of Bargaining* de sua coautoria, com William (2003). Nesta perspetiva, o fenómeno da negociação não deve apenas ser estudado sob o ponto de vista substantivo, pois, ao mesmo tempo que se negocia aspetos substantivos,

os negociadores estão envolvidos num processo de posicionamento que implica, entre outros, poder, autoridade, género, raça, legitimidade; ou seja, a chamada negociação sombra.

Outra dimensão muito explorada pela literatura sobre as negociações é a *estratégica*. Nesta, as negociações são geralmente vistas como um jogo. Daí o recurso à teoria dos jogos, desenvolvida por autores como Neumann e Morgenstern (1944), Nash (1950), Nash (1951), McMillan (1996), Dixit e Nalebuff (2008), os quais também fazem o uso do contributo dos aspetos relacionados com o combate na compreensão das negociações. Assim, a dimensão estratégica refere-se fundamentalmente à arte e à ciência da estratégia explorada por autores como Tzu (1988), Schelling (1980), Schelling (1993), Bellenger (1999), Roger (1988). Com efeito, nesta mesma perspetiva de ligação da dimensão estratégica e a teoria dos jogos, Rapoport (1974, p. 1) define esta teoria nos seguintes termos: “a theory of rational decision in conflict situations [which] involve (1) a set of decision makers, called players; (2) a set of strategies available to each player; (3) a set of outcomes, (...); and (4) a set of payoffs accorded to each player”.

Considerando que, no contexto internacional, existe uma mútua dependência e oposição entre os atores, Schelling (1980) defende que a maior parte das situações de conflito são fundamentalmente de barganha, em que a teoria de jogo tem contribuições importantes. Pelo que, o autor concentra a sua proposta no conceito estratégico da dissuasão. Por seu lado, Wade (2006) sistematiza as possíveis respostas à influência das ligações com atores fora da negociação, através da desconstrução das circunstâncias que levam a sua intervenção.

Tomando o conceito de estratégia no sentido de “game plan; a specification of actions covering all possible eventualities”, McMillan (1996, p. 3) concentra-se no uso da teoria dos jogos, como teoria que explora a compreensão do comportamento racional em situações de interdependência, para o estudo das negociações.

Por sua vez, Sawyer e Guetzkow (1965) propõem uma abordagem das negociações que tem em conta a descrição e análise de fatores causais, processuais, bem como de resultado. No mesmo ano, Walton e McKersie (1965) concentram-se na análise do comportamento dos negociadores, manifesto em opções estratégicas, ações desenvolvidas e táticas adotadas. Deste modo, para os pesquisadores, os comportamentos evidenciados pelos negociadores podem ser abordados pelo prisma distributivo, integrativo, atitudes dos negociadores, e da relação entre o negociador e a sua organização.

Nos primórdios dos estudos sistemáticos da Projeto de Harvard sobre as Negociações, Fisher e Ury (1981) desenvolveram um modelo de negociação baseada em princípios, tais como a separação das pessoas dos problemas; o foco nos interesses e não em posições; a invenção de opções de benefícios mútuos; a utilização de critérios objetivos; o desenvolvimento da BTNA – Best Alternative to a Negotiated Agreement; e o recurso à negociação do tipo Jiu-Jitsu.

Compreendendo as negociações como ato comunicacional com vista ao alcance de um acordo, Ury, Brett, e Goldberg (1988) defendem que os três elementos básicos de qualquer disputa são: os interesses; o direito, no sentido de razão; e o poder. Consequentemente, existem três formas de resolução de disputas que são: a conciliação de interesses das partes, a determinação de quem tem razão, e a definição de quem é mais poderoso.

Do mesmo modo, Neale e Bazerman (1992) consideram que o processo de tomada de decisão é um dos fatores da negociação que pode ser controlado pelo negociador. Assim, para que se façam bons acordos, os autores apontam e estudam alguns fatores que impedem a racionalidade da negociação. O estudo de Ury e Smoke (1993) situam as questões de negociação e conflito em contexto de crises e introduzem quatro fatores identificadores de crise: altos riscos, pouco tempo, alta incerteza e um sentido de estreitamento das opções.

Interessado nos mecanismos de não escalada de conflitos internacionais, Kriesberg (1993) entende que não se deve separar o processo das questões substanciais e do resultado. Assim, ele explora a questão do contexto favorável para o progresso das negociações, examinando as condições necessárias para que haja início da não escalada ou de movimentos que a contrariem. Deste modo, o autor advoga a necessidade de uma revisão teórica sobre o papel do momento certo na explicação do processo de não escalada dos conflitos, para além de fatores como a pressão doméstica, a relação entre os adversários, e o contexto internacional.

Não enveredando por uma perspetiva propriamente teórica, Bazerman e Neale (1993) desenvolvem um modelo de negociação baseado em duas estratégias que permitem detetar os erros mais comuns dos negociadores e encontrar os melhores mecanismos para os ultrapassar, elevar a negociação a um patamar racional, em que as decisões tomadas maximizam os interesses das partes.

Por conseguinte, as limitações cognitivas a nível do julgamento são abordadas por Bazerman (1993) para quem tais falhas impedem os negociadores de seguir as prescrições e são manifestas em cinco formas de desvios da racionalidade: a formatação do juízo do negociador

no sentido de que a mesma realidade pode ser vista de ângulos diferentes; a assunção de que a negociação é um jogo de soma zero em que o bolo é fixo; a escalada irracional do conflito na base do entendimento do negociador de que se chegou a um ponto sem retorno; a confiança exagerada dos negociadores sobre as suas posições; e a tendência de correr atrás de um acordo. Para Schelling (1993) é importante abordar a questão do autocontrolo, porquanto por ele é possível modificar o curso das negociações.

Por sua vez, Nierenberg e Calero (2009) apresentam-nos alguns elementos da denominada negociação efetiva e apontam algumas saídas para os casos de impasses e chamam atenção ao perigo das assunções escondidas, que muitas vezes prejudicam a efetividade das técnicas adotadas. No mesmo âmbito, Robinson (1995) examina as situações de negociação em que existem ofertas explosivas através da sua ligação com a dimensão da ameaça e prazo, que contribuem para a manifestação de poder assimétrico, restrição de escolha entre outros. Deste modo, identifica as táticas de como a pressão pode virar-se contra o proponente.

Uma das questões básicas nas negociações tem a ver com a intervenção dos representantes. Neste sentido, Rubin e Sander (1993) avaliam as vantagens e desvantagens da negociação direta e das negociações através de representantes, porquanto estes geralmente são sobretudo necessário no sentido de emprestarem o seu saber nas questões substantivas e processuais das negociações. Ademais, os representantes podem ser usados para introduzir distanciamento entre as partes principais, nas situações em que os representantes servem de tampão para evitar uma confrontação direta. Finalmente, os representantes podem servir de fator e tática de flexibilidade, para dar aos principais atores uma oportunidade de rejeitar o acordo alcançado pelos seus representantes. Porém, apesar das vantagens mencionadas, a intervenção dos representantes muitas vezes aumenta a desconfiança sobre a possibilidade de complicação ou dilação do alcance de um acordo e resulta no risco de descoordenação, falsa representação, e desconexão, a nível de comunicação.

Concentrando-se no âmbito internacional, no que tange à dimensão processual e da agência, olhando para as formas de condução de negociações colaborativas, Altschul (2007) analisa a coordenação das equipas de negociação, sublinhado que os atores envolvidos, geralmente, apresentam comportamentos recíprocos, no sentido de que o papel de um negociador pode evoluir ao longo da negociação; o que é de forma estrita limitado pelo facto de o negociador internacional ser um mandatado. Contudo, existe um espaço de liberdade que permite aos

atores reinventarem as estruturas da negociação e assim resolverem os problemas pequenos e contextuais.

No mesmo âmbito sobre as questões relacionadas com a agência e a representação, na sua obra em que compila alguns artigos relacionados à diplomacia, o autor Holandês Kaufmann (1998) partilha a sua experiência de negociador, na área de comércio, articulada com alguma grelha académica de leitura, explorando, entre outras, a atenção que deve ser dada à composição das delegações, porquanto, constituem mecanismos de representação dos governos em negociações internacionais.

Por sua vez, McCarthy (1993) critica as proposições de Fisher e Ury (1981) fundamentadas na máxima de negociações baseadas em princípios, concordando com eles em algumas asserções; mostrando reservas sobre algumas assunções e proposições como a necessidade de manter ou procurar sempre relacionamentos de longo termo, a importância de deixar de lado questões de confiança, a necessidade de acordo sério que tenha em conta os interesses da comunidade, a atualidade de evitar partir pelos extremos, a prestabilidade de sessões de chuva de ideias para inventar opções; e discordando no que concerne à negociação de tipo jiu-jitsu, a forma como o poder é analisado confinado no conceito de BATNA, a assunção de que os diversos tipos negociações têm o mesmo modelo.

Em resposta às críticas de McCarthy (1993), Fisher (1993) propõe uma versão revista do *Getting to Yes*, acolhendo a pertinência e a validade de alguns questionamentos, esclarecendo o alcance das suas proposições, e sublinhando que a sua abordagem generalizadora, do ponto de vista teórico, não limita o espaço para a aprendizagem a partir das experiências e intuições de profissionais que lidam regularmente com diversos tipos de negociações.

Se Fisher e Ury propõem um modelo de negociação baseado em princípios, Shell (1999) apresenta um modelo de negociação baseado na informação. Este tipo de modelo tem como fundamentos três dimensões das negociações: planificação e preparação sólida; escuta cuidada; e atenção aos sinais emitidos pela outra parte durante a negociação.

Quanto à Lax e Sebenius (1993), estes autores examinam o uso não acurado da diferença entre o interesse e a posição nas negociações, levantada por Fisher e Ury (1981), e propõem vias de negociação consubstanciadas em lidar com a contraparte, e no uso de mecanismos mais sofisticados sobre as questões em negociações. Mais recentemente, Lax e Sebenius (2006) desenvolvem um modelo de negociação focalizado em três dimensões: as táticas

negociais; o projeto do negócio; e o foco na configuração da negociação. Nesta esteira de pensamento, Lax e Sebenius (2006) abordam a tensão existente entre a criação e a reclamação de valor nas negociações.

Olhando para o fator de relacionamento, Goldberg, Green e Sander (1993) exploram o aspeto segundo o qual as partes podem criar condições para um ambiente adequado de negociação, evitando confrontação através da sua capacidade de se desculpar. Com efeito, para os autores, o poder do pedido de desculpas foi pouco estudado pela literatura americana sobre resolução de conflitos, tornando-a pobre neste aspeto.

Não se limitando à abordagem das táticas negociais, Watkins e Rosegrant (2001) concentram-se no exame das estratégias antes das negociações, o que permite resolver os conflitos. Assim, numa perspetiva de análise de sistema, os autores propõem um modelo que tem em conta tarefas essenciais para a entrada dos negociadores no processo: o diagnóstico da estrutura; a identificação das barreiras para o acordo; a gestão do conflito; e a construção do *momentum*.

Do mesmo modo, Hackley (2005) desenvolve a temática da gestão das tensões inerentes às negociações, na sequência dos trabalhos de autores que abordam as três tensões: criar e distribuir valor; empatia e assertividade; e representação e agência. Por seu lado, Lewicki, Hiam e Olander (1996) olham para a questão das estratégias a adotar nas negociações. Com efeito, da combinação do relacionamento e do resultado da negociação deduzem-se as seguintes estratégias: evasiva, adaptativa, competitiva, cooperativa e compromissória.

Considerando também a dimensão estratégica, nos seus estudos sobre as negociações, Simons e Tripp (1997) fazem uma proposta sistemática e metódica de preparação para as negociações, que envolve itens relacionados com o negociador, com a contraparte, com a situação, e a relação entre as partes. Estes fatores ajudam a defender a estratégia a adotar, tendo em conta variáveis tais como os objetivos das partes, os assuntos abordados e a sua importância, as alternativas, as opções, os pontos de resistência, a zona de possível acordo, as normas de equidade e os pontos de referência, e o futuro do relacionamento.

No âmbito estratégico, contudo, fundamentalmente tático, Cellich (1997) apresenta algumas técnicas de encerramento das negociações, entre as quais a concessão, o resumo e a divisão da diferença, a alternativa, a assunção, a progressão, a ligação; o incitamento, a tentativa, e o ultimato. Na mesma perspetiva de estudos, Week (2004) explora as dificuldades de dizer não e sobretudo de permanecer nesta negação.

Apontando o facto de que os bons negociadores serem aqueles que se iniciam na tripla competência do domínio da substância da negociação, da construção do relacionamento e da gestão do processo, Benoliel e Cashdan (2005) exploram a ideia segundo a qual, para boas negociações, é necessário desenvolver três inteligências: a cognitiva; a emocional, no sentido que lhe é dado por Goleman (1995); e a interpessoal. Neste sentido, Cialdini (2001) demonstra que a arte da persuasão tem uma dimensão científica, porquanto é conduzida por princípios básicos, tais como a vinculação, a reciprocidade, a prova social, a consistência, a autoridade, e a escassez. Ainda no mesmo âmbito da persuasão, para Shell e Moussa (2007), quando se tenta persuadir faz-se o uso de diferentes canais, entre os quais o canal da persuasão, baseada em interesses; o canal da autoridade; o canal da política; o canal da visão, inspiração e emoção; e o canal do relacionamento.

A ética é um aspeto importante das negociações. Assim, Shell (1999) apresenta três tipos de escolas relacionadas com a ética nas negociações. A primeira é a legalista, para qual, existindo regras definidas por lei, todo comportamento, que esteja dentro dos marcos da lei, inclusivamente enganos, deve ser considerado como ético. A segunda escola é a idealista baseada na filosofia Kantiana e na religião, que tem como princípio fazer o que é certo mesmo que custe. Finalmente, a escola pragmática integra alguns elementos das duas anteriores e concebe o engano como parte do processo negocial. Na mesma perspetiva de estudos sobre a ética nas negociações, para Craver (2005), existem fundamentalmente três áreas de falsas representações no âmbito das negociações: afirmações deturpadas; declarações parcialmente verdadeiras; e as omissões não admissíveis. Sobre o mesmo assunto, Adler (2007) explora as questões das falsas declarações nas negociações.

Examinando as negociações multilaterais, Touval (1993) explora elementos que podem surgir antes, durante e depois das negociações multilaterais e propõe algumas prescrições para a sua maximização e efetividade. Do mesmo modo, no âmbito dos negócios, Nyerges (1993) aborda alguns elementos prescritivos sobre as negociações.

Outro aspeto importante a ter em conta nos estudos sobre as negociações é a retificação de erros, o que passa pela pelo processo de renegociação. Assim, questionando-se sobre como renegociar um acordo, Salacuse (1993) conclui que existem três tipos de renegociação, com características e possibilidades diferentes: a renegociação após o acordo; a renegociação dentro do acordo; e a renegociação extra-acordo. Finalmente, é importante considerar a proposta de Thompson (2008) que defende a posição segundo a qual as negociações devem ser abordadas

tendo em conta sobretudo três faculdades principais: a criação de valor; a reivindicação de valor; e o estabelecimento da confiança proporcionadora de sustentabilidade a longo prazo.

Outro eixo fundamental na análise das negociações é o processo. No que concerne a esta dimensão processual, Greenhalgh (2001) concebe as negociações como constituídas por sete fases: preparação e construção do relacionamento; coleta de informação; uso da informação; apresentação das propostas; acordo; implementação do acordo. O autor concentra-se na sexta fase, sobre o fecho do negócio, na perspectiva de que o acordo deve ser fechado de tal sorte que crie condições para a sua implementação. Considerando que o processo negocial é maioritariamente caracterizado por concessões, Malhoutra (2006) propõe quatro estratégias para maximização da possibilidade da contraparte reconhecer e retribuir o gesto de concessão nas negociações: rotulação das suas concessões; pedido e definição da reciprocidade; as concessões condicionais e parceladas.

Tendo em conta que o processo envolve emoções, Shapiro (2006) apresenta a sua visão relacionada com a necessidade de estar consciente sobre a sua existência e a possibilidade do seu aproveitamento construtivo e não repressivo. Neste sentido, é necessário usar as emoções de maneira positiva, entendendo a informação transmitida por elas e aproveitando-as para motivar a colaboração. No mesmo sentido, Allred (2004) baseia-se na ideia da necessidade de promover um círculo virtuoso do relacionamento nas negociações e evitar o círculo vicioso. Pelo que, torna-se fundamental ter em conta a força da perceção e do princípio da reciprocidade na interação que suporta o processo negocial.

Em outra perspetiva académica, Saaty (1988) usa a abordagem do Processo de Hierarquia Analítica (The Analytic Hierarchy Process – AHP) para aplicar ao conflito Sul-Africano, no período da apartheid, cuja resolução apontava para a tipológica retributiva. Com efeito, o processo de hierarquia analítica é uma perspetiva de medida que serve para descrever o processo de tomada de decisão, decompondo um problema, como o conflito racial e segregacionista na África do Sul, em estruturas hierárquicas múltiplas de objetivos, critérios e alternativas, comparando as opções de maximização de benefícios das partes.

No que concerne à literatura lusófona, esta tem-se concentrado mais em questões de negociações intra e inter-organizacionais, embora existam alguns trabalhos no âmbito das negociações internacionais e da diplomacia. Por conseguinte, alguns estudos de teorização das diferentes dimensões das negociações como a diplomática, a cultural, a ética, a estratégica e

de gestão podem ser aqui referidos. Entre tais pesquisas encontramos as publicações de Jesuino (1998), Silva (2000), Vasconcelos-Sousa (2000), Correia (2012), Carvalho (2013), Falcão (2013), Magalhães (2013), Santos (2009), Andrade, Alyrio, e Boas (2006), Mello (2005), Martinelli, Ventura, e Machado (2004), Martinelli e Almeida (1997), Sarfati, 2010, Carvalhal, Neto, Andrade, e Araújo (2007).

No mesmo âmbito, e no contexto lusófono da África Austral, em Moçambique, Manjate (2010) propõe um livro de técnicas de negociação entendido como esforço de resolução pacífica de conflitos. Um dos aspetos explorados pelo autor é a negociação em crise, que afeta as atitudes e comportamentos dos negociadores, levando-os à opções tais como a rendição, o suicídio e a fuga. Por outro lado, no seu livro sobre relações internacionais, Zeca (2013) situa as questões de negociação no âmbito da resolução de conflitos intraestatais e internacionais. Ainda em Moçambique, podemos referir estudos de Gaspar (2003, 2006) que, concentrando-se na dimensão sobre os conflitos nas comunidades e grupos sociais Moçambicanos, não deixa de abordar a negociação como meio de resolução de tais conflitos sociais e mesmo culturais.

Neste ponto examinamos a abordagem académica sobre as negociações no geral em torno das seguintes dimensões: estrutural, estratégica, processual e mesmo comportamental. A análise feita permite sublinhar que a interdisciplinaridade reflete-se nos diversos estudos sobre as negociações tanto no sentido das diversas ciências sociais abordarem-na como um fenómeno recorrente nas relações sociais, como, sobretudo, na aceção de que, para melhor compreender a realidade das negociações, é imprescindível o recurso ao contributo das distintas áreas do saber.

1.2. O CASO DAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

Em relação ao estudo das negociações internacionais, para além dos diversos trabalhos realizados por pesquisadores nas áreas de Diplomacia, de Relações Internacionais, de Direito Internacional e de Negócios Internacionais, que examinaremos neste ponto, é incontornável a referência ao projeto *Process of International Negotiation* (PIN). Este permitiu o estudo interdisciplinar sobre diversos assuntos objeto das negociações internacionais tais como o ambiente, a paz, o comércio internacional, e o terrorismo transnacional.

Na mesma senda, seguindo o modelo do PIN, e tendo em consideração os desenvolvimentos teóricos aportados pelo Programa de Negociação de Harvard, em França, Faure, Mermet,

Touzard, e Dupont (1998), de diferentes domínios do saber, desenvolvem um projeto de mesa redonda sobre a teoria da negociação, resultando, entre outros, no livro de coautoria, *La Négociation: Situations et Problématiques*, que tem em conta questões como a natureza das negociações, a diversidade de abordagem, o processo negocial, a decalagem entre a teoria e a prática, as variáveis que se podem explorar e as perspetivas de investigação interdisciplinar.

Outras publicações sobre as negociações internacionais realizaram-se, tendo o PIN como paradigma, entre as quais podemos destacar: especificamente, nos Estados Unidos e no Reino Unido, *International Negotiation: Actors, structure, process, values*, editada por Berton, Kimura, e I. Zartman (1999); na Argentina: *La negociación internacional*, editada por Beltramino (1997); e no Japão, *Current advantages in Negotiation Research*, editada por Kimura (1998).

Um dos produtos das pesquisas do PIN é a publicação de uma coleção sobre os estudos multidisciplinares e de diversos assuntos que dizem respeito às negociações internacionais que nos oferece uma visão global de como as perspetivas de estudo das negociações têm evoluído. Assim, do ponto de vista analítico, Raiffa (2002) distingue e examina três tipos de abordagens das negociações internacionais: a primeira é a perspetiva descritiva, que olha para as negociações tal como elas são e apresentam-se. Por consequência, tem uma dimensão avaliativa empírica. A segunda é a perspetiva normativa que aborda a dimensão do ideal nas negociações, em condições de perfeita racionalidade, tendo como fator de validade a sua coerência teórica. A terceira perspetiva é a prescritiva, que opta pelo aspeto do aconselhamento das partes e cuja avaliação passa pela sua qualidade pragmática. Este argumento sobre as negociações foi anteriormente defendido por Raiffa (1982), arguindo que, do ponto de vista de perspetivas de investigação e análise sobre as negociações, as diversas abordagens podem ser classificadas nas seguintes categorias: investigação simetricamente descritiva; investigação simetricamente prescritiva; investigação assimetricamente prescritiva e descritiva; e investigação externamente descritiva ou prescritiva.

Por sua vez, Rubin (1993) coloca as negociações num espetro mais geral que tem a ver com a resolução de conflitos e distingue os conceitos de “*conflict resolution*” e “*conflict settlement*”, no sentido de que o resultado do primeiro implica não apenas a resolução do conflito manifesto, mas também a mudança de atitude das partes envolvidas, estancando as causas do conflito. Já a via de “*conflict settlement*” permite apenas levar a um resultado que termina o conflito expresso, mas não trata das suas causas subjacentes.

No concernente aos temas sobre segurança, estudando o caso das negociações entre os Estados Unidos e a União Soviética, sobre o desarmamento e controlo de armas, na década de 1980, Hopmann e Druckman (2002) examinam as seguintes perspetivas: o modelo do ator unitário racional e a teoria dos jogos; o modelo de um ator não racional e a perspetiva da psicologia social; o modelo de negociação organizacional; o modelo das negociações e reciprocidade nas interações interestaduais; o modelo da assimetria e da influência nas negociações; a negociação multilateral e os modelos de mediação; e, finalmente, os modelos do sistema internacional.

Numa outra abordagem, olhando para as diferentes perspetivas sobre as negociações internacionais – estratégicas, estruturais, persuasivas, e competitivas –, Dupont e Faure (2002) chamam atenção para a necessidade de considerar a dimensão processual como transversal às questões substanciais e contextuais. Para além disto, Dupont e Faure (2002) chamam atenção para a existência de algumas orientações teóricas que se concentram em três escolas básicas de análise do processo de negociação, tendo em conta as seguintes variáveis explicativas: a abordagem estratégica ou formalizada; a abordagem compreensiva; e os estudos experimentais.

Adotando uma perspetiva sistémica, Kremenjuk (2002) propõe uma abordagem das dinâmicas das negociações internacionais, tendo em consideração as mudanças que o sistema internacional tem experimentando. Neste sentido, as negociações internacionais têm-se tornado mais complexas, abundantes e densas, incluindo questões antes não muito relevantes como o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, e as questões humanitárias. Pelo que, os negociadores são chamados a olhar para as negociações internacionais de forma diferente, optando por mais informalidade, flexibilidade, perspetiva de longo termo e de sustentabilidade, bem como uma visão de resolução conjunta de problemas, tendo em consideração o papel cada vez mais relevante das organizações internacionais, das corporações e outros atores não estatais. Portanto, para o investigador, o atual sistema das negociações internacionais é um reflexo da estrutura e essência do sistema internacional de conflitos, que é mais autónomo, interconectado, e com normas próprias.

Do nosso ponto de vista, esta proposta de Kremenjuk (2002) pode ser interpretada no sentido de que, no sistema atual internacional, as negociações resultam não apenas de fatores domésticos, na perspetiva da agência, mas também de aspetos estruturais. Com efeito, anteriormente Kremenjuk (1993) tinha analisado, o contexto atual das relações

internacionais, focalizando-se numa interdependência maior entre os atores, inclusivamente os Estados, tratando-se de um sistema com características funcionais e estruturais próprias.

Olhando para a posição negocial dos Estados, Baile (2011) estuda os interesses domésticos particulares que explicam as posições negociais e o seu papel estratégico. Com efeito, examinando o caso do Conselho de Ministros da União Europeia, constata que os fatores determinantes para a posição negocial dos Estados são as variáveis estruturais económicas e o nível individual do seu aproveitamento. Por conseguinte, os interesses negociais estão ligados aos objetivos de longo termo de um Estado, enquanto a posição negocial tem um aspeto mais estratégico.

Buscando uma explicação da natureza das negociações internacionais através de metáforas, Sergeev (2002) olha para as seguintes possibilidades: a metáfora de “*bargaining*”, que aborda as negociações em termos de jogo de soma zero; a metáfora da “*joint choice*”, que olha para as negociações como um processo pelo qual as partes procuram alternativas e engajam-se na escolha da que seja melhor aceitável para as partes; a metáfora da “*joint research*”, que se concentra no entendimento das negociações como um problema que exige a análise conjunta das partes envolvidas; e a metáfora da “*joint construction of the future*”, que olha ao estado atual e para as situações futuras que podem ultrapassar a possibilidade de controlo dos participantes.

No que concerne à dimensão estratégica, para Pruitt (2002), as negociações internacionais enfrentam três estratégias principais, “*yielding*”, “*contending*” e “*problem solving*”, cujas escolhas dependem de variáveis como a relação entre as partes, a pressão do tempo, a importância e a maneira como o assunto é concebido e apresentado.

Em relação à teoria dos jogos na compreensão das negociações internacionais, tendo em consideração que esta teoria aplica-se a todas as situações humanas nas quais o resultado da ação ou decisão de uma parte depende da ação ou decisão da outra, Avenhaus (2002) defende que o uso da teoria dos jogos permite-nos descrever as negociações em termos teóricos no sentido de serem subsumidas por princípios e conceitos gerais que, por sua vez, ajudam a compreender a possibilidade e a ocorrência de comportamentos aparentemente irracionais; e auxiliam a aconselhar os negociadores em situações reais. Assim, a teoria dos jogos tem uma dupla dimensão descritiva e uma normativa.

Concentrando-se na dimensão estrutural como base para a abordagem processual, comportamental e estratégica, Zartman (2002) olha para o poder das partes e considera que a análise estrutural pode ser essencial na compreensão do funcionamento das negociações. Contudo, observa que, embora geralmente se identifique a análise estrutural com a abordagem de distribuição de poder entre as partes, porquanto concentram-se nos meios; existem outras análises estruturais que, através da teoria do jogo, olham para outros fatores no sentido do fim, do valor, e do resultado da negociação.

Rubin (2002) considera que nas negociações internacionais os atores são agentes, representando outros e devem prestar contas ao seu eleitorado. Pelo que, a compreensão dos atores nas negociações internacionais passa pela interpretação de quatro círculos concêntricos: a cultura do negociador; o contexto estrutural, implicando o eleitorado; as normas diplomáticas; os fatores situacionais, incluindo a natureza da negociação e o relacionamento entre as partes; e, finalmente, a personalidade do negociador.

No que diz respeito ao resultado das negociações, para Underdal (2002), existem cinco aspetos importantes a ter em conta, sendo os três primeiros categorizados em “sucesso coletivo”, que são o acordo, a eficiência, a estabilidade. Os dois últimos são considerados em função da “performance individual”, estando virados para a dimensão distribucional das negociações: a distribuição de custos e benefícios; e o fosso entre o resultado e a posição inicial das partes.

No que tange à dimensão disciplinar académica, diversos ramos do saber analisam, de forma diferente, as negociações internacionais. Assim, em relação à perspetiva histórica, partindo da constatação segundo a qual, desde que Tucídides escreveu a sua *História da Guerra do Peloponeso*, os estudos sobre a história têm considerado o fenómeno das negociações internacionais. Freymond (2002) explora a abordagem histórica, tendo em conta as informações sobre processos negociais específicos.

No âmbito jurídico, Cede (2002) alerta que o resultado das negociações manifesta-se geralmente sobre a forma de um acordo formal, sendo que a preocupação principal dos juristas não é apenas a conformação dos acordos aos ordenamentos jurídicos aplicáveis, domésticos e internacional, como também a reconciliação dos princípios e normas jurídicas conflitantes num acordo aceitável para as partes e nos termos usados para exprimir o acordo. Na mesma perspetiva jurídica, de acordo com Powell (1991), a visão legal sobre as

negociações internacionais concretiza-se mais na condução das negociações, sendo que os juristas estão em grande escala envolvidos mais nas negociações que no seu estudo propriamente dito.

No que concerne aos estudos baseados nas teorias sobre as organizações, Kahn e Lewicki (2002) apresentam uma abordagem do processo negocial centralizada na perspectiva, dir-se-ia, funcionalista, porquanto compreendem o comportamento dos indivíduos em função das exigências e expectativas. Assim, os autores fazem o uso de três elementos da teoria organizacional: a consideração das negociações como desempenhando papel de limite nas organizações; a conceptualização da interdependência no sistema internacional em que se realizam as negociações internacionais; e a tomada de decisão formal que, também, se manifesta no contexto das negociações internacionais, escolhendo entre alternativas.

Olhando para as dificuldades de aplicabilidade dos modelos resultantes das teorias dos jogos às diversas realidades negociais e às insuficiências tanto das análises da decisão e dos estudos cognitivos de psicologia social sobre as negociações, Sebenius (2002) explora a abordagem da *negotiation analysis*, no sentido dos negociadores encontrarem mecanismos para o desenvolvimento de um jogo de soma tão óptima quanto possível entre a tentação de competir para ganhar e de acomodar-se ou evadir-se em direção ao acordo possível.

Em relação à dimensão psicológica, os estudos de Rubin (2002) são direcionados à análise de fatores que levam os indivíduos a agir e reagir de determinada forma. Neste sentido, o autor chama atenção ao contributo da psicologia na análise das negociações internacionais, tendo em consideração os seguintes aspetos: a negociação internacional como manifestação de interação social; o foco no conflito percebido e menos no conflito atual; o destaque dado aos preconceitos cognitivos; a relevância reconhecida aos processos de aprendizagem e mudança ao longo do tempo; a importância da dimensão relacional; e o recurso à pluralidade de abordagens investigativas.

Do ponto de vista das ciências de comunicação, a dimensão comunicativa das negociações não pode ser separada do fator cognitivo. Assim, Jonsson (2002) explora a perspectiva cognitiva de abordagem das negociações internacionais, sublinhando aspetos problemáticos em situações como das negociações internacionais, caracterizadas pela incerteza estrutural, impondo-se o recurso aos contributos da teoria cognitiva.

Na perspetiva da economia, para Cross (2002), os economistas estão, na maior parte das vezes, preocupados com a eficiência dos processos, e trazem esta visão na sua abordagem das negociações. Por conseguinte, acentua alguns aspetos tais como: o facto de as partes serem, na sua essência, grupos que representam outros grupos; a questão dos acordos resultantes das negociações serem impregnados de riscos; a dimensão do tempo como fator de mudança do sentido do acordo negociado; e a visão económica da necessidade do contrato ser cumprido, considerando que, a nível internacional, existem poucos mecanismos eficientes para obrigar os Estados a cumprir os tratados.

Na perspetiva cultural, Faure (2002) olha para as negociações como um processo de intercâmbio, onde a cultura nacional é tomada como uma variável independente das negociações internacionais, devido a maior interdependência do sistema internacional. Para o autor, o estudo sobre o papel da cultura nas negociações internacionais é essencial no sentido de constituir instrumentos preditivos sobre o comportamento dos negociadores, o processo e o resultado das negociações. Na mesma perspetiva, na sua análise da relação entre as negociações e a cultura, Janosik (1993) identifica quatro perspetivas: a cultura como um comportamento aprendido; a cultura como valor partilhado; a cultura e a negociação consideradas dialecticamente; e a cultura no contexto da negociação.

Tendo em consideração que, nas relações internacionais, os fatores domésticos e regionais, não se resumem às diferenças de sistemas ideológicos, políticos e económicos, autores como Cohen (2007) também sublinham e exploram a variável cultural, examinando-a como variável que afectou o processo e o resultado das negociações dos Estados Unidos com outras nações como o Japão, a China, o Egito, a Índia e o México, onde a possibilidade de dissonância intercultural esteve sempre presente. A mesma dimensão cultural é acentuada por Requejo e Graham (2008) que, concentrando-se nas negociações comerciais internacionais, dedicam duas importantes partes da sua obra a questão cultural, embora reconhecem o papel cada vez mais crescente do conhecimento, da negociação e da criatividade.

Focalizando-se nos assuntos mais recorrentes enquanto objeto de negociações internacionais, uma das matérias mais abordadas é a segurança. No que tange às questões de segurança, Arbatov (2002) olha para a perspetiva Soviética das negociações entre os Estados Unidos e a União Soviética, sobre o desarmamento e controlo de armas, e enfatiza as circunstâncias geradoras de condições para o sucesso das negociações. Todavia, no caso em estudo, estas apresentaram-se deficientes, apesar dos acordos assinados. Entre as condições para o sucesso,

cita a compreensão realista e adequada dos fatores que constituem o assunto da negociação; a visualização clara da zona de interesses paralelos; a busca de um futuro acordo que sirva os interesses das partes envolvidas no processo de tomada de decisão. Ademais, uma das principais conclusões do estudo consiste no facto de que as negociações sobre o controlo e redução de armas devem refletir o estado de arte sobre o desenvolvimento da estratégia e técnicas militares.

No mesmo âmbito de negociações sobre a segurança, considerando o terrorismo como o uso da violência pública dramática, por grupos não estatais na sua relação com o governo, Hayes (2002) aborda este tema como uma espécie de laboratório no sentido de testar algumas hipóteses explicativas das negociações, tendo em conta a sua complexidade. Por conseguinte, o autor observa que os governos negociam com os terroristas em duas situações: quando exploram políticas de indução à negociação, ou quando já as controlam.

Tendo como caso de estudo o conflito no médio-orient, Saunders (1993) explora posição segundo a qual o sucesso da negociação está mais nas suas condições pré-negociais que nas condições dentro da negociação. A partir dessa investigação sobre o conflito no médio-orient, o autor identifica os seguintes estágios principais da negociação: a definição do problema de tal sorte que conduza a uma solução negocial; a criação de um compromisso entre as partes, por uma resolução do problema, através da negociação; e a antecipação dos pormenores do acordo de uma negociação próxima. Para além destas fases pré-negociais, o autor apresenta mais duas que completam o processo negocial: a negociação propriamente dita; e a sua implementação.

No âmbito comercial e ambiental, encontramos o estudo de Sjostedt (2002) sobre as negociações do comércio internacional e do ambiente, tendo como referência sobretudo as negociações concernentes ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade – GATT*) e a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano (*United Nations Conference on the Human Environment in Stockholm, 1972*). Para o autor, estas negociações têm semelhanças, tais como a complexidade técnica, embora comportem importantes diferenças, o que constitui valiosa contribuição na compreensão das negociações multilaterais, considerando as mudanças nas estruturas que as suportam.

Finalmente, Zartman (2002) aborda as negociações no sentido da gestão e resolução de conflitos regionais, definidos como conflitos que, no âmbito das relações internacionais, não

envolvem diretamente as grandes potências, e cujas questões envolvidas geralmente prendem-se com a integridade territorial dos Estados, a independência política, as disputas políticas domésticas, e as rivalidades internacionais. Assim, por um lado, embora tais conflitos não tenham a ver diretamente com as grandes potências, eles atraem a sua intervenção, no sentido de salvaguardar os seus interesses. Por outro, mesmo que sejam conflitos domésticos, afetam os países vizinhos, existindo sempre o perigo de transcenderem o escopo inicial e os seus atores, tornando-se não apenas regionais.

No contexto da literatura na África Austral, a partir da avaliação da zona de comércio livre entre a China e a Nova Zelândia, Sandrey (2013) aborda a questão das negociações para zona de comércio livre, como resultantes de acordos de comércio preferências menos rigorosos. Ainda no âmbito das abordagens africanas sobre as negociações, existe um importante modelo de negociação explorado na África do Sul, usando o conceito de *Indaba* com origem em meios Zulu e Xhosa. Como frisado por Rathi (2015, para. 2), “the trick to getting through an over-complicated negotiation comes from the Zulu and Xhosa people of Southern Africa. It’s called an ‘indaba’ (...), and is used to simplify discussions between many parties”. Este método negocial evidenciou-se internacionalmente, sobretudo em 2011, em Durban, nas negociações internacionais sobre o clima. Considerado participativo e promotor de um sentido de justiça nas negociações, o método foi novamente repescado, em 2015, na Conferência das Nações Unidas sobre o Clima, que teve lugar em Paris.

Com efeito, diante da dificuldade encontrada pelas delegações técnicas no sentido de chegar-se a um acordo que não tivesse alto nível de rejeição e fosse efetivamente implementado, recorreu-se ao “Indaba”, consistindo, basicamente, na possibilidade de todas as partes darem a sua opinião, e abrindo espaço a um consenso rápido, que obedeça aos seguintes passos: “each party is encouraged to speak personally and state their ‘red lines’, which are thresholds that they don’t want to cross. But while telling others their hard limits, they are also asked to provide solutions to find a common ground” (Rathi, 2015, para. 4).

Em relação à Angola, Khadiagala (2005) analisa o caso, considerando-o instrutivo no processo de descolonização de África, porquanto atraiu ao mesmo tempo elementos intrínsecos e extrínsecos. Com efeito, de acordo com o autor, a independência de Angola foi marcada pelos seguintes fatores fundamentais: a revolução de Abril de 1974 em Portugal e a fragmentação do movimento nacionalista angolano em FNLA, MPLA e UNITA; o que minou

a transição política no país, resultando no facto de uma elite enfraquecida e indecisa conduzir as negociações de Alvor.

Sobre o caso angolano, Knudsen, Mundt, e Zartman (2000) elaboram um estudo sobre o conflito angolano descrito como tendo três períodos principais: a luta pela independência; a guerra por procuração no contexto da guerra fria; e a contenda pessoal pelo poder e pelos recursos. Deste modo, os autores analisam especificamente as negociações e acordos de Bicesse (Maio de 1991) bem como os de Lusaca (Novembro de 1994). Adotando uma perspetiva histórica e de análise do processo, os autores concluem que o fracasso dos referidos acordos deveu-se, entre outros, aos seguintes fatores: falta de confiança entre as partes; a adopção de um cronograma de implementação irrealista; a não sincronização do cronograma das partes interessadas angolanas com o cronograma da comunidade internacional; a falta de capacidade institucional e organizacional para apoiar a implementação do acordo; e a limitação das Nações Unidas na sua capacidade de forçar a implementação dos acordos. A lição importante que os autores retiram das negociações com vista à resolução de conflitos armados multigeracionais é a seguinte: “not all conflicts can be resolved through negotiation” (Knudsen, Mundt e Zartman, 2000, p. 24).

Para além do conflito político-militar, na perspetiva das condições para a reconstrução do país, olhando para a negociação das relações entre a China e países Africanos, inclusivamente Angola, Mohan e Lampert (2012) indicam a necessidade de analisar a agência dos países Africanos em compromissos com a China e concluem que, em diversas dimensões, os atores Africanos negociaram, formataram e impulsionaram o engajamento da China para com os seus países, criando uma estrutura institucional híbrida de transação do investimento Chinês.

A literatura angolana sobre as negociações é, na maior parte das vezes, encontrada nas obras cuja temática principal e geral não são as negociações, mas o conteúdo acaba por abordar aspetos ligados as negociações, tanto internas como internacionais. Pelo que, encontramos o fenómeno das negociações abordado sobretudo em trabalhos do âmbito das relações internacionais, história, gestão de organizações e estudos Africanos.

Nesta perspetiva, podemos citar o trabalho de Morais (1998) que se interroga sobre as possibilidades e limites da integração na África Austral; olha para a dimensão de evolução da cooperação, o papel de Angola, e a inserção da África do Sul no bloco regional; realça as possibilidades de afirmação da organização, mesmo reconhecendo a fragilidade de alguns dos

seus Estados-membros; e aborda os elementos do processo de institucionalização de uma estrutura flexível de integração económica, o que exige dos Estados um esforço contínuo de negociação sobre as diversas opções de cooperação e integração num contexto internacional cada vez mais global.

No mesmo sentido de estudos Africanos, Oliveira (2007) aborda o conceito de segurança em África, a configuração e o funcionamento das organizações regionais no continente, tendo em consideração o efeito positivo da cooperação interestadual na resolução pacífica dos conflitos. Por conseguinte, o autor estuda especificamente, a CEDEAO, a SADC e a União Africana, e podemos descortinar na sua obra a preocupação do autor pela negociação como mecanismo de resolução pacífica de conflitos sobre segurança, através de organizações regionais, sem esquecer o papel de outros instrumentos mais ligados à defesa e segurança.

Um estudo importante, no âmbito do doutoramento em história, foi realizado por Alves (2013), no qual sublinha a ação política dos movimentos de libertação nacional, que tiveram em consideração a importância da dimensão diplomática para a obtenção dos apoios necessários à sua causa, tendo, por exemplo, o MPLA formado um Departamento de Relações Exteriores. Em seguida, enquanto Estado, o autor olha para as iniciativas diplomáticas viradas para a afirmação do poder a nível interno, desmantelamento das ameaças regionais e a necessidade do reconhecimento do Estado Angolano pelos Estados Unidos. Finalmente, com o fim da guerra civil, o autor frisa os esforços diplomáticos e negociais para a obtenção de apoio à reconstrução do país, tendo a China entrado em cena, sem descurar as relações tradicionais com países como o Brasil, Portugal, Cuba e Rússia.

Numa perspetiva sociológica, Sango (2002) aborda a questão do modelo político angolano, aglutinando diferentes interesses, no sentido da manutenção da competição política e das suas regras de jogo na perspetiva pacífica. Por sua vez, examinando mais assuntos internos, sobretudo a situação da província de Cabinda no contexto da resolução de conflitos em Angola, Bembe (2014) faz um exame da questão do enclave de Cabinda, a partir de uma perspetiva histórica e também institucional em que aborda a função fundamental da integração das elites políticas e da mobilização da sociedade, no âmbito de um modelo de regulação, contenção e gestão de diferenças político-identitárias. Todavia, no que concerne as questões de relações internacionais de Angola, tendo a diplomacia e as negociações como um dos instrumentos de condução, Bembe (2016) apresenta uma proposta de compreensão da política externa angolana fazendo uma leitura diacrónica, abarcando quatro períodos: de 1950

a 1975 (luta de libertação nacional e identificação político-ideológica); de 1975 a 1992 (período de reorientação da política externa face aos desafios da pós-independência, o conflito interno, a agressão externa e a reconfiguração do sistema internacional); de 1992 a 2002 (pós-eleições e o recrudescimento da guerra civil); de 2002 à atualidade (reconstrução do país, aprofundamento da democracia, reforço das relações multilaterais assim como das bilaterais). Deste modo, no mesmo artigo, o autor caracteriza os pilares da política externa angolana e aborda a nova estratégia da política externa de Angola, baseando-se no binómio segurança e desenvolvimento.

Especialista em estudos Africanos, Van-Duném (2014) analisa a diplomacia angolana, levada a cabo pelos movimentos de libertação nacional, e reserva a época de 1979 a 2014 ao estudo da liderança do Presidente angolano José Eduardo dos Santos na condução da diplomacia do Estado, através da exploração dos seus discursos. Em relação à política de regionalização em África, Van-Duném (2010) propõe um estudo concentrado no enquadramento do continente no atual sistema político internacional e nas políticas existentes de integração económica regional.

Na mesma esteira de estudos que não tratam de forma específica sobre as negociações internacionais, Veríssimo (2016) toca em questões de diplomacia de Angola no sistema político internacional, particularmente na região do Golfo da Guiné, e de outras temáticas que envolvem negociação, tais com a paz e a integração regional. Antes, Veríssimo (2013) tinha proposto uma contribuição ao estudo da geopolítica e geoestratégia, olhando para as suas bases epistemológicas e também para a sua dimensão teórico conceitual.

Por sua vez, Andrade e João (2017) oferecem um trabalho que releva os grandes desafios persistentes na região dos Grandes Lagos, e a necessidade de se encontrar uma solução pacífica e duradoura para os conflitos existentes, frisando o esforço diplomático de Angola no sentido de contribuir para um engajamento mais positivo das partes envolvidas nos diversos conflitos.

Observando o aspeto institucional, Carvalho (2017) apresenta uma compilação dos principais textos relacionados com o trabalho de Angola no Conselho de Segurança durante o período de 2015 e 2016 e faz uma incursão sobre o papel que o país tem desempenhado na promoção e resolução dos conflitos em África, sobretudo na região dos Grandes Lagos. Antes deste estudo, Carvalho (2014) sugeriu uma reflexão em torno do papel que Angola começara a

ocupar em missões de paz das Nações Unidas em África, no sentido de uma política externa regional de estabilização e pacificação assim como de uma diplomacia preventiva.

Embora não se concentre em questões de negociação e diplomacia, os estudos de Júnior (2017) são importantes na compreensão do contexto regional da África Austral e das dinâmicas de conflitos que pressupõe e estão sempre abertos à dimensão estratégica de sua resolução pacífica. Com efeito, aborda as hostilidades registadas pela região, no período de 1948 a 1994, que corresponde com o período de vigência do regime do apartheid. Na sua abordagem da situação conflituosa na África Austral, o autor adopta como base analítica os estudos de guerra, focalizando-se na dimensão estratégica, tendo como ponto principal de exame a estratégia do Estado Sul-africano em relação a região.

Mais recentemente, na mesma abordagem sobre Angola e as questões africanas, Augusto (2018) examina a situação política, económica e social de África, realçando os fatores de conflitos, remontando à divisão artificial das fronteiras. Deste modo, o autor aborda o papel de Angola, cuja experiência diplomática, depois da resolução do conflito interno, tem indicado a promoção de uma agenda de prevenção e resolução pacífica dos conflitos no continente, o respeito pelos princípios da soberania e igualdade dos Estados, e relacionamento pacífico dos povos africanos.

Na mesma senda de estudos referentes à diplomacia angolana na região, Nascimento (2018) analisa a origem e os contornos da política externa de Angola e o seu papel na África Austral e nas organizações regionais africanas, concentrando-se numa abordagem que passa em revista as questões de relações bilaterais, regionais e multilaterais na política externa angolana.

Uma iniciativa recente e digna de abordagem sobretudo pela sua qualidade histórica e documental é a de Xavier (2018) que, através da revista *África Magazine*, recolhe um conjunto de depoimentos, documentos e outras fontes sobre o papel de Angola na história contemporânea da África Austral, dedicando uma edição especial à batalha do Cuíto Cuanavale, enquadrada numa estratégia de diplomacia construtiva de Angola, no período de 1975 a 1990, tendo contribuído para o fim do apartheid na África do Sul, a libertação de Nelson Mandela e para a independência do então Sudoeste Africano, atual República da Namíbia.

Finalmente, examinando questões como a resistência anticolonial, a descolonização de Angola, a geopolítica na África Austral, e os desafios de Angola na região, Ramos (2018)

explora a dimensão da internacionalização do conflito angolano no período de 1975 a 2002, no sentido da influência mútua de fatores internos e externos. Neste sentido, o autor dedica partes importantes do seu trabalho a analisar os processos negociais de paz em Angola, envolvendo não apenas as partes diretas (o Governo, dirigido pelo MPLA, a UNITA e outras forças políticas internas), como também as partes internacionais interessadas no conflito, sobretudo Portugal, a África do Sul, Cuba, a Rússia e os Estados Unidos de América.

O exame da literatura angolana sobre as negociações com dimensão internacional assim como o estudo, sob forma de diálogo, dos distintos trabalhos sobre as negociações internacionais, tendo em consideração as perspetivas de análise e os diversos assuntos que são objeto de negociação internacional, permitem a seguir abordar o caso particular do comércio internacional que enquadra a formação de mecanismos de integração económica, incluindo a liberalização do comércio regional.

1.3. AS NEGOCIAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL

No que concerne às negociações sobre o comércio internacional, existem autores que adotam análises que têm como instituição chave a Organização Mundial do Comércio. Neste sentido, a revista *International Negotiation* dedica uma edição especial à questão da negociação sobre o comércio internacional, categorizada em itens que conectam as negociações comerciais e económicas internacionais, contemplando a estrutura, o processo, as negociações bilaterais e os objetivos globais. No leque de investigações que contribuem para esta edição podemos elencar Agius (2012), Ahnlid (2012), Albin (2012), Albin e Young (2012), Andersson (2012), Crump e Druckman (2012), Lilja (2012), Lindberg e Alvstam (2012), e Sjostedt (2012). Para além destes trabalhos, em 1994, surgiu a obra *International Multilateral Negotiations* de I. William Zartman e Associados que estudam os casos da lei da Comunidade Única da Europa e a rodada do Uruguai do GAAT.

Do ponto de vista estrutural, Duchesne e Morin (2013) estudam o caso do acordo comercial entre os EUA e o Canada, referindo-se ao denominado Acordo Compreensivo Económico e Comercial, chamando atenção à necessidade de contextualizar a consideração tradicional da estrutura que prioriza a interdependência económica, as alternativas ao não acordo, as restrições institucionais, o apoio doméstico, e a avaliação dos resultados.

No que concerne à dimensão estratégica, observando o caso do acordo de comércio livre entre a Coreia e a Austrália (KAFTA), de 2014, a partir dos acordos comerciais entre os Estados

Unidos e a Coreia, Crump e Moon (2017) estudam o papel do precedente, enquanto evento ou decisão passada que se transforma em padrão ou norma, nas negociações bilaterais. Assim, os autores dedicam-se a analisar como os precedentes podem servir de técnicas negociais estratégicas.

Na mesma dimensão regional, envolvendo os EUA, Bouzas (2007) analisa as vantagens e desvantagens do que se convencionou chamar o novo regionalismo, que tem como um dos elementos principais as zonas de comércio livre. Assim, o autor passa em revista algumas oportunidades e desafios dos acordos preferências entre o norte e o sul, e avalia as negociações para a zona de comércio livre das Américas, *Free trade Area of the Americas*, destacando as suas tendências e perspectivas.

Tratando, também, de questões ligadas aos EUA, quatro negociadores da Administração Reagan, Merkin, Hughes e Johnson (1996) olham para o acordo de comércio livre entre os Estados Unidos e o Canada, que prevê a eliminação das tarifas em comércio bilateral de bens e redução das barreiras não tarifárias, e determina os princípios para o comércio em serviços e investimentos, facilitando, assim, o comércio entre as partes.

Analisando o processo de negociação de comércio livre na América do Norte, Cameron e Tomlin (2000) observam que o poder assimétrico não leva necessariamente aos resultados assimétricos, porquanto os negociadores em Estados fracos, com menos responsabilidade diante do seu eleitorado, podem ter alternativas mais atraentes ao não acordo e consequentemente serem tentados a fazer menos concessões que os negociadores de Estados fortes.

Estudando as negociações de comércio entre a União Europeia e os Estados Unidos, Clark, Duchesne, e Meunier (2000) analisam os fatores que determinam o poder negocial internacional das partes, partindo da hipótese de que as instituições políticas domésticas formatam o comportamento negocial dos seus representantes a nível internacional. Deste modo, interrogando-se sobre a necessidade de negociações internacionais sobre o comércio internacional, tendo em conta o fracasso da rodada de Doha, de 2006, Conceição-Heldt (2013) exploram, a partir do estudo do caso das negociações de acordos preferências de comércio entre União Europeia, Estados Unidos de América, Brasil, Austrália e Índia, a posição segundo a qual os acordos de comércio preferenciado entre os Estados reduz e desincentiva a capacidade negocial multilateral dos Estados.

Analisando as questões relacionadas com as negociações económicas internacionais, Landau (2000) sublinha, no seu estudo, que estas são muitas vezes interligadas com outras negociações e são complexas, do ponto de vista do número de intervenientes e múltiplos níveis de interação, tendo, desta forma, uma estrutura específica. Na mesma abordagem estrutural, Drahos (2003) olha para os Estados pequenos, considerados fracos do ponto de vista da desigualdade de poder, sendo que o recurso às alianças constitui-se numa possibilidade importante no âmbito da organização mundial do comércio. Contudo, o autor observa que, mesmo neste tipo de organizações, as fontes de poder funcionam sempre em favor dos Estados mais desenvolvidos em detrimento dos menos desenvolvidos, apesar das alianças que estes possam estabelecer. Desta forma, para o autor, há a necessidade para os países em desenvolvimento explorarem uma comunicação mais robusta, no sentido do reforço da confiança mútua e da identidade social.

Constatando haver poucos progressos da liberalização dos serviços, comparativamente aos bens e investimentos, Hoekam e Matto (2013) revêm o papel desempenhado por instrumentos como da organização mundial do comércio e os acordos regionais e defendem a posição segundo a qual o futuro da liberalização internacional dos serviços está ligado às reformas no sistema de bem-estar social e podem ser reforçadas por instrumento de mais diálogo e transparência entre as partes envolvidas, inclusivamente os reguladores.

Ainda no capítulo da liberalização, Woolcock (2013) estuda o papel desempenhado pelos acordos de comércio livre na difusão de políticas de contratos públicos e constata que a conexão entre os assuntos, na negociação de acordos bilaterais de livre comércio, tendencialmente leva à definição de regras de contratos públicos. Todavia, este ímpeto é contrariado pela difusão de princípios liberais concernentes a contratação, baseando-se, entre outros, na reciprocidade, nos custos e na complexidade de implementação.

Por sua vez, Daya (2017) olha para o impulso dos acordos regionais de livre comércio em África, tendo em consideração os princípios de não discriminação e da liberalização do comércio internacional, constantes do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade). O mesmo estudo sobre a organização mundial do comércio é também adotado por Zahrnt (2007), para quem, tendo em conta a dificuldade de avaliar os acordos da OMC, os custos e benefícios da adesão aos acordos da OMC devem ser partilhados e discutidos entre os governos.

Ives (2003) analisa o processo dos acordos nas áreas de comércio e telecomunicações, sob auspícios da organização mundial do comércio. Tendo como caso a relação bilateral entre os EUA e o Japão, com o envolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o autor defende a posição segundo a qual o consenso multilateral é facilitado pela cooperação económica e pelos fatores ligados à ação unilateral, bem como pelos processos bilaterais e multilaterais.

Tendo em conta que as negociações multilaterais sobre o comércio livre, depois da Segunda Guerra Mundial, visam sobretudo a redução, quando não eliminação, de barreiras para a circulação de bens e serviços, Sjustedt (2002) afirma que tecnicamente estas negociações são menos complicadas, devido à facilidade da sua quantificação. No entanto, a dificuldade surge do ponto de vista do duplo interesse político adotado pelos governos, porquanto, ao mesmo tempo que reconhecem o comércio livre como um interesse mútuo dos participantes, os seus negociadores são orientados a garantir uma margem de exceção ou de gestão que proteja as suas indústrias.

Mais ligados ao contexto Africano, Whitfield e Frase (2010) estudam a questão da negociação de ajuda internacional, tomando o caso de Estados africanos entre os quais quatro da África Austral. A pesquisa mostra que, neste tipo de negociação, os condicionamentos estruturais interferem nas estratégias dos Estados receptores, no sentido de que os Estados com condições estruturais, económicas, políticas, e institucionais mais favoráveis, como Botsuana, foram melhor sucedidos que outros como Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, para citar apenas países da África Austral.

Do mesmo modo, Hurt, Lee e Lorenz (2013) concentram-se na posição dos Estados Africanos no que diz respeito ao acordo de parceria com a União Europeia e sublinham o papel cada vez mais significativo de África. Neste sentido, os autores exploram uma abordagem construtivista para a negociação entre o norte e o sul no que concerne ao comércio. Com efeito, prestando atenção ao papel do discurso sobre o desenvolvimento, os autores exploram a posição dos Estados Africanos, considerados fracos, sobre os acordos de parceria económica, frisando o facto de eles terem-se baseado em estratégias fundamentadas em normas; referindo-se, deste modo, à promessa Europeia de parceria sobre o desenvolvimento.

Finalmente, analisando a produção literária sobre os acordos de comércio livre em África, encontramos o Relatório da United Nations Conference on Trade and Development (2016)

sobre a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) que apresenta, entre outras, algumas propostas no sentido de acelerar as negociações para a efetivação da ZCLCA. O primeiro aspeto abordado neste relatório é o mandato dos negociadores, que passa por processos de consulta nacional com os diversos sectores da sociedade. De acordo com os relatores, este mandato deve incluir aspetos como a perspetiva do país sobre os objetivos, o âmbito e o conteúdo do acordo; os quais podem evoluir durante o processo negocial.

O segundo aspeto é a *equipa de negociação* que geralmente é chefiada pelo sector do governo responsável pelo comércio. Este é apoiado por um conjunto de negociadores especializados nas diferentes dimensões ou capítulos de negociação, tais como bens, serviços, investimento. Podem também, neste âmbito, ser contratados consultores e tradutores, devendo todos eles ter o apoio logístico necessário.

O terceiro elemento é o *processo negocial*. De acordo com o relatório, este, em princípio, consiste em plenárias (formais) que, embora não seja o formato mais eficiente para resolver problemas, é utilizado para tomar decisões e informar as diversas equipas sobre os progressos na negociação. Todavia, muitos outros encontros informais em pequenos grupos de países podem ser promovidos a par das plenárias. Um dos aspetos importantes observado no relatório, em relação ao processo, é a necessidade de dar espaço para que os atores não estatais possam transmitir as suas preocupações e interesses.

O quarto aspeto é o *conteúdo da negociação*. Neste sentido, usualmente, as partes começam por definir o calendário da negociação e os princípios, detalhados e flexíveis, que presidirão ao processo negocial. Por conseguinte, existem questões que necessitam de uma decisão política ao mais alto nível, considerando que foram esgotadas, pelos negociadores, as outras opções.

1.4. A POSSIBILIDADE E A PERTINÊNCIA DE UMA ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA

As perspetivas teóricas realista e racionalista, nas relações internacionais, têm sido as mais recorridas quando se trata de compreender o fenómeno das negociações internacionais. Com efeito, como observado por Zartman (2008), a perspetiva realista é a dominante, mas insuficiente para explicar aspetos fundamentais das negociações no contexto da política internacional.

Como também frisado por Winham (1979) a maior parte da literatura sobre as negociações internacionais parte de uma visão realista clássica das relações internacionais, que considera o Estado como ator unitário e racional, descurando assim o aspeto segundo o qual o próprio processo de formação, afirmação e legitimação da política externa dos Estados compreende uma dimensão de negociação interna.

Neste sentido, Putnam (1988) propõe uma consideração das negociações em dois níveis de jogo. O nível I, do campo internacional, cujo ambiente é anárquico, é caracterizado pela busca de um acordo entre os negociadores, representantes dos Estados. O nível II, do campo doméstico, exprime-se pelas discussões em busca da aceitação e ratificação do acordo estabelecido no nível I. Pelo que, existe uma interação entre os dois níveis, que deve ser gerida pelo negociador chefe, e demonstra uma estreita ligação entre a política doméstica e a diplomacia.

Anteriormente, Lax e Sebenius (1986) propuseram uma abordagem das negociações consideradas como processos internos e externos, argumentando a sua influência mútua. Do mesmo modo, Kremenjuk (2002) tem uma perspetiva que assume as duas dimensões, olhando tanto para a dimensão interna da definição da política externa dos Estados negociadores quanto para a dimensão externa, em termos de um sistema próprio das negociações internacionais, caracterizado por princípios de índole regional, funcional e integrativo.

Com efeito, autores como Fisher (1993) consideram que as instituições, sobretudo os governos, não são propriamente atores unitários, mas plurais no sentido de serem constituídas por indivíduos e organizações diferentes, com missões distintas. Neste sentido, as negociações internacionais envolvem três níveis de discussão-negocial sobre o posicionamento das partes: o primeiro nível é entre os diferentes grupos de interesse, dentro de cada Governo; o segundo desenvolve-se entre cada negociador e o seu próprio Governo; e o terceiro acontece entre os dois negociadores, agindo em nome do seu respectivo Governo.

O neorrealismo estrutural de Waltz propõe ferramentas pertinentes para analisar as estruturas das relações internacionais e explicar como elas condicionam os atores. Esta perspetiva tem consequências para a compreensão das negociações, inclusivamente internacionais, porquanto sobre elas é acentuado o papel da distribuição de poder (Bacharach e Lawler, 1981) e de recursos (Fisher, 1993). Assim também é para os autores como Schelling (1980) e Zartman

(1993, 2002) que olham para as negociações do ponto de vista estrutural.

Por outro lado, sem negar a existência e a importância das estruturas, o neoliberalismo institucionalista aponta para a capacidade dos atores racionais criarem instituições que mudam o seu padrão de relacionamento. No entanto, como observado por Adler (1999, p. 205), “assim como os realistas, os institucionalistas neoliberais consideram o comportamento como sendo afetado por forças físicas externas”. Por sua vez, o racionalismo cognitivo das teorias da decisão apresenta instrumentos valiosos para abordar a interação racional dos atores em função das suas escolhas dentro dos condicionamentos do contexto, do nível de informação e das incertezas.

Decorre do que acabamos de expor que as abordagens das negociações têm explorado mais os elementos de compreensão neorrealistas e racionalistas. Nesse sentido, olham para as estruturas das relações internacionais, a partir de uma perspetiva neorrealista com acento racionalista, como determinadas pela distribuição de capacidades. Inclusivamente as abordagens processuais, tais como as de Nash (1975), Zeuthen (1975), Pruitt (1981), Dupont e Faure (2002), são feitas do ponto de vista racionalista, pois as identidades e interesses são assumidos como fatores exógenos à interação negocial (Winham, 1979; Odell, 2009). Esta visão coloca de lado a dimensão endógena das identidades e dos interesses.

Assim, é necessário que a abordagem das negociações explore muito mais o contributo do construtivismo na compreensão de que a negociação internacional, enquanto mecanismo de gestão das relações internacionais, não depende inteiramente do que Adler (1999) denomina preferências pessoais e escolhas racionais dos atores envolvidos. Ela depende também de seu conhecimento compartilhado, do significado coletivo que eles atribuem à situação, de suas práticas.

Por conseguinte, entre os trabalhos sobre as negociações desenvolvidos a partir da perspetiva construtivista podemos destacar as investigações de Cross (1977), de Niemann (2006) e de Faizullaev (2014). Por exemplo, para Niemann (2006, p. 468), “bargaining and problem-solving do not capture some important aspects of negotiating behaviour”. Contudo, apesar do seu importante contributo aos estudos das negociações, a abordagem de Niemann fica confinada nas dimensões comunicativa e argumentativa para a explicação dos processos negociais.

Uns dos autores que explicitamente aplica o construtivismo, não ao fenómeno das

negociações internacionais de forma específica, mas a uma realidade próxima, resolução de conflitos, é Jackson (2009). Este constata que o construtivismo é raramente explorado para a abordagem da análise e resolução de conflitos. Por conseguinte, é do entendimento que esta perspetiva de teoria social pode ajudar a compreender alguns aspetos dos estudos sobre resolução de conflitos que estão obscuros, pois os trabalhos nesta área são predominantemente de base racionalista e adoptam, no âmbito das relações internacionais, o neorrealismo ou o neoliberalismo. Neste sentido, o autor observa que o construtivismo não é uma abordagem nova nem contrária às outras. Ele apenas é complementar e ajuda a confirmar as teses de outras perspetivas.

Tal como apresentado por Wendt (1995), o construtivismo social assume que as estruturas são também feitas de relações sociais. Trata-se da dimensão intersubjetiva que dá sentido às capacidades materiais que se realizam nos processos. Neste caso, a anarquia ou o jogo político de poder tem apenas um “permissive role” (Wendt, 1992, p. 396). Daí que autores como Earnest (2008, p. 364) afirmam que o processo de aprendizagem e comunicação “may have profound consequences for the prospects for cooperation, independent of the problems of cheating and the distribution of gains”. A perspetiva construtivista sobre as relações internacionais ajuda a compreender o posicionamento negocial dos atores no contexto internacional.

No âmbito das relações internacionais, a compreensão da articulação da estrutura e do processo, enquanto interação, pode ter grande contributo explicativo e poder heurístico se aplicada às negociações internacionais no contexto das organizações internacionais, como a SADC, onde a partilha do mesmo percurso histórico influi e condiciona os processos negociais e é concomitantemente formada por meio deste processo.

As negociações têm uma estrutura e são realizadas por atores concretos e situados. Ora, as estruturas e os atores podem variar e ser percebidos de maneira diferente de acordo com o contexto e o sentido da sua ação. Se é verdade que o processo é importante e determinante do resultado, a compreensão da importância do processo não deve estar separada do entendimento da sua dimensão social e inter-relacional experimentada por atores que também são co-feitos no mesmo processo em que fazem a estrutura.

Face aos processos de harmonização das políticas económicas, em que as identidades se afirmam cada vez mais, urge olhar não apenas para as estruturas racionais de tomada de

decisão que influenciam os processos negociais, como também para as interações sociais que formatam a vontade e as escolhas racionais dos negociadores na interação social do processo negocial.

Embora as negociações sejam muitas vezes abordadas na sua natureza eminentemente processual, elas são caracterizadas pela relação entre estrutura e agente. Assim, existem duas dimensões, sendo uma ontológica e a outra epistemológica. Do ponto de vista ontológico, para o individualismo neorrealista, a estrutura das relações internacionais depende dos Estados que a constituem; enquanto o estruturalismo da teoria do sistema mundial faz depender a ação dos Estados do sistema mundial, fortemente marcado pelo capitalismo. Contudo, existe uma terceira via, a estruturacionista, que compreende os agentes, os Estados, e a estrutura das relações internacionais como mutuamente determinadas e constituídas, com o mesmo valor ontológico (Wendt, 1987).

Como afirmado posteriormente pelo mesmo autor, “rationalism offers a fundamentally behavioral conception of both process and institutions: they change behavior but not identities and interests” (Wendt, 1992, p. 392). Para esta visão, a estrutura é determinante, não deixando espaço para a compreensão da formação das identidades e interesses no processo. Todavia, o construtivismo entende as identidades e interesses como endógenos à interação, uma vez que “structure has no existence or causal powers apart from process” (Wendt, 1992, p. 395). Esta perspetiva das relações internacionais pode dar fundamento sólido às análises integrativas das negociações que realçam “the imprecision of parties’ interests in their own minds” (Zartman, 1993: 153). Portanto, as identidades e interesses que se manifestam nas negociações não são preexistentes nem exógenos ao processo negocial. Com efeito, explicando o contributo de Wendt na definição das bases ontológicas do construtivismo, Adler (1999, p. 216) afirma que ele visa, “entender como os mundos material, subjetivo e intersubjetivo interagem na construção social da realidade, e (...) pretende (...) explicar como, antes de tudo, os agentes individuais constroem socialmente [as] estruturas”.

Por conseguinte, do ponto de vista teórico, adotamos para este trabalho a perspetiva construtivista social desenvolvida por Wendt. O essencial do significado dessa perspetiva pode ser resumido, tendo em consideração os trabalhos de Santos e Ferreira (2012, p. 311) que, relendo o artigo de Wendt sobre “Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics”, propõem os seguintes pressupostos do construtivismo social: “Em primeiro, que as estruturas de interação humana são predominantemente determinadas

por fatores ideacionais (...). Em segundo lugar, que as identidades e os interesses (...) são influenciados por esses fatores (...) e não [...] estáticos”.

Portanto, para a perspectiva construtivista, o determinismo propriamente dito não existe. O interesse dos Estados não é previamente determinado; ele depende das identidades formadas nos processos relacionais (Nogueira & Messari, 2005). Assim, nas negociações importa o reconhecimento de que é a interação negocial, e não os interesses e as identidades predefinidas ou preexistentes, que definem o resultado. Este encontra-se na interação relacional entre a agência e a estrutura. O processo deve ser percebido como o movimento relacional entre a agência e a estrutura na busca de um resultado favorável para as partes.

Ademais, na senda dessa perspectiva teórica, devemos compreender que os interesses e as identidades não persistem numa eventual preexistência; eles resultam da interação das partes. Consequentemente, a influência das percepções nas negociações pode encontrar fundamento no princípio da teoria construtivista social segundo o qual “people act toward objects, including other actors, on the basis of the meaning that the objects have for them” (Wendt, 1992, p. 397).

Deste modo, a intersubjetividade é importante e deve ser tomada a sério, porquanto, antes da balança de poder está a balança de significados e de entendimentos (Wendt, 1992), cuja abordagem teórica encontra melhor dimensão explicativa na perspectiva construtivista social. Neste sentido, o posicionamento negocial de um Estado sobre um determinado assunto tem em conta a estrutura da balança de poder, mas depende sobretudo do significado que é dado à balança de poder, ou seja, das percepções, expectativas e entendimentos intersubjetivos formados na interação social dos atores. Esta compreensão do sistema internacional e das relações internacionais pode contribuir para a explicação do facto de as negociações serem marcadas por percepções e formatadas por identidades; o que conta na determinação do posicionamento negocial de um Estado como Angola em relação à sua adesão à ZCL.

A adoção de posicionamento estratégico cooperativo ou competitivo, estudada por autores como Walton e McKersie (1965), Lax e Sebenius (1986), Rubin (1993), Pruitt (1993), Lewicki, Hiam e Olander (1996), Pruitt (2002), Lax e Sebenius (2006) não é pré-definida. Ela é endógena à interação negocial. Como dizem Jackson e Sorensen (2006, p. 163), na sua apresentação do construtivismo, “The relationship between structure and actors involves intersubjective understanding and meaning”.

A escolha da perspetiva teórica de Wendt para compreender a posição negocial de Angola no que concerne à sua adesão à ZCL-SADC encontra algum antecedente empírico, porquanto os estudos de Druckman (2001) demonstram que os fatores de *turning point* nas negociações políticas e comerciais são maioritariamente internos, enquanto nas negociações de questões de segurança são mais exógenas.

No mesmo sentido, no seu artigo sobre a negociação como um processo de aprendizagem, Cross (1977) aborda a questão da adaptação das expectativas, num processo de aprendizagem, sendo que as estratégias adotadas têm em consideração a perceção da estratégia da outra parte. Neste sentido, uma das questões abordadas pelo autor, que interessa ao nosso estudo, é a diferença entre as negociações políticas e as negociações económicas, sendo que estas tendem a tomar menos tempo em relação àquelas, primeiro porque a passagem do tempo é uma preocupação mais veemente para os economistas que para os políticos, mas sobretudo porque as questões económicas têm uma definição mais bem concebida e definida que as políticas.

No seu ensaio sobre o construtivismo, Adler (1999) apresenta um conjunto de assuntos das relações internacionais que podem ser objeto de uma agenda de pesquisa construtivista. Nesta agenda inclui a mudança nas relações internacionais, as comunidades epistémicas e a construção de fatos sociais, a natureza emergente dos atores políticos, a construção social do conflito e da guerra, assim como a construção social da paz democrática. Neste leque de temáticas, abordadas do ponto de vista construtivista, o presente estudo insere as negociações internacionais de âmbito regional.

Assim, o presente trabalho de investigação apresenta-se como uma proposta de exploração do contributo do construtivismo social na compreensão das negociações internacionais de âmbito regional. Para o efeito, aplicaremos a matriz teórica do construtivismo social explorado por Wendt, no sentido de entender os fenómenos negociais regionais, tendo como caso de estudo a negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC.

CAPÍTULO II: WENDT E A QUESTÃO CONSTRUTIVISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As teorias têm um papel importante na compreensão, explicação e mesmo previsão dos fenómenos. Esta importância é ainda mais evidente nas ciências sociais cujo objeto de estudo são realidades não físicas e que, no seu estudo, envolvem um esforço de abstração para que os fatos e processos por elas abordados sejam não apenas unificados por modelos, mas também tenham uma explicação e significado. Como realçado por Wendt (1999, p. 370), “All observation is theory-laden, dependent on background ideas, generally taken as given or unproblematic, about what kinds of things there are and how they are structured”.

As tentativas de abordagem científica da política internacional não são recentes e uma das suas manifestações é o esforço recorrente de estudar a política internacional e a sua condução diplomática, emancipando-se de uma perspetiva meramente filosófica. Neste sentido, autores como Behnke (2006) apontam três grandes tentativas de análise científica da política internacional, ultrapassando a dimensão exclusivamente filosófica: a resposta de Hans Morgenthau que se resume na exploração dos reais fundamentos da natureza humana; a proposta de Kenneth Waltz, afirmando as características estruturais do sistema internacional como base para o conhecimento científico sobre a política internacional; e a proposição de Alexander Wendt para quem o elemento de compreensão científica da política internacional reside na perceção da construção social do sistema por meio das estruturas sociais nas quais as ideias e as interações simbólicas determinam a maneira como os Estados se relacionam.

Embora esta interpretação historiográfica Behnke (2006) sobre a disciplina de Relações Internacionais enferma de alguma parcialidade, porquanto aprecia sobretudo a produção americana, ela pode servir de elemento para situarmos o surgimento da proposta defendida por Wendt, sobretudo no livro sobre a teoria social da política internacional. Assim, ao abordarmos o contributo da teoria construtivista social de Wendt, concentrar-nos-emos sobretudo na sua obra *Social Theory of International Politics*, sem deixar de lado os seus outros escritos, no sentido de melhor entendermos os contornos da sua perspetiva construtivista.

2.1. A QUESTÃO CONSTRUTIVISTA DE WENDT

O construtivismo não pode ser considerado como uma teoria cujo surgimento possa estar ligado ao estudo de fenómenos de política internacional, como sublinhado por Jackson

(2009). Deste modo, o construtivismo é uma abordagem à pesquisa científica social. Pelo que, pode ser considerado como uma abordagem teórica que serve de grelha de leitura e compreensão da realidade social. Como afirma Mendes (2017, p. 114), para o construtivismo, “o mundo político não é uma realidade física e material independente da interpretação humana”, implicando a reconsideração do papel da cultura, das identidades e normas na política internacional. Assim, o construtivismo não é propriamente uma teoria das relações internacionais, como sublinhado por autores como Adler (2002) e Fearon e Wendt (2002).

Embora atualmente seja muito abordada no âmbito das ciências sociais, inclusivamente pela disciplina de Relações Internacionais, o construtivismo enquanto orientação teórica não é uma exclusividade das ciências sociais, tendo sido também explorada pelas ciências biológicas, como aludido por Kratochwil (2006).

Para Adler (2002), o construtivismo é também, e em nossa perspetiva talvez primeiramente, uma abordagem metafísica que se aplica não apenas à política internacional, mas às ciências sociais e, por meio da filosofia das ciências, estende-se às ciências da natureza. Nesta perspetiva, para Adler (2002), o construtivismo é uma teoria social que serve de base para o estudo da política internacional e dos seus fenómenos como a guerra e a cooperação e não propriamente uma teoria das relações internacionais, como o são o realismo e o liberalismo. Do mesmo modo, Jackson (2009) assevera que o construtivismo é uma teoria social virada à explicação mas do que à previsão da ação social.

Na mesma linha de pensamento, Fearon e Wendt (2002) defendem que, tal como o racionalismo é uma abordagem metodológica baseada numa posição filosófica sobre a natureza e o funcionamento do conhecimento sobre a realidade social, o construtivismo pode ser compreendido como um conjunto de argumentos sobre a realidade social, inclusivamente a política internacional.

Por conseguinte, na aceção de Adler (2002), o construtivismo é uma corrente de pensamento que implica três dimensões: a metafísica, a teoria social, e a teoria e perspetiva empírica das relações internacionais. Na primeira dimensão, o construtivismo é uma abordagem filosófica sobre o que é e em que medida é objeto de conhecimento. Na segunda dimensão, o construtivismo pode ser entendido como uma teoria social que se preocupa em reconhecer e realçar o papel do conhecimento partilhado na constituição da realidade social. Por fim, na terceira dimensão, o construtivismo introduz na disciplina de relações internacionais a

preocupação por uma agenda de pesquisa que tenha em conta o papel das identidades, normas e outros fatores que evidenciam a constituição social da realidade.

Do ponto de vista da história do construtivismo na disciplina de Relações Internacionais, podemos considerar que ele aparece e começa a afirmar-se na década de 1980, sendo o contributo de Onuf (1989) uma referência preliminar. Este mesmo autor reconhece as profundas e antigas bases filosóficas e sociológicas do construtivismo: “As a philosophical position, constructivism is by no means mine alone. It has a considerable following in contemporary philosophy and social theory, and it comes in variations and degrees” (Onuf, 1989, p. 37). É assim que, para além de citar Goodman e Husserl, o autor revisita outros filósofos e estudiosos das teorias sociais, entre outros, Wittgenstein e Giddens.

Sobre a história do construtivismo, Jackson (2009) destaca os seguintes aspetos principais. Primeiro começou a surgir um grupo de especialistas em relações internacionais que, apontando algumas insuficiências do neorrealismo e do neoliberalismo, recorreram aos *insights* filosóficos da teoria crítica e sociológica desenvolvida por autores como Foucault e Derrida. Neste grupo, são colocados os trabalhos de autores como Ruggie (1983), Ashley (1984), Wendt (1987), Kratochwil (1989) e Onuf (1989). Outro aspeto, para além, da dimensão académica da exploração da teoria crítica social, foi o declínio da União Soviética e o fim da guerra fria, porquanto não poderiam ser explicados em termos de distribuição das capacidades, como tentariam o neorrealistas. Os fenómenos internacionais aludidos têm mais a ver com elementos domésticos (e não sistemáticos) e de índole normativa e (ou seja, não material), com os chamados novos ‘*norms*’.

Não querendo enveredar por um tratado de história sobre o construtivismo na disciplina de Relações Internacionais, pois não é o objeto desta pesquisa, limitamo-nos a explorar alguns elementos que consideramos fundamentais sobre a historiografia do construtivismo na disciplina de relações internacionais. Neste sentido, Adler (2002) defende que, apesar das circunstâncias históricas do fim da guerra-fria terem tornado popular a perspetiva construtivista nas relações internacionais, foi a introdução na disciplina da corrente de pensamento sociológica interpretativa, tempos antes do fim da guerra-fria que criou as condições para a exploração do construtivismo nas relações internacionais, passando a fazer parte integrante do debate teórico sobre a política internacional.

Desta forma, Adler (2002) critica a narrativa que reduz a origem do construtivismo na disciplina de Relações Internacionais à Onuf (1989), seguido posteriormente por Wendt (1987, 1992, 1999). Com efeito, para o autor, embora estes autores possam ser considerados, com razão, os pioneiros do construtivismo nas Relações Internacionais, esta perspetiva nesta disciplina pode remontar aos anos 1950, com os trabalhos de Karls Deutsch et al. (1957) sobre as Comunidades de Segurança, e mais especificamente aos anos de 1970 com os construtivistas radicais que assentavam a sua abordagem da política internacional no pensamento de autores como Foucault e Derrida; e nos anos 1980 pode-se ter em conta o contributo de construtivistas que estudam temas de política internacional, tais como Ashley e Der Derian com as suas publicações de 1987, e Linklater, Campbell e Walker, cujos trabalhos, alinhados com construtivismo, começam a evidenciar-se no início da década de 1990.

Esta referência historiográfica não pode estar separada do exame sobre as bases filosóficas do construtivismo. Para tal, fundamentaremos a nossa abordagem nos aportes de Wendt (1999) e de Adler (2002). Para o primeiro, as bases filosóficas do construtivismo, nos estudos sobre relações internacionais, remontam aos trabalhos de Grotius, Kant e Hegel, tendo em consideração a sua perspetiva idealista. Essa abordagem foi depois retomada nos estudos de política internacional por autores como Deutsch, Haas, e Bull. A mesma perspetiva é recuperada nos estudos de política externa por autores como Snyder, Bruck, Sapin, Jervis e Lebow. Neste sentido, surgem três abordagens do construtivismo, na década de 1980, sendo a primeira modernista, que teve como autores principais Ruggie e Kratochwil. A segunda abordagem é a pós-modernista, representada por Ashley e Walker; e a terceira é a feminista, desenvolvida por autores como Peterson e Tickner. O denominador comum destas perspetivas, na ótica de Wendt (1999) é a crítica da insuficiência de consideração da dimensão social nos estudos anteriores sobre política internacional.

Esta mesma posição é explorada por Jackson (2009), para quem existem duas abordagens teóricas muito influentes no âmbito das relações internacionais, o neorrealismo e o neoliberalismo. Os neorrealistas baseiam-se em posicionamento tanto racionalistas como positivistas, consubstanciados nos seguintes pressupostos: a anarquia como definidora do comportamento e interesses dos Estados, no sentido da maximização do poder; nos Estados como atores centrais da política internacional, preocupados pelo seu próprio interesse, na vertente racionalista, no sentido da autoajuda necessária, num sistema que leva ao dilema da segurança. Em relação ao neoliberalismo, tem fundamentos racionalistas e materialistas,

embora se focalize em aspetos tais como a cooperação, as instituições e regimes internacionais, a economia política internacional, não se limitando assim às questões de segurança.

Por sua vez, opondo o construtivismo ao neoutilitarismo, Ruggie (1998) distingue três expressões do construtivismo: o neoclássico; o pós-moderno; e o naturalístico. Na perspectiva de Hopf (1998) existem fundamentalmente duas manifestações do construtivismo na disciplina de relações internacionais: o convencional e o crítico, tendo ambas como objetivo comum a desnaturalização da realidade social.

Tratando dos fundamentos filosóficos e sociológicos do construtivismo nas Relações Internacionais, Adler (2002, p. 130) adopta o recurso à identificação de quatro correntes de pensamento filosófico, a hermenêutica objectiva neo-kantiana, a hermenêutica subjectiva linguística, a teoria crítica e a filosofia das ciências pragmatista, que influenciaram e alimentaram filosoficamente quatro perspectivas construtivistas nas Relações Internacionais, a moderna, a linguística moderna, a radical e a crítica.

Para Copeland (2006), a abordagem teórica construtivista diferencia-se das outras sobretudo por três elementos: em primeiro lugar, a afirmação do papel determinante das ideias, normas e valores partilhadas intersubjectivamente na política internacional; o que quer dizer que as estruturas ideacionais em si têm força causal separada da estrutura material defendida pelo neorrealismo. Em segundo lugar, a afirmada estrutura ideacional tem efeitos constitutivos e não apenas reguladores sobre os Estados, de tal sorte que eles redefinem as suas identidades e interesses no processo de interacção. Assim, o processo tem o poder de socializar os agentes, sendo que, contra as proposições neorrealistas e neoliberais os interesses e identidades dos Estados não são dados adquiridos, não-afectáveis pelas estruturas ideacionais. A terceira premissa do construtivismo é a de que os agentes e as estruturas são co-construídos, no sentido de que as estruturas ideacionais constituem os agentes, nas suas propriedades de identidades e interesses, mas também os agentes produzem, reproduzem e transformam a estrutura através de práticas discursivas. Portanto, as estruturas não são dados predefinidos e imutáveis; elas devem a sua existência, subsistência e mudança à interacção recíproca dos agentes.

Na acção de Wendt (1999), é construtivista toda teoria para a qual a estrutura do sistema internacional é constituída essencialmente de conhecimento partilhado cujos efeitos não se

limitam aos comportamentos, mas chegam à órbita das identidades e interesses. Neste leque de abordagens construtivistas da política internacional, Wendt coloca não apenas o contributo de Ruggie e Kratchowil, como também os trabalhos da Escola Inglesa, da Escola sobre a Sociedade Mundial, dos Pós-Modernistas, e da Teoria Feminista.

Na óptica de Fearon e Wendt (2002, pp. 75-76) “constructivists are interested in how the objects and practices of social life are ‘constructed’, and especially those that societies or researchers take for granted as given or natural”. Estes autores deduzem, desta posição comum dos construtivistas, algumas características principais: a afirmação do papel das ideias partilhadas enquanto fatores essenciais da construção da realidade social através de práticas; o reconhecimento da natureza socialmente construída dos agentes; a opção por uma estratégia de pesquisa que privilegia o holismo e não o individualismo, como por exemplo feito pelo racionalismo; a adopção de explicações baseadas numa perspectiva constitutiva e não apenas causal.

No que concerne à teorização construtivista acima descrita, Wendt (1999) defende um posicionamento que casa o holismo com o idealismo, no sentido de estar de acordo com algumas posições tradicionalmente realistas, tais como o Estado enquanto centro da política internacional, o interesse nacional e o efeito da anarquia no sistema internacional. Ao mesmo tempo, Wendt chama atenção ao papel central das ideias na perceção e vivência de tais efeitos estruturais, estando do lado liberal no que concerne à importância das ideias e das instituições, assim como da política doméstica, e da possibilidade aberta ao progresso nas relações internacionais.

Neste sentido, Copeland (2006) resume o argumento principal de Wendt nos seguintes elementos: o seu alvo é o neorrealismo desenvolvido por Waltz; o objetivo fundamental é a elaboração de uma teoria sistémica parcimoniosa que demonstre a força da estrutura, não material, mas ideacional. Deste modo, a cultura em que os Estados podem encontrar-se resultam de práticas sociais discursivas que reproduzem e transformam a visão de cada ator sobre si mesmo e sobre o outro.

Portanto, o construtivismo social explorado por Wendt é uma aceitação da ação da estrutura sobre os agentes e ao mesmo tempo uma afirmação de que as forças das estruturas só têm sentido através das ideias, fazendo jus a sua dimensão social. Ou seja, o construtivismo de Wendt deve ser considerado como holístico, do ponto de vista dos efeitos da estrutura sobre

os agentes e idealista no que concerne a força e a importância das ideias na realidade social. Wendt afirma-se assim como defensor de um construtivismo estruturalista.

2.2. OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA PROPOSTA DE WENDT

O livro de Wendt sobre a teoria social da política internacional é considerado por autores como Copeland (2006) e Kratochwil (2006) como um trabalho que articula elementos de filosofia social com os de ciência social. Aliás, Wendt (1999) defende que o seu livro é de dimensão ontológica, a qual tem merecido pouca atenção por parte de estudiosos das relações internacionais.

Para entender o posicionamento de Wendt, no que concerne às questões epistemológicas e ontológicas, devemos reconhecer que, para o autor, nos estudos sobre relações internacionais, prestou-se mais atenção à dimensão epistemológica do que à ontológica ao ponto de a maior parte dos trabalhos em relações internacionais serem, no prisma epistemológico, realistas, ao menos implicitamente, quando afirmam serem antirrealistas, porquanto assumem a natureza como a base material da sociedade, embora não se limitando nela.

Tal facto é considerado pelo autor como normal, porquanto os especialistas em relações internacionais não devem ser necessariamente filósofos na sua principal tarefa de ajudar a entender a política internacional. Todavia, embora não sejam filósofos, por mais empíricos que sejam os estudos em relações internacionais, baseam-se em assunções metafísicas sobre o sistema internacional e a sua estrutura. Esta perspetiva, inspira-nos a reservarmos esta parte do nosso estudo à análise de elementos ontológicos na perspetiva de Wendt sobre o sistema internacional. Embora não se pretende fazer desta abordagem um capítulo de tratado filosófico, desejamos apenas fundamentar a nossa escolha teórica e levantar o véu que algumas vezes venda a possibilidade de se explorar o construtivismo para a compreensão das negociações internacionais de âmbito regional, com o apoio de um estudo empírico sobre o caso da adesão de Angola à ZCL-SADC.

Como destacado por Suganami (2006), a argumentação de Wendt consiste em acusar as insuficiências do neorrealismo e do neoliberalismo com base na sua identificação com o individualismo, que, por sua vez, assume as identidades e os interesses, enquanto propriedades dos agentes, como sendo independentes da estrutura social. Neste sentido, é necessário trazer uma nova proposta teórica, de cariz construtivista, que afirme

cientificamente os efeitos constitutivos (de ligação lógica ou conceitual) da estrutura social sobre os agentes.

Wendt (1999) considera que a perspetiva convencional sobre as relações internacionais aceita duas premissas fundamentais sobre o sistema de Estados, largamente desenvolvidas por Waltz no seu livro sobre teoria da política internacional, quais sejam, individualista, baseado numa aceção microeconómica do sistema internacional e materialista no sentido de olhar fundamentalmente para o poder e interesses como fatores fundamentais das relações entre os Estados.

No seu livro sobre a *Teoria Social da Política Internacional*, Wendt (1999) mostra-se interessado em, a partir de uma base construtivista, abordar duas dimensões importantes do estudo das relações internacionais. De um lado, existem questões de teoria social, relacionadas com a ontologia, a epistemologia e a metodologia. Wendt (1999) propõe-se assim abordar de forma geral as questões sobre o que existe e como podemos estudá-lo e compreendê-lo; o que o autor chama de questões de segunda ordem. Por outro lado, o autor está interessado pela dimensão substantiva sobre a política internacional, enquanto um sistema social específico, ou seja, uma abordagem mais aplicada e empírica.

Wendt (1999) assume ter defendido na sua obra uma ontologia social ou idealista. Esta posição resulta da sua análise e crítica à perspetiva neorrealista sobre a política internacional, sistematizada mormente por Waltz. Para Wendt, essa perspetiva neorrealista é baseada numa ontologia materialista e individualista que levou à conclusões questionáveis sobre a política internacional. Deste modo, é necessário afirmar, na política internacional, o poder das ideias enquanto fatores que dão sentido aos elementos materiais.

Wendt (1999) estabelece uma relação significativa entre o seu pensamento e o contributo neorrealista de Waltz no estudo da política internacional. Desta forma, a referência à teoria social da política internacional não surge apenas como uma proposta de abordagem construtivista da política internacional. Ela também aponta ao sentido crítico em relação à Waltz enquanto autor da obra sobre a qual se baseia a proposta de Wendt. Como afirmado por Copeland (2006), os trabalhos de Wendt, apresentados nos seus artigos e no seu livro sobre a teoria social da política internacional constituem a crítica mais sofisticada e complexa do realismo estrutural.

Com efeito, se o pensamento de Waltz acentua a dimensão política das relações internacionais, traduzida no seu neorrealismo estrutural, a proposta de Wendt enfatiza a dimensão social das relações internacionais, o que se traduz no seu construtivismo estruturalista. Como confirmado pelo próprio autor, “Power and interest are important factors in international life, but since their effects are a functions of culturally constituted ideas the latter should be our starting point” (Wendt, 1999, p. 41).

Entrementes, a proposta de construtivismo apresentada por Wendt (1999) constitui uma crítica tanto ao neorrealismo de Waltz como ao neoliberalismo e ao racionalismo. Todavia, ela vai mais longe ao ponto de criticar as perspetivas construtivistas radicais, negando qualquer função dos elementos materiais na realidade social. Essa crítica é feita através da adopção de uma ontologia positivista e uma epistemologia pós-positivista. Pelo realismo científico, Wendt busca uma forma de teorização construtivista que respeita a importância da natureza e das forças materiais, embora afirmando que os seus efeitos na política internacional são intermediados por fatores ideacionais. Como interpretado por Riche (2015, p. 32), “Wendt se afasta de versões construtivistas que conferem um pleno poder às ideias (*ideas all the way down*). Com base no realismo científico adotado, defende ele a existência de um materialismo residual (*rump materialism*)”.

De acordo com Copeland (2006), a proposta construtivista apresentada por Wendt considera as perspetivas construtivistas radicais, como limitadas na crítica ao neorrealismo. Com efeito, são radicais no sentido de reduzirem todos os aspeto da sociedade às ideias, não deixando qualquer espaço as forças materiais.

Desta perspetiva ontológica Adler (2002) tira algumas conclusões consubstanciadas primeiro no facto de que a realidade social é composta de entendimentos intersubjetivos e de ideias e não apenas de forças materiais. Daí decorre que os fenómenos sociais estão intrinsecamente ligados à consciência e à linguagem humana, as quais fazem sentido enquanto entendimento e normatividade coletiva. Assim, abre-se a porta para a ilação da constituição mútua dos agentes e da estrutura.

Embora do ponto de vista ontológico seja construtivista, Wendt define-se, no que concerne a dimensão epistemológica, como positivista, acreditando num realismo científico plural, que dá espaço à compreensão, não apenas à explicação. Para o autor, é possível fazer ciência

sobre realidades não observáveis. A realidade social, desse ponto de vista epistemológico, deve ser estudada na perspectiva positivista e conhecer a estrutura da política internacional.

Neste sentido, para justificar a possibilidade das teorias fornecerem conhecimento sobre não observáveis, defendendo o seu estatuto ontológico, Wendt recorre ao instrumento filosófico lógico da *inferência à melhor explicação* aplicada à realidade da política internacional, no sentido de que a teoria sobre o Estado, sendo a melhor explicação, para atividades de pessoas tais como diplomatas, militares e membros do governo é aceitável, mesmo que a indução não nos dê a certeza dedutiva. Por conseguinte, é uma base válida para o conhecimento científico, mesmo se depois se prove que a teoria não era a melhor para explicar tal fenómeno, o que também acontece nas ciências da natureza, com a realidade observável.

Assim, tanto nas ciências da natureza como nas ciências sociais, as observações podem ter lentes teóricas, mas não podemos chegar ao ponto de afirmar que elas são determinadas pelas teorias (Wendt, 1999). Para além disso, na perspectiva do realismo científico, Wendt defende que a realidade social permanece objectiva, apesar de baseada em ideias compartilhadas. Sendo dotada de uma estrutura interna e externa, não se pode reduzir à realidade natural. Todavia, para servir melhor os estudos sobre a realidade social, inclusivamente sobre a política internacional, esse realismo científico passa, na perspectiva de Wendt, pelo seu casamento com uma ontologia já não positivista, mas pós-positivista.

Do ponto de vista ontológico, Wendt afirma-se pós-positivista e estabelece uma diferença entre as realidades de força material bruta e a realidade das ideias, sendo que a força material bruta tem “poder causal intrínseco” que não se pode aplicar à realidade social. No entanto, a força material só intervém estruturalmente, do ponto de vista social, pelas ideias e pelo conhecimento partilhado.

Portanto, é necessário que se desenvolva um posicionamento epistemológico que dê o devido espaço à ontologia e reconheça a sua precedência em relação às posições epistemológicas, pois, “The world is what it is, whether we see it or not” (Wendt, 1999, p. 52). Aí o realismo científico pode ser uma corrente epistemológica que dá outros fundamentos aos estudos científicos sobre a política internacional. Como observado por Riche (2015, p. 27), “seria o desenvolvimento de uma argumentação epistemológica sólida, qual seja: o estado e o sistema de estados são reais e, muito embora inobserváveis, passíveis de apreensão científica”.

Em relação ao racionalismo, esta abordagem dominou o debate teórico-metodológico na disciplina das relações internacionais, tendo sido abraçado pela ciência política no geral, a partir de uma corrente que se terá interessado nos seus resultados do ponto de vista explicativo do comportamento humano, recolhidos pelos estudos de economia. Ora, houve nesse caso uma inversão de funções ou diríamos de posições, sendo que a teoria passou a depender de uma abordagem metodológica e, deste modo, muitas questões interessantes do ponto de vista ontológico e epistemológico ficaram por questionar e algumas hipóteses se tornaram dados adquiridos, limitando o horizonte do exercício de questionamento investigativo científico.

Fearon e Wendt (2002) consideram que, do ponto de vista epistemológico, o construtivismo é plural, porquanto existem pelo menos três posições: positivista, interpretivista, e pós-moderna. De facto, quando se trata da abordagem epistemológica, os construtivistas seguem caminhos diferentes, uns optando pela perspectiva da interpretação do sentido da realidade social, reconhecendo limitada ambição para generalizações, outros escolhendo a visão de que o conhecimento científico passa por um certo positivismo, entendido em termos do realismo científico.

Ao invés de adotar a divisão designativa entre positivistas e interpretivistas, ou a de positivistas versus pós-positivistas, Wendt (1999, p. 39) sugere a distinção entre os naturalistas e os anti-naturalistas: “what divides the two camps is whether they think the methods of natural science are appropriate in social inquiry, it might be better to call them “naturalists” and “anti-naturalists,” or advocates of “Explanation” and “Understanding” respectively”.

Entrementes, sejam positivistas versus pós-positivistas, naturalistas versus anti-naturalistas, o elemento tradicional de diferenciação entre essas duas posições epistemológicas tem sido o facto de os primeiros privilegiarem uma abordagem científica social que passa por testes e confirmação de hipóteses, atendo-se à realidade objectiva (daí algumas vezes a sua referência em termos de realismo científico), enquanto os segundos têm uma preferência pelo discurso e pela interpretação do sentido das coisas sociais.

Portanto, se no prisma epistemológico, Wendt pode ser considerado um construtivista pouco ortodoxo na medida em que opta pelo realismo científico; na dimensão ontológica, Wendt é holista estruturalista, porquanto, embora reconheça a importância de fatores materiais na

política internacional, advoga que eles só têm significado a partir de elementos de alcance subjetivo e intersubjetivo. No entanto, Wendt não se afirma individualista, porquanto defende o peso da estrutura no sistema internacional, cuja realização em consonância com a agência está impregnada em práticas decorrentes da interação social; o que nos leva a seguir a refletir sobre a relação agente e estrutura num sistema internacional em que o Estado é ator central.

2.3. A CENTRALIDADE DO ESTADO NUMA PERSPETIVA SISTÉMICA E A RELAÇÃO AGENTE E ESTRUTURA

No trabalho de Wendt (1999), o Estado é adotado como agente principal da política internacional com consequências do ponto de vista da sua análise a partir de características antropomórficas como a clássica racionalidade, intencionalidade, identidades e interesses. Uma das tarefas principais do Estado, enquanto ator central da política internacional é a regulação da violência, papel também desempenhado a nível interno, de forma hierárquica, pois o Estado, na sequência do pensamento weberiano, é a estrutura que detém o monopólio do uso da força. Embora ao longo da história outros atores não-estatais tenham surgido disputando com os Estados a sua intervenção nas relações internacionais, alguns dos quais desafiando o papel regulador da violência no âmbito internacional; a centralidade do Estado ainda é efetiva mesmo nos casos em que são postos em ação mecanismos de prevenção ou ultrapassagem do uso da violência, através de processos negociais. Neste sentido, para Wendt (1999), a centralidade do Estado constitui um dos elementos principais para pensar a política internacional em termos sistémicos.

Olhando para como as teorias tradicionais têm abordado as estruturas do sistema internacional, Wendt (1999) declara que os neorrealistas olham para o sistema internacional com lentes materialistas, concluindo que o sistema é constituído pela distribuição de capacidades materiais, combinando o materialismo com o individualismo, no sentido de assumir uma visão microeconomista da política internacional. Do mesmo modo, os neoliberais partem da base materialista e acrescentam uma superestrutura institucional. Assim, do outro lado, encontram-se os construtivistas que, partindo de fundamentos ontológicos idealistas, defendem que a estrutura do sistema internacional é constituída pela distribuição de ideias e não pelo poder material.

Para Wendt, uma teoria é sistémica na sua qualidade tanto de variável independente quanto de variável dependente. Como variável dependente, uma teoria é sistémica, quando tem como

objeto de explicação ou tenta explicar os padrões de comportamento dos Estados enquanto agregados e não como unidade. Na qualidade de variável independente, a teoria é sistémica quando o comportamento dos Estado é explicado a partir do poder causal da estrutura do sistema internacional (Wendt, 1999, p. 11).

Na óptica de Wendt, é um falso problema dividir, como perspectiva Waltz, as teorias sistémicas das reducionistas, afirmando que as primeiras têm como variável independente da política internacional a estrutura do sistema internacional, e as segundas as propriedades de interação dos agentes. Neste sentido, o que mais interessa é a diferença entre as diversas formas como as estruturas se relacionam com os agentes, ou seja, como os agentes são estruturados de forma diferente, resultando em efeitos também diversos. Pelo que, existem diferentes teorias sistémicas, e o que as diferencia é a forma como olham para a estrutura do sistema.

Na sua obra, Wendt (1999) está interessado em estudar a natureza e os efeitos da estrutura do sistema internacional. Para tal, recorre à teoria social que lhe permite conceber a estrutura do sistema internacional do ponto de vista social e não apenas material, no sentido de distribuição de poder, como o faz a tradição neorrealista, waltziana, que tanto influenciou a disciplina de relações internacionais.

A visão materialista da estrutura das relações internacionais concentra-se, de acordo com Wendt (1999, p. 23), em cinco fatores fundamentais: (1) natureza humana, (2) recursos naturais, (3) geografia, (4) forças de produção, (5) forças de destruição. Esses fatores estruturais materiais têm efeitos sistémicos principais tais como a manipulação do contexto mundial, o reforço do poder de alguns autores sobre os outros, criando ameaças e colocando atores em disposição de guerra.

A afirmação wendtiana de uma perspectiva social, ao invés de material, da estrutura do sistema internacional não nega a existência de fatores materiais, sejam eles demográficos, geográficos, económicos, militares. O que ele pretende acentuar é o facto de que tais forças materiais de poder só têm significado e efeito para os Estados numa perspectiva social, onde as crenças, normas, expectativas, ideias partilhadas dos Estados contam. Na perspectiva social, as capacidades materiais têm de fazer sentido para os Estados; têm de tornar-se ideias partilhadas, para que possam afetar a ação dos Estados. Daí Wendt preferir referir-se à distribuição de ideias.

Em relação às teorizações sobre a estrutura do sistema internacional, Wendt (1999) traz à discussão a análise das várias tentativas no geral, sem se limitar à dimensão da política internacional, resumindo-as em quatro, que resultam da combinação de dois grandes debates: natureza material versus social das estruturas; e a relação existente entre a estrutura e os agentes. Tendo cada debate produzido duas posições, conclui-se sobre a existência de quatro sociologias da estrutura: materialista, idealista (do primeiro debate) e individualista e holista (do segundo debate). Para Wendt, o mapa daí resultante é aplicável para todos os sectores ou dimensões da sociedade que sejam objeto de estudo. Pelo que, pensamos também é aplicável à compreensão social das negociações internacionais. Assim, existem quatro tipos de sociologias que podem ser encontradas nas teorias sobre a política internacional: materialismo, idealismo, individualismo e holismo.

Considerando os emparcelamentos entre, por um lado o eixo sobre a incidência da estrutura e o eixo sobre a intervenção das ideias, Wendt (1999) encontra quatro perspetivas principais adotadas: o materialismo ligado ao individualismo, conforme fazem o realismo clássico, o neorrealismo e o neoliberalismo; o materialismo relacionado com o holismo, que está na base das posições do neorrealismo, do marxismo neogramsciano e da teoria do sistema-mundo; o idealismo acoplado ao individualismo serve de fundamento para o liberalismo e o neoliberalismo; e finalmente, o idealismo unido ao holismo pode ser encontrado na escola inglesa, na teoria da sociedade mundial, no feminismo, no pós-modernismo e no construtivismo.

Aplicando o seu mapa de teorização estrutural, tendo em conta as quatro mencionadas sociologias, Wendt (1999) classifica as teorias convencionais das relações internacionais da forma que a seguir descrevemos. O realismo clássico é individualista, tendo em conta a sua conceção antropomórfica do Estado cuja construção não é relacionada com o sistema internacional. Ele é também materialista, pois coloca o acento nas capacidades materiais dos Estados. O neorrealismo é também materialista e poderia ser considerado estruturalista, porquanto traz ao debate o peso da estrutura do sistema internacional. Contudo, a sua posição estruturalista é fragilizada devido a sua âncora em comparações baseadas em conceções microeconómicas, reduzindo os efeitos estruturais apenas aos comportamentos e não às identidades e interesses.

Este defeito apontado ao neorrealismo é, na perspetiva de Wendt, partilhado pelos neoliberais que, para além da conceção individualista da estrutura, assumem o peso das forças materiais

como constitutivas da estrutura da política internacional, embora tragam a dimensão do papel autónomo da superestrutura institucional e do papel das expectativas.

Do ponto de vista da relação holismo (estruturalismo) e individualismo, Wendt (1999) considera o neorrealismo como uma teoria individualista que considera as identidades como dados adquiridos, sendo que a estrutura tem apenas efeitos sobre os comportamentos dos Estados e não afeta a sua identidade. A teoria sobre o Sistema-mundo é apresentada por Wendt como holística e mais preocupada com as relações de produção; o Marxismo neogramsciano é considerado holístico com bases materialistas. Finalmente, o liberalismo é idealista mas continua individualista, porquanto repousa numa perspetiva em que os interesses dos Estados dependem muito de fatores domésticos.

Para Wendt (1999), os materialistas preferem olhar para os efeitos causais, enquanto os idealistas olham e privilegiam os efeitos constitutivos. Embora não sejam excessivos, esses efeitos são diferentes. Nos efeitos causais uma determinada variável antecede, condiciona e existe independentemente da variável gerada. Nos efeitos constitutivos, uma determinada variável é o que é porque está relacionada, sem disjunção temporal, com a outra, a qual a pressupõe (Wendt, 1999, p. 25). Na interpretação de Suganami (2006, p. 67), esta distinção estabelecida por Wendt permite ver que, enquanto na relação causal existe “*mechanistic coming about or intentional bringing about of an effect-event (under a relevant description)*”, na relação constitutiva regista-se o “*making a particular description of something logically possible*”. Assim, o construtivismo está mais interessado em explicações constitutivas do que causais.

De acordo com Wendt (1987), o problema clássico nas ciências sociais entre o agente e a estrutura, pode ser observado a partir de duas perspetivas, ontológica e epistemológica. Do ponto de vista ontológico, interroga-se sobre a natureza destas duas entidades, agente e a estrutura. Neste sentido, a resposta à questão ontológica pode ser a de tornar uma das unidades de análise ontologicamente primitiva ou a de conferir às duas um estatuto ontológico igual e irreduzível. Estas respostas podem resultar em três perspetivas, individualista, estruturalista e estruturacionista. Ao nível das relações internacionais, o neorrealismo representa a resposta individualista, enquanto a teoria do mundo sistema adota a perspetiva estruturalista. Assim, cada uma reduz uma das unidades (agente ou a estrutura) a outra. No caso do realismo, a unidade primitiva torna-se o Estado com as suas propriedades e interação,

enquanto para a teoria do sistema mundo, os Estados submetem-se aos requisitos da economia mundial capitalista.

Deste modo, para os neorrealistas existem atributos observáveis do Estados, que constituem a distribuição de poder, e esta dimensão individualista estrutural condiciona as escolhas pré-existentes dos Estados. Pelo que, pode-se dizer que para esta corrente teórica, a estrutura é compreendida em termos individualistas. Já a teoria do sistema mundo recorre aos princípios de organização do capitalismo a nível da economia mundial, de tal sorte que a estrutura é abordada em termos estruturalistas e não individualistas. Daí a conclusão de Wendt (1987, p. 336) segundo a qual “neorealism embodies an individualist ontology, while world-system theory embodies a holistic one”. Por sua vez, a perspectiva estruturacionista dá aos agentes e às estruturas o mesmo status ontológico, no sentido de serem abordados como mutuamente constituídos (Wendt, 1987, p. 363). Assim, o estruturacionismo ultrapassa o reducionismo e a reificação das duas perspetiva primeiras.

Esta abordagem ontológica tem consequências sobre as opções epistemológicas. Assim, por exemplo as perspetivas que tomam o ser humano como sujeito orientado para objetivos, tal como a teoria da escolha racional, procuram perspetivas epistemológicas que têm no agente como centro de explicação dir-se-ia interpretativa. Enquanto as abordagens que abordam o ser humano apenas como organismos que respondem aos estímulos, tal como a perspetiva behaviorista, optam por uma epistemologia que redunde em explicações interessadas em causas assumidas de forma mecanicista.

Do mesmo modo, nas abordagens estruturalistas, as teorias sociais que tomam como centro primitivo as propriedades do indivíduo optam por explicações em que as estruturas estão condicionadas pelas escolhas dos Estado preexistentes; enquanto as teorias que partem da estrutura como unidade ontológica primitiva explicam o comportamento dos Estados a partir das estruturas. Contudo, quando se trata de saber sobre a importância mais relevante entre a explicação baseada no agente e explicação baseada na estrutura, tanto o neorrealismo como a teoria do mundo sistema estão de acordo sobre a preeminência da explicação baseada na estrutura. Para a relações internacionais significa que qualquer teorização não deve ignorar dois elementos principais de análise, o Estado como agente e o sistema enquanto estrutura. A proposta do estruturacionismo significa, em outros termos, a co-constituição dos agentes e das estruturas, ou seja, estamos aqui diante da afirmação de que a relação entre agente e estrutura apenas tem sentido pela mediação, diríamos dialética, da interação.

Uma posição já defendida no seu artigo de 1992, sobre a natureza social da anarquia no sistema internacional, para Wendt (1999), a anarquia não deveria levar necessariamente à uma lógica ou à uma cultura; pois, da ligação direta da anarquia com a autoajuda não passa de uma presunção. A anarquia não deve necessariamente implicar um sistema egoístico de autoajuda dos Estados sobre a sua segurança, porquanto pode ter diferentes lógicas.

Se existem diferentes lógicas ou culturas de anarquia, podemos ainda falar de distribuição de poder? Wendt (1999) defende que sim. Tendo defendido que a anarquia por si só, como sistema, não se identifica com um tipo apenas de estrutura, e por conseguinte não deve necessariamente ser amarrada à autoajuda, Wendt (1999) identifica três tipos de culturas de anarquia: a hobbesiana, a lockeana e a kantiana, sendo que apenas na primeira se verifica o sistema de autoajuda dos Estados. O autor defende a existência de diferentes culturas de anarquia pois, como sublinha, a anarquia por si só é ausência e não presença. Ora, a presença é a marca do tipo de atores e estruturas constituídas no sistema, ou seja da cultura política que se instala.

A estrutura profunda da anarquia é cultural, no sentido de ser essencialmente ideacional e não material. Assim, pode-se compreender a variação das lógicas de anarquia, não nos limitando, por exemplo, à lógica hobbesiana da autoajuda. Wendt (1999) sugere que no centro da cultura hobbesiana encontramos a do inimigo, que ameaça os adversários, porquanto não existe limite no uso da violência contra o outro; já na cultura lockeana, existe o rival, que numa visão competitiva usa a violência para o desenvolvimento dos seus interesses, mas limita-se, porquanto não vai ao ponto de matar o outro, e finalmente no âmago da cultura kantiana está o amigo, enquanto aliado que não faz recurso a violência para resolver as suas disputas, e formam uma equipa para fazer face as ameaças de segurança.

A cultura constitui a estrutura do sistema internacional e que os Estados obedecem as normas culturais essencialmente por três razões ou através de três caminhos de internalização: força, preço e legitimidade; ou seja, internalizo porque sou obrigado, porque encontro benefícios próprios, ou porque concordo com as normas (Wendt, 1999). Em consequência, o autor identifica esses degraus de reprodução de uma estrutura com três explicações teóricas sobre as normas no sistema internacional. “These explanations correspond roughly to Neorealist, Neoliberal, and Idealist [constructivist?] theories of “the difference that norms make” in international life.” (Wendt, 1999, p. 250). Assim, por exemplo, a internalização da cultura hobbesiana pode ser feita através de três caminhos: o caminho do realismo tradicional, que é o

da força; o caminho do neoliberalismo ou do racionalismo, pelo preço; e o caminho do idealismo ou do construtivismo, que é pela legitimidade. Este último caminho ou, como também é chamado pelo autor, hipótese, consiste na aceitação das normas e a sua apropriação e identificação.

As ideais partilhadas, entre as quais encontramos normas e regras, são da dimensão da cultura e podem manifestar-se tanto em sistemas cooperativos como competitivos ou mesmo conflituosos. Para Wendt (1999), a conflitualidade ou a cooperação em um sistema não depende da anarquia e da distribuição de poder, mas sim de uma cultura partilhada, a qual resulta de práticas sociais discursivas. Elas resolvem o problema sociológico e não o político sobre a ordem internacional.

Com efeito, nas relações sociais existem dois tipos de problemas ligados à ordem: o de índole política e o de carácter sociológico. No primeiro caso, a ordem é imposta através de tentativas cooperativas, ou seja, pela redução da violência, por exemplo pelo reforço do comércio. O outro problema tem a ver com a criação de padrões estáveis de comportamento, sejam eles cooperativos ou conflituais. Ora, esta padronização de comportamentos, que reflete uma regularidade social, ao contrário da realidade natural que são definidas por forças materiais, resulta de ideias partilhadas. As ideias compartilhadas não devem ser reduzidas ao problema político de trabalhar em vista de um fim comum.

Na perspetiva de Wendt (1999), a lógica de autoajuda defendida pelos realistas encontra-se efetivamente na cultura hobbesiana baseada na imagem do inimigo. Desta forma, o atual sistema de Estados, apesar de anárquico, não é hobbesiano do ponto de vista da sua cultura. Ele é mais do tipo lockeano, em que os Estados reconhecem reciprocamente a sua soberania, embora não estejam livres do recurso à violência na resolução de algumas disputas.

Descrevendo a cultura lockeana, Wendt (1999) afirma que ela é baseada na instituição da soberania, a qual se internaliza por três caminhos: a coerção, que corresponde a explicação realista, em que os Estados obedecem as normas de soberania porque assim são forçados; o interesse próprio, que é a hipótese neoliberal ou a racionalista, porquanto defende que Estados cumprem com as normas de soberania porque acreditam que assim desenvolvem o seu próprio interesse tais como os de segurança e os de comércio; e a legitimidade que corresponde a perspetiva idealista ou a construtivista.

A terceira cultura de anarquia é a kantiana, recorrendo aos elementos de pensamento do autor da obra sobre *A Paz perpétua*. Esta corporiza uma nova cultura política internacional em que as normas são a não-violência e ação conjunta. A imagem para esta cultura é a do amigo. Ora, o conceito de amigo é pouco explorado na literatura política e sobretudo das relações internacionais. Contudo, Wendt (1999) tenta abordar o conceito de amizade e explica-o, valendo-se de duas regras fundamentais: o não recurso à violência para a resolução de conflitos e o trabalho em equipa para afrontar os desafios e ameaças de segurança. Assim, são as ideias que dão sentido e significado às capacidades materiais e aos interesses dos Estados no âmbito das relações internacionais.

Em relação ao progresso na política internacional, na perspectiva wendtiana, nada está garantido como melhor para o futuro. Mas, pelo menos, o pior está fora de questão. Neste sentido, o autor parece optimista em relação ao que poderíamos chamar uma espécie de filosofia da história evolutiva, embora se trate ainda de uma visão do progresso como resultado de uma contingência histórica, não havendo nada de necessário.

2.4. A DIMENSÃO SOCIAL DAS IDENTIDADES E DOS INTERESSES

Os Estados, enquanto agentes centrais da política internacional, têm como propriedades principais as identidades e os interesses, os quais, na perspectiva de Wendt, são socialmente construídos, tendo como mecanismos principais a imitação e a aprendizagem social.

Embora a consideração dos interesses, sobretudo o interesse nacional, seja tradicional, inclusivamente nos trabalhos de realistas clássicos como de Morgenthau (1978), o elemento identitário começa a ganhar espaço de exploração nas relações internacionais, com o construtivismo. Como referido por Adler e Barnett (2000), é necessário ter em conta que o fim da guerra fria e também a evolução das teorias das relações internacionais trazem para o debate sobre a política internacional um elemento importante que é o da identidade, que a perspectiva construtivista assume, ligada às normas e à dimensão social da política internacional. O mesmo é observado por Mendes (2005, p. 66) ao frisar que o construtivismo “tem tentado criar novas áreas de investigação, das quais a identidade é uma delas”. No mesmo sentido, Ide (2008, p. 18) considera que “a perspectiva realista deixa de fazer questionamentos sobre como se deu a formação [dos] interesses nacionais (...) tampouco contempla questões não materiais relevantes, como a identidade dos Estados e o histórico de

suas relações”. Deste modo, o construtivismo olha para os interesses, inclusivamente o interesse nacional, dos Estados não como previamente dados.

As abordagens sobre as identidades e interesses podem ser agrupadas em duas perspetivas: a racionalista e a construtivista. De acordo com Wendt (1999, p. 44), existem duas maneiras de olhar para a interação dos Estados: a perspetiva racionalista e a abordagem construtivista: “a rationalist model which treats identities and interests as exogenously given and constant, and a constructivist model, drawing on symbolic interactionism, which treats them as endogenous and potentially changeable”. Com efeito, os racionalistas assumem as identidades e interesses como dados, sendo que a estrutura influencia apenas os comportamentos (Wendt, 1999, p. 34). Como sublinhado por Militão (2005, p. 51), estas perspetivas “pressupõem a imutabilidade das identidades e interesses dos atores em relações internacionais, ignorando a [sua] raiz social”. Por conseguinte, elas têm na previsibilidade da relação entre as unidades um fator fundamental do contexto (Patrício, 2019). Deste modo, a perspetiva racionalista leva a entender que a interação social terá apenas efeitos cosméticos sobre as identidades e interesses que não mudariam, pois os efeitos só se registariam a nível dos comportamentos calculados em função dos incentivos (Wendt, 1999).

A visão sobre as identidades e interesses como dados implica a sua aceção como objeto e não como processos que têm uma dimensão social fundamental ligada a interação social. Assim, estamos perante uma questão não apenas metodológica, mas também ontológica, sobre que tipo de coisas se tratam, pois estar-se-ia a referir sobre a natureza das identidades e interesses como objeto e não como processo.

Podemos olhar para as identidades e interesses como sendo formados por estruturas domésticas ou sistémicas. Se se defende que são estruturas domésticas, afirma-se que os interesses serão exógenos ao sistema internacional. Ao contrário, se forem sistémicos então os interesses serão endógenos ao sistema internacional. Neste sentido, de acordo com Wendt (1999, p. 38), as abordagens racionalistas, sendo baseadas no individualismo, não dispõem de instrumentos suficientes para estudar “endogenous preference formation”.

Para Wendt, é verdade que as identidades têm uma componente de formação muito ligada à fatores domésticos dos Estados, como bem acentuado pelos liberais; contudo, este reconhecimento, de fatores constitutivos domésticos não deve ignorar os elementos

sistémicos, da estrutura da política internacional que tornam possível e condicionam tais identidades, porquanto estão imbuídas e incorporadas neste contexto sistémico.

A questão da mudança, abordada a partir da perspectiva da possibilidade do surgimento de uma nova cultura, dentro das estruturas já existentes, tem, também, na visão de Wendt (1999), duas respostas: uma racionalista e outra construtivista. A racionalista considera os agentes como exógenos ao processo, na medida em que existe primeiro um processo de formação das preferências, interesses e identidades que é exógeno e só depois aparece a interação cujo resultado depende do valor ou preço esperado dos comportamentos dos atores. Trata-se aqui da redução das propriedades dos agentes aos dados pré-sociais. Neste sentido, as identidades e interesses não são consideradas como fazendo parte e sustentadas pela interação social, são exógenos. Os interesses são dados adquiridos e a teoria apenas explica como os comportamentos mudam tendo em conta a mudança de incentivos no contexto.

Já a perspectiva construtivista considera mais do que a mudança de comportamento resultante da adaptação aos incentivos do contexto; ela compreende que as identidades e interesses são endógenos à interação. Não sendo reduzidos à dados adquiridos pré-sociais, as identidades e interesses dos Estados podem mudar na sua interação; e mesmo que haja uma estabilidade nas identidades e interesses dos Estados esta é endógena à interação.

A formação coletiva da identidade resulta, de acordo com Wendt (1999, p. 44), de pelo menos quatro fatores principais: “interdependence, common fate, homogenization, and self-restraint”. Na interpretação de Suganami (2006), a interdependência, enquanto variável que ajuda a criar uma cultura coletiva, é um fator que intervém sobretudo quando a interação dos Estados é mais densa, levando a constituição de círculos concêntricos de identificação em torno de áreas específicas. A variável destino comum surge lá onde o medo da exploração não é muito intenso. A homogeneidade tem o seu efeito enquanto fator que ajuda a reforçar o sentimento de pertença a um grupo. Finalmente, a autorrestricção agiria pelo cumprimento repetido das normas ou mesmo pelo processo de flexibilidade.

A questão da relação entre agente e estrutura é fundamental na teoria social e na compreensão da natureza e evolução das identidades e interesses. No entanto, na perspectiva de Wendt (1999), nos estudos sobre a política internacional, do ponto de vista ontológico, tem havido um domínio do individualismo metodológico, especificamente o proposto pela teoria dos jogos e da escolha racional. Aqui se pode compreender, de certa forma, o interesse de Wendt

em abordar a política internacional, começando por um conjunto de questões de teoria social, no sentido de olhar para a ontologia e a epistemologia das abordagens científicas sobre a realidade social.

Prestando atenção devida à interação, Wendt observa que a teoria estrutural de Waltz na disciplina de Relações Internacionais, a qual marcou fortemente as concepções sobre o estruturalismo, negligenciou a interação. “Individualism, materialism, and neglect of interaction form the core of Neorealist structuralism, and to many in IR this simply “is” what a structural theory of international politics looks like” (Wendt, 1999, p. 17). Com esta visão em mente, o autor aborda a dimensão processual no âmbito da política internacional.

A dimensão do processo, entendido em termos de interação social, esquecida pela teorização neorrealista, é tão importante para a compreensão das relações internacionais que Wendt (1999, p. 313) considera ser a variável fundamental na compreensão social das estruturas e dos agentes: “Structures and agents are both effects of what people *do*. (...) agents and structures are themselves processes, in other words, on-going ‘accomplishments of practice.’”. Com efeito, é por intermédio do processo que podemos pensar não só a relação dos Estados como também a formação da estrutura do sistema internacional, a sua reprodução e mudança; “por meio do processo, agentes e estruturas interagem e se constituem mutuamente. Por meio do processo, explica-se tanto a reprodução como a transformação em nível sistémico” (Riche, 2015, p. 45). Por conseguinte, é pela interação dos Estados que existe não apenas produção e reprodução da estrutura do sistema internacional como a sua transformação. Neste sentido, Jackson (2009, p. 172) afirma que o construtivismo oferece “the possibility of a more holistic, multi-dimensional understanding of processes”. Assim, a questão da mudança estrutural no sentido social, e não material, torna-se difícil explicar dentro da tradição neorrealista, exatamente por negligenciar a dimensão da interação social (Wendt, 1999).

As mudanças que os neorrealistas têm em mente são apenas das características da estrutura, tal como a transição de uma distribuição de poder para a outra. Deste modo, a perspetiva construtivista de Wendt (1999) revela uma dimensão silenciada pelo realismo, que é a social, no sentido de que a mudança estrutural não se limita à mudança na distribuição de capacidade e na polaridade do sistema, mas inclui e revela-se sobretudo na transformação da cultura da estrutura do sistema. Esse tipo de mudança estrutural, enquanto mudança de culturas de anarquia, realiza-se no âmbito da interação social.

O acento que os neoliberais colocam na criação de regimes internacionais, resultantes da evolução das expectativas durante a interação, é mais um elemento que pode confirmar o papel imprescindível do processo na política internacional, porquanto é através dele que se criam estruturas sistémicas, que são replicadas e mesmo transformadas. A lógica da estrutura, anárquica, só é possível pelo processo. É introduzindo a variável da interação que se pode pensar na possibilidade de mudança na lógica da anarquia, ou seja, mudanças estruturais no entendimento partilhado por detrás da violência organizada; “change from one culture of anarchy to another” (Wendt, 1999, p. 44).

Se não se pode falar propriamente de interação sem a referência às ações dos Estados e às suas práticas, a agência dos Estados só é possível se eles forem incorporados e as suas práticas imbuídas numa estrutura social. Como afirmado por Adler (1997, p. 325), no que concerne a prática como fator irredutível da estrutura “Structure is both medium and outcome of the reproduction of practices”.

No que concerne à conceção de Wendt sobre as identidades, numa aceção filosófica do conceito, com profundo recurso metafísico, Wendt começa por defini-lo como o que faz que uma coisa seja o que é. Todavia, o autor não fica por aí e propõe uma noção de identidade mais ligada à intencionalidade do agente: “I will treat it [identity] as a property of intentional actors that generates motivational and behavioral dispositions” (Wendt, 1999, p. 224). Esta conceção de identidade tem duas implicações, uma subjetiva e outra intersubjetiva, no sentido de que não é suficiente ao ator ter um auto-entendimento, que lhe confere disposições motivacionais e comportamentais. A noção de identidade envolve o facto de os outros terem o mesmo entendimento (intersubjetivo) sobre o ator (auto-entendimento), fazendo que a identidade tenha tanto uma estrutura interna, do eu, como uma estrutura externa, do outro.

Abordada que está a noção de identidade, Wendt (1999) passa a sua tipificação, distinguindo, quatro tipos de identidades: identidade pessoal ou corporativa, a identidade tipo, a identidade função, e a identidade coletiva. A primeira, a *identidade pessoal* ou *corporativa*, é constituída por aquilo que o autor chama de estrutura auto-organizada: “self-organizing, homeostatic structures that make actors distinct entities” (Wendt, 1999, pp. 224-225). A *identidade tipo* é feita de qualidades sociais que se aplicam aos indivíduos que partilham entre outros as mesmas características, traços comportamentais, históricos, linguísticos, geográficos. A nível da política internacional, pode-se, por exemplo, falar de Estados capitalistas e Estados fascistas (Wendt, 1999). Por seu lado, a *identidade função* é aquela que resulta do contacto

social que cria uma espécie de cultura. Assim, são características que não refletem as propriedades internas do ator, dimensões pré-sociais, mas sim as propriedades que lhe vêm da sua interação com os outros. Finalmente, a *identidade coletiva* é aquela em que os limites do próprio envolvem o outro no sentido da identificação, ou seja, pelo processo cognitivo o “eu” e o “outro” passam a confundir-se.

No que concerne ao conceito de interesse, torna-se imprescindível relaciona-lo com a identidade. Enquanto um reflete o que os atores são, no caso, o que os Estados são; os interesses referem-se ao que os atores querem, ou seja, motivações para comportamentos. Neste sentido, Wendt (1999) estabelece uma relação entre os tipos de identidades e os interesses no sentido de que estes pressupõem as identidades. Assim o é que mesmo quando perspectivas racionalistas defendem que as identidades possam ser escolhidas em função dos interesses, estes ainda assim pressupõem elementos identitários mais profundos.

Todavia, a relação entre identidades e interesses não se resume na pressuposição das identidades pelos interesses, na aceção de que cada tipo de identidade gera um tipo de interesses, tornando assim a relação das identidades e interesses muito estreita. “Without interests identities have no motivational force, without identities interests have no direction. Identities belong to the belief side of the intentional equation (desire + belief = action) (...) while interests belong to the desire side.” (Wendt, 1999, p. 231). Com efeito, como resultado, do ponto de vista da sua explicação, haverá uma assunção explícita uma da outra, porquanto para se explicar uma devemos pressupor a outra, sobretudo do ponto de vista lógico, quando não cronológico. “As such there will always be at least implicit assumption about identity in “interest explanations” and vice-versa. They play complementary explanatory roles, and so rather than define them as rivals we should explore how they work in tandem” (Wendt, 1999, p. 231).

Apresentado o ponto prévio de relação entre identidades e interesses, Wendt (1999) refere que a literatura da teoria social estabelece uma diferenciação entre interesses, considerando-os do ponto de vista objetivo e subjetivo. Assim, entende-se por interesse objetivo o conjunto de imperativos funcionais para a reprodução de uma identidade; enquanto o interesse subjetivo como o conjunto de crenças sobre si que motivam a ação. Esta noção de interesse é retomada pelos racionalistas em termos de preferências ou gostos e os filósofos chamam geralmente de desejo (Wendt, 1999, p. 232). Para evitar uma eventual confusão de termos, o ‘interesse’ é reservado para o seu sentido objetivo.

A pretensão principal de Wendt, em relação à exploração dos conceitos de identidades e interesses é de demonstrar que a maior parte do que geralmente se chama interesses do Estado são construções do sistema internacional, socialmente construídos, e por conseguinte, não podem ser considerados como pré-sociais. Pois, mesmo os interesses que se poderiam considerar pré-sociais, dados adquiridos, são impregnados de identidades tipo, identidade função, e identidades coletivas, que neste sentido são socialmente construídas pelo sistema internacional, pese embora tal construção seja limitada e afetada pela natureza corporativa da identidade dos Estados (Wendt, 1999, p. 234).

A importância do construtivismo na compreensão de elementos ligados à natureza e à manifestação das identidades é também acentuado por Mendes (2005) para quem a identidade nacional timorense não está desligada da sua dimensão processual e construtiva de carácter multidimensional, envolvendo múltiplos atores. Com efeito, de acordo com o mesmo autor, “as identidades constituem-se dentro de redes de relações, e neste sentido são eminentemente *relacionais e conjunturais*” (Mendes, 2005, p. 49). Dito de outra forma, na compreensão das identidades, a abordagem construtivista apresenta um poder heurístico importante, porquanto “fornece, no âmbito da Teoria das Relações Internacionais, uma interessante grelha de leitura para a análise das questões identitárias e nacionalistas”. Neste sentido, a identidade na sua essência não depende da estrutura material, mas eminentemente é fruto da construção social tendo como base o sentido partilhado.

Os mecanismos de mudança, do ponto de vista das identidades e interesses, passam pela aprendizagem social, imitação ou outros processos semelhantes. Neste âmbito, a imitação é feita pela adopção da auto-perceção daqueles que são considerados bem-sucedidos (Wendt, 1999). Na mesma esteira, a aprendizagem tem uma dimensão de compreensão de como os atores são considerados e tratados pelos outros.

Para Wendt (1999), a perspectiva racionalista e a abordagem construtivista de imitação e aprendizagem social diferem na sua conceção sobre o que realmente se passa de fundamental no processo social. Enquanto os racionalistas defendem que na interação os Estados fazem apenas escolhas estratégicas que não afetam as suas identidades e interesses, os construtivistas alertam para o facto de que a interação social é o espaço de produção, reprodução das identidades e interesses.

O Interesse Nacional

O conceito de interesse nacional é importante na análise da política internacional, pois faz parte dos elementos que podem ser considerados como propriedades dos Estados. No entanto, a sua abordagem teórica é plural. A perspetiva teórica realista olha para o interesse nacional como tendo a ver com as capacidades dos Estados, sejam elas militares, económicas em um contexto anárquico. Por conseguinte, a ação dos Estados no sistema internacional resultará da procura de realização dos seus interesses nacionais. Todavia, já Morgenthau (1978) alertava para o facto de o interesse nacional não ser um conceito pré-definido, com conteúdo prévio específico.

Os neoliberais trazem para o debate as ideias, associadas ao poder, no sentido de que as normas e as instituições têm efeito na escolha que os Estados fazem do seu interesse nacional. Na perspetiva construtivista, as estruturas sociais são determinadas mais pelas ideias compartilhadas do que pelas distribuição de capacidades; ou seja, “*Norms constitute social identities and give national interests their content and meaning*” (Adler, 2002, p. 142).

Neste sentido, o interesse nacional é uma construção social dos Estados. Como referido por, Burchill (2005), se os marxistas olham para o interesse a partir de estruturas materiais, os realistas do ponto de vista da acumulação relativa de poder, o construtivistas observam a dimensão normativa. Para os construtivistas, incluindo Wendt, o interesse é socialmente construído para garantir a reprodução das identidades na interação social. Neste sentido, recusam as alegações neorrealistas e neoliberais que consideram as identidades e interesses como predeterminados.

Weldes (1999) é uma das autoras que estuda o interesse nacional numa perspetiva construtivista. Para a autora que faz um estudo da crise entre os Estados Unidos e Cuba sobre os mísseis, do ponto de vista da construção do interesse nacional, este é importante na conceção e execução da política externa dos Estados, delimitando o âmbito de compreensão das ações dos diplomatas e dos representantes do Estado. Todavia, ele deve ser entendido como uma construção social contextualizada e que deve ser interpretada. Assim, na construção do interesse nacional, os funcionários do Estado são sujeitos no duplo sentido do conceito como atores engajados na construção do significado e sujeito submissos ao significado criado pelo imaginário coletivo (Weldes, 1999, p. 12).

Uma das posições mais elaboradas do conceito de interesse nacional, na perspetiva construtivista, tem sido a de Wendt. Com efeito, na sua abordagem sobre o interesse nacional como construção social, no âmbito da sua obra sobre a construção do interesse nacional, Weldes (1999) afirma que Wendt já criticava a posição realista, defendendo que o interesse dos Estados não devia ser deduzido direta e somente das condições sistémicas da anarquia, porquanto, as identidades dos Estados bem como os seus interesses decorrem também do significado coletivo e partilhado que constituem as estruturas de organização da ação dos Estados.

Na óptica de Weldes (1999), embora o conceito de interesse nacional seja central na abordagem da ação dos Estados nas relações internacionais, é importante considerar que, do ponto de vista analítico, os especialistas em relações internacionais dividem-se quanto a sua utilidade, aparecendo, por um lado, autores da tradição realista que defendem a utilidade e centralidade do conceito no estudo da política internacional e outros, que apontam para improdutividade analítica do conceito. Embora Weldes (1999) esteja de acordo com os realistas na afirmação da importância e utilidade do interesse nacional no desenvolvimento da política internacional, critica o carácter geral e indeterminado da conceção realista do interesse nacional e sobretudo a sua ignorância da relevância do processo de interpretação.

Para além da direção apontada pelo próprio Morgenthau, Weldes (1999) recorre também aos trabalhos de Wendt's (1987, 1992), que criticam a ortodoxia realista e aconselham a olhar para as relações internacionais, considerando a anarquia como “what states make of it” (Wendt, 1992, p. 395). Ou seja, na compreensão da política internacional, especificamente das identidades e interesses dos Estados, devemos considerar não apenas a sua estrutura e os seus efeitos estruturais como também o significado coletivo que está por detrás dela, o entendimento intersubjetivo que a sustenta. Esta visão pode também ser identificada no trabalho de Kratochwil (1989) que questiona a forma como o sistema internacional é concebido como anárquico no sentido de ser constituído pela distribuição de capacidades. Com efeito, a balança de poder historicamente não é a regra e deve ser explicada, porquanto, na aceção do autor, “the conception of system of State is dependente (...) upon the emergence of norms which regulate practices and guarantee the mutual recognition of rights” (Kratochwil, 1989, p. 257). Assim, o autor chama atenção à importância e ao valor das normas, que para além de terem carácter regulador são constitutivos, na manifestação e compreensão da realidade social. Porém, já antes, Kratochwil (1982) considerava que as ações dos Estados são fundamentadas em normas e que “anarchies themselves are mixed

institutions [that] exhibit fundamentally different features that are important in understanding their functions” (p. 28).

Para Wendt, não devemos reduzir o interesse nacional à dimensão material, porquanto existe uma dimensão ideacional forte na constituição do interesse nacional, isto é, apenas a natureza humana é que constitui a dimensão material do interesse, sendo que a maior parte é constituída por ideias partilhadas, feitas de deliberações, esquemas, normas. Deste modo, os interesses não são independentes do contexto social e do entendimento ou melhor acordo intersubjetivo. Como enfatizado por Adler (1997), “national interests are facts whose ‘objectivity’ relied on human agreement and the collective assignment of meaning and function to physical objects” (p. 337).

A posição de Wendt sobre o interesse nacional não pode ser separada da sua visão antropomórfica do Estado, atribuindo-lhe qualidades humanas como intencionalidade, interesse e identidade. Esta antropomorfização leva o autor corresponder a formação de identidades e interesses dos indivíduos com os Estados no sentido de os dois terem duas fontes de formação de identidade: a corporativa, que resulta de atributos orgânicos internos e a social que procede da interação social.

Na sequência da análise das noções de identidade e de interesses, Wendt analisa o conceito de interesse nacional. A primeira observação a fazer aqui prende-se com o facto de tratar-se do conceito de interesse nacional no sentido de interesse objetivo e não subjetivo. Com efeito, para o autor, as teorias sistémicas, no âmbito da disciplina de relações internacionais, geralmente compreendem o conceito de interesse nacional, tendo como pano de fundo o sentido subjetivo de interesse em termos económicos. Deste modo, ao tratarem de interesse nacional referem-se as preferências.

Na perspetiva de Wendt (1999, p. 234), o conceito de interesse nacional é compreendido como “the reproduction requirements or security of state-society complexes”. Ora, a compreensão deste conceito gira à volta de necessidades securitárias que são reproduzidas e, aí no sentido subjetivo, refletem-se nas preferências. Assim, “objective national interests are not merely normative guidelines for action, but causal powers that predispose states to act in certain ways. It is in part because states have certain security needs (objective interests) that they define their subjective interests as they do” (Wendt, 1999, p. 234).

Chegados a esse nível, faz sentido interrogar-se sobre quais são os referidos requisitos de autorreprodução ou o conjunto complexo ligado às necessidades securitárias dos Estados. Ou seja, que necessidades devem ser satisfeitas para que o Estado possa se autorreproduzir? Para responder a essa questão em Wendt, temos de seguir o seu recurso aos contributos de George e Keohane sobre o conceito de interesse nacional em que apontam para três elementos: a sobrevivência física, a autonomia, e o bem-estar económico. A esses três interesses, descritos pelos autores em termos de “vida, liberdade e propriedade”, (Wendt, 1999) acrescenta a autoestima coletiva. Contudo, o que um Estado em particular entende como conteúdo desses quatro elementos de reprodução da identidade, interesses, é construído socialmente na interação com os outros.

Na sua abordagem sobre o interesse nacional, é importante notar que, com base no seu posicionamento construtivista social, Wendt rejeita a pré-sociabilidade plena dos interesses, tendo em conta que eles pressupõem identidades, as quais são constituídas por estruturas tanto internas quanto externas em que encontramos fundamentalmente ideias do ego e do alter.

2.5. ABORDAGEM CRÍTICA À PROPOSTA DE WENDT

A proposta de Wendt sobre uma teoria social da política internacional não é imune às críticas, como é normal para toda a proposta académica. Neste sentido, entre os diversos trabalhos críticos, foi dedicado ao tratado de Wendt uma publicação, coordenada do ponto de vista editorial por Guzzini e Leander (2006). Entre os principais assuntos criticados no construtivismo de Wendt merecem especial apreciação os que a seguir exploramos.

Para Guzzini e Leander (2006), a perspetiva construtivista de Wendt, apresentada no seu livro sobre a teoria social da política internacional, deve ser compreendida como uma síntese da ortodoxia disciplinar nas relações internacionais, consubstanciada nos seus fundamentos ontológicos materialista e metodológicos racionalistas, e da heterodoxia teórica por ele proposta. No entanto, contra o materialismo, racionalismo e o positivismo, para Guzzini e Leander (2006), apesar de inserir-se na ortodoxia da disciplina, Wendt aproveita-se desta inserção para introduzir a defesa de um posicionamento pró holismo, idealismo e uma abordagem das ciências diferente daquele que é geralmente identificado com o positivismo.

Por seu lado, Behnke (2006) situa o trabalho de Wendt no âmbito das grandes tentativas de sistematização e teorização da política internacional tornando-a uma disciplina emancipada, na senda de trabalhos como os de Hans Morgenthau's *Politics Among Nations* (1948), Morton

Kaplan's *System and Process in International Politics* (1957), e Kenneth Waltz's *Theory of International Politics* (1979). Com efeito, para o autor, ao longo da história, tem existido duas vias de abordagem da disciplina de relações internacionais. Por um lado, há uma via fragmentada que se alimenta recorrentemente de outros ramos das ciências sociais; e por outro encontramos tentativas de elaboração de tratados completos que autonomizam a disciplina, empreendimentos de *Grand Theory*. Neste sentido, o que Wendt acrescenta de mais-valia ao estado de arte da disciplina, resultante do contributo das outras grandes tentativas de teorização, é a afirmação do processo como fundamental na construção social das identidades (Behnke, 2006, p. 49).

No entanto, este esforço de Wendt de criar uma *Grand Theory*, tal como as anteriores, é fracassado, devendo-se às opções epistemológicas e metodológicas adotadas pelo autor assim como ao contexto internacional, marcado pela globalização, no qual a obra aparece. Deste modo, Behnke (2006) aponta pelo menos três fatores que levam necessariamente à impossibilidade do livro de Wendt sobre a teoria social da política internacional tornar-se numa *Grand Theory*: a impossibilidade de reconciliar o construtivismo com o realismo científico; a impossibilidade de assumir a posição de árbitro meta-teórico neutro; a impossibilidade de apresentar uma *Grand Theory* substantiva da política internacional num contexto de globalização.

Preocupado com a possibilidade do posicionamento wendtiano de meio-termo razoável vir a tornar-se em uma nova ortodoxia na disciplina das relações internacionais, em consideração das perspectivas teóricas por ele criticadas, Kratochwil (2006) considera que o interesse de Wendt em relação ao debate sobre questões ontológicas, epistemológicas, e metodológicas, inscreve-se no âmbito de um debate filosófico e científico sério e legítimo sobre a filosofia das ciências, especialmente as ciências sociais.

Contudo, o seu posicionamento, tentando um casamento entre o realismo científico e o construtivismo, é pouco comum e mesmo desajeitado (Kratochwil, 2006). Com efeito, o realismo científico defendido por Wendt é baseado numa abordagem convencional das ciências sociais preocupada pelo rigor da escolha racional, teste empírico do empirismo, e pela verdade. Ora, para Kratochwil (2006), tal abordagem do realismo científico já foi há muito abandonada por muitos cientistas sociais, mesmo realistas. Nesta aceção, o realismo científico de Wendt choca com o problema construtivista que não se limita ao questionamento sobre a existência mas se concentra no que a coisa existente é, ou seja, é o problema da

necessidade da descrição das coisas.

De acordo com Sárváry (2006), apesar de ter aportado algumas modificações, e ter introduzido a dimensão de teleologia; as suas posições e o paradoxo entre o determinismo e o voluntarismo, no pensamento de Wendt, continuam não sendo ultrapassados, por conta da difícil articulação entre o realismo científico e o construtivismo. Para o autor, do ponto de vista epistemológico, Wendt privilegia o realismo científico em detrimento do construtivismo e esta posição é também tomada do ponto de vista ontológico. Neste sentido, a visão de Wendt sobre a política, na perspetiva de Sárváry (2006), continua determinista e dá pouco espaço para a diplomacia.

Outra crítica vem de Suganami (2006) que faz uma análise do trabalho de Wendt no sentido de descortinar o quanto o posicionamento de Wendt contra o individualismo racionalista, abraçado pela ortodoxia Americana na disciplina de relações internacionais, representada pela neorrealismo e o neoliberalismo, é genuíno em face da sua opção epistemológica pelo realismo científico. Com efeito, para Suganami (2006), o trabalho de Wendt encaixa-se mais numa proposta de hipóteses empíricas sobre a formação de identidade coletiva. Wendt não precisava defender a doutrina filosófica do realismo, tomada parcialmente, para acreditar e mostrar que a política internacional pode ser estudada de forma científica. Assim, não foi feliz a sua tentativa filosófica de demarcar-se do individualismo, apesar de querer manter-se ele próprio dentro da ortodoxia Americana da disciplina de relações internacionais.

Deste modo, Suganami (2006, p. 72) resume a sua crítica à Wendt nos seguintes elementos: Wendt recorre desnecessariamente e de forma não convincente ao realismo científico para desenvolver o seu trabalho, com base na afirmação da realidade do Estado; a distinção que estabelece entre efeitos causais e feitos constitutivos é questionável e incomensurável; o caminho argumentativo de Wendt que tem como ponto nevrálgico o ataque ao neorrealismo e ao neoliberalismo pelo facto de adotarem uma postura individualista é prejudicado pelo facto de ele próprio ter feito concessões significativas ao individualismo.

Uma das críticas, senão a principal, endereçadas por Copeland (2006) ao trabalho de Wendt é a dificuldade de lidar com incerteza na política internacional, pois é a incerteza sobre as intenções presentes e futuras dos outros Estados e a possibilidade da traição que gera movimentos de segurança sobre o poder. Tendo feito uma espécie de *epoché* sobre os processos domésticos, Wendt negligenciou o que Copeland (2006) chama de ironia do

construtivismo, que consiste no facto de que a mutabilidade inerente às estruturas, no nível intraestadual ou doméstico, reforça a incerteza dos líderes sobre as intenções futuras no nível interestadual, implicando dilemas de segurança apresentados pelos realistas. Ao defender de forma construtivista a mutabilidade das identidades e dos interesses, a proposta de Wendt deveria ter em conta que ela teria como consequência o facto da anarquia levar os Estados a tomarem a sério a incerteza sobre as intenções dos outros.

Drulák (2006) critica Wendt por conceder pouco espaço à reflexibilidade na política internacional, limitando-se o Estado a ser um reproduzidor da lógica cultural da estrutura anárquica em que se encontra. Para o autor, embora o conceito de reflexibilidade seja muito importante na obra de Wendt, no sentido de poder explicar a possibilidade de mudança estrutural, tal conceito não é definido e passa mesmo a ser pouco usado nas suas obras posteriores. Por conseguinte, o contributo de Drulák (2006) vai no sentido de repensar o trabalho de Wendt, trazendo de volta a dimensão e a importância da reflexibilidade, porquanto as interações e as variáveis essenciais das mudanças estruturais não podem ser efetivas sem a reflexibilidade, a qual, enquanto aprendizagem interna e política de alteração de normas, tem um poder de transformação, no sentido de produção e reprodução de estruturas internacionais (Drulák, 2006). Por conseguinte, o trabalho de Wendt constitui um grande contributo para a compreensão das relações internacionais. Contudo, a sua proposta deveria identificar-se mais com uma abordagem histórica e não ficar refém de posicionamentos científico-realista. Neste sentido, Drulák (2006, p. 157) sugere a introdução de três emendas na teorização de Wendt: a hermenêutica serviria para tratar as questões de *longue durée* e o realismo científico deveria ser reservado para os eventos; a teleologia não deveria ser apresentada em termos de necessidade, mas teria de respeitar a contingência histórica; e, finalmente, a reflexibilidade voltaria a ocupar o seu devido lugar na teorização de Wendt.

Tomando como caso de estudo a reconstrução da identidade Alemã, depois da guerra-fria, para Zehfuss (2006), o entendimento que os construtivistas têm sobre as identidades é problemático. Nota-se isto com maior acuidade na tentativa de Wendt abordar a questão das identidades dos agentes como relativamente estáveis que podem ser circunscritas historicamente, perdendo a possibilidade de considerar a complexidade do fenómeno sobre as identidades. Assim, as identidades que são ‘por natureza’ mutáveis são também relativamente estáveis. Portanto, preocupado com a sua cientificidade, Wendt pressupõe a existência dos sujeitos de identidade ao invés de assumir um discurso, construtivista, em que o sujeito surge

de um processo narrativo. Instaura-se assim um casamento infeliz entre as identidades e o construtivismo, porquanto a identidade é necessária mas também perigosa para o construtivismo. Outrossim, este relacionamento mina a possibilidade de abordar as implicações políticas da construção e representação da identidade.

Analisando o trabalho de Wendt, Cederman e Daas (2006) defendem que, enquanto construtivista moderado, embora chame atenção para a necessidade do processo de teorização das relações internacionais ter em conta a endogeneização das identidades sociais dos Estados, Wendt não aplica a mesma perspetiva para a identidade corporal dos Estados, entendida como incluindo o território, o sistema legal e as instituições. Assim, os construtivistas moderados, inclusivamente Wendt, estão alinhados com os racionalistas ao considerarem as identidades como entidades pré-sociais e fixas. Esta limitação resulta da tendência de antropomorfização dos atores coletivos. Para ultrapassar esse limite, e para explicar a possibilidade de cooperação e conflito no sistema internacional, Cederman e Daas (2002, p. 13) recorrem à proposta sociológica de Simmel no sentido de alcançar um construtivismo *sociacional* e não apenas social. Por conseguinte, a sociedade é compreendida como uma entidade constituída pelo processo de *sociação*: “Sociation, then, is the result of interaction (*Wechselwirkung*), that is, the coming together, and apart, of both social and corporate identities” (Cederman & Daas, 2006, p. 123).

Para além das abordagens críticas acima apresentadas, apesar de não se dirigir diretamente à obra de Wendt, consideramos importante trazer à colação, a guisa de crítica, a perspetiva do realismo periférico. Embora a abordagem do sistema internacional proposta pela perspetiva do Realismo Periférico, muito desenvolvida na Argentina – aliás, como afirmado por Escudé (2012), é uma teoria que pretende compreender e explicar o posicionamento e o papel da Argentina no sistema internacional nas décadas de 80 e 90 –, apontar como um dos conceitos-alvo a anarquia, sobretudo na sua aceção neorrealista de Waltz; tendo Wendt assumido o conceito de anarquia, apesar de tê-lo interpretado de maneira diferente em termos construtivistas no sentido de ser uma construção social que pode ser descortinada nas suas culturas; considerando Angola no subsistema regional em que está integrado como sendo um Estado periférico; é importante analisar o contributo do realismo periférico e como, indicando as insuficiências do neorrealismo, também se aplica à proposta de Wendt.

O construtivismo de Wendt e o realismo periférico são posições diferentes e podemos mesmo afirmar que o realismo periférico constitui também uma crítica inclusive à perspetiva de

Wendt em dois sentidos: primeiro porque a anarquia torna-se, na visão realista periférica, não apenas o que os Estados fazem dela, mas, mais profundamente, em sentido crítico, uma falácia (Escudé, 2012, p. 41); pois, o sistema é efetivamente pro-hierárquico. Em Segundo lugar, e na base do primeiro argumento, não faz muito sentido aceitar, como o faz Wendt, a centralidade do Estado, porquanto ela perpetua as estruturas hierárquicas do sistema, devendo assim optar-se por uma possível centralidade do cidadão no sentido da democratização do sistema.

Para Escudé (2012), a igualdade e independência dos Estados não é real nem do ponto de vista jurídico e institucional, o que é por exemplo, revelado pelo estabelecimento de um Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Neste sentido, o realismo periférico baseia-se na assunção de que no sistema internacional existe um escalonamento de Estados, sendo uns que formam as normas, e outros que as cumprem. Neste contexto, os Estados periféricos são obrigados a aceitar a hierarquia, e não anarquia, interestadual.

Deste modo, o realismo periférico analisa e propõe uma via diferente ao realismo clássico, estrutural e mesmo ao liberalismo institucional, afirmando-se como uma teoria que pretende articular o realismo como uma proposta teórica que se adeque ao Estados periféricos democráticos, considerando que os seus elementos de teoria devem ter em conta não o Estado como centro, mas o cidadão, o que difere não apenas das perspetivas realistas clássicas e estruturais como também do construtivismo de Wendt.

Assim, a antropomorfização do Estado, ligada a perspetiva antropocêntrica das relações internacionais, é baseada em metáforas organicistas, mecanicistas, supondo que o Estado, na sua relação com os outros, é comparável ao indivíduo dentro do Estado (Escudé, 2012). Com efeito, o estudo das relações internacionais é feito a partir do centro e está impregnado de uma linguagem imposta pelo centro: “Gran parte del discurso sobre las relaciones internacionales se basa en un *bypass* de esta complejidad: la falaz analogía doméstica, que supone que el Estado es, al sistema interestatal, lo que el individuo es al Estado” (Escudé, 2012, p. 87). Isto leva o autor a sugerir que o estudo das relações internacionais é feito a partir do centro e está impregnado de uma linguagem imposta pelo centro. Nas palavras de Escudé (2012, p. 87), “Las relaciones internacionales son más fáciles de modelizar desde el centro, debido a que el mayor poder de los Estados centrales les otorga más libertad de maniobra frente a otros Estados.”

Em resposta aos críticos do seu livro sobre a teoria social da política internacional, Wendt (2006) começa por resumir o seu projeto científico. Para o autor, a sua obra compreende duas partes, filosófica e substantiva. Esta última constitui uma proposta de teoria do sistema internacional, compreendido como anárquico, e cujas unidades são os Estados. A estrutura do sistema é apresentada em termos culturais e já não materiais como feito pelo neorrealismo. Neste sentido, a cultura do sistema internacional pode ser hobbesiana, lockeana e kantiana. O progresso de uma para outra cultura é sobretudo fruto de processos contingentes do ponto de vista histórico de formação de identidade coletiva. Esta parte substantiva foi objeto de pouca crítica, a não ser a teoria sistémica dos Estados, como se pode depreender da obra sobre Alexander Wendt e os seus críticos. Todavia, a parte filosófica em que Wendt tenta encontrar uma via média entre o positivismo (na sua dimensão epistemológica) e o interpretivismo (na sua dimensão ontológica), sofreu mais críticas tendo sido acusado de incoerência.

Wendt (2006) recorre ao dualismo Cartesiano para justificar a sua teoria social diante das críticas apresentadas. Este dualismo congrega, na base da diferença substancial, as ideias e a matéria, o que é definido pelo conceito de ‘rump materialism’. Com estes fundamentos, Wendt (2006, p. 180) defende duas posições principais:

that ideas cannot be reduced to material conditions (the ‘interpretivist moment’), and that we can nevertheless achieve increasingly adequate knowledge of the world through the scientific method (the ‘positivist moment’). The problem with dualism is that very few scientists and philosophers take it seriously.

Baseado numa filosofia da mente, Wendt (2006) advoga a consciência quântica como elemento de estudo e de compreensão dos fenómenos sociais, tendo como base a revolução quântica. Neste sentido, o autor defende uma espécie de física social. Embora o mais importante para realidade social seja o sentido; para o autor, a revolução quântica pode dar respostas a algumas críticas provenientes de uma abordagem de matriz da física clássica. Com efeito, a questão da mente-corpo é um problema real para as ciências sociais. “In a sense this quantum naturalism reaffirms the goal of the via media between Explanation and Understanding, but in so doing jettisons the need for a ‘path between’ altogether, replacing it with a relationship of complementarity” (Wendt, 2006, p. 216).

Para além das críticas apresentadas, outra pode ser trazida para a reflexão, que se consubstancia na questão sobre como o construtivismo, sobretudo na perspetiva de Wendt, explicaria o problema da subversão ou do poder errático, problema pouco abordado pelas teorias de relações internacionais, mas tratado na disciplina do ponto de vista de estudos

empíricos. Como sublinhado por Lara (2015, p. 19), nas discussões sobre o fenómeno do poder, muitas vezes não é analisada “toda a violência e subversão políticas meramente destrutivas que constituem um indiscutível novo tipo de poder, o poder errático, que não pretende adquirir, manter, exercitar ou controlar o poder político, esgotando o seu objeto na própria violência e destruição”.

Quanto ao presente trabalho, aproveitamos a perspetiva de Wendt do ponto de vista da sua teoria social sobre a política internacional. Não abraçamos os seus avanços no sentido de uma fundamentação quântica da teoria social, recentemente apresentada no seu livro *Quantum Mind and Social Science*. Com efeito, Wendt (2015, p. 2) alerta que o seu recente livro não é sobre relações internacionais como tal, mas uma obra de índole filosófica: “unlike my first book, which was half philosophy and half IR, this one is all philosophy”. Nesse sentido, o autor promete aos especialistas e interessados em relações internacionais a aplicação especificada da sua perspetiva em relações internacionais para outras obras: “So for my colleagues in IR, all I can offer there is the promise of a more IR-focused ‘volume 2’ down the road” (Wendt, 2015, p. 2).

O nosso distanciamento desta evolução filosófica de Wendt (2015), recorrendo aos argumentos da física quântica, deve-se, entre outros, aos seguintes motivos:

- a) Pensamos que as questões filosóficas são de resolução filosófica e discutidas no âmbito da filosofia. Por conseguinte, embora sirvam de base de diálogo científico, as questões filosóficas não devem ocupar em específico o objeto de estudo da disciplina de relações internacionais;
- b) Ademais, é do nosso entendimento que o livro sobre a teoria quântica é, do ponto de vista da sua aplicabilidade às ciências sociais, muito hipotético, pouco provado e discutido, servindo mais para abrir a possibilidade do seu poder heurístico. Como o próprio Wendt (2015, p. 35) afirma, “this book may be read in an ‘as if’ rather than realist way”.

No entanto, para a compreensão do pensamento de Wendt, consideramos importante fazer uma breve referência à aludida obra, sintetizando o que, do nosso ponto de vista, são as ideias principais defendidas pelo autor, na sequência da sua proposta sobre uma teoria social das relações internacionais.

A perspetiva apresentada por Wendt (2015) aponta para o objetivo de dar resposta as críticas

que foram endereças ao autor, sobre o reconhecimento de elementos materiais na realidade social e ao mesmo tempo a afirmação construtivista da força das ideias como defendidas no seu anterior livro sobre a teoria social das relações internacionais em que critica o materialismo do realismo estrutural de Waltz.

De acordo com Wendt (2015), desde o seu surgimento como disciplina, uma das questões fundamentais que as relações internacionais registam é concernente ao debate sobre a relação entre as condições materiais e a força das ideias e entre a relação entre a agência humana e as estruturas sociais. Este debate tem resultado e se manifestado em duas posições epistemológicas: por uma lado os naturalistas e os anti-naturalistas. Para o autor, este debate está baseado intrinsecamente numa polémica filosófica sobre o problema ‘mente versus corpo’, do estado mental ligado ao estado do cérebro constituído por elementos materiais. Este problema pode ser ultrapassado pelos aportes da teoria quântica. “So if the theory of quantum consciousness can solve that problema then it may solve fundamental problems of social science as well” (Wendt, 2015, p. 6). Ou seja, os seres humanos correspondem a um sistema quântico, em que as funções ondulatórias são realidades potenciais e não atuais, ultrapassando assim a física clássica para qual as coisas têm um “momentum” ou “position” (Wendt, 2015, p. 3). Sobre a relação entre a agência e a estrutura, Wendt (2015) defende nessa nova obra, com base na teoria quântica, que os indivíduos não podem ser considerados numa pré-situação em separação e que resultaria na socialização. Neste sentido, volta a sua posição defendida seminalmente na obra de 1999 segundo a qual os agentes e a estrutura são co-construídos porquanto são efeitos emergentes das práticas.

Do nosso ponto de vista, a perspetiva construtivista de Wendt tem o seu apogeu com o livro *Teoria Social das Relações Internacionais*, apesar de ser uma perspetiva construtivista criticável e efetivamente criticada. A nossa opção por esta obra deve-se ao facto de apresentar uma teoria da política internacional que chama atenção à importância da dimensão social das relações internacionais, inclusivamente da relação entre os agentes e as estruturas, que pode ajudar a compreender melhor as negociações internacionais como mecanismos de gestão de relações internacionais.

Apesar das críticas ao seu pensamento, a nossa escolha da perspetiva de Wendt deve-se também ao facto de o autor ter apresentado uma obra que desafia tanto as teorias afirmadas nas relações internacionais, como o realismo clássico, o neorrealismo, o liberalismo, o

neoliberalismo e mesmo a perspectiva teórico-metodológica racionalista, como também questiona as posições construtivistas radicais e ortodoxas.

Assim, constitui-se numa obra de síntese, de articulação do construtivismo, mas também um trabalho criticado. Como afirmado por Copeland (2006), “Although the road ahead for Wendt’s neoconstructivism is still long, *Social Theory of International Politics* provides a solid constructivist vehicle for traveling it” (p. 20). Por conseguinte, ao adotarmos o construtivismo como opção teórica, não o fazemos de forma dogmática nem fundamentalista. Temos consciência de que é apenas uma perspectiva, criticável, mas que tem sido pouco explorada para a compreensão das negociações regionais.

Em relação a esta forma de considerar as opções teóricas, epistemológicas e metodológicas, podemos referir-nos à Maltez (2007), quando afirma o seguinte:

as críticas ao construtivismo [e, no nosso caso, à Wendt] levam a que, nesta viragem do milénio, se consolide a ideia da não-existência de *paradigmas* dominantes nas ciências sociais, tornando ridícula a procura de uma qualquer *ciência arquitectónica* nestes domínios, pelo que talvez não valha a pena prosseguirmos nessa estafada via dos que tentam dizer qual é o *mais científico*, só porque tentou fazer ciência de acordo com as regras metodológicas de um qualquer *mestre-pensador* (p. 23).

O mesmo corresponde à afirmação de que toda teoria é uma escolha, é uma perspectiva acolhedora do fenómeno, que deve assumir-se como um contributo, mas não um dogma. É neste sentido que aproveitamos alguns elementos do pensamento de Wendt que nos podem ajudar a compreender algumas dimensões das negociações regionais ofuscadas, senão mesmo silenciadas por outras perspectivas ontológicas, epistemológicas, metodológicas e de agenda empírica. Do ponto de vista epistemológico optamos pelo interpretivismo, também explorado por autores como Adler (1997, 1999) e Jackson (2009), diferente de Wendt que se posiciona pelo realismo científico.

A escolha do construtivismo é assim reforçada pelo facto de constituir-se em uma alternativa de leitura ontológica, embora epistemológica e metodologicamente, a escolha seja livre. A opção ontológica dá bases para a definição dos aspetos ou fatores aos quais a investigação deve prestar atenção, no sentido complementar e não competitivo às outras perspectivas sobre o assunto em estudo.

Assim, tomamos a perspectiva teórica construtivista de Wendt mais na sua aceção ontológica, explorando, por um lado, o seu contributo na compreensão da relação agente e estrutura no

sistema internacional, inclusivamente nos sistemas regionais como da África Austral; e, por outro, no seu entendimento das identidades e dos interesses ligados à interação social dos processos. Como observado por Maltez (2002, p. 233),

também no campo das relações internacionais, as coisas que servem de objeto material à atividade científica são aquilo que as pessoas que agem pensam que elas são. Essas tais coisas, como o Estado, a Soberania e a Nação, bem como os muitos ismos que as recobrem, não podem ser consideradas factos (*given facts*) ou unidades naturais (...), devendo, antes, ser entendidas como reconstruções, com base numa seleção, porque tais coisas não existem para nós fora da teoria pela qual a construímos.

Por conseguinte, embora aqui apresentado e analisado, deixamos de parte a opção epistemológica de Wendt pelo realismo científico, porquanto, do nosso ponto de vista, não nos é útil na compreensão das relações de tipo negocial que se realizam numa região complexa e diversa como a SADC. Interessa-nos, assim, de forma plural e flexível, a procura do sentido social que sustenta os fenómenos políticos internacionais, mais do que a preocupação pela busca de regularidades, modelos, leis e explicações estritamente positivistas. Fazemo-lo com a consciência de não sermos os primeiros a adotar por tal perspetiva. Com efeito, na mesma senda podem ser citados trabalhos tais como de Acharya (2000) sobre o Sudeste Asiático com a ASEAN, de Mendes (2005) sobre a construção identitária timorense, e de Poku (2001) e de Ngoma (2005) sobre a África Austral.

2.6. ELEMENTOS TEÓRICOS APLICÁVEIS AO ESTUDO

Do ponto de vista da análise do fenómeno, a nossa compreensão das negociações regionais, tendo como caso de estudo a adesão de Angola à ZCL-SADC, inspira-se nos estudos de Zartman (1993), que aponta cinco perspetivas de análise das negociações (estrutural, estratégica, do processo, comportamental, e integrativa), e de Raiffa (1982, 2002) que identifica as orientações analíticas de tipo descritivo, normativo e prescritivo.

Contudo, se esta inspiração aplica-se à grelha de análise, definindo os eixos de observação e explicação; na perspetiva teórica, a abordagem que faremos das negociações obedece a uma trilogia da teoria construtivista social, incluindo a agência do Estado, a estrutura social regional, e o processo. Consequentemente, temos como base teórica, que dá sustentação à nossa análise, a abordagem construtivista, inspirada em Wendt, sobre o Estado enquanto agente nas relações negociais regionais na África Austral, a estrutura regional de negociação, identificando os seus fatores principais e efeitos, bem como a interação social no sentido de

processo no qual se constituem mutuamente, em níveis diferentes, os agentes e a estrutura do sistema.

Assim, não satisfeitos com as proposições de índole individualistas, meramente materialistas e sobretudo racionalistas que defendem a pré-existência das identidades e dos interesses, adotando a abordagem construtivista de Wendt, afirmamos a sua construção social e histórica. Da perspetiva construtivista, podemos tirar a ilação segundo a qual para a compreensão dos fenómenos negociais internacionais, é necessário ter em conta a dimensão social da política internacional, em especial a importância das identidades no tratamento da questão relacionada com o interesse dos Estados, que são formados e reformados em processos sociais, apesar de terem vocação última de índole política. Assim, as relações sociais e históricas de Angola com outros Estados são importantes na definição da sua posição negocial em relação à ZCL-SADC.

O estudo sobre a posição negocial de Angola em relação a sua adesão à ZCL-SADC apresenta-se na intersecção entre política internacional e política externa. No nosso trabalho temos em consideração os fatores domésticos que ajudam a formar as identidades e os interesses, que se manifestam na posição negocial em relação a sua adesão à ZCL-SADC. Embora as negociações tenham a ver com a política externa, lugar de formação das identidades e interesses dos Estados, a política internacional é também uma dimensão importante no estudo sobre as negociações internacionais, porquanto, como observado por Kremenyuk (2002), existem a nível da política internacional elementos sistémicos que possibilitam, condicionam e influenciam a decisão para negociar e a maneira como as negociações são conduzidas.

Todavia, estamos guiados pela possibilidade de compreensão de como esta posição negocial é influenciada pela estrutura do subsistema regional e assim a sua formação e evolução não é alheia à interação social dos agentes deste subsistema. Com efeito, existe a co-construção da agência e da estrutura compreendida no sentido de que, através das suas ações e interações práticas, os agentes fazem a estrutura, mas esta também faz os agentes no sentido de que ajuda a formatar as suas identidades e interesses, inclusivamente nacionais.

As normas têm uma dimensão não apenas reguladora, mas também constitutiva, porquanto, elas constroem categorias de significados antes não existentes. Assim, as normas constituem, no sentido de causalidade social, o que é feito e tomado pelos agentes; os fatores materiais são

importantes nas relações entre os Estados numa região como a África Austral. Todavia, também o são as estruturas normativas.

Apesar de se acentuar a dimensão normativa estrutural, pelo construtivismo, não se esquece o aspeto da agência, no sentido de que as estruturas sozinhas não são suficientes para definir a posição de um Estado e a sua performance em negociações internacionais. Com efeito, é necessário o recurso aos agentes para fazerem das estruturas um fator gerador ou que consolida a posição do Estado, baseado no seu interesse nacional.

Para além dos aspetos já apresentados, numa visão não isolada do construtivismo aplicado, deve considerar-se o fator discursivo; no caso em estudo, uma narrativa que pode ser estudada a partir de elementos apresentados pela elite política e que justificam a posição do país em relação à ZCL-SADC. Com efeito, tais narrativas tornam possível a consolidação ou construção de um novo sentido sobre as coisas.

A perspetiva teórica de Wendt enquadra-se numa tradição ampla construtivista que nos ajudará a melhor compreender alguns elementos caraterísticos da região austral e dos processos negociais nela desenvolvidos que não são considerados por outras abordagens teóricas confinadas numa leitura materialista e racionalista das relações internacionais. Neste sentido, Mendes (2012, p. 109) considera importante a relevância dada pelo construtivismo às dimensões de socialização das normas e práticas, bem como do papel das identidades na constituição dos interesses: “o construtivismo veio demonstrar que (...) a estrutura anárquica (...) também depende (...) de fatores tão importantes como a construção das identidades dos Estados que (...) também são o resultado da [sua] interação social”.

Na mesma esteira, anteriormente, no seu trabalho sobre normas, identidades e cultura na segurança nacional, Jepperson, Wendt e Katzenstein (1996) defendiam, ao contrário da ortodoxia neorrealista, que o ambiente de segurança internacional no qual os Estados interagem é não apenas material, mas comporta importantes fatores culturais e institucionais. Por conseguinte, este ambiente cultural afeta as identidades dos Estados, as quais são socialmente contingentes, e não apenas o seu comportamento.

A abordagem construtivista tem evidenciado elementos importantes de compreensão das relações regionais em áreas não consideradas convencionalmente como centro de decisões e teorização das relações internacionais, como por exemplo o Sudeste Asiático e mesmo a África Austral. Neste sentido, Rother (2012) explora as propostas construtivistas de Wendt

para compreender as dinâmicas de regionalismo no Sudeste Asiático, chegando à conclusão da existência de diferentes culturas de anarquia na região, resultantes das respectivas identidades coletivas. Desta forma, ao mesmo tempo que Rother (2012) demonstra a aplicabilidade da perspectiva construtivista de Wendt fora do contexto ocidental, chama atenção para o potencial heurístico dos estudos de área que em muito contribuem para o desenvolvimento das teorias das relações internacionais.

Na mesma perspectiva, numa abordagem construtivista, Acharya (2001) adotou, anteriormente, o conceito de comunidades de segurança, desenvolvido especialmente por Karl Deutsch et al., na década de 1950, para compreender as dinâmicas de cooperação no sector da segurança no Sudeste Asiático, sublinhando a sua construção social. O mesmo autor, Acharya (2000, p. 205), observava, um ano antes, que a construção do regionalismo do Sudeste Asiático não deve ser separada das ameaças externas à região; mas também das ameaças internas que os Estados reapresentam uns aos outros: “ASEAN was also a product of shared threat perceptions. Yet, the threat that its founding members were responding to was not necessarily external.” Contudo, a par da ameaça externa, houve também incentivos económicos para a criação da ASEAN. Com efeito, “the political (responding to a common internal threat) and economic (fostering greater external economic clout) imperatives outlined above, while important, were not sufficient to trigger the process of community-building in ASEAN. (Acharya, 2000, p. 205).

Para o autor, as ameaças políticas e de segurança, bem como os elementos de incentivo económico não explicam por si só a criação da ASEAN. Devemos ter em conta os factores identitários os quais podem ser melhor explicados pela perspectiva teórica construtivista: “Without a constructivist understanding, it would be difficult to explain the emergence of ASEAN. The exogenous variables in ASEAN regionalism were not conducive to the development of a collective identity.” (Acharya, 2000, p. 206). Na aceção de Acharya (2000, p. 218), esta dimensão construtivista pode ser uma grelha melhor capacitada para compreender o evoluir da posição dos Estados em vias de desenvolvimento e não liberais no sentido tradicional do termo:

- (1) community-building is a self-conscious exercise in learning and collective identity formation;
- (2) that this learning process may begin even in an illiberal domestic and regional political-economic setting;
- (3) it may proceed despite cultural and other differences and may help obscure, if not fundamentally override, these differences,
- (4) it can be promoted through the deliberate creation of, and adherence to, norms, symbols, and habits, and
- (5) it may not require the presence of a commonly perceived

threat from an external source.

Mais recentemente, Acharya (2014) introduziu o conceito de “mutual learning among civilizations” (p. 655), negando assim o paradigma de choque das civilizações, desenvolvido sobretudo por Huntington (1996). Desta forma, à semelhança de Rother (2012), Acharya (2014) aponta para a necessidade de estudar as regiões não ocidentais enquanto promotoras de normas e práticas incorporadas na sua identidade sem negar a interação com outras regiões, contribuindo, assim, no refinamento teórico da disciplina de relações internacionais.

No caso da ASEAN, organização que, nos termos de Mendes (2005, p. 489), é caracterizada pela “obtenção de estreitos consensos” e baseada numa “lógica do mínimo denominador comum”, diversas variáveis entram em jogo, algumas vezes apontando para eventuais contradições, do ponto de vista etiológico, mas que fazem sentido numa perspetiva teleológica de interpretação plural. Com efeito, a ASEAN, enquanto organização, tem manifestado um funcionamento “como fórum para discussões mais ou menos amigáveis dos problemas comuns” (Mendes, 1997, p. 151).

Na mesma perspetiva construtivista, ao contrário dos neorrealistas cujo entendimento sobre a formação de alianças confina-se na avaliação de fatores materiais para identificação das ameaças e dos aliados, o estudo de Barnett (1996) toma como variável fundamental, não a anarquia, mas as identidades enquanto determinantes da construção das ameaças e das escolhas dos aliados. Com efeito, é nesta dedução teórica que Barnett (1996) analisa as relações entre os Estados Árabes.

Tendo em consideração a perspetiva política dos Estados-membros em assumir a região como uma comunidade, Adler e Barnett (2000) abordam esta realidade como tendo características tais como a identidade partilhada, os valores e os significados. Do mesmo modo, na perspetiva de Acharya (2000), a comunidade enquanto ideia não é apenas descritiva, porquanto tem uma dimensão normativa: “The idea of community is both a descriptive and a normative construct, one that not only describes a social group, but shapes it in that particular way” (p. 218).

Nesta esteira de pensamento, encontramos o trabalho de Ngoma (2005) que estuda a arquitetura de segurança na África Austral, tendo como catalisador a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, no sentido de ser analisada em termos de criação de comunidade de segurança. Da mesma forma, autores como Poku (2001) exploram a

abordagem construtivista no sentido de compreender as dinâmicas de regionalização e de constituição de segurança regional na África Austral.

Com efeito, interrogando-se sobre a melhor perspectiva para o estudo da política e da sociedade no terceiro mundo, Poku (1998) considera que o discurso sobre o terceiro mundo é impregnado do aspeto retórico de formação de conhecimento dentro de uma tradição de interpretação. Assim, tendo em conta que o conhecimento científico não está acima da ordem estabelecida e da sua história, para o autor, o construtivismo exige uma abordagem mais interpretativa, no sentido de saber como as tradições de investigação constroem a realidade social, e também crítica no sentido de reconstrução da experiência social pelos agentes. Assim, não negando a existência da realidade independente do mundo, para o construtivismo não podemos conhecer todos os aspetos da realidade social sem ter em conta os discursos sobre a mesma. Deste modo, em relação ao terceiro mundo, o construtivismo abre a possibilidade de aceitar a pluralidade de realidades sociais que os agentes sociais criam apesar da existência de um mundo independente.

Portanto, para Poku (1998), as investigações baseadas no construtivismo permitem estudar o terceiro mundo, elencando não apenas elementos de desenvolvimento, mas também olhar para as suas formas historicamente específicas de intersecção, ou seja, o seu histórico enraizamento em formações e relações; o carácter historicamente constituído das instituições. Pelo que, o terceiro mundo deve ser estudado numa tensão entre estrutura e história.

Nesta sequência, Poku (2001) propõe uma abordagem construtivista da região da África Austral que não nega a existência de um mundo fenomenal independente apesar de afirmar que não podemos conhecer todos os aspetos desta realidade social independentemente dos discursos sobre ela. O autor recusa-se, assim, a abordar a África Austral, como tradicionalmente feito, em termos de busca de poder preditivo, controlo social e ordem, dimensões políticas; porquanto, a maior parte dos estudos que se basearam numa perspectiva teórica puramente positivista ou empirista, esbarraram-se na crítica de que tenderam a legitimar os interesses e as forças sociais que diziam descrever.

Pelo que, optando pela perspectiva da mútua construção da pesquisa e da realidade social, a relação entre conhecimento, ação e poder é vista de uma forma diferente o que viabiliza a pluralidade de possíveis realidades sociais. É por esta via que, com contributos de hermenêutica filosófica e histórica, o construtivismo ajuda a estudar regiões como a África

Austral numa perspetiva de consciência de que, embora a pesquisa comece dentro de uma tradição e com os seus preconceitos, ela pode abrir-se às diferentes tradições, textos e sentidos. Deste modo, a realidade social não é fixa e forçosamente controlável e previsível.

Por conseguinte, no seu esforço de tornar claro o relacionamento entre o conhecimento e o poder que gera socialmente impedimentos para a liberdade e a autonomia e impede uma abordagem aberta sobre a ordem emergente na região da África Austral, o autor junta a epistemologia construtivista e à ontológica estruturacionista para defender a complexidade e historicidade do desenvolvimento. Portanto, Poku (2001) é pela perspetiva de que, no estudo da região austral do continente africano, devemos ter em consideração que estamos sempre dentro das nossas construções, mesmo quando escolhemos estar fora delas, ou as reconstruímos.

Por seu lado, concentrando-se na dimensão de segurança regional, Ngoma (2005) desenvolve o conceito de comunidade de segurança aplicado à região da África Austral. Embora o autor reconheça as origens Deutschianas do conceito, tem em conta o grande contributo de Adler e Barnett e situa-o numa abordagem construtivista que sublinha a dimensão social da política internacional, a partir de uma perspetiva histórica. É com esta opção teórica e metodológica que Ngoma (2005) tenta compreender o estabelecimento de uma comunidade de segurança na África Austral, partindo da aliança do Estados da Linha de Frente ao Órgão de Política Defesa e Segurança da SADC. Assim, a construção do regionalismo na África Austral evidencia a sua base histórica e de interação social, como se deduz da sua evolução dos *Estados da Linha da Frente* à SADC, passando pela SADCC. Esta dimensão histórica e de interação social é melhor captada pela perspetiva construtivista.

Tendo em consideração o contributo de Lewicki, Hiam e Olander (1996) sobre as estratégias adotadas no concenrente ao relacionamento e ao resultado, para o caso em estudo, está-se numa situação de negociação dentro de uma organização de integração regional, constituída por países com um histórico de cooperação política e securitária não negligenciável, como se pode deduzir da aliança dos Estados da Linha da Frente. Pelo que, embora o resultado seja importante, é também crucial a variável relacionamento, levando à estratégia de negociação mais para a perspetiva colaborativa, que se consubstancia no compromisso das partes para com os seguintes aspetos: o mútuo entendimento sobre as necessidades e objetivos de cada uma; o fornecimento mútuo e livre de informação; e a procura das melhores soluções para a satisfação das necessidades das partes.

Assim, na consideração das relações regionais na África Austral, temos em conta, do ponto de vista estrutural, não apenas os fatores materiais como a distribuição regional de capacidades, mas também os elementos normativos e de entendimento coletivo que dão sentido aos fatores materiais. Embora, tradicionalmente se tenha considerado o poder como o elemento estrutural principal, sobretudo na perspectiva realista, existem, como sublinhado pela perspectiva construtivista, outros elementos, como o conhecimento no sentido de estrutura cognitiva e de entendimento, os quais dão sentido ao poder dos Estados e mesmo às suas práticas e são fonte de sentido partilhado. Este, na nossa perspectiva, pode servir de base de compreensão da formação e transformação da posição negocial dos Estados nas negociações internacionais.

No entanto, esta dimensão estrutural não pode estar separada da dimensão processual, consubstanciada na interação social dos Estados e que se manifesta nas transações, organizações e instituições internacionais e na aprendizagem social. Estes elementos estruturais e processuais conduzem à confiança mútua e identidade coletiva. Neste sentido, a dimensão estrutural não deve ser separada da processual no sentido da interação.

A importância que a perspectiva construtivista confere ao processo pode ser melhor ilustrada explorando a explicitação de Adler e Barnett (2000) sobre os elementos processuais acima aludidos. A transação deve ser compreendida no sentido de comunicação entre os atores que influencia os factos sociais, a partir da experiência coletiva e do consenso. Por outro lado, as organizações internacionais constituem-se em práticas sociais, com ou sem organização específica, dinâmicas ou estáticas, que são fatores de criação de confiança entre os Estados e uma espécie de cultura comum, como sublinhado pelo neoliberalismo institucionalista. Finalmente, a aprendizagem social é facilitada pelos outros fatores, porquanto supõem a comunicação entre os Estados sobre o seu auto-entendimento e perceção da realidade bem como as suas expectativas do ponto de vista normativo, apontando para uma dimensão funcional.

Podemos afirmar que os elementos subjacentes às negociações regionais na SADC são, principalmente, o respeito mútuo da soberania dos Estados, a renúncia ao recurso à força na resolução de conflitos na região, a solidariedade regional em relação aos conflitos internos dos Estados, e o pacto de defesa mutual. Neste sentido, podemos considerar as questões de ‘integração regional’ e de ‘criação de uma zona de comércio livre’ como normas internacionais sobre as relações económicas entre os países da mesma região, fazendo parte de um entendimento internacional que vai se internalizando.

SÍNTESE CONCLUSIVA

Se, para Wendt (1999), a ação da estrutura não está separada dos atributos e da interação dos agentes, então é possível abordar as negociações internacionais, no caso da adesão de Angola à ZCL-SADC, numa perspetiva mais integrativa, não reduzindo a posição de Angola à fatores internos, de atributos da política interna, mas também não limitando a ação e posição do Estado Angolano à fatores estruturais internacionais e regionais. Com efeito, tanto a estrutura como os agentes constituem-se na interação social e é em virtude deste processo que podem ser compreendidos e explicados.

Embora não exista incompatibilidade entre a perspetiva racionalista e a construtivista, elas focam em aspetos diferentes. A construtivista questiona-se sobre a formação de elementos, identidades e interesses, que são assumidos pelo racionalismo como dados adquiridos. Trata-se de opções analíticas e metodológicas diferentes. Ora, no âmbito da literatura sobre as negociações, inclusivamente internacionais, a dimensão racionalista tem sido a mais explorada nas teorias sobre as negociações. Contudo, ela é limitada. Em consequência, é pertinente aproveitar um pouco mais a perspetiva teórica construtivista para a melhor compreensão de alguns aspetos das negociações internacionais.

O construtivismo pode contribuir para a compreensão das negociações, porquanto aponta para alguns fatores não explorados por outras perspetivas de investigação e análise sobretudo no âmbito das teorias de relações internacionais baseadas em explicações racionalistas e materialistas tais como o neorrealismo e o neoliberalismo. Esses fatores são, no caso do nosso estudo os seguintes: a natureza mutuamente constitutiva e histórica dos Estados e da estrutura do sistema regional; e a natureza socialmente construída das identidades e dos interesses dos Estados.

A aplicação do construtivismo às negociações internacionais permite-nos olhar para aspetos como as crenças, as percepções, ou seja, as estruturas normativas, no sentido de, ao abordarmos as negociações do ponto de vista da estrutura, não nos limitarmos à dimensão do poder na perspetiva materialista; mas que sejam também tidos em conta elementos tais como o entendimento partilhado da realidade vivida e a estrutura normativa que regula e constitui a interação social.

PARTE II: AS DINÂMICAS DO REGIONALISMO NA ÁFRICA AUSTRAL

Nesta parte do presente trabalho dedicamos o nosso exame às manifestações do regionalismo na África Austral como um processo dinâmico que se incrementa apoiado simultaneamente em elementos endógenos e exógenos que são adaptados pelos Estados no decurso da sua adoção. Assim, observa-se no processo de construção do regionalismo na África Austral uma lógica de aprendizagem com a experiência de interação social dos Estados na região, mas que não está alheia aos desenvolvimentos do sistema internacional.

Para tal, começamos por explorar o sentido que o fenómeno do regionalismo ganha no contexto da África Austral, descrevemos a evolução institucional deste fenómeno, tendo em consideração as suas diferentes manifestações e pondo em evidência os seguintes elementos:

- A organização dos Estados da Linha da Frente como uma aliança política que visava a queda dos regimes minoritários na região;
- O surgimento da SADCC como a estrutura que responde aos desafios de dependência económica da maior parte dos Estados da região em relação à África do Sul;
- A formalização mais acentuada da organização de cooperação regional e a adopção do ideal de integração, através da transformação da SADCC em SADC;
- A transformação estratégica dos Estados da Linha da Frente em Órgão de Cooperação Política Defesa e Segurança que, dentro da SADC, vela pelos sectores político e securitário da região.

Ao longo deste percurso de análise dos elementos históricos de construção da arquitetura de organização de cooperação e integração regional, descortina-se o regime minoritário Sul-africano como o elemento contra o qual o regionalismo na África Austral tomou corpo e cujo colapso impulsionou o processo de construção de uma nova ordem regional mais cooperativa e mais ambiciosa no que concerne ao desenho de um projeto de integração económica. Em consequência, no segundo capítulo desta parte abordamos os instrumentos jurídicos e de planificação que constituem as bases para a construção de uma nova ordem regional mais exploradora da negociação, da concertação e da cooperação, projetando a SADC para uma agenda de integração que passa pela implementação de uma zona de comércio livre.

CAPÍTULO I: A SADC E O REGIONALISMO NA ÁFRICA AUSTRAL

Como organização regional de cooperação e integração dos Estados da África Austral, a SADC enquadra-se numa história que se alimenta das experiências de outras regiões, mas que tem um sentido endógeno próprio manifestado na aprendizagem a partir de seus ensaios e tentativas de formação de estruturas que foram respondendo, de forma cooperativa e coordenada, aos vários desafios apresentados aos Estados da região, entre os quais destacam-se:

- a ameaça dos regimes minoritários, tendo a África do Sul como bastião,
- a sobrevivência em contexto de guerra fria,
- as persistentes condições de subdesenvolvimento,
- e as ameaças à segurança humana.

Assim, neste capítulo, exploramos alguns elementos de compreensão do conceito de regionalismo e analisamos aspetos de história da África Austral que têm marcado o processo de construção do regionalismo que resultou na constituição da SADC. Nesta análise, prestamos atenção à dimensão política como aspeto importante no desenho da arquitetura da cooperação institucional na região, sustentado por elementos de interação social que intervêm na construção da identidade dos Estados, demonstrando o quanto a África do Sul constituiu o fator contra o qual se foi afirmando o regionalismo na África Austral.

1.1. O CONCEITO DE REGIONALISMO E A SUA EXPERIÊNCIA NA ÁFRICA AUSTRAL

O fenómeno do regionalismo nas relações internacionais é uma realidade complexa e requer uma abordagem conceitual aberta e plural, em virtude de atingir diferentes espaços geográficos, com tendências próprias, e por implicar uma evolução histórica não homogénea. Neste sentido, autores como Mansfield e Milner (1999, p. 190) consideram o regionalismo como “um conceito elusivo”. Na mesma esteira de pensamento, Behr e Jokela (2011) observam que, sendo de manifestação complexa, existe difícil consenso sobre o regionalismo, no que concerne a sua origem e natureza.

Esta problemática conceitual sobre o regionalismo é também resultante da noção de região. Com efeito, se para alguns autores ela tem a ver com a localização e a proximidade, senão contiguidade geográfica, dos países que a constituem; para outros, baseados na perspetiva

construtivista, a região funda-se nas identidades, culturas, e histórias, sendo socialmente construídas (Behr & Jokela, 2011). Esta última perspetiva está alinhada com a posição de Dias (2011, p. 79), para quem no território “se consubstanciam as omnipresentes interações sociais”.

Trazendo o debate para a arena das perspetivas teóricas das relações internacionais, a partir da tradição realista, que compreende os Estados como os principais atores das relações internacionais, agindo de forma unitária e racional num sistema anárquico, o regionalismo pode ser entendido como um fenómeno secundário. Na tradição teórica realista, as organizações regionais desempenham um papel secundário ao dos Estados cuja sobrevivência no sistema internacional depende da autoajuda e do poder que, na perspetiva de Morgenthau (1978), constitui o interesse dos Estados. Esta visão, transmitida pelo realismo clássico, é confirmada pelo neorrealismo estrutural, defendido por Waltz (1979), para quem a anarquia condiciona os Estados e a balança de poder é a garantia de ausência de conflito nesta estrutura.

Para os liberais, as organizações resultantes dos fenómenos do regionalismo são entendidas como instrumentos de cooperação e mecanismos de prevenção de conflitos, porquanto atenuam as consequências da anarquia, através da partilha de informação e comunicação. Ademais, como também enfatizado por Nye e Keohane (1971), os Estados não são os únicos atores das relações internacionais. Deste modo, a tradição liberal induz a concluir que o regionalismo e as instituições que nelas se criam constituem espaços onde os Estados interagem e cooperam, negociam e mitigam os efeitos negativos do não conhecimento das capacidades e intenções dos outros atores do sistema.

Tanto o realismo como liberalismo apresentam elementos importantes para a compreensão do fenómeno do regionalismo. Todavia, é também importante considerar a dimensão de socialização das normas e das práticas, assim como o papel fundamental das identidades que estão na base dos interesses, como indica a perspetiva construtivista. Como frisado por Mendes (2012, p. 109), “o construtivismo veio demonstrar que (...) a estrutura anárquica (...) também depende (...) de fatores (...) como a construção das identidades dos Estados que, por sua vez, também são o resultado da interação social entre Estados”. No mesmo sentido, Ide (2008, p. 18) refere que “a perspetiva realista deixa de fazer questionamentos sobre como se deu a formação [dos] interesses nacionais (...) tampouco contempla questões não materiais relevantes, como a identidade dos Estados e o histórico de suas relações”.

Assim, apontando para o caso concreto da difusão de normas europeias relacionadas com o regionalismo, na aceção de Tulmets (2014), enquanto o racionalismo olha para a exportação das normas europeias no sentido de transferência, a visão construtivista aborda a questão como processos de aprendizagem e socialização. Apesar do mérito do trabalho de Tulmets (2014) na diferenciação das diversas formas de exportação das normas ocidentais, o seu estudo está limitado à perspectiva da região proponente. Assim, é também necessário considerar a dimensão da aceitação e assimilação das normas na perspectiva dos Estados receptores (Halabi, 2004).

No mesmo sentido, não adotando a perspectiva do choque das civilizações, Acharya (2014, p. 655) propõe o conceito de “mutuall learning among civilizations”, considerando serem necessários estudos que olhem para as regiões fora do ocidente, não apenas como receptoras, mas como promotoras de normas e práticas locais, enraizadas na sua identidade. Este debate sobre a dimensão exógena e endógena dos processos de regionalismo é também retomado por Farrell (2005). Contudo, a partir do construtivismo concebe-se o regionalismo como espaços de construção do mundo social onde os interesses são definidos em função das identidades que, por sua vez, resultam da interação social dos Estados.

Uma das dimensões essenciais do regionalismo, para lá da contiguidade geográfica, é a afinidade identitária dos Membros, o que Behr e Jokela (2011) apontariam como construção social. No mesmo sentido, para Hettne (1999), o regionalismo implica uma dimensão política, fundada na relação identitária dos Estados. Pelo que, faz sentido socorrer-se da formulação de Benedict Anderson de ‘comunidades imaginadas’, compreendendo as organizações regionais como entidades simbolicamente construídas. Como sublinha Poku (2001, p. 7), “Constructivists (...) do contend that we can never know all the features of the world independent of the discourses about it”.

Para além da incidência do conceito região na compreensão do regionalismo, é importante ter em conta as suas dimensões fundamentais. Neste particular, para autores como Behr e Jokela (2011), o regionalismo pode ser enquadrado em quatro eixos principais: a geografia contígua; a regularidade das interações políticas e económicas; a partilha comum de percepções; e a ação e reconhecimento internacionais. Na aceção de Costa (2010, p. 173), o regionalismo corresponde a um “processo voluntário de crescente interdependência de economias separadas e a sua fusão em regiões mais extensas que as correspondentes às fronteiras nacionais dos países cujas economias se pretendem integrar”. O aspeto da voluntariedade está ligado com a

utilidade e a desejabilidade do regionalismo. Com efeito, os reagrupamentos dos Estados em instituições regionais tornam possível a sua ação coletiva a partir de uma perspetiva meso, considerando o Estado como micro e a estrutura internacional como macro. Como referido pela Asian Development Bank (2008, p. 15), a cooperação regional “resolve problemas que são inerentemente regionais em escopo ou, por algumas razões, não podem ser resolvidos a nível global nem nacional”.

A formação e a evolução das organizações que dão corpo ao regionalismo estão muito ligadas aos contextos históricos e geográficos que se repercutem nos modelos de inspiração e nas necessidades identificadas pelos Estados. Neste sentido, as organizações que como a SADC adotam uma orientação de integração regional seguem, geralmente, o modelo estudado por Balassa (1961), segundo o qual a integração económica tem diferentes degraus, passando pela zona de comércio livre, a união aduaneira, o mercado comum, a união económica, e a completa integração económica. Por conseguinte, como frisado por Ferreira (2005, p. 66), o aspeto basilar dessas manifestações do regionalismo é “a supressão de discriminação entre os seus membros num cada vez maior número de domínios e a existência de discricionariedade negativa contra o resto do mundo”.

No que concerne aos critérios para a tipificação do regionalismo, aparecem aspetos como a formalidade, a positividade, e a globalidade. Pelo que, quanto à formalidade, existe a integração formal, criada por acordos institucionais, a qual nem sempre corresponde à integração real, baseada no relacionamento factual, independentemente da sua formalização *de iure*. Pode-se também considerar, na sequência de Costa (2010), a integração sectorial, limitada à determinadas áreas de cooperação, e a integração geral.

Por sua vez, Behr e Jokela (2011, p. 7) adotam os seguintes critérios de classificação dos fenómenos de regionalismo: “(1) o âmbito, (2) a profundidade, (3) as funções, (4) as razões condutoras, e (5) as instituições de integração regional”. Assim, no tange ao escopo, apontam para as microrregiões, as regiões transfronteiriças, as sub-regiões e as macrorregiões; enquanto no que diz respeito à profundidade, referem-se ao espaço regional, ao complexo regional, à sociedade regional, à comunidade regional e ao estado regional. Em relação às funções, os regionalismos podem estar ligados às dimensões económicas, políticas ou identitárias. Em consideração das razões condutoras, perfilam-se as económico-racionalistas, as político-legais, as de balanço de poder, e as socioculturais. No concernente às instituições de integração regional, podem ser citadas as instituições intergovernamentais, os órgãos

executivos e administrativos, os mecanismos de resolução de conflitos, e os processos de tomada de decisão.

Do ponto de vista histórico, o fenómeno do regionalismo tem evoluído, considerando as necessidades específicas das regiões e tendo em conta os modelos estabelecidos. Assim, autores como Mansfield e Milner (1999) falam de quatro vagas de evolução do regionalismo, sendo as duas primeiras da segunda metade do século XIX até a Segunda Guerra Mundial e as duas outras a partir o fim da Segunda Guerra Mundial: a terceira aconteceu entre os anos 1950 e 1970 e a quarta despoletou-se no final da guerra fria. Por seu lado, Medeiros (1998) prefere referir-se às duas vagas do regionalismo económico, situando a primeira entre os finais dos anos 1950 e 1970, com iniciativas como a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA – 1951), a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA – 1960). A segunda vaga registou-se entre os finais dos anos 1980 e os anos 1990, com iniciativas como o Acordo de Comércio Livre Canada – EUA (1988), o Mercado Comum do Sul (1991), o Acordo de Comércio Livre Norte-Americano (1992), e o Tratado de Maastricht da União Europeia (1993).

No que tange ao impacto da integração regional no multilateralismo do comércio internacional, autores como Mansfield e Milner (1999) advertem para o facto de, por um lado, alguns estudiosos defenderem que os processos de integração regional podem corroer o sistema multilateral do comércio internacional; enquanto, do outro lado, existem investigadores advogando que o fenómeno de integração regional contribui para uma abertura cada vez maior do comércio internacional. Respondendo à questão em debate, Torres (1993) observa que os regionalismos vêm preencher as dificuldades da rodada do Uruguai e colmatar as insuficiências do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio que constituem dois grandes mecanismos de multilateralismo do comércio mundial.

Apesar de os fenómenos de cooperação e integração regionais terem atualmente uma forte dimensão económica, sobretudo através da sua manifestação e acordos preferenciais de comércio, enfatizando deste modo o aspeto económico, autores como Mansfield e Milner (1999) e Hettne (1999) chamam atenção para a diferença existente entre a regionalização, que é um fenómeno de índole mais económica, e o regionalismo que é sustentado por uma base mais política. No mesmo sentido, para Medeiros (1998, p. 95), trata-se efetivamente de “um fenómeno centrípeto, de carácter político”. Deste modo, os regionalismos são motivados pelo alargamento de mercados, aumento da coesão política, e pelo potencial de materialização de outros objetivos de índole comercial e económica.

Os processos de regionalismo em África são, na sua maioria, impregnados de uma dimensão supra-politizada, pois o elemento económico apresenta ainda algumas insuficiências. Neste sentido, Costa (2010, p. 173) apresenta a proximidade geográfica e as razões políticas, como fatores impulsionadores do regionalismo em África: “os movimentos de integração desenvolvidos até a data assentam, essencialmente, na proximidade geográfica e são quase todos determinados por motivos políticos, mais do que condições económicas”.

No âmbito da dimensão política do regionalismo, historicamente o regionalismo resulta de experiências prévias de conflito e cooperação entre Estados do mesmo espaço regional. De facto, estes relacionamentos de conflito e cooperação entre Estados da mesma região têm a potencialidade de evoluir para relações em eixo que suportam os processos de integração regional como os da União Europeia e do Mercosul, tal como observado por Patrício (2007).

Em relação à África Austral, o processo de regionalismo começou a manifestar-se nos finais da década de 1960 e início da década de 1970, tendo evoluído no fim da década de 1980 e início de 1990, inspirando-se mormente no modelo europeu. Neste sentido, para Monteiro (2001, 97), “a história da cooperação e da integração regional africana é relativamente recente e, grosso modo, data do processo das independências (fins dos anos 50 e princípios da década de 60)”. Porém, não se deve descurar o facto de esta região ter registado a criação, em 1910, de uma união aduaneira das várias colónias Britânicas e a África do Sul, a União Alfandegária da África Austral (SACU).

Embora a maioria dos países que constituem a SADC situa-se na região austral do continente Africano, Schoeman (2001) nota que, à semelhança de algumas outras regiões, o elemento unificador dos Estados é mais de índole política que geográfica. Assim, no início da organização, a África do Sul não fazia parte e, atualmente, integra países como a República Democrática do Congo e a Tanzânia que, do ponto de vista geográfico, localizam-se mais nas regiões central e oriental de África. Do mesmo modo, na sua vigente composição, a organização acolhe alguns países insulares como o Madagáscar, a Seicheles e a Comores.

Assim, na África Austral, o aspeto político constitui-se como fator importante na arquitetura do regionalismo. Esta dimensão é melhor compreendida tendo em conta a própria história da região, porquanto os Estados começaram a unir-se primeiramente em torno da causa que foi o derrube dos regimes minoritários, que tinham no apartheid a sua âncora. Por conseguinte, o

capital de cooperação política acumulado nas organizações precursoras serviu de mola impulsionadora para a construção de uma organização de matriz integracionista.

O rosto das regiões que se apresentam como entidades construídas socialmente na interação histórica dos seus membros ajuda a compreender a criação e a evolução da SADC e a distância entre a formalidade legal e discursiva e a realidade material e factual da organização regional. Com efeito, Poku (2001) também aponta para o facto de que encontramos na região Austral alguns elementos históricos partilhados que ajudam a construir uma identidade regional na África Austral os quais devemos considerar: os modelos de colonialismo e o papel central da África do Sul enquanto potência contra a qual se unem os outros Estados da região.

Neste contexto, o construtivismo social apresenta-se como uma abordagem teórica que ajuda a compreender as dinâmicas do regionalismo na África Austral, na perspectiva de que os interesses dos Estados não são dados previamente definidos e a dimensão ideacional é muito importante no estudo das organizações regionais. Como sublinhado por Wendt (1992), as instituições são marcadas pelo processo de internalização e aprendizagem das normas e das práticas.

Ademais, numa região como a África Austral, os elementos endógenos e exógenos concorrem para a construção do regionalismo e dos processos negociais que nela se desenvolvem. Neste sentido, no que concerne à dimensão exógena, Mandaza (1987) coloca em realce a intervenção da Europa e dos Estados Unidos na promoção da criação da SADCC. O mesmo é feito por Lee (2003) ao referir a dependência da SADCC, enquanto organização, do financiamento ocidental e do apoio técnico de consultores do Fundo da Commonwealth para a Cooperação Técnica.

Efetivamente, existem evidências de referência ao modelo de integração europeu como se deduz do RISDP e de algumas regras que integram o quadro normativo da ZCL-SADC. Como frisado por Brenton, Flatters e Kalenga (2005, p. 1), “as regras de origem adoptadas pela SADC têm uma forte semelhança com as da UE e de facto parecem ter sido fortemente influenciadas por elas”. Todavia, esta dimensão externa foi assimilada por fatores internos, como sublinhado por Mandaza e Tostensen (1994). Com efeito, para esses autores, a SADCC resultou da experiência dos ELF. Esta mesma observação é feita por Poku (2001, p. 100) quando afirma que “na prática, o sentimento anti-Sul-africano mais do que os interesses económicos juntou os países da SADCC”.

Assim, tanto os fatores externos como os internos que sustentaram o nascimento e a evolução do regionalismo na África Austral são compatíveis e compreensíveis, no âmbito de uma abordagem construtivista de aprendizagem na interação social e histórica dos Estados, considerando como referência as práticas sociais delas resultantes. A SADC é, deste modo, o resultado de um projeto de integração regional sustentado pelo capital de cooperação política e de segurança dos países membros dos ELF. Como observado por Campos (1996, p. 437), “segundo os responsáveis africanos, a luta política travada no período colonial, durante a qual os seus povos se entreajudaram, serviu-lhes de modelo e incentivo para nova contenda que despontava na década de oitenta”. Neste sentido, é significativa a declaração de José Eduardo dos Santos, em 1987, em Lusaca, na VII Cimeira da SADC:

Quando, em 1980, os nove Chefes de Estado da região criaram a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), dando assim expressão à genial ideia do saudoso Presidente Seretse Khama, sabíamos que não podíamos aspirar de imediato a um modelo de organização que nos defendesse das concorrências internacionais e que favorecesse as trocas inter-regionais. (...) O modelo de integração económica que adoptámos visava por isso, como primeiro objetivo, a redução progressiva da dependência da África do Sul racista. (...) Preocupa-nos, no entanto, o perigo de transformarmos a África Austral num depósito de financiamentos e de doações que nos poderão levar, a longo ou médio prazo, a uma situação de dependência, se não emprendermos medidas imediatas tendentes a criar as bases técnicas e materiais para a autossuficiência regional” (Santos, 2014, p. 424).

Portanto, sendo um fenómeno social, o regionalismo não pode ser compreendido como um dado adquirido, pois ele constrói-se socialmente na interação dos Estados no contexto regional e internacional, respondendo às demandas da sua realidade. Com efeito, as construções regionais são dinâmicas e passíveis de adaptação. Existe todo um processo de socialização e internalização de incentivos intrarregionais assim como inter-regionais e extrarregionais; porquanto, não sendo a primeira nem a única experiência no contexto internacional, a construção do regionalismo na África Austral passou por um processo de aprendizagem, informada e influenciada pelas lições de outras regiões.

1.2. DOS ELF À SADCC E A ÁFRICA DO SUL COMO FATOR CONTRA O QUAL SE EVIDENCIA O REGIONALISMO

Com o surgimento de Estados independentes na África Austral, nas décadas de 1960 e 1970, começou a desenvolver-se o processo de regionalismo nesta parte continente Africano. Os estudos sobre a região neste período são marcados pela perspectiva analítica “sub-sistémica”,

porquanto teorizam a região como uma unidade de análise (Shaw, 1977; Ali, 1987; Khadiagala, 1994). Assim, Shaw (1977) olha para a África Austral na ótica teórica da dependência, constituindo a África do Sul o centro do subsistema. No mesmo sentido, Bush e Kibble (1985) apontam a África do Sul como a potência sub-imperial, desempenhando o papel de conexão entre o centro e a periferia. Por sua vez, Libby (1987) destaca o efeito das mudanças políticas domésticas nas relações económicas da região e vice-versa. Essas abordagens refletem o contexto histórico do surgimento do processo de regionalismo na África Austral, a partir da formação dos ELF e a sua evolução em SADC, passando pela SADCC.

As dinâmicas de regionalismo na África Austral começaram no final da década de 1960, quando Estados independentes como o Botsuana, a Tanzânia e a Zâmbia deram início aos primeiros passos da aliança política, posteriormente denominada Estados da Linha da Frente (ELF), contra os regimes de minoria racista. Com efeito, a criação dos ELF deveu-se ao incentivo do relacionamento cooperativo dos Chefes de Estado dos países acima citados, com o objetivo de promover a libertação da África Austral, dentro do Clube de Mulungushi (Omari, 1991). Estes contactos resultaram na formação dos ELF, que contou com a adesão de outros Estados da região austral à medida que foram alcançando a independência, apesar dos seus movimentos de libertação nacional já trabalharem com esta organização contra os regimes minoritários.

Assim, Khadiagala (1994, p. 11) observa que “opposition to minority regimes provided the most powerful rationale for the FLS [Front Line States]”. Com efeito, os regimes minoritários racistas e colonialistas estavam aliados numa estrutura que autores como Shaw (1977, p. 84) designam de “White entente”, e Ngoma (2005, p. 88) descreve como “Pretoria-Lisbon-Salisbury axis”. Por conseguinte, o regime Sul-africano do apartheid representava o ponto alto da ameaça dos regimes minoritários, porquanto ocupava a Namíbia, apoiava o regime de Ian Smith no Zimbabué, e estava coligado ao regime colonial português, em Angola e Moçambique. Neste sentido, a África do Sul constituía o elemento contra o qual se afirma o regionalismo na África Austral. Como observado por Campos (1996, p. 433) “ambas as fases [do regionalismo na África Austral] constituíram uma resposta de oposição à Pretória”. Esta é a mesma posição desenvolvida por Monteiro (2001), argumentando que a iniciativas de regionalismo na África Austral, sobretudo a SADCC, foram no essencial uma resposta política à África do Sul. A propósito, podemos referir o ponto 3 do Comunicado Final da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da Linha da Frente, realizada em

Abril de 1986, em Luanda, o qual refere o seguinte: “o cerne do conflito na África Austral é o próprio regime do apartheid e que enquanto não for completamente erradicado (...) continuará a provocar a instabilidade vivida, tanto na própria África do Sul e Namíbia como em toda a região Austral” (in Xavier, 2018, p. 11).

A África do Sul era a potência regional tanto do ponto de vista económico como militar. Como referido por Green e Thompson (1988), nas décadas de 1970 e 1980, a África do Sul optou, na sua política regional, por uma perspetiva intervencionista e mercantilista. Todavia, não logrou transformar a sua supremacia económica e militar em liderança política regional. Neste sentido, Grundy (1982) observa que a África do Sul teve grandes dificuldades em legitimar doméstica e regionalmente o seu regime, o que se refletiu no insucesso das suas iniciativas como a Constelação dos Estados da África Austral (CONSAS), proposta pelo então Primeiro-Ministro, Peter W. Botha, em 1979. Este projeto visava liderar os processos económicos e de segurança na África Austral, o que resultaria numa legitimidade regional do regime do apartheid. Como também referido por Silva (2013, p. 161), “a primeira fase da estratégia regional sul-africana inscreve-se cronologicamente entre finais de 1978 e meados do ano seguinte. O seu objetivo prioritário era a criação de uma ‘Constelação de Estados da África Austral’”. Com efeito, esta iniciativa sul-africana era essencialmente fundamentada em estímulos económicos, expressos no conceito de domínio político-económico através da ideia de Constelação (Green & Thompson, 1988).

Contudo, em um contexto internacional de afirmação da autodeterminação dos povos e numa conjuntura regional de luta pelas independências, esta iniciativa não ofereceu incentivos políticos bastantes para a sua aceitação pelos outros Estados da região. De facto, como lembrado por Hurd (2007), a legitimidade internacional não se resume nos interesses económicos. Assim, dentro dos ELF, os países da região optaram pela iniciativa da SADCC, com o objetivo principal da sua libertação económica em relação à África do Sul, como estabelecido na Declaração constitutiva da organização e no seu Programa de Ação.

A formação da SADCC foi, deste modo, concebida e acordada pelos Estados da Linha da Frente na Conferência de Arusha, Tanzânia, em Julho de 1979, o que veio a se efetivar na Cimeira de Lusaca, Zâmbia, em Abril de 1980, quando Angola, Botsuana, Lesoto, Maláui, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué assinaram o acordo de constituição da organização, no sentido de capitalizar a cooperação política e de segurança experimentada

no âmbito dos mecanismos dos ELF, para promover a libertação económica dos Estados-membros através de uma ação coletiva e concertada.

Pelo que, considerando a dependência económica dos países em relação à África do Sul como uma fragilidade, os membros dos ELF lançaram a SADCC com o seguinte lema: “África Austral: para uma libertação económica”. Por conseguinte, foi adotado um programa de ação (SADC Programme of Action – SPA), envolvendo sectores como dos transportes, comunicação, agricultura e alimentação, indústria e energia. Na implementação do programa de ação estabeleceu-se uma estrutura de coordenação descentralizada que acentuava a importância, entre outros, da confiança mútua dos Estados, como se lê no seguinte extrato:

For the purpose of coordinating the SPA and enhancing ownership, a decentralized structure was adopted under which different sectors were allocated to each Member State. This approach underscored the need to build collective self-reliance, mutual trust and confidence and it was on this basis that the Organisation evolved over the years. (Southern African Development Community, 2003, p. 2).

Deste modo, enquanto os ELF ficava encarregue de velar pelas questões de cooperação no sector da segurança, a SADCC dedicava-se aos assuntos de desenvolvimento económico, assumindo uma perspetiva funcional na base da concertação, consultação e procura de consensos, como também referido por Cardoso (1991). Portanto, na génese do regionalismo na África Austral, os regimes minoritários, tendo na África do Sul o expoente máximo, constituíram o fator contra o qual se desenhou, formou e evoluiu a arquitetura de cooperação e integração regional.

1.3. A TRANSFORMAÇÃO DA SADCC EM SADC E A INSERÇÃO DA ÁFRICA DO SUL.

A transformação da SADCC em SADC deveu-se à diversos fatores e resultou na integração da África do Sul nos instrumentos de cooperação regional na África Austral. Entre os fatores que levaram à transformação da SADCC em SADC destacam-se: a capitalização da experiência acumulada de cooperação nos sectores de desenvolvimento económico e na área de política e segurança, que remonta à aliança dos ELF; as mudanças do contexto internacional, decorrente sobretudo do colapso do bloco socialista, com a consequente retirada da ameaça comunista na região da África Austral; os sinais do fim do apartheid na África do Sul, que constituía o baluarte dos regimes minoritários na África Austral; as

manifestações cada vez mais crescentes de adoção de blocos económicos regionais em diferentes continentes.

Com a transformação da SADCC em SADC passa-se, do ponto de vista institucional, de uma organização com base cooperativa a outra de carácter integrativo. Com efeito, a SADC vem representar um maior compromisso formal, uma melhor coordenação e estruturação da colaboração entre os Estados e o acolhimento de uma agenda económica mais liberal, sobretudo no que concerne ao comércio, o que é apanágio dos movimentos de integração regional que se manifestam nas décadas de 1990 e 2000, como observa Schoeman (2002). A revelação da opção económica por uma agenda liberal gradual e a formalização mais patente dos mecanismos de cooperação e integração económica descortinam-se tanto no Tratado de Windhoek, em 1992, que institui a SADC, como no Acordo de Emenda ao Tratado, assinado em Lilongwe, em 2001, e ainda na aprovação, em 2003, do Plano Estratégico Indicativo para o Desenvolvimento Regional (Regional Indicative Strategic Development Plan – RISDP).

Fatores internos, entre os quais os movimentos políticos e cívicos de protestos contra as suas opções segregacionistas e as condições internacionais adversas como as sanções económicas e políticas, repercutiram-se negativamente na sustentabilidade da economia da África do Sul, como mencionado por Rizzi e Schutz (2014). Assim, o regime do apartheid começou a dar sinais de sufoco e insustentabilidade nos finais da década de 1980 e limiar de 1990. Com efeito, ainda no prisma internacional, a descridibilização de regimes colonialistas e racistas revelava-se cada vez maior. Por conseguinte, como sublinhado por Silva (2013, p. 27), a partir de uma perspetiva construtivista, compreende-se “as forças profundas que constituíram a base da nova legitimidade internacional que promoveu ela própria a caducidade de toda a empresa histórica que foi o fenómeno do colonialismo”.

Aos fatores acima apresentados juntaram-se, na altura, os sinais da eminente derrocada do bloco soviético, o que retirava do xadrez político e de segurança regional da África Austral a ameaça comunista que servia de justificação para algum alinhamento estratégico de algumas potências ocidentais, como os Estados Unidos de América, com a África do Sul, no sentido de conter a expansão do comunismo (Batcher, 1998; Swart & Du Plessis, 2004).

Nestas condições, promoveu-se um processo interno de reformas na África do Sul que confluiu no fim ao regime do apartheid e, na sequência das primeiras eleições democráticas e abrangentes, na ascensão ao poder, em 1994, do *African Nacional Congress* (ANC), liderado

por Nelson Rolihlahla Mandela. Tendo este movimento de libertação nacional sido apoiado, entre outras, pelos ELF que instituíram a SADCC e posteriormente constituíram a SADC, a adesão da África do Sul pós-apartheid na SADC deu-se de forma lógica.

A colaboração do ANC com os ELF na sua luta contra o regime do apartheid engendrou um ambiente de confiança entre as elites políticas, sobretudo as que tomaram o poder, com as independências dos seus países na África Austral. Com efeito, a queda do apartheid e a instituição de um regime maioritário na África do Sul, liderado pelo ANC, suprimiu a ameaça política que representava a África do Sul do apartheid aos seus vizinhos. Se do lado dos vizinhos se manifestou essa abordagem, do lado da África do Sul pós-apartheid houve reciprocidade, porquanto, com Mandela no poder, estreou-se uma política regional de reconciliação, tal como notado por Rizzi e Schutz (2014, p. 186) nos seguintes termos: “a principal característica [da política externa sul-africana] foi a busca pela reintegração do país na política regional e a normalização das relações internacionais”.

Todavia, apesar de lógica, a integração da África do Sul na SADC não foi sem consequências do ponto de vista da revisão dos fins e meios de cooperação que deram fundamento à SADC. Com efeito, se de um lado a inserção da África do Sul correspondeu à adesão da economia mais robusta e potência militar da região ao bloco regional; do outro, a África do Sul do apartheid, enquanto tentáculo dos regimes minoritários na região, constituiu sempre o fator contra o qual se desenvolveu o regionalismo na África Austral.

Deste modo, a adaptação dos Estados da região à nova África do Sul e vice-versa exigiu trabalho diplomático para a consolidação das relações amistosas com o anterior fator de ameaça, sendo que, por conseguinte, os primeiros passos foram marcados pela inibição e certo grau de incerteza dos atuais aliados regionais da África do Sul, como observado por Baregu (2003). Do mesmo modo, na política externa sul-Africana emergente do pós-apartheid descortinava-se alguma hesitação em relação à região, porquanto, como referido por Miti (2002), a falta de clareza do governo sul-africano quanto à região austral caracterizou a sua política externa no período de 1994 a 1996.

Esta experiência de reconsideração da visão estratégica constitutiva do regionalismo na África Austral refletiu-se no processo de reestruturação dos principais órgãos de cooperação. Com efeito, com a queda do apartheid, o sustentáculo último dos regimes minoritários na região da África Austral, os ELF tinham alcançado o seu objetivo inicial, que era a libertação da região.

O que ainda restava e que tinha de ser reconsiderado era a libertação da dependência económica em relação África do Sul, enquanto objetivo primeiro da SADCC, tendo em conta a integração deste país na própria SADC.

Nestas circunstâncias, os Estados assumiram o capital de cooperação política em questões de segurança, constituído nos ELF, e de desenvolvimento económico, incentivado no âmbito da SADCC. Todavia, com a integração da África do Sul na SADC outro aspeto deve ser tido em conta. Como frisado por Ngoma (2005), com o fim dos regimes minoritários na região e a integração da África do Sul nos mecanismos de cooperação regional da África Austral, ficou extinta a ameaça comum que unificava os Estados-membros dos ELF, os quais edificaram os primeiros passos do regionalismo que resultou na constituição da SADC. Em relação a esse aspeto, manifestou-se, por parte dos Estados-membros, o interesse de capitalizar a experiência de cooperação das décadas passadas, tendo consequentemente procedido à redefinição dos objetivos de cooperação. Pelo que, os regimes minoritários da região foram substituídos por novas ameaças identificadas como comuns aos Estados da região e contra os quais se poderiam unir. Entre tais ameaças, encontramos a pobreza extrema, as graves endemias, inclusivamente o VIH-SIDA, a criminalidade transfronteiriça, a incipiência dos processos democráticos domésticos, e a redistribuição e exploração das terras aráveis (Poku, 2001).

Assim, despoletou-se um processo longo de reflexão e discussão, começado em 1994, com o Workshop Ministerial sobre a Paz, Democracia e Segurança, sob a égide da SADC, realizado em Windhoek (Namíbia), resultando na transformação dos ELF em Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança da SADC (OCPDS), em 1996, em Gaborone – Botsuana. Esse processo culminou na redefinição do Órgão, em 1999, tendo sido determinado que este faria parte da estrutura da SADC e reportaria à Cimeira. Este facto foi seguido da assinatura, pelos Estados-membros, em 2001, em Blantyre (Maláui), do Protocolo sobre Cooperação Política, Defesa e Segurança. Assim, o novo órgão, OCPDS, assumiu o Comité Inter-Estatal para a Defesa e Segurança (CIEDS) como legado da aliança dos ELF. Esta assunção pode ser explicada a partir da perspetiva teórica de Weitsman (2004) de alianças de “hedging”, no sentido de que a preservação do CIEDS como Comité do OCPDS, no processo de transformação dos ELF, compreende-se pelo facto dos Estados-membros da aliança dos ELF não perceberem altos níveis de ameaça interna.

Deste modo, os Estados-membros da SADC aprovaram dois importantes instrumentos de cooperação. Para o eixo da cooperação no âmbito da política, defesa e segurança, foi

aprovado, em 2004, o Plano Estratégico Indicativo para o Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança (Strategic Indicative Plan for the Organ – SIPO). Este instrumento incorpora um conjunto de medidas estratégicas para garantir a paz e a estabilidade regionais. No que diz respeito ao eixo da integração económica e desenvolvimento regional, foi aprovado em 2003, o Plano Estratégico Indicativo para o Desenvolvimento Regional (Regional Indicative Strategic Development Plan – RISDP), o qual define um leque de ações e medidas que constituem a agenda regional de integração e desenvolvimento económico e social, incluindo: a criação de uma zona de comércio livre, a união aduaneira, o mercado comum, a união monetária, e a moeda única.

Em consequência, na SADC assim reestruturada, a região passou a aglutinar tanto as preocupações de desenvolvimento e integração económica como os interesses de carácter político e de segurança. Pelo que, não se pode compreender o regionalismo na África Austral sem ter em conta o seu impulso político que atravessa as três formas diferentes de organizações: ELF, SADCC e SADC. Contudo, o peso da dimensão política nos processos de regionalismo não se verifica apenas na região austral do continente africano. Ele regista-se também, por exemplo, no caso do Sudeste Asiático, com a ASEAN, como demonstram os estudos de Acharya (1997, 2001), e mesmo na Europa, com a União Europeia, como observado por Rozemberg (2015, p. 8), fazendo uma releitura da sua evolução e estado atual: “la construction européenne, née en réaction aux drames du XX^e siècle, s’appuie sur une doctrine fondamentalement politique”. Logo, o fator político continua a ser preponderante nos processos de regionalismo os quais alimentam-se tanto de elementos endógenos como de modelos e exemplos externos.

O significado da transformação da SADCC em SADC e a derivada reformulação dos termos de cooperação regional e reformação da sua estrutura e funcionamento têm como ponto de justificação a necessidade e utilidade de rentabilizar o capital de cooperação política, fundado nos ELF, em um contexto internacional posterior de incentivo à abordagens comerciais liberais e integradoras. Por conseguinte, manifesta-se uma coerência no regionalismo da África Austral, através das suas formas e reformas institucionais: transformando-se a SADCC em SADC, em 1992, na Cimeira de Windhoek; e o ELF em OCPDS, como órgão da SADC, em 1996, na Cimeira Extraordinária de Gaborone.

O processo de regionalismo na África Austral é de carácter dinâmico, tendo evoluído de um mecanismo de cooperação e concertação, com ênfase em mecanismos incrementais e de

consensualidade, refletido na SADCC – como frisado por Cardoso (1991), Khadiagala (1994) e Haarlov (1997) – para um projeto de integração regional, retratado na SADC, a partir de um modelo como o da União Europeia, conforme sublinhado por Lee (2003) e Poku (2001), e confirmado pela lógica de integração constante do RISDP. A distinção entre esses dois tipos de mecanismos de relacionamento regional é explicada por Balassa (1961, p. 2) nos seguintes termos: “Whereas cooperation includes actions aimed at lessening discrimination, the process of economic integration comprises measures that entail the *suppression* of some forms of discrimination”. Esta perspetiva é também explorada por Medeiros (1998), para quem, enquanto a cooperação prende-se com o leque de ações e projetos no sentido do crescimento dos países, a integração económica vai mais ao fundo, pois implica a supressão de barreiras, visando a constituição de um mercado comum e alargado.

A manifestação do regionalismo na África Austral tem sido sustentada de forma pragmática pela experiência de cooperação política dos países da região e incentivada pelas lições de integração económica de outras regiões. A transformação da SADCC em SADC no início da década de 1990 e a inserção da África do Sul na organização, com a queda do regime do apartheid, constituem elementos de continuidade e transformação, adoção e adaptação consubstanciadas em processos de aprendizagem. Com efeito, descortina-se na evolução do regionalismo na África austral um sentido histórico e prático que confere coerência às adoções e adaptações da arquitetura de cooperação regional, a partir de exemplos endógenos e exógenos à região.

1.4. A SADC NO ÂMBITO DO REGIONALISMO DA ÁFRICA AUSTRAL

A SADC é atualmente composta por 16 Estados-membros: África do Sul, Angola, Botsuana, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Maláui, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Tanzânia, União das Comores, Zâmbia e Zimbabué. Esta organização promove uma agenda de integração económica que tem como base principal a liberalização comercial e financeira bem como o desenvolvimento industrial e de outras infraestruturas económicas dos Estados-membros na região.

Os dados compilados pela United Nations Economic Commission for Africa (2018), a partir da United Nations Conference on Trade and Development, Statistical Database reportam que em 2014, a região compreendia uma área calculada em 10 milhões km² distribuída por uma população de 312.7 milhões de habitantes, com um PIB calculado em US\$ 678.8 bilhões, e

um PIB *per capita* de US\$ 2255.2. O total de importação é calculado em US\$ 202.2 bilhões, enquanto as exportações, em US\$ 204.3 bilhões.

A região da SADC é banhada pelos oceanos Atlântico e Índico, tendo portos naturais ao longo da sua costa. Com efeito, “a SADC é a única fronteira tanto com o Oceano Índico quanto com o Atlântico (...) [o que] sublinha a centralidade geoestratégica da África do Sul” (Kornegay, 2013, p. 85). Neste sentido, uma menção particular pode ser feita à costa atlântica que, de acordo com Pereira (2013), é composta por portos naturais como o de Boma, no Congo, o de Luanda, em Angola, o de Walvis Bay, na Namíbia, e o da Cidade do Cabo, na África do Sul. Na sua parte continental, beneficia de rios navegáveis. Para além da navegação, a sua zona costeira é propícia à exploração de minerais. A SADC alberga quatro Estados insulares: Comores, Madagáscar, Maurícias e Seicheles. A região alberga o país mais ao sul de África e economicamente mais vibrante, a África do Sul, e acolhe a RDC, parte da região dos Grandes Lagos, considerada como sendo o *Heartland* do Sul (Mackinder, 1919; Veríssimo, 2013).

A região austral apresenta elementos estratégicos, do ponto de vista geopolítico e geoeconómico, importantes no continente Africano. Neste sentido, para Scholvin (2011), a explicação das dinâmicas políticas e económicas na África Austral têm uma forte dimensão geopolítica. Com efeito, existem três fatores geográficos que intervêm na compreensão dos fenómenos de integração económica na África Austral: a geomorfologia, na vertente de obstáculos ao transporte; a geologia, na medida em que apresenta a localização dos recursos minerais; e o clima e os solos, que condicionam a agricultura.

Morfologicamente, a região da SADC compreende zonas costeiras de terras baixas, áreas semi-planálticas e planálticas. Assim, tendo apontado que raramente o continente africano possui grandes regiões de alta montanha, Scholvin (2011, p. 98, tradução nossa) observa que a África Austral alberga os seguintes elementos:

(1) um vasto núcleo, que inclui o planalto interior e a Bacia do Calaári. Está separada da (2) faixa estreita costeira pela Grande Escarpa. No nordeste, há (3) outra área destacada que consiste no planalto do Quénia e da Tanzânia, que é separado da área central da região pelo Vale do Rift da África Oriental. Por último (4), a Bacia do Congo constitui a principal barreira da África Austral em terra devido a sua bio e hidro-geografia.

No que concerne à geologia, a região que corresponde à SADC é rica em recursos minerais entre os quais o petróleo, o ouro, o diamante, o carvão, o cromo, o cobre, o ferro, a platina, o zinco, o urânio, o níquel e a prata. No que respeita ao clima e aos solos, pode-se relevar a

qualidade favorável dos solos para a agricultura, havendo um contraste entre as partes leste e oeste do continente como particularidade climática da África Austral (Scholvin, 2011).

A agenda de desenvolvimento económico integrado na África Austral começou a revelar-se no fim da década de 1980 e início da década de 1990, na sequência dos desenvolvimentos positivos do fim da guerra fria e da eliminação dos regimes minoritários racistas na região. Todavia, esta está também alinhada com as orientações da Organização de Unidade Africana que, seguindo o Plano de Ação de Lagos de 1980 encorajando a criação de comunidades económicas regionais, promoveu o *Tratado de Abuja de 1991 que estabelece a Comunidade Económica Africana*, cuja realização passa pela consolidação das comunidades regionais, conforme se pode ler nas alíneas a), b) e d) do n.º 2 do artigo 4.º, sobre os objetivos, e no artigo 28.º, concernente ao reforço das comunidades económicas regionais (Organization of African Unity, 3 de Junho de 1991). Ademais, a agenda regional de integração económica na África Austral está ligada às tendências globais para a formação de blocos económicos regionais e a promoção da liberalização económica. Assim, os Estados da África Austral decidiram reforçar a sua cooperação, imprimindo maior foco na integração económica, e na formalidade jurídica e estrutural. No entanto, embora a abordagem de integração tivesse em conta a importância de liberalização comercial na região, ela reconhecia as assimetrias económicas, políticas e sociais dos Estados-membros.

A experiência de colaboração e coordenação em projetos de desenvolvimento, no âmbito da SADCC, evoluiu para uma organização de integração regional, fruto das transformações que a região experimentou no final da década de 1980 e do próprio contexto internacional, caracterizado pela queda das bases de sustentabilidade do bloco soviético e pela afirmação cada vez mais forte do liberalismo, das ondas de regionalismo e da consolidação da globalização reforçada pelos desenvolvimentos tecnológicos, tele-comunicacionais e de transportes. Como referido por Campos (1996, p. 433), “inicialmente, houve a intenção de integrar as suas economias pela chamada ‘via do projeto’ (...); passada uma década, pretende-se chegar a um estágio mais ambicioso: o da integração económica”.

Deste modo, em 17 de Agosto de 1992, procedeu-se, em Windhoek (Namíbia), à transformação da SADCC em SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), através do Tratado da SADC, assinado por Angola, Botsuana, Eswatini, Lesoto, Maláui, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué. A África do Sul acedeu ao tratado em 29 de Agosto de 1994. As Ilhas Maurícias acederam em 28 de Agosto de 1995. A Seicheles

acedeu em 24 de Junho de 1998, enquanto a República Democrática do Congo procedeu do mesmo modo em 28 de Fevereiro de 2004. A república do Madagáscar acedeu em 21 de Fevereiro de 2006 e Comores aderiu à organização em 2017. As principais línguas de trabalho da organização são o inglês, o português e o francês. O Texto original Tratado da SADC, de 1992, foi objeto de quatro Emendas, nos anos de 2001, 2007, 2008 e 2009, como apresentado na tabela a seguir:

Tabela n.º 3: Emendas ao Tratado da SADC

Data	Natureza da Emenda	Breve Descrição
2001	Acordo de Emenda do Tratado	Modifica o preâmbulo e o índice; adiciona artigos sobre a adesão à SADC e a Troica.
2007	Acordo que altera o artigo 22.º do Tratado	Descreve as condições para a emenda a um protocolo.
2008	Acordo que altera o Tratado da SADC	Descreve o estabelecimento de Comitês Ministeriais Sectoriais e os papéis de gestão executiva da SADC.
2009	Acordo que altera os artigos 10.º e 14.º da SADC	Descreve a estrutura e a nomeação da gestão executiva do Secretariado da SADC.
2009	Acordo de alteração do artigo 10º A do Tratado	Descreve a composição do Comité Ministerial do órgão responsável pela coordenação do seu trabalho e as suas estruturas.

Fonte: sadc.int

O atual Texto do tratado tem a denominação de *Texto Consolidado do Tratado da SADC* e integra as quatro emendas acima mencionadas. Assim, o Tratado da SADC, que é a carta constitutiva da organização, compreende 18 capítulos, dispostos em 44 artigos, embora o Texto Consolidado insira alguns artigos específicos acompanhados da letra A: artigo 1.º (Definições), artigo 2.º (Constituição), artigo 3.º (Estatuto Legal), artigo 4.º (Princípios), artigo 5.º (Objetivos), artigo 5.ºA (Agenda Comum da SADC), artigo 6.º (Compromissos Gerais), artigo 7.º (Membros), artigo 8.º (Admissão de Novos Membros), artigo 9.º (Estabelecimento de Instituições); artigo 9.º A (Troica); artigo 10.º (Cimeira); artigo 10.ºA (O Órgão de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança), artigo 11.º (O Conselho), artigo 12.º (Comissões), artigo 13.º (Comité Permanente de Altos Funcionários), artigo 14.º (O Secretariado), artigo 15.º (O Secretariado Executivo), artigo 16.º (O Tribunal), artigo 16.ºA (Comissões Nacionais da SADC), artigo 17.º (Disposições Específicas), artigo 18.º (Quórum), artigo 19.º (Decisões), artigo 20.º (Procedimento), artigo 21.º (Áreas de Cooperação), artigo 22.º (Protocolos), artigo 23.º (Partes Interessadas), artigo 24.º (Sobre as

Relações com outros Estados e com Organizações Regionais e Internacionais), artigo 25.º (Recursos), artigo 26.º (Fundos), artigo 27.ºA (Bens), artigo 28.º (Orçamento), artigo 29.º (Auditoria Externa), artigo 30.º (Regulamentos Financeiros), artigo 31.º (Imunidades e Privilégios), artigo 32.º (Resolução de Litígios), artigo 33.º (Sanções), artigo 34.º (Retirada), artigo 35.º (Dissolução), artigo 36.º (Emendas), artigo 37.º (Língua), artigo 38.º (Sobre as Disposições de Ressalva), artigo 39.º (Assinatura), artigo 40.º (Ratificação), artigo 41.º (Entrada em vigor), artigo 42.º (Adesão), artigo 43.º (Depositário), artigo 44.º (Cessação do Memorando de Entendimento).

O Preâmbulo do Tratado é corporizado por uma justificativa histórica da existência da organização, tendo como base a sua predecessora, a SADCC; contextualiza, do ponto de vista político, a orientação tomada pelos Estados dentro das diretivas da União Africana; e aponta os seus principais ideais. No âmbito do artigo 3.º do Tratado determina-se que a SADC é uma organização internacional com todos os direitos e deveres internacionais. Em sede do artigo 4.º do Tratado, são princípios da SADC, a igualdade soberana de todos os Estados-membros; a solidariedade, paz e segurança; os direitos humanos, democracia e estado de direito; a equidade, equilíbrio e benefício mútuo; a resolução pacífica de conflitos.

Em conformidade, a SADC adoptou os seguintes objetivos principais que constam do artigo 5.º do Tratado:

- a) alcançar o desenvolvimento e o crescimento económico, aliviar a pobreza, melhorar o padrão e a qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos através da integração regional;
- b) desenvolver valores, sistemas e instituições políticas comuns;
- c) promover e defender a paz e a segurança;
- d) promover o desenvolvimento autossustentado com base na autoconfiança coletiva e na interdependência dos Estados Membros;
- e) alcançar a complementaridade entre estratégias e programas nacionais e regionais;
- f) promover e maximizar o emprego produtivo e a utilização dos recursos da Região;
- g) alcançar a utilização sustentável dos recursos naturais e uma proteção efetiva do meio ambiente;
- h) fortalecer e consolidar as antigas afinidades históricas, sociais e culturais e os laços entre os povos da Região.

Desses objetivos, destacamos a promoção do crescimento sustentável e equitativo; o desenvolvimento socioeconómico, a integração regional; os valores políticos e outros comuns às populações da região; a consolidação da democracia, da paz, segurança e estabilidade na região; e o fortalecimento das afinidades históricas, sociais e culturais. Para a efetivação dos

objectivos do Tratado, o artigo 6.º prevê seis compromissos gerais, entre os quais frisamos o quarto e o quinto que obrigam os Estados-membros a tomarem todas as disposições necessárias para a aplicação uniforme do Tratado, e as condições necessárias para que o acordo tenha a força de lei doméstica nos Estados-membros.

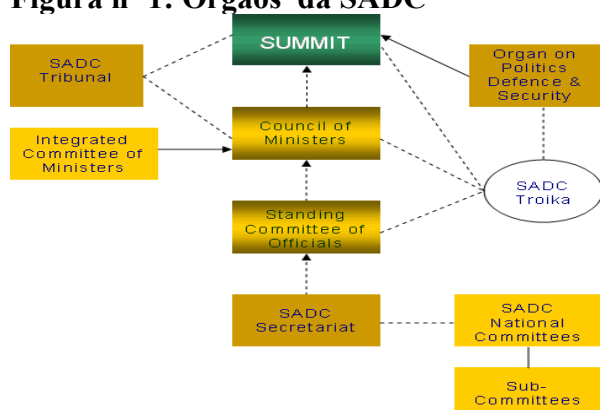
Os objetivos enunciados no Tratado da SADC têm como fundamento cinco princípios que regem a organização e a atuação dos seus Estados-membros dentro da região austral do continente Africano. Esses princípios constam do artigo 4.º do Tratado:

- a) Igualdade de soberania de todos os Estados-Membros;
- b) Solidariedade, paz e segurança;
- c) Direitos Humanos, Democracia e primado da lei;
- d) Equidade, benefício mútuo e equilibrado;
- e) Resolução pacífica de conflitos.

Em relação ao funcionamento da SADC, o artigo 19.º determina que as decisões devem ser tomadas por consenso, a não ser que seja disposto de outra forma no Tratado. Sobre a resolução de diferendos relacionados com a interpretação, aplicação e validade dos Protocolos ou outros instrumentos jurídicos celebrados com base no Tratado, em sede do artigo 32.º, define-se que se não forem superados de maneira amigável, devem ser referidos ao Tribunal da organização.

O artigo 9.º do Tratado estabelece as seguintes instituições e órgãos da SADC: a Cimeira, o Conselho, o Comité Integrado de Ministros, o Comité Permanente de Altos Funcionários, o Secretariado Executivo, o Tribunal, e as Comissões Nacionais da SADC. Para além destes, existem também o Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança e o Fórum Parlamentar da SADC. A figura a seguir ilustra os principais órgãos da SADC.

Figura nº 1: Órgãos da SADC



Fonte: <https://tis.sadc.int/french/sadc-institutions/>

O artigo 22.º do Protocolo estabelece que os Estados-membros podem celebrar Protocolos em diversas áreas de cooperação e integração, passando a fazer parte do Tratado. É ao abrigo deste artigo e em consideração dos objetivos definidos no artigo 5.º que os Estados-membros assinaram o Protocolo sobre Trocas Comerciais, base legal para a criação da zona de comércio livre da SADC.

No conjunto dos protocolos da SADC, importa referir que dois constituem, na essência, eixos giratórios da ação da SADC e representam a herança histórica de cooperação e os ideais que nortearam a criação da organização regional. Tratam-se do *Protocolo da SADC sobre Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança*, e o *Protocolo sobre Trocas Comerciais* na SADC.

O primeiro, *Protocolo de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança*, foi assinado em Blantyre, em 14 de Agosto de 2001, e tem como objetivo promover a paz e a segurança na África Austral, como se depreende do artigo 2.º do Protocolo. Do ponto de vista estrutural, como decorre do artigo 3.º, prevê-se a figura do Presidente do Órgão de Cooperação Política Defesa e Segurança, a Troica, o Comité Ministerial, o Comité Inter-estatal de Política e Diplomacia, e o Comité Inter-estatal de Defesa e Segurança. É este Protocolo que estimulou a criação o Pacto de Defesa Mútua dos Estados da SADC, o qual define um leque de medidas coletivas dos Estados da SADC para situações de ameaça contra um dos Estados-membros. Assim, em sede do artigo 2.º do Pacto, determina-se como objetivo implementar os mecanismos do Órgão da SADC para a cooperação mútua em matéria de defesa e segurança. Portanto, o Pacto determina um conjunto de medidas de autodefesa coletiva dos Estados da região.

Ainda em relação ao Pacto de Defesa Mútua da SADC, importa considerar os significados conferidos aos conceitos principais explicitados no artigo 1.º do acordo que o institui. Em sede deste artigo, no número 1, define-se o seguinte: “No presente Pacto, os termos e as expressões definidos no artigo 1.º do Tratado e no Protocolo da SADC sobre a Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança terão o mesmo significado que lhes é atribuído no Tratado, salvo se o contexto exigir o contrário”. Ademais, importa referir a noção de “defesa coletiva”, que nos termos do nº 2 do artigo já citado corresponde ao seguinte: “significa as medidas tomadas coletivamente pelos Estados Parte para garantir a paz, estabilidade e segurança na região”.

O Pacto de Defesa Mútua da SADC prevê um conjunto de medidas políticas e securitárias de autodefesa coletiva dos Estados da região, entre as quais podemos, ao abrigo do artigo 6.º do Pacto, citar as seguintes:

- Um ataque armado contra um Estado Parte será considerado como uma ameaça à paz e segurança regionais. O referido ataque será respondido com uma ação coletiva imediata por todos os Estados Parte.
- A Ação coletiva será determinada pela Cimeira da SADC, sob recomendação do Órgão.
- Cada Estado Parte participará na referida ação coletiva em qualquer forma que julgar apropriado.
- Qualquer referido ataque armado, e as medidas tomadas em resposta, serão imediatamente comunicadas à Organização da Unidade Africana/ União africana e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No que diz respeito ao *Protocolo sobre Trocas Comerciais* na SADC, este tem os seus objetivos determinados no artigo 2.º, os quais são os seguintes:

1. fomentar a liberalização do comércio intrarregional em matéria de bens e serviços, na base de acordos comerciais justos, equilibrados e de benefício mútuo, complementados por Protocolos em outras áreas.
2. Garantir uma produção eficaz dentro da SADC, que reflita as atuais e potenciais vantagens comparativas dos seus membros;
3. Contribuir para o melhoramento do ambiente favorável ao investimento nacional, inter-fronteiras e estrangeiro;
4. Incrementar o desenvolvimento económico, diversificação e industrialização da região
5. Estabelecer uma Zona de Comercio Livre da Região da SADC.

Para o efeito, está prevista a eliminação das taxas de importação dos produtos dos Estados-membros (artigo 4.º), a eliminação das Taxas de Exportação sobre os bens exportados para outros Estados-membros (artigo 5.º), a eliminação de todas as formas de barreiras não-tarifárias (artigo 6.º), a eliminação gradual de restrições quantitativas de importações (artigo 7.º), assim como a abstenção de aplicação de restrições quantitativas sobre exportações para qualquer Estado-membro (artigo 8.º).

A criação da SADC teve uma finalidade eminentemente cooperativa e integrativa. A integração da África do Sul na organização regional consolidou a expectativa e a intenção da construção de uma região mais cooperativa do que conflituosa, como se pode deduzir do protocolo de trocas comerciais e do Pacto de Defesa Mútua da SADC, que corporizam dois eixos principais: de um lado a segurança e do outro a integração económica.

Portanto, no contexto da África Austral, a SADC manifesta-se como a expressão mais formal e mais ambiciosa de institucionalização da cooperação regional, aproveitando a experiência histórica dos Estados da região na luta contra os regimes minoritários e pela emancipação económica dos países da região, assim como enriquecendo-se, em processos de aprendizagem, das conquistas e desafios de outras experiências de regionalismo, dentro e fora do continente africano. Daí a SADC apresentar um rico conjunto de instrumentos jurídico-legais e uma agenda de integração com elementos de liberalização assinaláveis.

CAPITULO II: O DIREITO DA NOVA ORDEM REGIONAL COMO CONTEXTO DE NEGOCIAÇÃO NA ÁFRICA AUSTRAL

A ênfase colocada pela SADC na dimensão jurídico-normativa e de planeamento, a partir da aprovação de instrumentos e mecanismos globais e sectoriais para a integração económica e a cooperação nos domínios da defesa e segurança manifestam, por um lado, as condições para o surgimento de uma nova ordem regional, pós-apartheid, e, por outro, revelam os esforços dos Estados-membros em concertar e negociar, no sentido de conferir um carácter jurídico às bases de cooperação e integração na região.

Assim, no presente capítulo, começaremos por examinar o processo de construção de uma nova ordem regional na África Austral, os fatores que proporcionaram a possibilidade desta nova ordem, e o conjunto de normas jurídicas que resultam e constituem o quadro legal no qual as negociações sobre a criação e adesão à ZCL-SADC são realizadas.

2.1. A CONSTRUÇÃO DA NOVA ORDEM REGIONAL NA ÁFRICA AUSTRAL

Para abordar o conceito de nova ordem regional, iniciamos por explorar a noção de ordem internacional, compreendida por Ribeiro (2005, p. 2) como “o estado em que a sociedade internacional se encontra em que (...) os mecanismos de regulação dos conflitos e as relações de poder (...) possibilitam a não eclosão de conflitos generalizados e a subsistência de um grau de segurança aceitável”. Assim, para Monteiro (2001, 195), embora seja difícil determinar com precisão a inauguração de uma nova ordem, ela resulta “da mudança gradual de atitudes, comportamentos e interesses dos Estados ao longo de uma determinada época que se vão consubstanciando em acontecimentos com reflexo na cena internacional”.

Nesse sentido, a ordem internacional manifesta-se como a regulação da relação conflituosa dos Estados no contexto do sistema internacional vigente. A partir daí compreende-se a operacionalização que Ribeiro (2005, p. 4) faz da nova ordem internacional, quando afirma que ela é marcada por “uma alteração súbita da relação de forças que caracterizava a ordem que finda”. No caso da África Austral, podemos falar de uma ordem regional que se torna nova particularmente com o colapso do apartheid.

De facto, com colapso do apartheid, a tomada de poder pelo ANC por via democrática, e a adesão da África do Sul à SADC começa a estabelecer-se na região da África Austral uma

nova ordem regional marcadamente cooperativa. Por conseguinte, a nova ordem regional na África Austral decorre dos seguintes elementos principais:

- O colapso do apartheid na África do Sul, enquanto derradeiro baluarte dos regimes minoritários na região;
- O fim da guerra-fria, que retirou do xadrez regional a ameaça comunista que legitimava a ingerência das potências externas;
- O reaproveitamento do capital de cooperação política constituído no âmbito dos ELF e da SADCC;
- A integração da África do Sul nos órgãos de cooperação regional, particularmente, na SADC.

Como referenciado por Silva (2015, p. 154), “a transição da ordem global no pós-Guerra Fria e do regime do *apartheid* na África do Sul contribuíram para a emergência de uma ordem regional de cunho prioritariamente liberal”. Neste contexto de nova ordem regional, o posicionamento de Angola na África Austral é caracterizado por Silva (2015, p. 155) da seguinte forma:

O final da Guerra Fria trazia consigo grandes desafios para Angola. Assim como a África do Sul, o país perderia gradualmente a sua relevância estratégica na competição sistémica global. Seus principais aliados experimentavam fragmentação estatal (URSS e países do leste Europeu) ou isolamento (Cuba). Por outro lado, o desafio foi acompanhado com a distensão da ordem regional e a abertura de espaços de ação para o país. Com a transição na África do Sul e a garantia de uma ordem regional menos ofensiva aos interesses do MPLA, o governo poderia focar suas energias na solução do conflito interno.

No âmbito doméstico, é reconhecido por Angola que, com a queda do apartheid, uma nova ordem regional se foi desenhado na África Austral. Neste sentido, é clara a declaração do anterior Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em 2002:

Desde a fundação da SADCC e da SADC, herdeiras diretas da Organização dos Países da Linha da Frente, grandes mudanças no domínio político ocorreram na nossa sub-região. A ordem política baseada no sistema de partido único e na ‘constelação de Estados’ gravitando à volta do ‘apartheid’ foi substituída por uma nova ordem fundada em sistemas pluripartidários e na edificação de Estados Democráticos de Direito (Santos, 2014, p. 445).

Todavia, a região austral de África não está isenta do sistema anárquico e, por conseguinte, as três culturas de anarquia abordadas por Wendt (1999) podem ser encontradas em subsistemas regionais do sistema internacional. É neste sentido que esta perspetiva serve também de elemento de compreensão da região da África Austral. Com efeito, se tivermos de olhar para a África Austral como um subsistema, onde se manifestam também os efeitos da estrutura sobre os agentes, por intermédio das ideias partilhadas na interação social, podemos afirmar, na sequência das três culturas de anarquia, que na África Austral saiu-se de uma lógica de inimigos (da cultura hobbesiana), reinante nas relações entre a África do Sul do apartheid, aliada dos regimes minoritários, com os outros Estados de regime maioritário. Atualmente, está-se a passar pela lógica lockeana, de rivais. Todavia, ainda não se atingiu a dimensão da lógica kantiana de amigos, embora já haja o exercício de alguns elementos desta cultura.

Com efeito, se considerarmos que, de forma sub-sistémica, na África Austral manifestam-se os efeitos da estrutura regional sobre os agentes, através das ideias partilhadas na interação social, podemos inferir que a região saiu de uma lógica de inimigos, caracterizada pela cultura hobbesiana, dominante nas relações entre a África do Sul do apartheid, que ocupava o Sudoeste Africano (atual Namíbia), apoiava o regime de Ian Smith e o regime colonialista português em Angola e Moçambique, com os outros Estados de regime maioritário; regista-se uma passagem pela lógica de rivais, cultura lockeana, estando-se a caminhar para o patamar da lógica de amigos que caracteriza a cultura kantiana. Afinal, o fim do regime do apartheid marca o fim dos regimes minoritários na África Austral, apesar de não determinar automaticamente a implementação de um ambiente de confiança e amizade regionais, como observado por Miti (2002) e Baregu (2003). É neste sentido que se compreende a observação de Schoeman (2007) segundo a qual a queda do apartheid não redundou numa imediata relação de confiança entre a África do Sul e os seus antigos inimigos, Estados da Linha da Frente.

A nova ordem regional na África Austral é melhor compreendida a partir do exame das fontes de direito que mais têm impactado nas relações interestaduais na região. Contudo, para o nosso estudo, entre as fontes do direito internacional, queremos abordar os tratados, pois são, no contexto da África Austral, um dos principais instrumentos jurídicos positivos da atuação dos Estados e têm incidência sobre as negociações regionais. Com efeito, os tratados são neste âmbito compreendidos como acordos ou convenções internacionais que manifestam, de forma escrita, a conciliação de vontades das partes, sujeitos de direito internacional, com a pretensão de produzir os efeitos desejados no âmbito da vontade manifesta.

A construção de uma nova ordem regional na África do Austral é, sobretudo, devedora da queda do regime do apartheid. Este facto permitiu o desenvolvimento de relações mais cooperativas e abrangentes na região da África Austral, tendo como píncaro a integração da África do Sul, antigo inimigo, no sistema institucional de cooperação entre os países da região. Este processo revela, por um lado, certo pragmatismo dos Estados da região, inclusivamente da África do Sul, em relação ao sistema regional, mas também manifesta o resultado de um processo de interação social e histórica que influi nas opções e decisões dos Estados, para além dos mecanismos estruturais de poder percebidos do ponto de vista material.

Assim, com o fim do regime do apartheid na África do Sul inaugurou-se na região da África Austral um processo que mudou significativamente a correlação de forças na região, instaurando-se um ambiente mais cooperativo em que a regulação de possíveis conflitos interestaduais é feita na base da concertação e na construção de uma estrutura jurídico-normativa que sustenta a relação dos Estados. É neste âmbito que os tratados regionais se tornam mais significativos, dando sustentação à cooperação regional e à integração económica, sendo, por um lado, resultado das negociações regionais e, por outro, marco e escopo das negociações subsequentes.

2.2. OS TRATADOS NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

O papel do direito na regulação das relações internacionais é importante. A abordagem da questão dos tratados como fonte do direito internacional não pode deixar de questionar sobre a natureza do direito internacional no âmbito das relações internacionais. Nesta senda, autores como Queiroz (2009, p. 243) afirmam que “o direito internacional constitui um corpo de normas jurídicas que se aplica nas relações entre os Estados soberanos e outras entidades providas de personalidade internacional”. No entanto, como observado por Wallace (1997, p. 2), “Law cannot coerce states in matters which are primarily political. International law cannot of itself and by itself dictate the policies of states”. Esta questão impele-nos a tratar da dimensão política e negocial, para além da jurídica, das relações internacionais. Neste sentido, embora as relações internacionais tenham de ter uma base normativa, de resolução de diferendos e avanço da cooperação, a política pode levar os Estados a encontrarem outros caminhos, aos quais o direito deve também prestar atenção. É neste sentido que, ao caracterizar o direito internacional, têm-se em conta o facto de ser constituído por um sistema

fundamentado no consenso e na reciprocidade, tornando a prática e os acordos fontes privilegiadas.

Nas relações internacionais sustentadas pelo direito público, os acordos, que representam a composição de vontade das partes em negociações, são considerados de tratados, embora possam ter outras denominações tais como convenções, protocolos e pactos. A noção de tratado encontra-se plasmada na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, a qual define como “um acordo internacional concluído entre Estados sob a forma escrita e regido pelo Direito Internacional”. Assim, conjugando o artigo 38.º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça com o artigo 2.º da Convenção de Viena Sobre o Direito dos Tratados, autores como Queiroz (2009, p. 94) consideram os tratados como “acordos internacionais, concluídos entre sujeitos de direito internacional, regidos pelo direito internacional, e que criam obrigações jurídicas vinculativas no domínio do direito internacional”.

No âmbito da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, o conceito de tratado é geral, abstrato e independente da designação que toma em concreto. O tratado “pode assumir (...) a forma de ato final de uma conferência internacional, uma declaração conjunta, um acordo por troca de notas ou tomar qualquer outra forma que expresse o consentimento mútuo” (Queiroz, 2009, p. 250). Pelo que, mais importante que a designação em concreto são as características distintivas dos tratados.

Na ótica de Cede (2002, p. 155), entre os acordos temos os tratados normativos, os quais não são redutíveis a contratos e constituem “a multilateral agreement between states whereby they create objective norms affecting both the subjects under their jurisdiction and themselves in their interaction”. Neste sentido, as normas criadas por estes tratados regulam tanto o objeto da negociação e do seu acordo como as partes que dela tomam parte.

Para a Convenção de Viena, as características dos tratados são: a forma escrita, a intenção dos Estados em submeterem-se ao tratado e que o mesmo seja regulado pelo Direito Internacional. Estas características levam-nos aos elementos que, na perspetiva de Queiroz (2009), são essencialmente quatro: a capacidade das partes em estabelecer acordos internacionais; a intenção delas em atuar sob regulação do direito internacional; o consenso *ad idem* enquanto acordo de vontades; e a intenção de criar obrigações jurídicas vinculantes.

A Convenção de Viena regula, de forma geral, a constituição, modificação e extinção dos Tratados. A assinatura, ratificação e implementação dos tratados não está separada da questão dos poderes conferidos pelos ordenamentos jurídicos aos seus representantes. Pelo que têm uma incidência jurídica importante. Neste sentido, os artigos 2.º e 8.º da Convenção de Viena definem os sujeitos que devem assinar os tratados, que são as entidades com plenos poderes de representação dos Estados ou outras Organizações de Direito Internacional. Assim, os Chefe de Estado, Chefes de Governos e Ministros das Relações Exteriores têm, em princípio, em função do cargo, poderes para assinar tratados internacionais. Os outros representantes diplomáticos necessitam de autorização para o efeito, indicando a extensão dos poderes de conclusão de tratados internacionais. Como referido por Cunha (1990, p. 37), “Na generalidade dos Estados, esses órgãos são o Chefe do Estado, o Chefe do Governo, ou Primeiro-ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, dos Negócios Externos ou das Relações Exteriores”. Em relação aos tratados regionais assinados sob os auspícios da SADC, a prática remete à assinatura dos tratados pelos Chefes de Estados e de Governo ou seus representantes, os quais geralmente são os Ministros das Relações Exteriores ou Ministros dos sectores objeto do acordo.

As questões sobre a adoção e confirmação dos tratados são consideradas no artigo 9.º da Convenção de Viena o qual estabelece que deve, em princípio, ser de todos os Estados que participaram na sua elaboração ou pela maioria de dois terços dos Estados presentes e votantes, a não ser que se acorde de outra forma. Em relação à manifestação do consentimento, o artigo 18.º define as formas dos Estados o exprimirem, as quais são pela assinatura, pela assinatura *ad referendum*, pela ratificação, e pela acessão. O artigo 34.º da Convenção de Viena refere-se à entrada em vigor, enquanto os artigos 26.º e 30.º têm a ver com a observância e aplicação dos tratados.

O cumprimento dos tratados é um aspeto importante, sobretudo nos tratados regionais em que, pelos acordos, os Estados estão mais preocupados em dar um sinal político de aprovação e solidariedade aos seus pares de região do que em implementar taxativamente as cláusulas assinadas. No entanto, deve-se considerar que os tratados internacionais criam obrigações que devem ser cumpridas na base do princípio segundo o qual *Pacta Sunt Servanda*, que não constitui o único, pois outros juntam-se: boa-fé, consentimento e responsabilidade internacional. Estes princípios devem ser acompanhados de mecanismos próprios tais como os comités de monitorização.

Os artigos 40.º e 41.º da Convenção de Viena são reservados às emendas e às modificações, como tipos de revisão. Em relação à validade dos tratados, a Convenção determina, nos artigos 48.º e seguintes, cinco condições em que se pode invocar a invalidade: a não conformidade com os critérios de direito interno dos Estado; o erro; a fraude e a corrupção; a coerção; e o *Jus Cogens*. Finalmente, uma menção especial pode ser feita aos artigos 58.º e seguintes que determinam o termo dos tratados nas seguintes condições: consentimento previsto no tratado, desuso, retaliação por violação substancial de disposições convencionais, situação superveniente de impossibilidade de cumprimento, mudança fundamental de circunstâncias, e quebra severa nas relações diplomáticas ou consulares.

Como fontes do direito internacional, para além dos tratados, encontramos o costume, o qual pode ser analisado, na perspetiva regional, no sentido do leque de práticas e experiências compartilhadas entre os Estados, entre as quais a luta contra os regimes minoritários coloniais e racistas e o combate pela autodeterminação dos povos, através dos movimentos de libertação que assumiram o poder e que servem de referência na atuação das elites governativas dos Estados-membros, assumindo-as com a convicção da sua obrigatoriedade.

No que à jurisprudência diz respeito, no caso da região que compreende a SADC, existe a contribuição marcante da jurisprudência internacional na aplicação e interpretação das normas jurídicas que regulam as relações regionais. Todavia, coexistem na região duas tradições jurídicas puras e uma mista cujos princípios impactam de forma diferente no processo de aplicação e interpretação das leis. Com efeito, se por um lado, existem Estados como Angola e Moçambique pertencentes à tradição do sistema romano-germano ou *civil law*; por outro, Estados como a Zâmbia e o Zimbabué estão ligados à tradição anglo-saxónica ou *common law*; enquanto a África do Sul é um caso especial e híbrido, porquanto refere-se tanto ao sistema da *civil law* como da *common law*. Contudo, esta diversidade de tradições e sistemas jurídicos não atinge o estágio do que Cede (2002, p. 151) denomina “clash of legal civilizations”; pois, a história partilhada de cooperação política permite que a elite governativa dos Estados promova e procure assegurar tecnicamente a solidariedade regional e a procura da segurança, sobrepondo-se às questões de diversidade de tradições jurídicas.

Em relação ao resultado dos acordos, algumas vezes apresentam-se sob forma jurídica, determinando rigorosamente os direitos, deveres e obrigações das partes; outras vezes, os acordos reafirmam apenas as normas já existentes; outras ainda manifestam-se em recomendações; finalmente, existem negociações que resultam no estabelecimento de um

regime internacional. Como frisado por Karns e Mingst (2010, p. 42), estudiosos do direito “recognized that international law consisted not only of formal authoritative prohibitions but also of more informal norms and rules of behavior that over time may become codified and sometimes institutionalized”. Os regimes constituem, assim, elementos importantes do funcionamento do sistema internacional porquanto, como podemos apontar com Krasner (1981, p.1), são “sets of implicit or explicit principles, norms, rules and decision-making procedures around which actors’ expectations converge in a given issue area”.

As outras fontes do direito internacional são os atos das organizações internacionais, na medida em que produzem e incentivam a *soft law* enquanto “regras não obrigatórias, isto é, instrumentos que interpretam ou informam o nosso entendimento das normas jurídicas vinculativas ou representam promessas que, por sua vez, criam expectativas sobre a conduta futura” (Guzman & Meyer, 2010, p. 174, tradução nossa). Na ótica de Ribeiro (2005), a figura de *soft Law* enquadra-se em um conjunto de elementos que resultam do direito internacional do pós-guerra, especificamente, do período 1945 a 1989. Neste sentido, as organizações internacionais possuem atos que constituem um “processo autónomo de criação de direito internacional”, os quais podem distinguir-se em regras, decisões individuais, atos preparatórios, atos definitivos, atos vinculantes e atos facultativos. Este papel normativo jurídico estende-se às organizações regionais. Como observado por Wallace (1997, p. 31), “Regional Organizations enjoy varying degrees of legal personality and if this should extend to a treaty-making competence, the organisation in question may shape substantive international law by participating in treaties”.

Em áreas como do comércio internacional, a *soft law* não é apenas fruto dos Estados, por quanto estes produzem-na sobretudo por meio das instituições internacionais que as promovem, sob diversas formas tais como as leis modelos, os contratos modelos e as recomendações jurídicas. Este aspeto é também frisado por Kaufmann-Kohler (2010) quando afirma que, com a globalização, a *soft law* tem-se tornado cada vez mais promovida por instituições internacionais tanto inter-estatais como aquelas formadas por atores privados. Neste conjunto de instituições internacionais podemos citar a UNCITRAL (Comissão das Nações Unidas sobre o Comércio Internacional), o UNIDROIT (Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado), a ICC (Câmara Internacional do Comércio). Com efeito, estas produzem e promovem normas juridicamente não vinculativas ou declarações e interpretações sob a forma de *soft law*, que, por sua vez, constituem uma fonte importante do direito no âmbito do comércio internacional.

Na região da África Austral, a SADC tem alguns exemplos de *soft law* como é o caso da Lei Modelo dos Bancos Centrais da SADC (SADC Model Central Bank Law) que, como se lê na sua nota explicativa, inclui princípios chave que permitem a constituição de uma estrutura legal e operacional convergente dos Bancos Centrais dos Estados da SADC, promove a adopção de princípios visando a independência operacional dos Bancos Centrais, e cria padrões de responsabilização e transparência, colaborando assim para a harmonização financeira da região.

Por conseguinte, seja qual for a sua fonte, o direito constitui um elemento intrínseco aos processos negociais, sobretudo em contextos de construção de uma nova ordem regional. Assim, há que considerar os elementos de política que geram o direito da nova ordem regional da África Austral e elencar os acordos que dão corpo ao direito desta ordem regional e que condicionam as negociações regionais. Em consequência, passamos a apresentar o quadro jurídico-normativo existente na SADC, constituído pelo Tratado, por protocolos, declarações, cartas, e memorandos de entendimento.

Tabela n.º 4: Instrumentos Jurídicos da SADC (Continua)

Tipo	Nº	Instrumento Jurídico
Tratado	1	Tratado da SADC
	2	Acordos que alteram o Tratado da SADC
Protocolos	3	Protocolo da SADC Sobre Imunidades e Privilégios
	4	Protocolo da SADC sobre Sistemas de Cursos de Água Compartilhados (substituído pelo Protocolo Revisto)
	5	Protocolo da SADC sobre Energia
	6	Protocolo da SADC sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia
	7	Protocolo da SADC sobre a Luta Contra as Drogas Ilícitas
	8	Protocolo da SADC sobre Comércio
	9	Protocolo da SADC de Educação e Formação
	10	Protocolo SADC sobre Mineração
	11	Protocolo da SADC sobre o Desenvolvimento do Turismo
	12	Protocolo da SADC sobre Saúde
	13	Protocolo da SADC sobre Conservação da Vida Selvagem e Aplicação da Lei
	14	Protocolo da SADC sobre Tribunal e Regulamento
	15	Protocolo da SADC sobre Assuntos Jurídicos
	16	Protocolo SADC sobre Cursos de Água Compartilhados
	17	Protocolo de Alteração do Protocolo da SADC sobre Comércio
	18	Protocolo da SADC sobre Política, Defesa e Cooperação de Segurança
	19	Protocolo da SADC sobre Controlo de Armas de Fogo, Munições e outros Materiais Relacionados na SADC

Tipo	Nº	Instrumento Jurídico
	20	Protocolo da SADC sobre Pescas
	21	Protocolo da SADC sobre Cultura Informação e Desporto
	22	Protocolo da SADC contra a Corrupção
	23	Protocolo da SADC sobre Extradicação
	24	Protocolo SADC sobre Silvicultura
	25	Protocolo da SADC sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal
	26	Protocolo da SADC sobre a Facilitação do Movimento das Pessoas
	27	Protocolo da SADC sobre Finanças e Investimento
	28	Protocolo da SADC sobre Ciência, Tecnologia e Inovação
Pacto	29	Pacto de Defesa Mútua da SADC
Acordos	30	Acordo da SADC que altera o Protocolo sobre o Tribunal
	31	Acordo sobre a criação da Comissão do Curso de Águas do Zambeze
Cartas	32	Carta da SADC sobre a Organização Regional de Turismo da África Austral (RETOSA)
	33	Carta SADC dos Direitos Sociais Fundamentais
Declarações	34	Declaração sobre Género e Desenvolvimento
	35	Declaração para uma África Austral Livre de Minas Antipessoais
	36	Declaração de Produtividade
	37	Declaração Relativa a Armas de Fogo, Munições e outros Materiais Relacionados
	38	Declaração sobre Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)
	39	Declaração sobre VIH e SIDA
	40	Declaração sobre Agricultura e Segurança Alimentar
Memorandos de Entendimento	41	Memorando de Entendimento sobre Padronização, Garantia de Qualidade, Acreditação e Metrologia na SADC (SQAM)
	42	Memorando de Entendimento da SADC sobre a Cooperação em Tributação e Assuntos Relacionados
	43	Memorando de Entendimento da SADC sobre Convergência Macroeconómica

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Unidade Jurídica do Secretariado da SADC.

A análise feita dos tratados nas negociações internacionais, aplicada ao caso da África Austral, permite concluir que, enquanto fonte de direito internacional, no âmbito da construção de uma nova ordem regional, os tratados têm sido de consideração especial. Pelo que, a produção normativa de instrumentos jurídicos para o processo de integração na África Austral tem sido profícua. Esta expressão do direito como elemento de construção de relações pacíficas, cooperativas e integrativas revela a importância da dimensão jurídica na negociação da integração regional, como a seguir é abordado.

2.3. A NEGOCIAÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E A SUA DIMENSÃO JURÍDICA

Os instrumentos de planificação, discussão e implementação da integração regional têm uma dimensão jurídica, embora a sua negociação não seja apenas de índole jurídica. Como acontece nas outras atividades humanas, nas relações internacionais o direito e as negociações interligam-se (Cede, 2002). As negociações são, assim, duplamente vinculadas ao direito, pois, se, por um lado, o direito manifesta-se como elemento de regulação da interação social que se desenrola nas negociações, por outro, o resultado destas deve conter um horizonte jurídico de aplicação. Com efeito, o direito apresenta-se como o ramo do saber normativo e social que delimita a atuação dos agentes, indivíduos ou Estados, na sua interação social, e, ao mesmo tempo, vislumbra-se como a área do conhecimento que resulta de discussões políticas entre os atores sociais no sentido de definir o quadro no qual as futuras interações têm lugar.

Deste modo, ao mesmo tempo que as negociações internacionais se realizam no âmbito de um quadro normativo em que o direito internacional prevalece, especialmente através das suas fontes, os acordos que derivam das negociações internacionais adquirem uma conformação jurídica própria que, por sua vez, transforma-se em fonte do direito internacional, mormente na forma de convenções internacionais. Portanto, as negociações internacionais são concomitantemente fonte e resultado do direito internacional. No contexto das relações regionais, as negociações têm um papel fundamental na definição dos termos e condições da interação, manifestando-se na sua dimensão jurídica. Porém, uma vez definido o quadro jurídico de discussão à nível regional, o direito transforma-se no elemento enquadrador das negociações regionais, no sentido de ser o marco e estanque da discussão negocial.

Se, por um lado, as negociações são geralmente apresentadas como pertencentes ao eixo da gestão política internacional, o direito delimita o âmbito normativo do seu desenvolvimento. Como destacado por Ribeiro (2005, pp. 3-4),

A ordem internacional tem uma dimensão jurídica e uma dimensão política. A dimensão jurídica, que corresponde à ordem jurídica internacional, integra o Direito Internacional positivo; a dimensão política corresponde aos compromissos políticos internacionais decorrentes da negociação internacional, ou atividade política internacional. Ambas interagem, no sentido em que o Direito internacional resulta da negociação política internacional e a política internacional tende a desenvolver-se essencialmente (embora não necessariamente) no quadro jurídico internacional.

Esta ligação entre o direito e as negociações é também relevada por Cede (2002, p. 145), afirmando que “by necessity, international negotiations cannot escape the law; they are embedded in the legal order and enforced at the domestic and international levels”. Por outro, os juristas têm historicamente desempenhado um papel ativo e dinâmico nos processos negociais internacionais, seja como consultores ou como principais condutores de negociações (Powell, 1991; Cede, 2002).

Na primeira perspetiva, Cede (2002, p. 147) observa que enquanto consultores, “the adviser will tell the negotiator what a given position concretely means with regard to the prevailing national and international law”. Neste sentido, a dimensão jurídica joga um papel importante nas negociações, porquanto permite a delimitação do âmbito de ação dos negociadores. Com efeito, a condução das negociações não pode ignorar as normas jurídicas que regulam o objeto da negociação e da aplicação do acordo para a sua eficácia. Deste modo, a título de exemplo, pode-se referir que nos acordos multilaterais que constituem as zonas de comércio livre, como da SADC, as partes devem ter em consideração as normas internacionais sobre o comércio assim como o conjunto de regras que configuram o ordenamento dos Estados-membros. A condução e a participação nas negociações internacionais exigem, entre outras, a consideração do sistema jurídico público internacional cujas fontes são, entre outras, os acordos internacionais. Por conseguinte, torna-se indispensável ter em consideração as convenções internacionais que regulam as relações entre os Estados, ou seja, o conjunto de acordos internacionais, transformados em tratados, sobre o assunto em negociação, sem esquecer as outras fontes como o costume regional e a jurisprudência aplicável.

No concerne aos acordos internacionais, no caso da negociação da zona de comércio livre, trata-se, em específico, da consideração das cláusulas da OMC e do GATT sobre o comércio internacional. Ademais, os Estados-membros da SADC devem ter em conta o conjunto de instrumentos jurídicos que regulam as relações regionais, no geral, e as interações dos Estados em sectores específicos. Pelo que, temos instrumentos como o Tratado de Constituição da SADC e os outros Protocolos da região bem como as orientações e normas gerais da União Africana.

Na aceção de Powell (1991, p. 136), a perspetiva jurídica das negociações internacionais manifesta-se mais na condução das negociações: “All too often, lawyers have been more active in the conduct of negotiations than in thoughtful analysis of the process itself”. Este envolvimento ativo dos juristas nas negociações, e não tanto no seu estudo, deve-se, em parte,

à sobreposição da abordagem empírica sobre a normativa, no que concerne ao exame das negociações, havendo assim uma ascendência da perspectiva behaviorista que precisa de ser complementada pela jurídica, porquanto esta preocupa-se pelo entendimento claro dos fatores relevantes das negociações. Todavia, esta preocupação não impede os juristas de prestarem particular atenção aos detalhes com significado no que diz respeito aos efeitos jurídicos.

Estudando a pertinência do recurso às negociações, bem como a outras formas de resolução pacífica de conflitos, Carducci (2012) observa que, no tratamento das formas de resolução pacífica de conflitos, é necessário ter em conta tanto o aspeto factual como o jurídico dos conflitos que são objeto de negociação. Pelo, que recomenda a consideração da dimensão jurídica na avaliação sobre o melhor instrumento de resolução a aplicar ao conflito. No que concerne aos casos, Nicola (2015) faz um estudo sobre a negociação concernente à Parceria Transatlântica sobre o Comércio e Investimento, chamando atenção à politização das contribuições jurídicas no processo de negociação. Por conseguinte, o autor revela que existe a utilização estratégica da legitimidade da transparência, tornando mais democráticas as posições negociais, mesmo que não passem de estratagemas distributivos de posicionamento negocial.

No âmbito das relações jurídicas privadas, a formação de contratos tem uma dimensão negocial significativa. Com efeito, como salientado por Oliveira (2014, p. 43), “o acordo contratual (...) [s]urge pela negociação (...) e forma-se em consequência de tal processo preliminar. De onde resulta ser a negociação uma realidade que se prende com a etiologia do próprio acordo”. Se esta é a realidade nas relações jurídicas privadas, também o é, em certa medida, nas públicas, embora estas tenham maioritariamente como resultado a lei. Mesmo assim, o processo legislativo comporta uma dimensão negocial, tanto na fase técnica, envolvendo um conjunto de discussões em torno das opções conceituais, teóricas e práticas, como no estágio da discussão política dentro das instituições do poder legislativo, como dentro dos partidos políticos e de outras entidades proponentes de leis. É neste sentido que Cede (2002, p. 158) enfatiza o facto de que, “[w]hen negotiators reach an agreement at the conclusion of their endeavors, they are becoming lawmakers themselves”.

No que concerne à condução das negociações internacionais, é importante verificar a diferença que decorre do facto de elas serem bilaterais ou multilaterais. Com efeito, como destacado por Cede (2002), se nas negociações bilaterais o grau de informalidade é maior, o mesmo não pode ser afirmado das negociações multilaterais marcadas por conferências

diplomáticas e com uma intervenção cada vez mais acentuada de organizações internacionais com padrões próprios, sendo que o consenso e o compromisso são geralmente preferidos ao princípio da maioria, o qual é adotado apenas em casos em que a unanimidade não seja possível, embora todas estas possibilidades tenham um custo próprio em termos de implementação.

No caso da SADC, embora o processo de integração regional teve subsídios resultantes de negociações e consultas bilaterais, impõe-se a dimensão multilateral das negociações dos protocolos, mediada pelos órgãos da SADC. Neste sentido, adotou-se o princípio do consenso, procurado, algumas vezes, por longos períodos de consulta e negociação informal e formal. Deste modo, o Protocolo de Trocas Comerciais da SADC, apesar de tecnicamente detalhado, deixa espaço político para flexibilidade na sua implementação.

A dificuldade de interpretação que, às vezes, se gera nos acordos internacionais resulta frequentemente em conflitos sobre a implementação dos mesmos; pelo que, é imprescindível, do ponto de vista jurídico, definir os mecanismos da sua resolução, passando muitas vezes pelo recurso a uma terceira parte que arbitre o conflito sem ter de necessariamente passar-se para a resolução judicial de conflitos.

Nas relações internacionais, o direito e as negociações interligam-se não apenas no sentido do direito servir de instrumento técnico para a realizações de negociações internacionais, sobretudo com intencionalidade política, mas também porque servem de marco e por conseguinte condicionam muitas vezes as opções políticas existentes. Como apontado por autores como Ribeiro (2005, p. 3), “o Direito Internacional, em especial o convencional, mas também o consuetudinário, é por um lado, o resultado da Política Internacional e, por outro lado, uma vez constituído, condiciona a Política Internacional”. Deste modo, o direito circunscreve a órbita das negociações e torna possível a força aplicativa dos acordos entre as partes. Tendo o fim do apartheid na África do Sul como fator de inauguração de uma nova ordem regional na África Austral, com um quadro jurídico próprio; as negociações que se desenrolam no âmbito do direito desta nova ordem regional têm em consideração as condições e os condicionamentos de natureza jurídica assim como política.

No âmbito das relações entre os Estados na região da África Austral importa considerar, por um lado, que as negociações são conduzidas, tendo em observância o quadro normativo jurídico vigente e, por outro, os acordos, estabelecidos na sequência das negociações

regionais, devem ter força jurídica suficiente para a sua implementação. Portanto, deve-se ter em conta o leque de tratados existentes na região e que corporizam o quadro jurídico das relações entre os Estados na África Austral. Neste leque de tratados importa examinar, para efeitos da presente tese, o Tratado de Constituição da SADC e o Protocolo de Trocas Comerciais de SADC.

Concluindo, a dimensão jurídica é duplamente importante para o processo de negociação da integração regional, porquanto, por um lado, baliza o âmbito do processo, por outro, sob a forma de tratado, manifesta-se como resultado das negociações. Todavia, observando o relacionamento das elites dos partidos que atualmente governam os Estados da África Austral, remontando às décadas de 1960 e 1970, verifica-se que o fator social e histórico, a dimensão social e histórica, é capital na compreensão da flexibilidade política dos protocolos resultantes da negociação sobre a integração regional. Por conseguinte, enquanto mecanismos de gestão das relações, as negociações estão impregnadas de um valor social e histórico que não se reduz aos jogos de poder nem aos imperativos jurídicos, como se demonstra na última parte do presente trabalho.

2.4. A ZCL-SADC E OS INSTRUMENTOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

A zona de comércio livre constitui a fase inicial e a forma mais simples de integração regional, porquanto consubstancia-se na eliminação das restrições ao comércio entre os Estados-membros, suprimindo as barreiras tarifárias e não-tarifárias, proporcionando, deste modo, melhores condições de circulação de bens e harmonizando as normas de controlo de qualidade e padronização dos produtos.

No contexto africano, tendo em conta a estratégia de integração da União Africana de começar pelas diversas regiões do continente, existem as seguintes organizações económicas que, de uma maneira ou de outra, objetivam a integração das economias dos Estados-membros: a Economic Community of West African States (ECOWAS), a Economic Community of Central African States (ECCAS), a Preferential Trade Area (PTA) for Eastern and Southern African States, atualmente denominada Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA), the Southern African Development Community (SADC) que inclui a SACU (Southern Africa Customers Union) e a Arab Maghreb Union (AMU). Assim, a integração económica regional, através de mecanismos como as zonas de comércio livre, as uniões aduaneiras, não é apenas um acordo regional, é também um imperativo africano

resultante do compromisso do Tratado de Abuja, do qual Angola é parte. Neste sentido, a United Nations Economic Commission for Africa (2017, p. 44) salienta o seguinte:

The third stage of Africa's integration, as per the [Abuja] Treaty, specifies that all regional economic communities (RECs) are expected to have established a free trade area (FTA) and a customs union by the end of 2017. Currently only the Economic Community of West African States (ECOWAS) and East African Community (EAC) have an FTA and a customs union, while the Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA), Southern African Development Community (SADC), ECOWAS and Economic Community of Central African States (ECCAS) have only a FTA.

No âmbito da SADC, apesar do enorme capital de cooperação política, a vontade manifesta de integração económica na região, e a maior formalização da cooperação, a SADC ainda registava alguns pontos de estrangulamentos no que concerne à coordenação dos projetos, a sua implementação e o seu enquadramento estratégico. Nesta conformidade, houve a necessidade de reestruturação institucional da SADC e da conceção de um plano estratégico cuja natureza fosse indicativa e que cobrisse dois aspetos principais, a integração económica e o desenvolvimento regional. Este plano baseou-se no Tratado da SADC e suas Emendas bem como na Agenda Comum da Região, almejando programas de implementação em 15 anos.

O RISDP é o plano indicativo que oferece um sentido estratégico aos objetivos, programas e projetos da SADC, visando a integração económica da região. Assim, o mesmo tinha definido prioridades, metas e cronograma, permitindo a sua adequada monitoria. Neste sentido, o ponto 4.1, dedicado ao comércio, liberalização económica e desenvolvimento, do capítulo 4, sobre as áreas de intervenção prioritárias, apresentava as seguintes metas: em 2008, a criação da Zona de Comercio Livre; em 2010, a conclusão das negociações sobre a União Aduaneira da SADC; em 2015, a conclusão das negociações para a constituição do Mercado Comum; em 2016, o estabelecimento da União Monetária da SADC; e em 2018, o lançamento da Moeda Regional.

Embora tenha sido formulado em Março de 2001 e aprovado na Cimeira de Agosto de 2003, que teve lugar na cidade Dar es Salaam, República Unida da Tanzânia, o RISDP começou a ser implementado apenas em 2005, para um período de 15 anos. Inicialmente previsto para o período de 2003 a 2018, passou, posteriormente, em consideração da data da sua aprovação, a ser implementado para o período de 2005 a 2020. Ele define as metas a alcançar, as ações necessárias, e os objetivos prioritários a atingir para fazer face desafios de integração económica da região.

O processo de revisão intercalar do RISDP começou em 2010, envolvendo diversas fases como a análise documental, em 2011; a instrução do Conselho de Ministros ao Secretariado Executivo da SADC para a criação de um Grupo de trabalho multisectorial, com a participação dos Estados-membros, em 2013; a realização de reuniões, pelo Grupo Técnico, e a conclusão da revisão, em 2014; e, finalmente, a sua aprovação, em Abril de 2015. Da análise feita ao desempenho do RISDP, concluiu-se, em estimativa, o seguinte:

as taxas de execução entre 2005 e 2010, em termos do alcance das metas estipuladas, [eram] de 65 por cento para a Liberalização e Desenvolvimento Comércio / Económico; 64 por cento para a Segurança Alimentar e Meio Ambiente; e 60 por cento para o Apoio à Infraestrutura para a Integração Regional e Erradicação da Pobreza (Ngwawi, 2014, p. 2).

Na visão da atual Secretária Executiva da SADC, Stergomena Tax, a revisão do RISDP revela avanços não acelerados no comércio intrarregional, o que, de certa forma, manifesta e está ligado ao nível de industrialização dos países:

there was moderate progress towards enhancing SADC intra-regional trade and economic diversification. This was due to limited capacities to produce, and to trade effectively and competitively. The review therefore pointed to an urgent need to frontload industrialisation so as to bring about socio-economic transformation in SADC Member States (Tax, 2017, p. ii).

Assim, o RISDP foi objeto de avaliação no período de 2011 a 2013, tendo, em consequência, sido aprovada, em 2015, uma revisão para o período restante do Plano. Neste sentido, para o período 2015-2020, o RISDP foi objeto de reajustamento no que concerne as suas prioridades em função das avaliações feitas, consubstanciadas na redefinição das metas do processo de integração apontando para objetivos de longo-prazo, sem datas determinadas. Deste modo, no que concerne a liberalização do comércio, ao mesmo tempo que a atual versão do RISDP visa a consolidação da ZCL-SADC, objetiva a ZCL Tripartida.

No que concerne ao realinhamento das prioridades, foram redefinidas quatro prioridades para o caminho de integração na região da SADC, com destaque para o Desenvolvimento Industrial e a Integração de Mercado. As outras prioridades são: as Infraestruturas de apoio à integração regional; a Cooperação nos sectores de paz e segurança; os Programas especiais, incluindo os sectores da Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos; Saúde, VIH e SIDA; Emprego e Trabalho; Segurança alimentar e Recursos Naturais; Meio-ambiente; Estatística; Empresariado Privado; Igualdade de género; Ciências, Tecnologia, Inovação e

Investigação. No resumo da sua apresentação, podemos explorar as prioridades e objetivos estratégicos e específicos do RISDP revisto da forma que segue.

A prioridade A, sobre o desenvolvimento industrial e integração de mercado, tem como objetivo estratégico, o desenvolvimento industrial sustentável, a integração comercial e a cooperação financeira. Por conseguinte, os objetivos específicos são: maior cadeia de valor regional e agregação de valor para produtos agrícolas e não agrícolas; a Zona de Comércio Livre da SADC consolidada; o ambiente macroeconómico aprimorado; a melhoria dos sistemas do mercado financeiro e cooperação monetária; o melhor investimento direto intrarregional e estrangeiro; o maior comércio intra-africano; o maior envolvimento do sector privado na integração regional; e o maior progresso para aprofundar a integração regional.

A prioridade B refere-se às infraestruturas de apoio à integração regional. Esta objetiva estrategicamente uma infraestrutura regional melhorada e integrada, o que se traduz nos seguintes objetivos específicos: estratégias, políticas e quadros regulamentares para o desenvolvimento e operação de infraestruturas e serviços transfronteiriços harmonizados; infraestrutura e redes integradas aprimoradas; melhor capacidade de construção, manutenção e operação de infraestrutura e serviços regionais; maior acesso e acessibilidade à infraestrutura e serviços; maior competitividade e liberalização dos mercados regionais de energia, tecnologias de informação e comunicação, transportes e turismo.

A prioridade C tem a ver com a cooperação para a paz e segurança, enquanto pré-requisito para o alcance da Agenda de Integração Regional. Esta prioridade comporta o objetivo estratégico de melhor cooperação em questões de paz e segurança, o que implica, do ponto de vista de objetivos específicos, o fortalecimento da construção da paz regional; maior prevenção, resolução e gestão de conflitos; melhor gestão de risco de desastres; maior defesa coletiva regional; sistema de aviso prévio regional reforçado; maior segurança transfronteiriça; aprimoramento do treinamento para as operações de apoio à paz; melhor gestão da migração e de refugiados.

A prioridade D engloba os programas especiais de dimensão regional, ou seja, desenvolvimento humano e programas especiais, incluindo saúde, género e trabalho. Esta prioridade aponta como objetivo estratégico a melhoria das capacidades humanas para o desenvolvimento socioeconómico (SADC, 2017, pp. 6-9).

Por conseguinte, os objetivos específicos são: melhor monitoramento e análise das tendências da pobreza na região; maior acesso à educação de qualidade e habilidades relevantes para o desenvolvimento industrial e outras áreas de interesse para a integração social e económica e desenvolvimento; maior disponibilidade e acesso aos serviços e produtos de saúde e VIH e SIDA de qualidade; maior criação de emprego, melhores relações laborais e informação sobre o mercado de trabalho e produtividade para o desenvolvimento industrial; maior produção, produtividade e competitividade das culturas pecuária, silvicultura, pesca e vida selvagem para apoiar o comércio, indústria e segurança alimentar na região; maior acesso ao mercado para produtos agrícolas (culturas, pecuária e recursos naturais); reduzida vulnerabilidade social e económica no contexto da segurança alimentar e nutricional; melhor gestão sustentável e conservação dos recursos naturais, meio ambiente, e recursos genéticos animais; reforço da igualdade e equidade do género; melhoria da qualidade das estatísticas regionais; reforço da aplicação da ciência, tecnologia e inovação para apoiar as prioridades da integração regional; melhoria do desenvolvimento da juventude, capacitação e participação da juventude em todos os aspetos do desenvolvimento socioeconómico e integração regional.

Um dos aspetos importantes constantes da revisão do RISDP é a reafirmação do foco no desenvolvimento industrial competitivo e diversificado. Neste sentido, existe uma Estratégia de Industrialização da SADC que visa reforçar as capacidades industriais dos países para enfrentar os desafios da integração regional e mesmo global; e o Plano Diretor de Desenvolvimento de Infraestruturas Regionais (RISDMP) cujas áreas principais de intervenção são a construção, recuperação e conservação de redes de infraestruturas regionais por meio de estruturas regionais em áreas como corredores de transportes, bacias hidrográficas e fontes energéticas, e turismo transfronteiriço.

Para a implementação do RISDP foram adotados, na reunião do Conselho de Ministros da SADC, que teve lugar em Lusaca, Zâmbia, em Agosto de 2007, os princípios que, de acordo com a SADC (2017), foram concebidos no sentido de criar confiança e compromisso entre os Estados-membros, assim como sinergias nas diferentes estruturas da organização. Tais princípios são:

Adicionalidade – os programas devem agregar valor à integração regional e aumentar a capacidade de alcançar os objetivos da SADC.

Subsidiariedade – as questões sociais e políticas devem ser tratadas no nível mais imediato (ou local) que seja consistente com a sua resolução.

Geometria variável - permite a consideração de Estados-Membros que crescem à taxas diferentes.

Orientação para o desenvolvimento – na priorização de programas, o resultado final deve ser a erradicação da pobreza.

Para a sua implementação, o RISDP tem um quadro institucional que compreende duas dimensões, a política e a técnica. Do ponto de vista político, existe o Conselho de Ministros, que intervém através dos Comitês Ministeriais sectoriais no sentido de definir a orientação política e servir de supervisor da implementação do Plano. No nível técnico, existe o Comité de Altos Funcionários que atua como órgão consultivo, integrando os Secretários Permanentes responsáveis pelo comércio. Ao mesmo tempo que responde ao Comité de Ministros responsáveis pelo Comércio, o Comité de Altos Funcionários monitora o Fórum Negocial do Comércio que é o órgão responsável pela condução das negociações sobre o comércio, o acompanhamento dos efeitos da liberalização. Estes mecanismos institucionais estão também previstos no artigo 31.º do Protocolo, concernente a sua implementação, o qual prevê: o Comité dos Altos Funcionários para a área do Comércio, o Fórum das Negociações sobre Comércio, assim como a Unidade de Coordenação Sectorial.

Assinado em 24 de Agosto de 1996, em Maseru, capital do Lesoto, por 12 Estados da SADC, África do Sul, Angola, Botsuana, Eswatini, Lesoto, Maláui, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, o *Protocolo sobre Trocas Comerciais* entrou em vigor em 25 de Janeiro de 2000, após a sua ratificação, e começou a ser implementado em Janeiro de 2001 pela África do Sul, Botsuana, Eswatini, Lesoto, Maláui, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué. Consequentemente, em 2008, foi criada a ZCL, abraçada por 13 dos 16 Estados-membros da SADC.

O Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC é constituído por nove partes desdobradas em 39 artigos: artigo 1.º (Definições), artigo 2.º (Objectivos), artigo 3.º (Eliminação das Barreiras sobre o Comércio Intra-SADC), artigo 4.º (Eliminação das Taxas de Importação), artigo 5.º (Eliminação das Taxas de Exportação), artigo 6.º (Barreiras Não-Tarifárias), artigo 7.º (Restrições Quantitativas de Importações), artigo 8.º (Restrições Quantitativas de Exportações), artigo 9.º (Exceções Gerais), artigo 10.º (Exceção em Matéria de Segurança),

artigo 11.º (Tratamento Nacional), artigo 12.º (Regras de Origem), artigo 13.º (Cooperação na Área Aduaneira), artigo 14.º (Facilitação das Trocas Comerciais), artigo 15.º (Comércio em Trânsito), artigo 16.º (Medidas Sanitárias e Fitossanitárias), artigo 17.º (Padrões e Regulamentos Técnicos sobre Trocas Comerciais), artigo 18.º (Medidas Anti-Dumping), artigo 19.º (Subsídios e Medidas de Compensação), artigo 20.º (Medidas de Proteção), artigo 21.º (Proteção das Pequenas Indústrias), artigo 22.º (Investimento Transfronteiras), artigo 23.º (Trocas Comerciais na Área de Prestações de Serviços), artigo 24.º (Direitos de Propriedade Intelectual), artigo 25.º (Política Concorrencial), artigo 26.º (Desenvolvimento de Trocas Comerciais), artigo 27.º (Acordos sobre Comércio Preferencial), artigo 28.º (Cláusula de Nação Mais Favorecida), artigo 29.º (Coordenação de Políticas Comerciais), artigo 30.º (Cooperação com Terceiros Países ou Grupo de Terceiros Países), artigo 31.º (Mecanismos Institucionais), artigo 32.º (Resolução de Diferendos), artigo 33.º (Compromissos Gerais), artigo 34.º (Emendas), artigo 35.º (Assinatura), artigo 36.º (Ratificação), artigo 37.º (Entrada em Vigor), artigo 38.º (Adesão), artigo 39.º (Depositário).

Fazem parte do Protocolo enquanto instrumento legal de sua implementação, conforme o artigo 1.º, sobre as definições, cinco anexos: Anexo I, sobre as Regras de Origem para Produtos Comercializados entre os Estados-membros da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral; Anexo II sobre Cooperação Aduaneira dentro da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral; Anexo III referente à Simplificação e Harmonização de Documentação e Procedimentos Comerciais; Anexo IV sobre o Comércio Transitário e Instalações de Trânsito; Anexo V relativo ao Desenvolvimento do Comércio.

Para além do protocolo, mas no âmbito do mesmo, foi aprovado pelos Ministros de Indústria e Comércio o Memorando de Entendimento sobre a Cooperação em Normalização, Garantia de Qualidade, Acreditação e Metrologia; foram também acordados dois anexos ao Protocolo: o Anexo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) e o Anexo sobre as Barreiras Técnicas ao Comércio (BTC).

O Protocolo foi objeto de três emendas, visando a sua clarificação e a inclusão de novas medidas necessárias. No entanto, em 2004 foi realizada uma avaliação de meio-termo, cujas constatações principais foram: a falta de cumprimento do calendário de desarmamento tarifário por parte de alguns Estados; o carácter restritivo e complexo das regras de origem; e a ausência de mecanismos consistentes de monitoria da implementação do protocolo.

O Protocolo sobre Trocas Comerciais constitui o instrumento jurídico de base para a criação e implementação da ZCL-SADC e tem os seguintes principais objetivos previstos no artigo 2.º:

- a) fomentar a liberalização do comércio intrarregional em matéria de bens e serviços, na base de acordos comerciais justos, equilibrados e de benefício mútuo, complementado por Protocolos em outras áreas;
- b) Garantir uma produção eficaz dentro da SADC, que priorize as atuais e potenciais vantagens comparativas dos seus membros;
- c) Contribuir para o melhoramento de um ambiente favorável ao investimento nacional, transfronteiriço e estrangeiro;
- d) Incrementar o desenvolvimento e diversificação económica, e industrialização da região;
- e) Estabelecer uma Zona de Comércio Livre (ZCL) na região da SADC.

Tendo em conta que a região é constituída por países com níveis assimétricos de desenvolvimento, o processo de negociação, que culminou com a aprovação do Protocolo, baseou-se em conceitos e princípios fundamentais os quais são tidos em conta pelos Estados na preparação das suas propostas de desarmamento aduaneiro.

Os principais conceitos que podemos realçar no âmbito do Protocolo e dos instrumentos conexos são:

- a) *Assimetria*, entendida no sentido de um tratamento diferenciado dos países, considerando os seus níveis de desenvolvimento, protegendo e salvaguardando os legítimos interesses dos países menos desenvolvidos, os quais devem desarmar mais lentamente e menos tarde, comparativamente aos mais desenvolvidos;
- b) *Oferta básica*, que consiste na oferta de desarmamento tarifário feita pelos países à África do Sul;
- c) *Oferta diferenciada*, que se consubstancia na oferta feita por cada país aos outros Estados da região, exceto à África do Sul.
- d) *Categorias de produtos*, que tem a ver com a classificação dos produtos na oferta pautal aduaneira dos Estados, tendo em conta o impacto do desarmamento na receita, no emprego e nas indústrias emergentes.

Neste sentido, existem as seguintes categorias de produtos a desarmar: a *categoria A* corresponde aos produtos para liberalização imediata, passando para uma tarifa zero, abrangendo no essencial os bens de capital e equipamento que compreendem mais ou menos à

47% das mercadorias comercializadas; a *categoria B* tem a ver com produtos para liberalização gradual, que, na altura, deviam passar por este processo até 2008; a *categoria C* é constituída por produtos sensíveis, requerendo tratamento especial e um calendário excepcional de desarmamento até 2012; e, finalmente, a *categoria E* compreende os produtos de exclusão, ao abrigo de convenções internacionais (Lopes, 2016).

Os princípios sobre os quais assenta a adesão e implementação da ZCL-SADC são fundamentalmente quatro:

- a) O *princípio da Livre adesão*, em virtude do qual a integração dos Estados-membros é baseada na avaliação económica de vantagens e desvantagens;
- b) O *princípio do ganha-ganha (win/win)*, segundo o qual no balanço geral, todos os participantes devem ganhar com a integração comercial, não podendo haver perdedores;
- c) O *princípio da Assimetria*, em consideração do qual, os Estados mais desenvolvidos devem fazer mais sacrifícios e desarmar mais cedo do que os menos desenvolvidos;
- d) O *princípio da globalidade*, para o qual nada está acordado até que tudo esteja acordado (Lopes, 2016).

O processo de implementação do Protocolo prevê também a categorização dos países em grupos de três. Assim, no *Grupo I* encontramos os países membros da SACU, que compreende a África do Sul, o Botsuana, o Eswatini, o Lesoto, e a Namíbia; O *Grupo II* é composto por países em desenvolvimento, incluindo as Maurícias e o Zimbabué, sendo que os membros da SACU já não são aqui considerados; o *Grupo III* é constituído por países menos desenvolvidos, os quais são, para o caso da Zona, o Maláui, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia.

Para a implementação do Protocolo, existe um conjunto de instrumentos e mecanismos, entre os quais destacam-se os seguintes: as regras de origem dos produtos objeto de comércio entre os Estados-membros; as regras de cooperação aduaneira; os mecanismos de simplificação e harmonização de documentos e procedimentos comerciais; mecanismos de resolução de diferendos; a facilitação do comércio; o comércio transitário; e o comércio de açúcar.

As Regras de Origem (RdO) permitem a prevenção do desvio de comércio que pode derivar do uso do Protocolo de Trocas Comerciais, estabelecendo o comércio livre, para contornar os direitos aduaneiros cobrados aos produtos provenientes de terceiros Estados. Neste sentido, as regras de origem dão indicadores de identificação da nacionalidade da mercadoria.

As Barreiras Não Tarifárias (BNT) compreendem-se como medidas regulatórias do comércio que os Estados adoptam, não sendo tarifas ou outras políticas discricionários, mas que constituem entraves ao comércio internacional. Tais podem ser os documentos e procedimentos alfandegários desnecessários, taxas restritivas e taxas de trânsito proibitivas, assim como licenças de importação excessivas, quotas de importação não necessárias. Em relação à SADC, a United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD (2016, p. 13) faz referência aos dados do Banco Mundial, segundo os quais, “the main costs associated with NTBs in SADC are due to import bans, quotas and levies, rules of origin, export taxes, sanitary and phytosanitary measures (SPS), technical barriers to trade (TBT) and customs-related requirements.”

Na sequência do Protocolo sobre Trocas Comerciais, os Estados-membros da SADC aprovaram, em 2012, o Protocolo de Comércio em Serviços, que, embora não esteja ainda em implementação e não disponha sobre a liberalização do comércio de serviços na região, determina as obrigações gerais concernentes ao tratamento dos serviços provenientes da região, prevendo negociações entre os Estado-membros com o objetivo de progressivamente eliminar as restrições sobre o comércio de serviços, sobretudo nos sectores da comunicação, construção, energia, finanças, turismo e transportes.

Apesar desta perspetiva de liberalização na África Austral, Lopes (2015) reconhece o valor do que ele denomina o protecionismo inteligente “ ‘smart protectionism’ – better defined as making the rules work for you” (para. 4). Esta abordagem consiste na boa aplicação das tarifas no sentido em que elas podem servir de mecanismos de estratégia coordenada e equilibrada entre as políticas de industrialização e de comércio. Porém, o académico constata também que, infelizmente, existe uma tendência contínua de protecionismo dos Estados Africanos virado mais aos produtos de África que do resto do mundo. Uma das grandes preocupações de Lopes é a articulação que os Estados Africanos devem fazer entre as políticas de comércio e de industrialização, o que nem sempre se evidencia. Este é também o argumento explorado pela United Nations Economic Commission for Africa (2015, p. xviii), no seu *Relatório Económico sobre África 2015*, afirmando o seguinte: “Trade continues to play a

major role in Africa's economic growth performance and it has potential to promote trade-induced industrialization of the continent provided it is deliberately directed at industrialization”.

No que concerne ao desenvolvimento do processo de integração, pode-se referir a implementação da ZCL e o avanço nas infraestruturas, o que pode ser considerado como elementos de força na aplicação do RISDP. Todavia, ainda existem fraquezas, sobretudo no que concerne à convergência macroeconómica e o aumento das trocas comerciais no espaço da região.

Na implementação da ZCL-SADC, os passos têm sido diferentes dependentemente do nível de desenvolvimento dos países. Neste sentido, os países membros da SACU eliminaram a maioria das tarifas em 2000, enquanto Moçambique começou o processo de desarmamento pautal em 2007 e a Zâmbia em 2008. Neste âmbito, em 2015, África do Sul, Botsuana, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Namíbia e Zâmbia tinham concluído o processo de redução pautal aduaneira.

Em relação aos outros Estados, o Zimbabué está em um nível de 85%; o Maláui enfrenta problemas na sua balança de pagamentos, tendo efeitos negativos na conformidade com os compromissos tarifários, como os que se registam com a África do Sul, o que levou à solicitação de derrogação da aplicação dos compromissos pendentes. Em relação à Tanzânia, também já apresentou solicitação de derrogações no que concerne à redução de tarifas para produtos como o açúcar, visando a proteção do seu tecido industrial.

Ademais, três Estados-membros da SADC continuam a negociar a sua adesão à ZCL: Angola, a República Democrática do Congo e a União da Comores. Este último foi admitido na organização apenas no segundo semestre de 2017, enquanto a RDC já remeteu à organização um roteiro calendarizado sobre o processo da sua adesão. Em relação à Angola, o argumento principal apresentado para não adesão é a necessidade de reconstrução das infraestruturas do país, o reforço da capacidade produtiva e a potenciação do sector empresarial do país. Para além disto está a dimensão da avaliação, tendo em consideração as experiências de outras regiões. Com efeito, como defendido por Fonseca (2016), a ZCL-SADC está a dar os primeiros passos, enfrentando problemas entre os quais as regras de origem e a discussão sobre as consequências do processo de “desintegração da União Europeia” do ponto de vista de aprendizagem para os Estados e instituições da SADC.

As duas avaliações da implementação do Protocolo de Trocas Comerciais realizadas em 2014 e 2015 revelam que os progressos não são iguais no que concerne à implementação das Regras de Origem e à adopção do Documento Aduaneiro Único. Neste sentido, o Relatório Final da Avaliação Documental do Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional 2005-2010 revela que, com a implementação da ZCL, o comércio entre os países da SADC cresceu numa percentagem de 155, ou seja, de 13 mil milhões de dólares americanos, em 2000, para 34 mil milhões de dólares americanos, em 2009. Todavia, comparado este valor com o total do comércio dos Estados da SADC com o mundo, verifica-se que o aumento é apenas de 15,7% para 18,5%.

No entanto, na visão de autores como Lopes (2013), que já foi Subsecretário Geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da Comissão das Nações Unidas para África (United Nations Economic Commission for Africa – UNECA), o comércio em África pode ser uma via de emancipação e impulso de um desenvolvimento sustentável que tenha em conta as dimensões económica, ambiental e social. No seu artigo intitulado “Can trade make a difference in Africa?”, Lopes (2013, para. 13) defende que o comércio intrarregional nos vários espaços de integração económica de África tinha uma tendência de ascensão:

For many years, Africa has been a mere pricetaker in global trade relations, having little to no influence on markets. It now has an opportunity to transform itself into a price-maker. The expanded avenues for South-South cooperation, notably intra-African trade through the proposed continental free-trade area, break the monopoly held by developed countries by providing a better environment for African policymaking and choice in terms of trade partnerships. The fundamentals of policymaking, infrastructure, capital financing and ensuring linkages between trade and other parts of the economy must be worked upon to make this a sustainable reality.

No entanto, dados posteriores mostram que o comércio intrarregional é ainda irrisório em comparação com o realizado com os Estados fora da região. Esta realidade aplica-se também à Angola. Com efeito, como observado pela United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD (2016, p. 7),

In 2014, its exports within SADC accounted for only 3.0 per cent of its global exports, showing that the country is very far from integrating at the regional level. This point is also supported by the fact that its share of total intra-SADC exports declined steeply from about 13 per cent in 2009 to about 5.0 per cent in 2014.

De acordo com Lopes (2015), na visão da UNECA, a transformação estrutural das economias africanas depende da sua industrialização acelerada, porquanto a produção em África ainda é

pouco significativo, não proporcionando uma boa base de exportação, o que é agravado pelas barreiras ao comércio intra-africano e o acesso ao mercado internacional.

Portanto, o regionalismo na África Austral está assente na história de cooperação em questões da região e fortalece-se pelo processo de construção jurídico-normativa bem como de definição de uma agenda comum. Neste sentido, do ponto de vista programático, é importante mencionar tanto o RISDP como o SIPO e, no que concerne à dimensão jurídica, manifesta-se essencial considerar o Protocolo de Trocas Comerciais bem com os outros instrumentos jurídicos referentes à interação regional entre os Estados.

SÍNTESE CONCLUSIVA

No final desta parte podemos concluir, em primeiro lugar, que o regionalismo na África Austral, por um lado, tem-se manifestado como uma resposta regional aos desafios e dificuldades experimentadas pelos países da África Austral no seu percurso histórico de formação e afirmação dos Estados e, por outro, tem-se constituído em uma reação e adaptação ao sistema internacional cujas configurações históricas têm marcado a região, tanto sob a forma do colonialismo, como da guerra-fria, das tendências unipolares do pós-guerra fria, da afirmação económica mundial da China e da sua intervenção em África e mesmo dos avanços e desafios da experiência europeia de integração.

Assim, no âmbito da política regional, a África do Sul constitui o fator chave de compreensão da construção dos esquemas institucionais de cooperação na África Austral quer durante o regime do apartheid, baluarte dos regimes minoritários da região, quer, depois da sua queda, tornando-se ao mesmo tempo o Estado diretor económico da região. Todavia, a África do Sul encontra-se numa condição de necessidade de partilhar esta direção com a influência política de Estados como Angola que, atualmente, abordam a integração como uma oportunidade de crescimento e de garantia de um relacionamento cooperativo, ultrapassando a rivalidade e conflitualidade existentes durante o regime do apartheid, considerando, contudo, os mecanismos de integração tanto como lugares de interação e amadurecimento relacional e identitário quanto como espaços de liberalização económica.

PARTE III: A NEGOCIAÇÃO DA ADESÃO DE ANGOLA À ZCL-SADC

A presente parte do estudo é dedicada ao desenvolvimento da negociação da integração de Angola na ZCL-SADC. Com efeito, no primeiro capítulo é explorado o posicionamento de Angola em relação à ZCL, tendo em consideração o capital político e relacional dos Estados envolvidos. Neste capítulo faz-se recurso reiterado ao discurso oficial sobre o assunto no sentido de interpretar a linha orientadora do Estado quanto ao assunto. Numa abordagem posterior, é examinada a posição de Angola, através dos instrumentos de planeamento estratégico do Estado, da consultoria técnica ao governo angolano e da análise da informação fornecida pelos entrevistados. Finalmente, retrata-se e interpreta-se a negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC por meio de um modelo de tripla dimensão da negociação, envolvendo a política, a técnica e a social.

Neste sentido, é inferido e colocado em evidência que a dimensão política da negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC foi bem-sucedida tendo dado lugar à dimensão técnica, a qual é baseada na discussão da oferta comercial, tendo como referência o princípio da geometria variável. Contudo, o estudo mostra que, para além das dimensões política e técnica, deve-se ter em consideração a social, porquanto é através dela que, nas negociações regionais, compreendemos a flexibilidade e a tolerância no desenho e implementação do projeto de integração que permite Angola não aderir imediatamente à ZCL-SADC, conservando, no entanto, o seu posicionamento de solidariedade para com os Estados aderentes e redefinindo a sua posição na interação social com os mesmos.

CAPITULO I: O POSICIONAMENTO DE ANGOLA EM RELAÇÃO À ZCL-SADC.

Neste capítulo sobre o posicionamento de Angola em relação à ZCL-SADC começaremos por explorar a política regional de Angola no contexto da África Austral, examinando, por um lado, o empenho político-diplomático e militar do país na região e, por outro, o distanciamento no que concerne ao sector económico. Em consequência, abordaremos a posição de Angola em relação à ZCL-SADC, fazendo recurso aos elementos históricos e de interação social que intervêm na sua formação, numa região em que Angola tem demonstrado um engajamento ativo do ponto de vista tanto político como securitário.

1.1. A POLÍTICA REGIONAL DE ANGOLA NA ÁFRICA AUSTRAL

Neste subcapítulo, usamos o conceito de política regional para nos referirmos ao leque de objetivos e ações estratégicas na região do continente Africano em que Angola está inserida, designadamente a África Austral, sem deixar de considerar a sua posição geoestratégica na África Central, no sentido de concretizar e satisfazer os seus interesses nacionais. Esta perspetiva de política regional não deixa de ter em conta o que Romana (2016, p. 26) considera a cultura estratégica, condensando o conjunto de “valores, símbolos e padrões culturais que modelam a posição dos povos, e em especial das suas elites, em relação à defesa e à forma como é garantida a segurança nacional”. Assim, a política regional de Angola será aqui caracterizada do ponto de vista diplomático, militar e económico. O posicionamento de Angola tem enfatizado as relações de boa-vizinhança, um multilateralismo regional baseado no capital de cooperação política e diplomático herdado desde os primórdios da organização dos Estados da Linha da Frente, assim como o respeito pela soberania dos Estados.

A presente caracterização da política regional de Angola tem também em consideração a sua múltipla pertença às organizações regionais. Com efeito, Angola integra, entre outras, a União Africana, sucessora da Organização de Unidade Africana, que, através de instrumentos e acordos como o Plano de Lagos (1980) e o Tratado de Abuja (1991), prevê a criação de uma comunidade económica Africana por meio das comunidades económicas regionais. Neste âmbito, Angola é membro da SADC, da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), e faz parte da ACP-Estados de África, Caraíba e Pacífico. O país aderiu a dois outros instrumentos regionais de integração, nomeadamente a ZCL Tripartida COMESA, EAC e SADC, cuja Declaração e Acordo de Sharm El Sheik (República Árabe do Egito) foram subscritos por Angola, em Junho de 2015. Para além disso, Angola assinou, em 21 de

Março de 2018, em Kigali (Ruanda), o acordo de criação da Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC).

Neste sentido, na sessão de abertura do Workshop sobre Regras de Origem, realizado em 26 de Outubro de 2016, promovido pelo Secretariado Nacional da SADC (Angola), com apoio da União Europeia, no âmbito do Projeto de Assistência Técnica ao Secretariado Nacional da SADC, o Secretário de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Pedro Luís da Fonseca, enfatizou o facto de Angola ter estabelecido uma estratégia diplomática que visa conferir um reconhecimento político em organismos internacionais como a SADC, a CIRGL, o Golfo da Guiné, o PALOP, e a CEEAC (Fonseca, 2016). Todavia, para o presente estudo importa examinar a política regional de Angola no âmbito do espaço geográfico que constitui a SADC.

Nesta análise, para além dos dados históricos e do contributo de autores que têm estudado esta realidade, recorreremos ao discurso oficial das autoridades angolanas, sobretudo proferidos pelos seus Chefes de Estado, para caracterizarmos o posicionamento do país em relação à região ao longo dos anos de independência, colocando em evidência o contexto em que Angola forma a sua posição sobre a integração regional na África Austral. A adesão, por Angola, a um projeto de integração regional não deve ser descontextualizada da sua realidade histórica doméstica caracterizada pelo imperativo político de dar resposta aos processos internos de democratização e reconstrução das infraestruturas económicas e sociais. O recurso à narrativa presidencial deve-se ao facto da definição da política externa angolana ter sido centralizada na figura do Presidente da República. Como afirmado por Silva (2015, p. 160),

Concomitantemente à dissolução da estrutura marxista-leninista do Estado e a perda relativa de espaço pelo partido, o presidente acabou adquirindo papel crescente, quase exclusivo na definição de política externa. O palácio Futungo de Belas recebia, contudo, *inputs* de atores relevantes. Enquanto o Ministério [das] Relações Exteriores enfrentava grandes dificuldades, com uma burocracia mal treinada e pouco efetiva, os militares acabaram angariando grande respeitabilidade na política externa.

No mesmo sentido, Hodges (2004, p. 53) refere que o processo de tomada de decisão passou a depender do Presidente da República. Nas suas palavras, “Dos Santos procurou centralizar o processo decisório de política externa ao estabelecer em 1984 um Conselho de Defesa e Segurança (...), [incrementando] a centralidade de um grupo fechado e próximo ao presidente”.

As opções de orientação política externa angolana começaram a definir-se antes do país tornar-se independente e são reflexo do seu processo de libertação nacional. Neste sentido, em relação ao continente africano, no geral, e à região austral, em particular, ficou patente pelo MPLA, partido que assumiu o poder em Angola em 1975, a necessidade de solidariedade e apoio aos esforços de libertação e emancipação dos povos da região. Com efeito, tal opção já tinha sido desenhada antes da independência, através do programa político discutido em Conacri, em Julho de 1960, que ficou conhecido como “o programa maior” do movimento, onde se realçava, no que tange à política externa do país, o compromisso de continuação da luta contra o “colonialismo e imperialismo” no continente. Deste modo, no seu discurso de proclamação da independência, António Agostinho Neto apresentou as linhas mestras da política externa angolana, defendendo os seguintes princípios: “respeito mútuo, da soberania nacional, não ingerência, de respeito pela integridade territorial, não-agressão, igualdade e reciprocidade de vantagens, e da coexistência pacífica.” (Neto, 1975).

Estes princípios tiveram respaldo na *Lei Constitucional* e foram posteriormente desenvolvidos no Programa do Partido aprovado pelo 1º Congresso do MPLA-PT, realizado em Dezembro de 1977. Como reportado por (Xavier, 2018, p. 28),

Através de uma nota de imprensa, o Ministério das Relações Exteriores da República de Angola reiterava que ‘a orientação política da RPA [República de Angola] é clara, coerente e conseqüente nos princípios que estão consagrados na Lei constitucional e nos documentos fundamentais do MPLA – Partido do Trabalho.

São os princípios universais do respeito mútuo pela soberania nacional e pela integridade territorial, da não-agressão, da não ingerência nas questões internas, da coexistência pacífica, da igualdade e reciprocidade de vantagens, das soluções dos diferendos pela via da negociação. São ainda os princípios do não-alinhamento e da solidariedade militante para com os povos oprimidos e para com os movimentos de libertação nacional.

Desta forma, no seu discurso, proferido a meia-noite de 11 de Novembro de 1975, no ato de proclamação da independência de Angola, António Agostinho Neto afirmou a base sustentadora da relação do país com os outros Estados na África Austral, tendo a solidariedade e o apoio à emancipação dos povos como linhas orientadoras:

A República Popular de Angola (...) reitera a sua solidariedade para com todos os povos oprimidos do mundo, em especial os povos do Zimbabwe e da Namíbia contra a dominação racista.

O Povo de Angola, sob a orientação da sua vanguarda revolucionária o MPLA, exprime a sua solidariedade militante para com o povo da África do Sul na sua luta contra o regime racista que o oprime.

É na sequência desta opção que o primeiro Presidente da República de Angola também lançou as palavras de ordem da condução da política regional angolana durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, segundo os quais “Angola é e será, por vontade própria, trincheira firme da revolução em África”; e ainda “na Namíbia, no Zimbabué e na África do Sul está a continuação da nossa luta”. Na perspetiva de Cafussa (2015, p. 6), tais palavras de ordem são assumidas, em Angola, “como base para a afirmação do estado angolano na região”.

Esta orientação política é herdada e retomada pelo sucessor de António agostinho Neto, José Eduardo dos Santos, que dirigiu o país de 1979 a 2017. Com efeito, no seu discurso no Aeroporto de Ndola, ao saudar a população que se concentrou à sua chegada, em 1979, o estadista afirmou:

O nosso desejo é de ver estabelecida a paz na nossa região (...). E por isso mesmo manifestamos, mais uma vez, a nossa amizade e solidariedade para com os combatentes da Namíbia, do Zimbabue e da África do Sul e para com os povos dos Países da Linha da Frente, que têm sabido apoiar sem reservas os combatentes da liberdade (Santos, 2014, p. 411).

Assim, podemos realçar, em primeiro lugar, o facto de, no contexto da política regional de Angola, o país ter optado por uma diplomacia ativa, aliada à dimensão militar. Como também referido por José Eduardo dos Santos,

os momentos de relativa distensão que caracterizam agora a situação do Sudoeste de África são mais uma prova de que a ação diplomática, quando corretamente conjugada com a ação militar, conduz normalmente a resultados positivos. A diplomacia é uma arma imprescindível na luta dos povos pela independência, a soberania e o progresso social. (...) A assinatura dos Acordos de Nova Iorque foi o fim de uma etapa, depois do Compromisso de Lusaca, em 1984, que se seguiu às batalhas de Cahama, Cuvelaie Tchipa e Calueque. Estes factos indicam que, para sermos respeitados ou considerados, não devemos ser fracos, e a fonte principal da nossa diplomacia são os êxitos alcançados dentro do país em todas as esferas da vida (Santos, 2014, p. 98).

Esta política de diplomacia ativa, aliada à pressão militar, ao nível da região, não está isolada de um historial de luta de libertação nacional e de pacificação do país em que as duas dimensões tiveram a sua importância, embora, do ponto de vista do discurso, a ênfase seja colocada no aspeto negocial. Deste modo, no seu discurso sobre o Estado da Nação, em 2014, José Eduardo dos Santos reafirmava:

No domínio das relações internacionais e multilaterais, Angola desenvolveu uma política externa de boa vizinhança, de respeito pela igualdade soberana e integridade territorial dos Estados e de cooperação com vantagens recíprocas. Na sua postura perante as mais distintas questões da agenda política internacional, pautou-se pela coerência de posições e pela fidelidade aos princípios fundamentais que regem o

funcionamento da comunidade internacional, traduzindo assim a perfeita consonância entre princípios e os que norteiam a salvaguarda dos interesses nacionais num mundo globalizado e cada vez mais complexo. (Santos, 2014, p. 34).

No mesmo discurso, o estadista continuava:

A condução da nossa política externa continuou a pautar-se por uma atuação objectiva em atos e eventos conducentes à consolidação do entendimento e cooperação entre as nações e à preservação da paz, da estabilidade e da segurança internacionais. Tendo uma experiência de guerra dolorosa, que ainda hoje tem graves reflexos na vida das nossas populações, Angola defende o diálogo e a negociação como princípios para a busca de solução pacífica para todas as divergências e contradições que possam surgir no plano internacional (Santos, 2014, p. 40).

No que concerne ao posicionamento de Angola em relação aos compromissos regionais, o Estado orientou-se por uma perspectiva de redefinições pragmáticas em resposta às exigências internas e regionais de segurança e de desenvolvimento económico assim como à necessidade de adaptação às dinâmicas e configurações do sistema internacional, o que tem sustentado a sobrevivência do seu regime (Malaquias, 2011). Com efeito, como reforçado por Silva (2015, pp. 150-151),

Neto e a cúpula do MPLA implantaram uma política externa regional reivindicatória e pró-ativa para assegurar a existência do Estado e o reconhecimento do MPLA. (...) Buscava-se concomitantemente (i) a defesa da soberania dos Estados recém-independentes, (ii) a construção de mecanismos regionais de distribuição de desenvolvimento (SADCC) pautados no imperativo dos direitos sociais das populações da região e (iii) a construção solidária da segurança regional, sob a compreensão de que a sua própria segurança estava imbricada à de grupos e Estados vizinhos aliados.

Estes movimentos de recalibrações, de acordo com Malaquias (2011), implicaram, num primeiro momento, do período pós-independência, o alinhamento com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, da qual Angola recebeu o apoio político, militar, económico e financeiro para sobreviver; e, no contexto pós-guerra civil, passou pela China, de onde vieram os recursos financeiros para a reconstrução do país. Deste modo, essa estratégia de recalibrações pragmáticas da política externa de Angola permitiu a afirmação de Angola tanto na região Austral como Central, no período pós-independência em que foi pressionada pela África do Sul bem como pela República Democrática do Congo.

Na perspectiva de Nascimento (2018), a política externa de Angola tem como princípios fundamentais a igualdade jurídica dos Estados em conjugação com a cooperação entre os povos, progresso e justiça social e a resolução pacífica dos conflitos. Por conseguinte, em

relação à África Austral, Angola tem adotado um posicionamento interventivo, do ponto de vista político-diplomático, e de defesa e segurança, como podemos depreender, por exemplo, da carta do presidente José Eduardo dos Santos ao Secretário-geral das Nações Unidas, em 1986:

O nosso desejo é alcançar uma paz justa e duradoura, que satisfaça os interesses e as preocupações do povo angolano e do povo colonizado da Namíbia e, nesse contexto, Angola reitera a sua disposição de continuar a desenvolver esforços diplomáticos por forma a contribuir honestamente para a independência da Namíbia e para a instauração de um clima de paz duradouro na África Austral, sem aceitar que se ponha em perigo a soberania e a independência do povo angolano duramente conquistadas (Santos, 2014, p. 199).

No mesmo sentido, em 1987, no seu discurso proferido na Assembleia da República Portuguesa, José Eduardo dos Santos referiu o seguinte:

A solidariedade e o apoio a todas as forças anti-‘apartheid’ e principalmente ao ANC ajudarão a incrementar a luta no interior da própria África do Sul e poderão agudizar ainda mais as contradições que já se começam a verificar no seio da minoria que governa o país, acelerando assim a abolição do ‘apartheid’, a independência da Namíbia e a cessação das agressões contra os Países da Linha da Frente. (Santos, 2014, pp. 202-203).

Este posicionamento político expresso manifesta-se também no papel desempenhado por Angola no âmbito dos ELF, sendo que o seu engajamento em muito contribuiu para a independência da Namíbia e para a queda do regime do apartheid, sem desprimitor da sua cooperação e apoio na resolução da questão rodesiana que passava pelo fim do regime minoritário de Ian Smith. Todavia, nos casos da Namíbia e da África do Sul existem desafios domésticos que Angola enfrentava:

- A sustentação que o regime Sul-africano concedia à UNITA (União Nacional de Libertação Total de Angola);
- O facto de a África do Sul ocupar ilegalmente o território Namibiano, contíguo à Angola, o que facilitava o seu apoio à UNITA, sob pretexto de combater as bases do Congresso Nacional Africano (ANC- African National Congress);
- A política e as ações desestabilizadoras Sul-Africanas contra os Estados da região e contra Angola, em particular, consubstanciadas no que autores como Xavier (2018, pp. 21-23), na sua organização cronológica do início das agressões do regime Sul-Africano do apartheid contra Angola, denominam de “Guerra Total contra Angola”, a partir de 1981.

Algumas das referidas ações são:

- O ataque à cidade de Ondjiva (Cunene), por forças sul-africanas, em 22 de agosto de 1975;
- A ocupação de Ondjiva e Xangongo (Cunene), em 14 de Outubro de 1975;
- O massacre de Cassinga, campo de refugiados namibianos, em 4 de Maio de 1978;
- O ataque à barragem de Lomaum, na província de Benguela, em 19 de Janeiro de 1983.

Assim, a política regional de Angola teve em consideração os aspetos que se consubstanciaram no seguinte:

- A sua posição geográfica de contiguidade com a Namíbia, ocupada pelo regime sul-africano;
- O seu compromisso, no âmbito da Organização de Unidade Africana e dos Estados da Linha da Frente, de lutar pela libertação de todos os países Africanos;
- A dívida moral de Angola para com os outros países da região que contribuíram para a sua independência.

Em relação a este último fator, podemos referir as declarações do então Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na Cimeira dos Oito (Angola, Congo, Gabão, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Zaire, Zâmbia e Zimbabué), em Maio de 1989,

Os angolanos acreditam na força da solidariedade e da fraternidade Africana, porque os factos da história mais recente do continente demonstram que na aplicação correta desse princípio está uma das principais causas das vitórias militares e políticas dos povos de África na luta contra o colonialismo e o imperialismo. (Santos, 2014, p. 208).

Portanto, Angola adotou uma diplomacia interventiva no sentido de contribuir para o fim do apartheid que constituía a força política e militar desestabilizadora da região, no geral, e de Angola, em particular. Assim, na sua ação diplomática, Angola defendeu a aplicação da Resolução 435/78, do Conselho de Segurança da Nações Unidas, que previa o término das ações hostis entre as forças armadas sul-Africanas e o movimento independentista namibiano da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO – South West Africa People’s Organization), e determinava a desocupação do território Namibiano pelas forças Sul-Africanas, a realização de eleições, sob supervisão do Grupo de Assistência das Nações

Unidas para a Transição (UNTAG - *United Nations Transition Assistance Group*). Como lembrado por José Eduardo dos Santos, na sua intervenção na VII Cimeira dos Países Não-alinhados, realizada em 1983, em Nova Delhi,

Na tentativa da busca de um clima de tolerância na região que propicie a aplicação da Resolução 435/78 do CS da ONU, uma delegação de Angola manteve discussões com uma delegação sul-africana em Cabo Verde. Porém, o desejo manifestado pela África do Sul de avançar no processo de conversações quando se verificar uma restrição da atividade militar da SWAPO, sem que antes seja assinado um acordo de tréguas, garantida a retirada das suas tropas do nosso território e expressa a sua vontade política de implementar a Resolução 435/78, através de conversações que envolvam a própria SWAPO, demonstram a má vontade do regime de Pretória e a necessidade de se exercerem novas pressões sobre ele e de se proceder urgentemente ao reexame da questão namibiana no CS da ONU (Santos, 1983, p. 197).

Apesar da relutância do regime Sul-Africano em aplicar a resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Angola continuou o seu trabalho de diplomacia e militarmente criou as condições para continuar a defender o seu território contra as agressões sul-africanas. Estas ações tiveram o píncaro naquela que se denominou “batalha do Cuíto Cuanavale”, conjunto de combates que tiveram início em 15 de Novembro de 1987 e término no dia 23 de Março de 1988, onde o Exército sul-africano foi derrotado em território angolano, na província do Cuando Cubango.

Em consequência, meses depois da batalha do Cuíto Cuanavale, em 22 de Dezembro de 1988, foram assinados os Acordos de Nova Iorque. Como sublinhado por Bembe (2016), “A superioridade demonstrada pelas FAPLA levaram a África do Sul a aceitar a assinatura de um acordo tripartido com os governos de Angola e de Cuba em Dezembro de 1988, em New York, sob os auspícios das Nações Unidas” (p. 39). Todavia, os acordos de Nova Iorque eram essencialmente compostos por dois. Com efeito, conforme descrito por José Ribeiro, consubstanciavam-se em dois acordos:

1. Acordo tripartido entre Angola, Cuba e África do Sul, que se refere essencialmente, à necessidade de aplicação da Resolução 435 a partir do dia 1 de Abril [de 1989] e ainda às disposições relativas à segurança em Angola.
2. Acordo bilateral entre Angola e Cuba sobre a retirada das tropas internacionalistas cubanas, gradual e total do território angolano, igualmente, a partir de 1 de Abril e num período de vinte e sete meses (Xavier, 2018, p. 66).

Esta situação regional, com consequências domésticas para Angola, é descrita por Silva (2015, pp. 153-154) nos seguintes termos:

Todavia, devido à dificuldade de concretização de uma saída regional dialogada, Angola, como resposta, procurou retomar uma luta de sobrevivência com amparo soviético e cubano. A intensidade dos conflitos armados escalou a partir de 1985, com maior envolvimento sul-africano e do suporte norte-americano à UNITA. Somente quando tropas angolanas imputaram grande derrota às forças sul-africanas no sul de Angola é que houve maiores condições para a solução negociada. Isso ocorreria nas batalhas de 1987/1988, sobretudo em Cuito Cuanavale. Negociações mais contundentes começaram em maio de 1988, quando EUA e URSS “*were increasingly in accord on the need for settlements of ‘regional conflicts’*” (Minter 1994, 49).

Do ponto de vista militar, defendendo-se contra os ataques sul-africanos, a batalha do Cuito Cuanavale constituiu um dos marcos que contribuiu para a aplicação da resolução e também para o termo do conflito regional na África Austral. Como enfatizado por Xavier (2018, p. 29), “A batalha do Cuito Cuanavale, travada em solo angolano, na África Austral, foi decisiva para o fim do apartheid na África do Sul, para a libertação de Mandela e para a proclamação da independência da Namíbia”.

No âmbito da política regional, Angola continuou sendo um ator determinante e muito interventivo, sobretudo do ponto de vista diplomático e militar na zona geográfica da SADC. Neste sentido, Angola tem sido ativa em prol da estabilização da região, contribuindo para as iniciativas de negociação e pacificação em conflitos como os do Lesoto, do Zimbabué, e mesmo do Madagáscar, sob auspícios da SADC, tendo também contribuído para a formação da *Brigada em Estado de Alerta da SADC* e participado dos seus exercícios e missões de paz. Com efeito, como lembrado por Bernardino (2015, p. 178), Angola faz parte desta organização “desde 17 de Agosto de 2007, durante a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, em Lusaca”. Assim, com base em Silva (2015), podemos citar os esforços de estabilização de Angola na vizinha República Democrática do Congo, membro da SADC, tendo Angola intervindo militarmente, com o apoio do Zimbabué e da Namíbia, a favor do regime liderado pelo Presidente Laurent-Desiré Kabila, contra as forças invasoras oriundas do Ruanda e do Uganda. Na mesma perspetiva, Silva (2015, p. 163) menciona o seguinte:

As ações regionais de Angola continuavam estabelecendo uma relação direta entre ordem regional e estabilidade doméstica e com a crescente acomodação das fronteiras do sul, a atuação impetuosa de Angola tomou contornos nas fronteiras regionais do norte. Empreendeu ações militares em 1997, para derrubar o regime de Mobutu no Zaire e Pascal Lissouba no Congo-Brazzaville (ambos apoiadores da UNITA); e, em 1998, para defender o regime de Laurent Kabila na RDC”.

Contudo, do ponto de vista económico, Angola manteve-se em sintonia com os Estados da África Austral, embora as suas relações privilegiadas estiveram direcionadas para fora da

região. Com efeito, Angola afirmou o seu engajamento nos programas da SADCC e da sua organização sucessora, a SADC. Como reafirmado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, no seu discurso na Cimeira da SADC, realizada em Maseru, no ano de 1996, com o fim dos conflitos na região, suportados pelo apartheid,

ultrapassados que estão os conflitos que eram artificialmente fomentados pelo regime do ‘apartheid’ para impedir a nossa concertação e para fazer perdurar uma situação de injustiça e opressão na nossa região, estamos hoje em condições de buscar em conjunto as vias para estreitar ainda mais os profundos laços de amizade e de solidariedade que unem os nossos povos e países. Para tal nós temos de assumir cada vez com mais realismo e eficácia os nossos compromissos a nível da SADC e cumprir as tarefas que nós próprios consideramos como indispensáveis para garantir o nosso desenvolvimento e a cooperação regional, em sectores tão diversos como a energia, os transportes, a indústria e o comércio, a livre circulação de pessoas e bens, o combate ao tráfico de drogas, etc. (Santos, 2014, p. 442).

Assim, no âmbito dos ELF, Angola participou ativamente na iniciativa de constituição da SADCC, na década de 1980, no sentido de se criarem as condições para fazer frente ao domínio económico e infraestrutural da África do Sul na região, como, por exemplo, se pode deduzir do depoimento de José Eduardo dos Santos à Cimeira da SADC, realizada em Windhoek, em 2010:

A maior parte dos nossos países tinha laços fortes com a economia Sul-africana, que os colocava numa situação de relativa dependência. Deste modo, depressa tomámos consciência de que o combate contra o ‘apartheid’ não se tratava apenas no domínio militar e político, mas que era importante também que os países independentes da região organizassem as suas economias e emprendessem o caminho da edificação, consolidação e modernização dos seus Estados, como suporte fundamental para enfrentarem com êxito esse regime. Delineou-se, então um programa para a redução da dependência económica e na sequência desse pensamento, depois de várias consultas e contactos, no período de 1977 a 1979, foi decidida a criação numa cimeira realizada em Lusaca em 1 de Abril de 1980, da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC). (...) O objectivo, como ficou estabelecido, era lutar pela libertação económica na África Austral. Tornou-se evidente que as iniciativas da nossa região eram motivadas pelo combate contra o inimigo comum, que dispunha não só de um grande arsenal bélico, mas também de grande capacidade económica e financeira, a que tínhamos de fazer face. (Santos, 2014, p. 311).

No âmbito da SADCC, os Estados-membros adotaram um programa de ação que refletia o seu propósito de libertar-se da dependência económica em relação à África do Sul. Este programa era baseado em projetos sectoriais, tendo cada Estado assumido a responsabilidade por uma determinada área. Deste modo, Angola responsabilizava-se pela coordenação e desenvolvimento do sector da energia. Todavia, a continuação da guerra civil nem sempre

permitiu ao país explorar as suas potencialidades económicas em prol da região, sobretudo no que concerne à possibilidade de colocar as suas capacidades de infraestruturas ferroviárias, marítimas e mesmo rodoviárias como veículo de desenvolvimento interno e regional. Neste mesmo sentido, o estadista lembra, em 1987, o papel que Angola deve ter na região, apesar das dificuldades que encontra:

Não nos podemos esquecer que a RPA é um país inserido numa região onde se trava um combate ingente contra o último bastião do racismo e do colonialismo na África do Sul do Sahara. Lamentavelmente, o fraco nível de engajamento da cooperação regional não nos tem permitido uma inserção efetiva na estrutura vocacionada para o desenvolvimento da África Austral, a SADCC. Precisamos, pois, de combater o isolamento a que os nossos inimigos nos pretendem votar, reafirmando a nossa condição de país africano, com uma voz que tem de começar por ser ouvida exatamente aqui na África Austral. Torna-se indispensável reestruturarmos a nossa economia, a fim de, em conjunto com os nossos vizinhos, podermos ter uma participação cada vez mais ativa no equacionar dos problemas da região, ajudando a apressar o fim do desumano regime do ‘apartheid’ e a instaurar a paz, o bem-estar e a independência de todos os seus povos. (Santos, 2014, pp. 422-423).

Fruto deste papel ativo, Angola sofreu represálias da África do Sul, o que foi denunciado pelo estadista José Eduardo dos Santos, na Cimeira da SADCC, que teve lugar em Maputo, em 1983: “os nossos empreendimentos são os alvos preferenciais dos ataques e atos agressivos da racista África do Sul e dos bandos armados ao seu serviço” (Santos, 2014, p. 417). Portanto, Angola posicionou-se, desde a independência, como ator decisivo nas transformações políticas da região austral, estando na linha de frente dos movimentos que formaram o regionalismo na África Austral.

No que concerne ao debate sobre a integração regional e a sua viabilização, Angola tem defendido maior investimento nas estruturas, como base para um desenvolvimento harmonioso, ao contrário de uma abordagem meramente liberal, concentrada apenas na liberalização do comércio ao nível regional, como plissado pelo estadista angolano, na sua mensagem por ocasião do 30º aniversário da SADC:

A assimetria nos níveis de desenvolvimento económico e social, que caracteriza os nossos países e mercados, é outro dos desafios que urge reverter. Para tal, deve ser adoptada uma visão integracionista que privilegie um modelo estrutural dos sectores económicos, assente nas vantagens comparativas e competitivas que cada uma das nossas economias oferece, e não apenas seguida uma perspetiva mercantilista do processo de integração. Só deste modo podemos construir um bloco económico regional forte e coeso, capaz de rivalizar com outras regiões e economias mundiais, em que a recentemente criada Zona de Comércio Livre (ZCL) se constitui num dos pilares do aprofundamento do processo intra-regional. (Santos, 2014, p. 310).

Angola tem manifestado o seu apoio à iniciativa de integração regional, tendo a ZCL como uma fase, reconhecendo, contudo, as suas debilidades económicas, resultantes da guerra civil que assolou o país e que destruiu as infraestruturas industriais, agrícolas, e de organização do comércio. Assim, nos seus pronunciamentos, no ano de 2002, o Presidente José Eduardo dos Santos apresentou a visão oficial de Angola sobre o projeto de integração regional da seguinte forma: “Porém, os desníveis e assimetrias existentes entre os Estados da região podem constituir uma dificuldade no processo de integração, mas não são um obstáculo intransponível, como o demonstram outras experiências do mesmo género” (Santos, 2014, p. 446).

A cooperação económica e comercial direta com os Estados da região, apesar de existente, não foi tão forte quanto a dimensão política. Aliás, esta realidade não é apenas de Angola, porquanto os dados disponíveis revelam que o comércio intrarregional é inferior ao comércio entre os Estados Africanos com os parceiros fora do continente e os progressos no sentido de reverter essa tendência têm sido moderados, como sublinhado pela Secretária Executiva da SADC (Tax, 2017).

Contudo, o facto de Angola ter mantido mais relações comerciais fora da região da SADC pode explicar-se, por um lado, por ter encontrado na China o Estado que sustentou e financiou o seu programa de reconstrução nacional, depois de 2002, e ter entrado numa relação económica e comercial mais estreita com esse país. O processo de reconstrução nacional, caracterizado pelo recurso ao financiamento Chinês e as linhas de crédito de alguns Estados como Brasil, permitiu um relacionamento comercial mais dinâmico com tais países, a par do tradicional relacionamento com Portugal, em detrimento de um maior fluxo comercial com os Estados da região austral. Por outro lado, a inserção de Angola no comércio regional, por via da zona de comércio livre, aprovada pelo Protocolo de Trocas Comerciais na região da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC), constituiu, para Angola, um desafio e uma ameaça, porquanto o país encontrava-se numa situação de destruição e desestruturação do seu tecido industrial.

Apesar destes elementos de justificação, não podemos deixar de fora o facto de o presidente angolano José Eduardo dos Santos ter demonstrado uma visão sobre a região que se concentrava mais na solidariedade e cooperação política, que económica. Para além disso, as infraestruturas e o sistema de comunicação e transportes de Angola para os outros Estados da

África Austral enfermam ainda de insuficiências, não facilitando a rápida e eficiente circulação de bens.

Com efeito, as trocas comerciais ficaram mais viradas para fora da região como o demostram os as declarações dos funcionários seniores do Ministério do Comércio da República de Angola entrevistados sobre o assunto. Contudo, conforme afirmado pelo entrevistado E 7, a crise económica e financeira que o país tem estado a experimentar, sobretudo no que se refere à exiguidade de divisas, incentivou os agentes económicos e comerciais a olharem mais para a região como uma opção favorável.

Porquê que a Angola atrasou 15 anos? Podemos dizer que havia interesses egoístas de alguns segmentos sociais e económicos no país; os grupos que controlavam a economia criaram uma cultura de importação; Para esses atores, era mais importante olhar para Portugal e para o Brasil, em detrimento dos países vizinhos da África Austral. Contudo, em 2014, com a ‘crise’ (sobretudo de divisas), houve um despertar no sentido de começar-se a pensar de outra forma; olhar mais para a região como uma opção favorável.

É também reconhecido por funcionários seniores do Ministério do Comércio, que, sendo a língua um fator importante para as relações comerciais internacionais, Angola ter-se-á aberto tradicionalmente à países como Portugal e Brasil e outros da América Latina, com afinidade linguística. Na mesma perspetiva, Redvers (2013, p. 9) afirma que “Portugal and Brazil especially have exploited their linguistic and cultural ties to seize lucrative business and trading opportunities in Angola”.

Assim, o posicionamento de Angola tem sido caracterizado por um alinhamento político firme para com a região, enquanto, no que concerne à economia e ao comércio, Angola tem manifestado outra abordagem mais virada para fora. Contudo, desde 2014, o contexto económico e financeiro de Angola tem sido marcado pela oscilação e baixa do preço do petróleo no mercado internacional, pela redução da liquidez em moeda externa, o que incidiu sobre a economia do país e as suas finanças públicas. É neste contexto, que foi constituído o Grupo Técnico de Negociação e Implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC (GTNIP), pelo Despacho Presidencial nº 148/14, de 1 de Agosto, o qual sucedeu e revitalizou o Grupo Técnico Multisectorial para Implementação do Protocolo de Comércio da SADC (GTM), criado em 2003, pelo Decreto Executivo Conjunto nº 64/03, de 10 de Novembro.

Sem melhorias significativas no panorama económico e financeiro do país, o atual Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, que assumiu a direção do Estado em 2017, adotou uma perspetiva de relacionamento comercial mais aberta à região. Com efeito, no seu discurso de investidura, reafirmou a política regional do Estado Angolano, baseada nos princípios da boa-vizinhança e de cooperação: “Dada a sua proximidade, essas são relações importantes para a defesa, a segurança e o desenvolvimento da sub-região austral, sem descurar obviamente os países da SADC, com os quais Angola partilha afinidades geopolíticas” (Lourenço, 2017). Concretizando esta opção, particularmente para o sector do comércio, o novo Presidente da República é claro em definir a região como zona privilegiada:

Pretendemos, pois, reanalisar o papel a assumir por Angola na atual conjuntura regional e internacional (...), contribuindo para que os empresários e industriais angolanos estejam mais presentes em África, com uma maior aposta no comércio regional e na produção interna para exportação (Lourenço, 2017).

Portanto, a política regional de Angola na África Austral é marcada fortemente por um engajamento político, diplomático e militar com vista a libertação da região dos sistemas políticos minoritários, sobretudo do regime segregacionista e desestabilizador do apartheid. Neste sentido, a política regional de Angola respondia, nos primórdios da independência e nos anos subsequentes, aos imperativos de segurança e de sobrevivência do Estado Angolano e de solidariedade regional para com os países ainda dominados por regimes minoritários. Este engajamento traduziu-se, também, economicamente, no empenho para com os programas de emancipação económica da SADCC, mas teve pouco reflexo no contexto de implementação de uma política económica liberal, a nível regional, quando o país já tinha ultrapassado os seus grandes desafios de segurança, sobretudo a guerra civil, virando-se para a reconstrução nacional, com financiamento chinês e de outros parceiros fora da região austral.

1.2 O ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E PROGRAMÁTICO

O comércio livre implica a eliminação de restrições ao comércio. É neste âmbito de liberalização que, neste subcapítulo, abordaremos o posicionamento de Angola em relação à ZCL-SADC, tendo como grelha de análise a dimensão estratégica e programática. Embora o presente trabalho aponte para a importância da dimensão interacional, com bases históricas e sociais, para uma visão holística do fenómeno e no sentido de salvuardarmos o contraditório metodológico, tivemos em conta os aspetos ligados ao enquadramento estratégico e programático da posição de Angola em relação à adesão à ZCL-SADC.

A perspetiva de adesão de Angola à ZCL-SADC e a sua negociação são fundamentadas, entre outros, nos seguintes documentos programáticos: a *Estratégia Nacional de Desenvolvimento a Longo Prazo Angola (2025)*; o *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018–2022*, na sequência do *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013–2017*; o *Programa de Industrialização de Angola (PIANG/2018-2022)*; e o *Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI)*.

As zonas de comércio livre podem ser compreendidas como espaços em que se agrupam “vários territórios aduaneiros, nos quais os países suprimem todas as barreiras comerciais entre eles, mas conservam essas barreiras, definidas de forma autónoma a nível nacional, face a terceiros” (Costa, 2010, p. 178). Assim, elas visam, nas determinações do GATT, “facilitar o comércio entre os territórios constitutivos e não o de criar obstáculos ao comércio para as outras partes contratantes com esses territórios” (World Trade Organization, 1994). Este instrumento sublinha que as zonas resultantes de acordos preferenciais de comércio não devem redundar em aplicação de obstáculos para os outros países não membros.

A razão da adoção de uma agenda de integração pela SADC assenta na convicção de que através deste instrumento é possível promover o bem-estar das populações da região, pela redução dos custos das importações e das exportações, eliminando os impostos aduaneiros em relação aos produtos da região, harmonizando os procedimentos alfandegários e promovendo a industrialização das economias da região.

A posição de Angola no que tange à integração económica por via da zona de comércio livre na África Austral não sai do seu padrão de relacionamento económico na região. Com efeito, as dificuldades de implementação dos protocolos assinados no domínio da integração económica têm sido também manifestadas, por exemplo, no concernente ao Protocolo sobre a Finanças e Investimentos da SADC que entrou em vigência em Abril de 2010. Com efeito, este protocolo foi rubricado pelos Estados da África Austral com base na necessidade de criação de um ambiente de livre circulação do capital na região. Por conseguinte, o protocolo determina como prioritário o alcance de uma estabilidade macroeconómica dos Estados-membros da SADC e promove uma gestão das finanças públicas que sirva de motor para a promoção do crescimento económico na região. Contudo, a aceitação das medidas de convergência macroeconómica e harmonização do quadro legal e operacional das instituições financeiras previstas no Protocolo sobre Finanças e Investimento, tal como a implementação de outras medidas referentes ao comércio livre, não deve ser descontextualizada das

circunstâncias históricas e sociais da própria região. Daí que, ainda no domínio financeiro, apesar de ter ratificado o Protocolo, Angola experimenta dificuldades na sua implementação resultantes do seu ambiente doméstico e que encontra conforto no historial de interação com os outros Estados da região.

No caso concreto da liberalização do comércio regional, a perspetiva de adesão de Angola à ZCL-SADC e a negociação deste processo são baseadas em documentos fundamentais de dimensão estratégica e programática. Por conseguinte, a estratégia negocial de Angola para a integração na ZCL tem em conta, como documento macro programático de referência, a *Estratégia Nacional de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola (2025)* que, no limiar da década de 2000, definiu as orientações magnas para o desenvolvimento do país, na qual encontramos a promoção da inserção competitiva da economia angolana no contexto mundial e regional. Com efeito, a Estratégia de Desenvolvimento “Angola 2025” é um plano definido pelo Governo da República de Angola que tem como objetivos estratégicos globais os seguintes:

- Garantir a unidade e a coesão nacional, promovendo a paz e a Angolanidade.
- Promover o desenvolvimento humano e o bem-estar dos angolanos, erradicando a fome e a pobreza e promovendo o nível educacional e sanitário da população.
- Promover um desenvolvimento equitativo sustentável assegurando uma utilização eficaz dos recursos naturais e uma justa repartição do rendimento nacional, com estabilidade macroeconómica e diversidade estrutural.
- Garantir um ritmo elevado de desenvolvimento económico, com estabilidade macroeconómica e diversidade estrutural.
- Desenvolver de forma harmoniosa o território nacional, estimulando a competitividade dos territórios e promovendo o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas.
- Construir uma sociedade democrática e participativa, garantindo as liberdades e direitos fundamentais e o desenvolvimento da sociedade civil.
- Promover uma inserção competitiva de Angola na economia mundial, garantindo uma posição predominante na articulação SADC – CEEAC – Região do Golfo da Guiné (Ministério do Planeamento, Novembro 2004, p. 219).

Consequentemente, esta estratégia gira à volta dos seguintes pilares gerais fundamentais: a promoção do emprego e a valorização dos recursos humanos; a edificação de uma sociedade mais justa e equitativa; a garantia do uso sustentável do ambiente e dos recursos naturais, assim como o combate à desertificação; a construção da competitividade de Angola e o desenvolvimento do sector privado. É sobre este último eixo que recai a presente análise do enquadramento do posicionamento de Angola em relação à ZCL-SADC. Com efeito, nesta estratégia de longo prazo é determinado que a inserção de Angola no contexto económico

regional deve ser competitiva, tendo o empresariado privado como um dos seus pilares fundamentais.

O segundo documento de base de planificação do governo angolano, importante na análise do enquadramento programático da posição de Angola em relação à ZCL-SADC, é o *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013–2017*. Este foi atualizado pelo *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018–2022*, que constitui um instrumento de planificação do desenvolvimento a médio prazo, o segundo exercício no âmbito do Sistema Nacional de Planeamento em vigor na República de Angola. Este documento emana do Programa de Governo do MPLA, partido que venceu as eleições gerais do ano de 2018. Com efeito, na sequência do anterior plano, o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013–2017, o ponto 415 do Plano de Desenvolvimento Nacional 2018–2022, sobre a política de reforço do papel de Angola no contexto internacional e regional, no seu Eixo 6, garantia da estabilidade e integridade territorial de Angola e reforço do seu papel no contexto internacional e regional, define “uma integração regional, com liderança, quer no quadro das negociações para a formação do mercado comum regional, quer na garantia de segurança e estabilidade política regional, potenciando a sua posição geoestratégica (...)” (Ministério da Economia e do Planeamento, Abril 2018).

Em consequência, o Programa 6.3.1, sobre a melhoria da participação de Angola no comércio internacional, determina como segundo objetivo a necessidade de criar um quadro estável para a integração comercial regional de Angola na SADC, contribuindo para a abertura de novos mercados de exportação e para a redução dos custos de importação de bens intermédios. Estes elementos do plano revelam o compromisso do governo angolano em garantir uma inserção efetiva e sustentada de Angola na economia regional.

Outro instrumento a considerar no enquadramento estratégico e programático da posição de Angola em relação à ZCL-SADC é o *Programa de Industrialização de Angola (PIANG/2018-2022)*. Este visa desenvolver, de maneira competitiva e sustentável, a indústria transformadora e enquadra-se no propósito do governo angolano de atingir a diversificação da economia, a geração de emprego, o crescimento do PIB, e a sustentabilidade da balança comercial, valorizando, cada vez mais, os recursos naturais e locais. Assim, este programa tem como um dos seus focos a criação de condições para que o país retome o estágio de industrialização necessário para poder ombrear com os outros países que se encontram em fase mais avançada.

Para além dos documentos referidos, deve-se ter em conta, na planificação do governo angolano em relação a sua integração económica na região, o *Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI)*. Embora aprovado recentemente, pelo Decreto Presidencial n.º 169/18, de 20 de Julho, este programa tem o seu conteúdo alinhado com os outros relacionados com a indústria e o comércio, em termos de importação e exportação. Com efeito, o PRODESI tem como objetivo acelerar a diversificação da economia nacional, através da promoção e desenvolvimento de produção exportável não petrolífera e suscetível de substituir as importações; e a potenciação das vantagens comparativas nacionais. Assim, apesar da sua orientação de diminuição das importações indicar uma tendência protecionista, o programa tem sobretudo a dimensão ativa de criação de condições para a diversificação, fortalecendo o posicionamento económico de Angola na região.

Concomitante aos instrumentos referidos, o governo angolano tem promovido estudos sobre o impacto na economia doméstica da adesão de Angola à ZCL-SADC e monitorado as vantagens e desvantagens dos outros Estados da região que já aderiram ao mecanismo. Um dos estudos promovidos pelo governo angolano em relação à sua adesão à ZCL-SADC teve como objeto o Memorando de Entendimento sobre a Cooperação em Normalização, Garantia de Qualidade, Acreditação e Metrologia, assim como os dois anexos ao Protocolo – o Anexo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) e o Anexo sobre as Barreiras Técnicas ao Comércio (BTC). Efetivamente, Angola promoveu, através do Secretariado Nacional da SADC, este estudo sobre o sistema nacional de qualidade, nos domínios do controlo, certificação, e normas fitossanitárias e regras de origem, no sentido de aferir a sua aptidão para aderir à ZCL-SADC.

Analisando o sistema nacional de qualidade, o objetivo do estudo foi o de subsidiar os Estado Angolano na definição de políticas, estratégias, e programas visando a sua integração na região, considerando que esta tem como um dos fatores determinantes a qualidade, cujo sistema deve ser transparente e à altura de satisfazer as exigências regionais e internacionais. Por conseguinte, chegou-se à conclusão de que a política de qualidade em Angola é inexistente, a sua infraestrutura é inadequada e os recursos humanos não são suficientemente qualificados (Silva & Ponçano, 2016).

Outro aspeto importante a considerar é a postura protecionista do Estado Angolano, defendendo um discurso promotor da produção local. Alinhado com esta posição está o facto

de Angola ter uma vantagem geopolítica, porquanto o país possui espaços para diversas culturas agrícolas e outros meios necessários para a produção, como frisado pelo entrevistado E 8. Na ótica da United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD (2016), as dificuldades de implementação da ZCL-SADC, nos prazos previstos, 2008, deveram-se, em grande medida, ao facto dos Estados ainda olharem para as barreiras comerciais como mecanismo para o desenvolvimento dos seus sectores industriais. Como referido por Redvers (2013, p. 22), “Trade negotiations are often driven by a mercantilist fiction, that imports are an evil to be avoided and that trade is a zero sum game”. Todavia, o protecionismo fica, de certo modo, fragilizado pelos sinais de fraca performance económica de Angola fora da ZCL-SADC.

Portanto, a posição de Angola de não adesão imediata à ZCL-SADC deve também ser enquadrada no âmbito de planeamento estratégico do Estado em que encontramos os instrumentos de médio e longo prazo, referindo à posição do país no que concerne à região em que se situa e, especificamente, à ZCL. Desse exame, deduzimos que se, por um lado, o Estado Angolano tem manifestado engajamento para com os processos de regionalismo na África Austral, incluindo a integração por meio de uma zona de comércio livre, por outro, esta posição política tem sido objeto de estudos técnicos que sustentam, do ponto de vista especializado, o processo de negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC.

1.3. O PROCESSO DE PREPARAÇÃO DA POSIÇÃO NEGOCIAL DE ANGOLA

A posição de Angola em relação à adesão à ZCL-SADC resulta de um processo que não é novo. Com efeito, embora tenha participado no processo de constituição da zona e da sua aprovação, enquanto membro da SADC, e considerando a sua situação histórica, Angola manifestou a sua dificuldade de adesão imediata, fruto do seu contexto político, económico e social, marcado pelas consequências de décadas de conflito civil. Com efeito, como relatado por Redvers (2013, p. 14),

In April 2003 a team from the SADC Secretariat visited Luanda to collect preliminary information with which to start preparing a tariff phase-down offer. (...) Following the GoA's receipt of an assessment made by the Secretariat in October and its subsequent response, a full SADC Secretariat Trade Mission to Luanda took place in December 2003.

Assim, no quadro da preparação técnica, iniciou-se a constituição de grupos de trabalho para as ofertas de desarmamento tarifário, o que constitui elemento fundamental para a formação da posição de Angola.

Na cimeira extraordinária da SADC, realizada em Harare, em Abril de 2015, o Estado Angolano manifestou, por intermédio da Ministra do Comércio, o compromisso de integrar a ZCL-SADC em 2017. Com efeito, para além de ser um Estado que assinou o Protocolo sobre Trocas Comerciais, em 1996, cuja ZCL foi instituída em Agosto de 2008, Angola ratificou, em 25 de Fevereiro de 2003, o mesmo instrumento, através da Resolução n.º 5/03, de 25 de Fevereiro, da Assembleia Nacional. Assim, o país apresentou ao Secretariado Executivo da SADC os seus instrumentos de ratificação no mesmo ano. Todavia, esses processos deveriam ser complementados com a efetiva implementação do protocolo, ou seja, a integração do país na ZCL através da apresentação da sua proposta de liberalização.

Neste sentido, em 2003, foi formado, pelo Decreto Executivo Conjunto n.º 64/03, o Grupo Técnico Multisectorial para Implementação do Protocolo de Comércio da SADC (GTM), encarregue de auxiliar o governo de Angola no processo de negociação e implementação do Protocolo de Trocas Comerciais da SADC e elaborar uma proposta de desarmamento tarifário. Este grupo era coordenado pelo Ministério da Indústria e integrado pelo Ministério das Finanças, que tutela as Alfândegas, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Planeamento, o Ministério do Comércio e o Secretariado Nacional da SADC.

Com efeito, a Resolução n.º 5/03, de 25 de Fevereiro, da Assembleia Nacional de Angola aprovou o Protocolo do Comércio da SADC e suas emendas. Neste documento é reconhecido o seguinte:

a integração regional é o imperativo num mundo globalizado e que Angola só terá as capacidades efetivas de se desenvolver e de reduzir as diferenças sociais, se se integrar numa agremiação económica regional com o dinamismo e perspetivas da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – SADC (Resolução n.º 5/02, de 25 de Fevereiro).

Esta Resolução foi seguida da Retificação, publicada em Diário da República de 16 de Março de 2004, devido ao facto de na publicação da Resolução n.º 5/03, de 25 de Fevereiro, não ter incluído as emendas integrantes do Protocolo.

Em consequência, pelo Decreto Executivo Conjunto n.º 64/03, de 10 de Novembro, foi criado do Grupo Técnico Multisectorial de Negociação e Implementação do Protocolo de Comércio

da SADC, ao mesmo tempo que foi aprovado o seu respectivo Estatuto. O decreto executivo conjunto foi assinado pelos Ministros do Planeamento, da Indústria e do Comércio e os Estatutos do referido Grupo definiam como objeto o seguinte:

negociação, coordenação e gestão da implementação do Protocolo de Comércio da SADC, bem como o estudo e tratamento técnico das questões emergentes do processo de negociações e da implementação do Protocolo da SADC, de acordo com os objetivos estratégicos e o Programa de Desenvolvimento Económico e Social da República de Angola (Decreto Executivo Conjunto n.º 64/03, de 10 de Novembro).

Por conseguinte, o Grupo Técnico Multisectorial de Negociação e Implementação do Protocolo de Comércio da SADC (GTMNIP) dependia do Ministro da Indústria que reportava à Comissão Permanente do Conselho de Ministros. Na sua composição, o GTMNIP era coordenado pelo Ministério da Indústria e integrado pelos representantes das seguintes instituições: três representantes do Ministério da Indústria, dos quais um era o Coordenador; um representante do Ministério do Planeamento; um representante do Ministério das Finanças; um representante do Ministério do Comércio; um representante do Secretariado Nacional da SADC (artigo 3.º do Decreto Executivo Conjunto n.º 64/03, de 10 de Novembro). Estes representantes, nos termos do artigo 4.º do mesmo diploma, eram indicados pelos titulares da pasta dos sectores à que pertenciam e deveriam ter a categoria de técnico superior e com conhecimentos profundos e fluência em língua inglesa.

De acordo com o mesmo decreto executivo conjunto, constituíam também parte do Grupo Técnico dois especialistas em Alfândegas; um em comércio externo, relações internacionais, direito económico, ou direito internacional; e outro em integração regional. Ademais, o Grupo Técnico tinha a prerrogativa de contratar assessoria externa especializada. Das competências do Grupo Técnico podemos referir:

- a submissão ao Governo da estratégia negocial de Angola e respectiva agenda sobre a adesão à ZCL-SADC;
- a negociação dos termos de implementação do Protocolo;
- a realização e promoção de estudos sobre assuntos relacionados ao Protocolo;
- a preparação e coordenação da participação da República de Angola nas atividades do sector da indústria, comércio, finanças e investimento da SADC relacionados com a implementação do Protocolo (Cfr. Artigo 2.º do Decreto Executivo Conjunto n.º 64/03, de 10 de Novembro).

Na sequência, em 2004, foi exarado o Despacho Conjunto n.º 97/04, de 6 de Abril, pela Ministra do Planeamento, Ana Afonso Dias Lourenço, e o Ministro da Indústria, Joaquim Duarte da Costa David, em que foram nomeados os membros do Grupo Técnico Multisectorial de Negociação e Implementação do Protocolo de Comércio da SADC, com a seguinte constituição:

- a) Abraão P. S. Gourgel, Vice-Ministro da Indústria (Coordenador),
- b) Sebastião Cassule Francisco, Chefe de Departamento do IANORQ,
- c) Francisco Jorge Van-Dúnem, Inspetor Geral-Adjunto do IGI,
- d) João Luís Nguimbi, Chefe de Departamento de Relações Internacionais do Gabinete de Estudos do Ministério das Finanças,
- e) Lusevikueno João, Diretor do GI do Ministério do Comércio,
- f) Mbumba Tshico, Chefe de Departamento do GI do Ministério do Comércio,
- g) Nazaré José Salvador, Técnico do Secretariado Nacional da SADC,
- h) Edith Maria Pinto de Ceita, Economista do Ministério do Planeamento,
- i) Graciosa Eduardo dos Santos, 1ª Secretária e Técnica do Ministério das Relações Exteriores,
- j) Zizela Suamo Mawete, Técnica Superior Aduaneira de 2ª Classe da Direção Nacional das Alfândegas,
- k) António Eduardo Assunção, Técnico Superior Aduaneiro de 2ª Classe da Direção Nacional das Alfândegas. (Cfr. Despacho Conjunto n.º 97/04, de 6 de Abril).

Contudo, em 2014, o governo de Angola considerou necessário revitalizar o Grupo Técnico Multisectorial de Negociações e Implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC, porquanto a sua constituição deveria ser atualizada e o seu objeto responder aos novos desafios que Angola enfrentava no concernente a sua adesão à ZCL-SADC. Neste sentido, foi exarado o Despacho Presidencial n.º 148/14, de 1 de Agosto, que cria o Grupo Técnico de Negociação e Implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC, abreviadamente designada por GTNIP, e revoga o Decreto Executivo Conjunto n.º 64/03, de 10 de Novembro e o Despacho Conjunto n.º 97/04, de 6 de Abril.

Nos termos dos Despacho Presidencial que vimos referindo, o Grupo Técnico tem a finalidade de preparar a negociação e a gestão da implementação do protocolo. Assim, o novo Grupo Técnico passou a ser coordenado pelo Ministro do Comércio e integrado pelas seguintes entidades:

- a) Ministro das Relações Exteriores,
- b) Ministro das Finanças,
- c) Ministro da Economia,

- d) Ministro dos Transportes,
- e) Ministra da Indústria,
- f) Ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial,
- g) Ministro da Agricultura,
- h) Ministra das Pescas,
- i) Ministra do Ambiente,
- j) Representante do Secretariado Nacional da SADC.

Este Grupo técnico, maioritariamente constituído por Ministros, é apoiado por técnicos dos sectores que o constituem. Assim, o Grupo aprovou, com emendas, em Junho de 2015, o roteiro de adesão à ZCL. Em consequência, no período de 2016 a 2017, a equipa técnica de apoio ao referido Grupo efetuou diversas atualizações ao roteiro que, finalmente, foi apreciado pelo Conselho de Ministros no primeiro semestre de 2018.

O n.º 3 do Despacho Presidencial n.º 148/14, de 1 de Agosto, que cria o Grupo Técnico de Negociação e Implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC, entre as suas atribuições, refere-se à preparação da “estratégia negocial de Angola e a respetiva agenda, no quadro do processo negocial da implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC e submete-lo a aprovação do Titular do Poder Executivo”; e a preparação e coordenação da participação de Angola nas atividades dos sectores do comércio, indústria, finanças e investimentos da SADC, relacionados com a implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC (Decreto Presidencial n.º 187/14, de 1 de Agosto).

De acordo com um Memorando do GTNIP, a negociação das ofertas de desarmamento pautal compreende as seguintes etapas:

- a finalização do roteiro do processo preparatório para a implementação da ZCL;
- a análise da situação económica de Angola face a implementação da ZCL, incluindo o estudo sobre a economia nacional e o impacto da adesão no país;
- a auscultação da sociedade;
- a elaboração da estratégia negocial de Angola para a integração na ZCL, a qual resulta dos estudos e auscultação feita e compreende a conclusão da proposta de oferta

comercial para a África do Sul, enquanto para os outros Estados a proposta é diferente, conforme preveem os conceitos de “oferta básica” e “oferta diferenciada” do Protocolo e dos mecanismos da sua implementação.

Deste modo, no âmbito do roteiro de implementação da ZCL-SADC, por parte de Angola, as atividades técnicas principais consubstanciam-se no seguinte:

- a realização de eventos de debates sobre os acordos comerciais regionais;
- a promoção de troca de experiências com os Estados integrantes da ZCL-SADC;
- a auscultação ao sector empresarial privado angolano, na apresentação da proposta de ofertas comerciais;
- a conclusão e validação dos estudos sobre o impacto económico e social da ZCL-SADC em Angola (no consumo e emprego, na produção agrícola prioritária, e na estruturação do comércio interno);
- a elaboração do roteiro e sua aprovação pelo governo;
- a submissão do roteiro ao Secretariado Executivo da SADC.

Assim, com o apoio da União Europeia, o Secretariado Nacional da SADC promoveu um estudo sobre o impacto da adesão de Angola à Zona de Comércio Livre da SADC nas receitas alfandegárias. O estudo, realizado em 2016, tem como base de dados a informação estatística disponibilizada pela Agência Geral Tributária, a partir dos quais são examinados os fluxos de valor aduaneiro de importação e exportação de Angola entre 2011 e 2015.

Por conseguinte, foram examinadas as relações de comércio de Angola com os Estados-membros da SADC, olhando para os principais produtos de transação e os parceiros comerciais primordiais. Esta análise deu lugar à avaliação sobre o montante médio de receitas aduaneiras geradas pelas relações com os Estados da SADC. Trata-se de um estudo que teve por objeto o comércio intra-SADC e as receitas aduaneiras dele decorrentes, no sentido de se avaliar o impacto da adesão de Angola para propor mecanismos de mitigação das eventuais perdas de receitas alfandegárias pelo processo de negociação das ofertas de desarmamento pautal.

As principais conclusões do estudo apontam para o facto de que a pressão do comércio intrarregional sobre as contas públicas internas de Angola assume uma expressão pouco significativa. Para o estudo, o montante das perdas de receitas aduaneiras estimadas deverá ser relativizado pelo esperado aumento das receitas fiscais, com destaque pelas que resultam

do imposto sobre o consumo, pelas perdas expectáveis de receitas do desvio de comércio em consequência da mudança de origem do fluxo de importações de fora da SADC para o espaço regional. Ademais, o ritmo da redução de receitas será gradual em função da modalidade de oferta comercial e complementado pela especificidade do desarmamento pautal a negociar com a África do Austral.

O estudo feito sobre o impacto da plena participação de Angola na zona de comércio livre da SADC sobre a captação de investimento direto concluiu o seguinte:

Angola tem desafios que constituem oportunidades de investimentos a médio e longo prazo, que ao participar plenamente na zona de comércio livre poderá plenamente ser elegível aos fundos regionais, dentre os quais no âmbito do Plano Mestre Regional sobre o Desenvolvimento de Infraestruturas (RIMDP) à luz do Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP).

Do ponto de vista de captação de investimentos e de acordo com a informação recolhida sectorialmente tudo indica que a médio e longo prazo, Angola continuará a receber investimentos de seguintes origens:

- Países terceiros parceiros;
- Países no âmbito de acordos bilaterais;
- Agências Multilaterais (empréstimos) para grandes projetos de infraestruturas
- O BNA poderá introduzir algumas reformas legais para adequar ao enquadramento internacional.

Afigura-se que potencialmente Angola poderá captar investimentos de alguns países da região, mormente da África do Sul, Zâmbia, RDC e Zimbabué pois que ao aderir a Zona do Comércio Livre constituirá uma confiança institucional para alicerçar as intenções de investimentos destes países, passando a considerar Angola como parte da família económica da região. Os sectores potenciais que se afigura serem de interesse para os países da região na captação de investimentos entre outros incluem:

- Agricultura e Agroprocessamento
- Recursos Minerais
- Energia e Águas
- Infraestruturas de transportes de combustíveis (pipeline, Zâmbia e RDC)
- Infraestruturas comerciais e de logística (armazéns)
- Indústrias alimentares e de bebidas. (Sululo & Henriques, 2017, pp. 89-90).

Ainda no que concerne às ações técnicas empreendidas, foi realizado, no dia 04 de Junho de 2019, um encontro do Grupo Técnico de Negociação e Implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC com o sector empresarial privado angolano com vista à avaliação da proposta de oferta comercial, ou seja, de desarmamento pautal, para a SADC. Ademais, o Grupo Técnico efetuou visitas ao Secretariado Executivo da SADC, localizado em Gaborone, capital do Botsuana, assim como aos Departamentos do Comércio e Indústria da África do Sul, Moçambique e Seicheles. Por outro lado, no âmbito da sua ação, a Equipa Técnica de Apoio ao Grupo Técnico de Negociação e Implementação do Protocolo sobre

Trocas Comerciais da SADC promoveu um ‘retiro de trabalho’ durante uma semana, na Província de Cabinda, no qual participaram representantes do sector empresarial privado, com o objetivo de abordar a proposta de oferta de desarmamento tarifário de Angola. (Portal dos Serviços do Cidadão de Angola, 2019).

Portanto, do ponto de vista técnico, através de Grupo Técnico de Negociação e Implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC (GTNIP), o Estado Angolano adotou uma proposta técnica de adesão à ZCL-SADC que reflete o acordo político de não adesão imediata. O *Memorando sobre a Proposta de Adesão de Angola à Zona de Comércio Livre da SADC* que resulta também das recomendações do *Estudo do Impacto da Adesão à Zona de Comércio Livre da SADC nas Receitas Alfandegárias*, promovido pelo Secretariado Nacional da SADC em Angola, constituiu um documento cujo objetivo é fundamentar a adesão de Angola à ZCL, tendo em consideração as benefícios e inconvenientes de Angola, em alinhamento com o Plano Indicativo de Desenvolvimento Regional 2015 -2020, o que caracteriza o processo de preparação técnica da posição de Angola no que tange à adesão de Angola à ZCL-SADC.

1.4. A CARATERIZAÇÃO DA POSIÇÃO TÉCNICA NEGOCIAL DE ANGOLA

A posição de Angola sobre a sua adesão à ZCL-SADC tem sido caracterizada, de forma diferenciada, tendo os aspetos económicos e de segurança como fatores fundamentais. Por conseguinte, se, por um lado, afirma-se com acuidade a inoportunidade de uma adesão imediata, por outro, não tem sido claro o calendário da adesão do país.

A negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC deve ser enquadrada num modelo de três dimensões. A primeira tem a ver com a discussão sobre a oportunidade da zona e os seus termos de implementação. Sobre esta dimensão houve um acordo dos Estados-membros no sentido de aceitar a não adesão imediata de Estados como Angola que demonstraram problemas estruturais de inserção. Em segundo lugar, existe o conjunto de mecanismos técnicos de não adesão que têm um âmbito próprio de negociação. Finalmente, está a dimensão social que assume os aspetos interacionais e ideacionais da negociação. Contudo, neste subcapítulo é examinada e caracterizada a posição técnica negocial de Angola.

Com efeito, em 2018, o executivo angolano, por meio do Ministério do Comércio, aprovou um *Memorando sobre a Proposta de Adesão de Angola à Zona de Comércio Livre da SADC*, elaborado pelo Grupo Técnico de Negociação e Implementação do Protocolo sobre Trocas

Comerciais da SADC (GTNIP), o qual prevê a adesão de Angola até final de 2019, o que passa por um processo de negociação técnica bilateral concernente às ofertas de desarmamento pautal. De acordo com o Memorando, “o valor aduaneiro das importações angolanas no período de 2011 a 2017 cifraram-se em 163.707,9 milhões de USD. Durante o referido período, as importações da SADC somaram 8.568,8 milhões de USD, o que representa cerca de 5% do total” (Grupo Técnico de Negociação e Implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC, Janeiro de 2018, p. 11).

Com efeito, da análise feita, de acordo com o Diretor do Gabinete de Intercâmbio Internacional do Ministério do Comércio, Rui Livramento, constatou-se o seguinte:

ao nível da SADC, Angola tem um volume de transações comerciais nos últimos três anos, 2016, 2017 e 2018, orçado em mais ou menos 3 bilhões de dólares, dos quais 90%, são produtos transaccionados com África do Sul e depois segue-se a Namíbia e surpreendentemente o Reino de Eswatini, ex-Reino da Swazilândia. Quanto a análise ao tipo de mercadorias que completam o quadro, ao nível da SADC, há um destaque para máquinas e aparelhos, num valor que completa 20% das transações, seguindo-se bens alimentares, agrícolas e produtos químicos. (Portal de Serviços do Cidadão de Angola, 2019).

Por conseguinte, o Grupo Técnico de Negociação e Implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC procedeu a uma análise SWOT da situação de Angola perante a ZCL-SADC, a qual permite examinar as forças e fraquezas, assim como as oportunidades e ameaças da adesão de Angola à ZCL-SADC. O resultado desta avaliação é apresentado na tabela a seguir:

Tabela n.º 5: Quadro Analítico sobre a Adesão de Angola à ZCL-SADC (Continua)

<p>Potencialidades:</p> <p>Segunda potência económica na SADC: 6,1% do PIB total;</p> <p>Dimensão do mercado interno: 28 milhões de habitantes;</p> <p>Sector de energia em expansão;</p> <p>Ampla oferta de terras aráveis;</p> <p>Sector de Telecomunicações em expansão;</p> <p>Oferta de Serviços de construção e engenharia;</p> <p>Localização Geoestratégica;</p> <p>Recursos Minerais e Hídricos.</p>
<p>Oportunidades:</p> <p>Captação de investimentos;</p> <p>Criação de joint-ventures e diversificação empresarial;</p> <p>Transferência de tecnológica e know-how para a indústria, recursos minerais e agro-negócio;</p> <p>Incremento do tecido industrial com potencial exportador;</p> <p>Requalificação e desenvolvimento das infraestruturas de suporte à atividade industrial;</p> <p>Impacto fiscal positivo resultante do aumento do imposto de consumo “versus” Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA);</p>

<p>Potencial aumento da receita tributária devido ao alargamento da base tributária; Melhoria nos custos da cesta básica e diversificação da oferta alimentar; Financiamento de infraestruturas regionais – corredores estratégicos; Aproveitamento da capacidade operacional dos portos de Angola; Fomento de novas tecnologias no ensino de base; Formação de quadros qualificados; Acesso a outros mercados.</p>
<p>Fraquezas: Oferta reduzida de produtos nacionais; Oferta reduzida de recursos humanos capacitados; Infraestruturas de transporte insuficientes; Infraestruturas ligadas à energia e água limitadas; Infraestruturas fronteiriças ineficientes; Fraco conhecimento da língua inglesa dos empresários, comerciantes e técnicos; Insuficiência das infraestruturas de suporte ao sector da indústria transformadora; IDH muito baixo; Subaproveitamento dos recursos naturais; Forte dependência do Petróleo; Indústria transformadora em reabilitação; Importação da maioria dos bens de consumo interno; Problemas de escoamento da produção agrícola nacional; Falta de competitividade das indústrias nacionais; Excesso de burocracia; Nível de concorrência interna.</p>
<p>Ameaças: Substituição de produtos nacionais por importados da África do Sul e outros países SADC; Exploração ilícita dos recursos naturais; Vulnerabilidade nas fronteiras terrestres, marítimas e fluviais; Concentração da população nos meios urbanos; Redução das infraestruturas de suporte ao sector da indústria transformadora; Carência de mão-de-obra qualificada para o sector da indústria transformadora; Prevalência da mão-de-obra estrangeira em detrimento dos nacionais.</p>
<p>Fonte: Grupo Técnico de Negociação e Implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC (2018).</p>

Assim, baseada na avaliação da sua realidade e fundamentada nos conceitos básicos do processo de negociação no qual assenta a implementação do Protocolo, a proposta angolana de ofertas de desarmamento pautal prevê quatro categorias: a *categoria A*, que compreende os produtos para a liberalização imediata, ou seja, passando, desde o início, à tarifa zero; a *categoria B* prevê os produtos para liberalização gradual num prazo de até 3 anos; na *categoria C* estão os produtos sensíveis que exigirão um calendário especial de desarmamento que poderá ir até 5 anos; e, finalmente, a *categoria E* inclui os produtos de exclusão, os quais, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Protocolo de Trocas Comerciais, não serão objeto de desarmamento.

A não adesão imediata de Angola à ZCL-SADC é reflexo de certo realismo na sua abordagem do processo de integração regional. Todavia, põe-se também em evidência a flexibilidade da SADC na implementação do seu Plano Estratégico, o qual já sofreu uma revisão. Ademais, este facto revela os limites do comércio livre num processo de regionalismo constituído por países com economias assimétricas, algumas das quais em fase de reconstrução, depois de décadas de destruição das bases industriais da sua economia. Como observado por Rocha (2010, p. 145), em 2008, quando foi lançada a ZCL-SADC, “o PIB da África do Sul [era] 4,5 vezes superior ao de Angola e 28,9 vezes ao da República Democrática do Congo”, dois Estados que não entraram imediatamente na ZCL.

Numa perspetiva meramente racionalista, poder-se-ia afirmar que as escolhas de políticas económicas dos Estados têm consequências sociais internas bem como formatam e definem a sua posição no sistema regional, ou seja, têm efeitos distributivos. Como lembrado por Sell (2014, p. 6, tradução nossa), na sua referência à Susan Strange, “ao questionar-se ‘cui bono?’, esta autora convida os analistas para refletir sobre as consequências distributivas das escolhas de políticas”. Assim, a decisão de Angola e de outros Estados em não entrar imediatamente na ZCL-SADC pode ser interpretada no sentido da distribuição desigual dos benefícios da integração. Na aceção de Rocha (2015, p. 2), tendo em conta que a região é constituída “por uma população de 293,7 milhões de habitantes, com um rendimento médio, medido por PIB por habitante, de 7040 dólares”, dos benefícios imediatos da entrada em implementação da ZCL figuram a expansão dos mercados e das oportunidades de comércio dos países-membros, o que, gerido de forma balanceada, tem a potencialidade de beneficiar os produtores assim como os consumidores e impulsionar a competição e o investimento em conhecimento e tecnologia.

Todavia, estudos de pesquisadores como Ferreira (2005) indicam que existe baixa quota de comércio dentro de África, o que é explicado em parte pela falta de complementaridade comercial entre os Estados, o que aponta para a necessidade de uma melhor avaliação tanto dos ganhos estáticos referentes ao comércio intrarregional como dos efeitos dinâmicos de economia de escala. Com efeito, os dados analisados pelo autor mostram uma diminuta quota de comércio dentro das regiões africanas, inclusivamente na SADC, sendo que uma das causas apontadas é a ausência de complementaridade comercial entre os membros.

Tendo como fundamento os dados do ano 2010 da International Trade Commission – ITC, Sandrey (2013, p. 1) confirma a “posição comumente aceite que o comércio intra-SADC é

baixo (...) e que o comércio sul-africano domina tanto o comércio global da SADC como o comércio intra-SADC”. Com efeito, as informações disponíveis revelam que a maior parte dos países da SADC têm beneficiado pouco da ZCL devido à vários fatores, entre os quais as infraestruturas. Pelo que, por exemplo, Angola posiciona-se na perspetiva de que a liberalização comercial na região deve fundamentar-se numa rede sustentável de infraestruturas entre as quais de transportes e de telecomunicações. Como observado por Tjonneland (2011, p. 1), “o desenvolvimento das infraestruturas em Angola é uma prioridade fundamental (...). Há também um forte interesse por parte dos países vizinhos, da SADC e de outras organizações regionais e continentais, na dimensão regional das infraestruturas de Angola”. A par do fator mencionado, Rocha (2010, p. 153) aponta outros elementos caraterísticos de países subdesenvolvidos:

A maior parte das economias da SADC encontram-se em situação de subutilização acentuada de alguns fatores de produção (...). A falta de capital (...) e de outros recursos complementares (...) é uma causa habitual do insuficiente aproveitamento dos recursos naturais de muitos dos países subdesenvolvidos.

Reservado quanto aos resultados positivos das áreas de comércio livre nas economias dos seus países, em contextos como o da África Austral e num período em que a maior parte dos seus países membros resente as consequências da crise económica internacional, iniciada em 2008, Rocha (2015, p. 2) considera que, “as evidências existentes, pelo menos em algumas estatísticas internacionais, não são claras quanto aos efeitos, sobre o crescimento económico, da pertença à Zona de Livre Comércio da maior parte dos países”.

Sendo esta a realidade enfrentada pela maior parte dos Estados da África Austral, para Angola acrescenta-se o facto de encontrar-se em um processo de reconstrução das estruturas básicas de produção e potenciação de competitividade a nível regional. Com efeito, como notado por Rocha (2014, p. 220),

Quanto à Angola, os desafios que se colocam são imensos (no pressuposto de que o crescimento de 6,4% se mantenha no futuro e de que os restantes países tenham crescimento zero):

- * 35 anos para atingir a média do rendimento por habitante da região;

- * 92 anos para se colocar de paridade com as Seychelles;

- * 70 anos para ombrear com a África do Sul,

ou seja, está-se a falar de gerações para que Angola consiga ocupar um lugar cimeiro no contexto económico da região austral do continente africano.

Claro que em posição igualmente desfavorável estão o Congo Democrático, Moçambique, Lesotho, Malawi, Tanzânia e Zâmbia.

O *Memorando sobre a Proposta de Adesão de Angola à Zona de Comércio Livre da SADC* apresenta uma análise sobre as perspetivas e desafios da adesão de Angola à ZCL sendo que, numa primeira fase o país poderá registar alguns constrangimentos ligados às receitas aduaneiras, considerando que a eliminação das tarifas ainda que gradual resultaria na sua redução (Grupo Técnico de Negociação e Implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC, Janeiro de 2018). Assim, o mesmo memorando retrata as vantagens e desvantagens da adesão de Angola à ZCL, algumas das quais passamos a citar:

69. Angola poderá beneficiar de vantagens com a sua adesão à ZCL, nomeadamente, a gradual inserção do sector produtivo nas cadeias de valor regionais e de maiores oportunidades de negócios; aumento das trocas intrarregionais e de investimentos diretos; aumento da concorrência, bem como de maior facilitação de inserção na economia global.

70. No quadro da implementação da ZCL, os Estados Membros da SADC liberalizam o comércio, através do desarmamento das Barreiras Tarifárias e não Tarifárias, permitindo o alargamento do mercado com cerca de 305 milhões de habitantes, criando maiores oportunidades de emprego, maior Investimento Direto Estrangeiro e Joint Ventures.

71. Por outro lado, na ZCL da SADC regista-se uma facilitação da circulação de bens, através da harmonização dos procedimentos aduaneiros, do incremento da cooperação do domínio aduaneiro, da redução dos custos mediante a introdução de um documento padronizado único (Documento Administrativo Único) para o desalfandegamento em toda região, da criação de postos fronteiriços com “Guichés Únicos”, capazes de reduzir o tempo que se gasta na fronteira, bem como de maior facilidade de transbordo, permitindo uma única declaração e a utilização de um título único durante o transporte de bens por intermédio das várias fronteiras da Comunidade.

72. Numa primeira fase, o nosso país vai registar desvantagens nas trocas comerciais, devido a uma elevada estrutura de custos da produção interna pelo facto da importação da maior parte de matérias-primas incorporadas no processo de produção nacional e da taxa de câmbio.

73. De igual modo, há a referir que a adesão do país à ZCL poderá ter um impacto negativo nas receitas aduaneiras, considerando que a eliminação das tarifas ainda que gradual resulta na redução das referidas receitas. (Grupo Técnico de Negociação e Implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC, 2018, pp. 20-21).

A proposta de desarmamento tarifário definida tecnicamente por Angola baseia-se nos termos e condições definidas pelo Protocolo de Trocas Comerciais da SADC, considerando a situação concreta do país descrita pelo Diretor do Gabinete do Intercâmbio Internacional do Ministério do Comércio da República de Angola, Rui Livramento, da seguinte forma:

a atual Pauta Aduaneira possui uma estrutura com 5.573 linhas, contendo 52% de linhas tarifárias com tarifa zero, destacando-se máquinas e equipamentos, medicamentos e outros produtos de apoio a produção nacional. Para os produtos da categoria A, que são para a liberalização imediata, significa que no primeiro ano 85%

da pauta aduaneira atingirá a taxa zero em termos de tarifas. Os restantes 15% de produtos beneficiarão de um período de liberalização progressiva, entre oito a doze anos. (...) Na categorização B, que são produtos menos sensíveis, mas com importância económica para Angola e na categoria C, que são produtos sensíveis, foram tidos em conta o impacto na receita Aduaneira no desarmamento de determinados produtos. (Portal de Serviços do Cidadão de Angola, 2019).

Para o mesmo funcionário sénior do Ministério do Comércio da República de Angola, a metodologia utilizada para a elaboração da oferta de desarmamento aduaneiro teve em conta, entre outros, os critérios económicos, os imperativos ecológicos e as convenções internacionais que regulam as relações económicas e comerciais.

Da caracterização da posição técnica de Angola e da apreciação das vantagens e desvantagens decorre uma análise da adesão de Angola à ZCL-SADC, incluindo um exame sobre as suas potencialidades, oportunidades, forças e fraquezas, diante da iniciativa da ZCL na região. Assim, esta apresenta-se como uma oportunidade para a criação e diversificação empresarial, a transferência de tecnologia, e de acesso a outros mercados e assim como de qualificação de quadros. Todavia, como indicado pelo Memorando do GTNIP, a insuficiente rede de infraestruturas de apoio ao sector da indústria transformadora, a dependência do petróleo e a excessiva burocracia administrativa ainda constituem fraquezas a considerar por parte de Angola. Pelo que, a ameaça mais acentuada da adesão de Angola à ZCL-SADC consubstancia-se na substituição de produtos nacionais por produtos importados dos países mais industrializados da região, sobretudo da África do Sul.

CAPÍTULO II: A TRIPLA DIMENSÃO DA NEGOCIAÇÃO REGIONAL E O CONTRIBUTO CONSTRUTIVISTA

A negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC tem sido abordada em perspetivas diferentes, por atores que participaram do processo da criação da zona e da formação da posição de Angola em relação a esta iniciativa dos Estados da região. Com efeito, se, por um lado, os atores com responsabilidade política, sobretudo dos Ministérios das Relações Exteriores, declaram ter havido negociações entre Angola e os outros Estados, desde a criação da ZCL, sobre as condições e o período da adesão de Angola; por outro, agentes e funcionários seniores do Ministério do Comércio referem que as negociações começam apenas com a apresentação da oferta pautal aduaneira de Angola.

Analisando os argumentos de ambas as partes, depreende-se que se trata de duas perspetivas sobre o mesmo fenómeno, sendo que uma olha para a dimensão política e a outra considera a dimensão técnica das negociações. Deste modo, quando os técnicos e funcionários seniores do Ministério do Comércio da República de Angola falam da negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC referem-se à negociação da oferta de desarmamento pautal.

Todavia, a negociação da oferta de desarmamento aduaneiro é apenas uma dimensão do processo geral de negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC que inclui o diálogo sobre os termos do protocolo o qual, examinando os pronunciamentos dos ex-Ministros das Relações Exteriores, da ex-Ministra do Planeamento, da ex-Ministra do Comércio, assim como de um funcionário sénior do Ministério das Relações Exteriores, implicou a concertação e o acordo dos Estados-membros, baseados nos princípios e conceitos do protocolo, sobre a não integração imediata de Angola na ZCL-SADC. Por conseguinte, a preparação da negociação, ou seja, a pré-negociação, já é parte do processo negocial; porquanto, esta fase implica contactos e interação interna, mas também diálogos com os outros Estados da região. Pelo que, a oferta de desarmamento pautal é apenas uma fase, parte constitutiva da negociação.

Em relação aos níveis de negociação na região, é preciso ter em conta a referência feita por Redvers (2013) à Flatters que, em 2010, num relatório técnico sobre a implementação da ZCL-SADC, caracteriza o relacionamento na África Austral como marcado por dois níveis. O primeiro é o de alto sentido e compromisso político para com o desenvolvimento da região. O segundo é o da negociação técnica que olha para os processos de concessões tarifárias como

instrumentos de poder. Como descrito pelo entrevistado E 2, “a nível político, definimos as bases; depois cabe ao Secretariado fazer a recolha de informações e interagir bilateralmente com cada país.”

A negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC não tem sido apenas formal e com estanques do ponto de vista de calendarização e dos procedimentos, como seria numa dimensão redutoramente técnica. Com efeito, ela tem implicado também tanto uma dimensão política, muito explorada pela literatura sobre as negociações, como uma dimensão social. Assim, num contexto de interação regional entre Estados, propomo-nos, neste capítulo, analisar a negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC a partir de um modelo de tripla dimensão, constituído pela política, pela técnica e pela social.

2.1. A DIMENSÃO POLÍTICA

Consideramos a dimensão política da negociação como o conjunto de iniciativas de avaliação estratégica e propostas de posição, através de concertação e diálogo, com vista à definição, redefinição e partilha de ganhos, concebidos em termos de poder, resolvendo, pacificamente, conflitos potenciais ou atuais, emergentes ou imergentes. Deste modo, no que concerne à negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC, a partir das entrevistas que nos foram concedidas por agentes envolvidos no processo, analisadas à luz da literatura aplicável sobre as negociações, encontramos elementos significativos que merecem ser explorados no presente ponto.

A dimensão política da negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC compreende o envolvimento de Angola como ator político relevante na região desde os primórdios da criação de mecanismos de cooperação política na África Austral e que se estende ao contexto mais recente da agenda de integração económica. Deste modo, Angola participou do processo de definição dos objetivos integracionistas da região, incluindo a fase de ZCL. Por conseguinte, olhando para o potencial económico dos seus pares, sobretudo a África do Sul, considerando a sua situação, no que diz respeito às infraestruturas industriais e de comércio, Angola negociou com os outros Estados-membros da região a sua não integração imediata na ZCL-SADC, adiando reiteradamente a sua adesão. Todavia, o facto de Angola ter assinado o Protocolo de Trocas Comerciais da SADC, que institui a ZCL, é, por si só, uma manifestação de engajamento positivo do Estado Angolano na região.

O argumento, oficialmente apresentado de forma reiterada pelo então Presidente da República, José Eduardo dos Santos, é o de que se pode chegar à integração regional sem necessariamente limitar-se e obrigar-se aos ditames de um modelo meramente liberal. Assim, por exemplo, no seu discurso de abertura da 31ª Cimeira da SADC, em 2011, em Luanda, José Eduardo dos Santos afirmou o seguinte: “É estritamente necessário que a nossa integração seja sustentada e equilibrada, por forma a influenciarmos uma nova ordem económica em que os legítimos interesses de todas as nações sejam respeitados e tidos em consideração” (Santos, 2014, p. 314). Na mesma Cimeira, o Estadista defendeu que “não podemos descurar a complexidade e as condições concretas [do processo de integração] e outras peculiaridades, incluindo as assimetrias numa ou noutra esfera, que (...) nos levam a aceitar com pragmatismo uma integração gradual” (Santos, 2014, p. 315). Por conseguinte, a posição política de Angola sobre a integração económica na região é clara, defendendo o gradualismo e o princípio do equilíbrio e da sustentabilidade, tendo em consideração as assimetrias existentes.

Esta posição foi apoiada por sinais claros de não interesse em uma adesão imediata. Como descrito por Redvers (2013), depois da visita de trabalho do Secretário Executivo da SADC e do seu Adjunto para a Integração à Angola, no sentido de criar as condições para os trabalhos técnicos da avaliação do grau de preparação deste país para a sua adesão à ZCL; a delegação técnica do Secretariado Executivo não chegou a deslocar-se à Luanda, por solicitação do governo de Angola. Por conseguinte, no encontro de Ministros do Comércio da SADC, que teve lugar em Maputo (Moçambique), em Novembro de 2012, Angola não relatou progressos no seu processo de adesão, ressaltando apenas o facto do país estar numa fase de reestruturação e recuperação do seu tecido industrial, permanecendo, todavia, aberto ao apoio técnico do Secretariado Executivo da SADC, no sentido da preparação da sua oferta de desarmamento aduaneiro. Para além desta missão técnica, depois de Fevereiro de 2010, outra missão programada para Março de 2012 foi também abortada, igualmente por solicitação do governo de Angola. Esta atitude consolidava a manifestação do Estado Angolano aos seus pares da posição de não integração imediata na ZCL-SADC.

O que se descortina deste posicionamento do governo angolano em relação a sua integração na ZCL-SADC é a manifestação clara de não interesse numa inserção imediata. Ao mesmo tempo expressou o não interesse em negociações técnicas imediatas sobre a sua oferta de desarmamento aduaneiro, porquanto a dimensão política da negociação tinha resultado na aceitação do princípio da não adesão imediata para os Estados não preparados. Pelo que, do

ponto de vista da dimensão técnica, Angola optou por trabalhos e estudos internos de viabilidade, calendarização e definição de uma oferta pautal cujos resultados deveriam voltar a passar pelo crivo da posição política do Estado Angolano.

O argumento do governo de Angola sobre a sua posição de não adesão imediata à ZCL-SADC baseava-se no facto do país estar a sair de um longo período de conflito armado que destruiu as bases industriais. Esta posição de Angola foi objeto de manifestação clara pelos representantes do país nos órgãos da SADC, especificamente, a nível ministerial. Neste sentido, é reveladora a reiterada declaração da então Ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, sobre o assunto, exprimindo que o país não estava em condições de aderir imediatamente à ZCL.

Com efeito, esta posição continuou a ser defendida pelo país diante dos seus pares e da instituição de integração regional. De acordo com a então Ministra do Planeamento, em declarações aos jornalistas, à margem da reunião ministerial da SADC, a adesão de Angola à ZCL-SADC não iria acontecer nos três anos a seguir ao seu lançamento (Lourenço, 2008). Para a então governante, Angola não estava preparada para aderir à ZCL-SADC por, entre outros, motivos ligados ao longo conflito armado e à consequente necessidade de reconstrução e redinamização da produção doméstica. Todavia, na mesma ocasião, a Ministra reafirmou que tão logo o país estivesse em condições entraria na ZCL-SADC.

Por outro lado, procedendo a uma análise das declarações à imprensa dos Ministros das Relações Exteriores de Angola, João Bernardo de Miranda (1999 – 2008) e Georges Rebelo Pinto Chikoti (2010 – 2017), sobre a adesão de Angola à ZCL-SADC, depreendemos importantes justificações para que a mesma não fosse imediata. De João Bernardo de Miranda deduz-se a manifestação da ratificação do Protocolo da SADC sobre as Trocas Comerciais como um gesto de boa vontade e empenho do governo angolano para a integração regional; a afirmação das dificuldades económicas estruturais de Angola provocadas, sobretudo, pela guerra-civil; a necessidade da consideração de fatores como as assimetrias entre os Estados-membros no tocante ao desenvolvimento económico e social; o reconhecimento do poderio económico da África do Sul na região austral; a revelação do recurso a um estudo interno sobre os pressupostos da adesão de Angola para a definição da sua agenda de integração regional.

Na mesma esteira de argumentos, das declarações de Georges Chikoti infere-se o seguinte: o reconhecimento das vantagens da ZCL para o desenvolvimento económico da região; a afirmação da não adesão imediata de Angola à ZCL-SADC, cuja justificação é feita com base no facto de Angola não possuir as mesmas condições de infraestruturas industriais detidas pelos outros Estados da região, em parte devido ao longo conflito armado; e a atenção ao facto de que alguns Estados integrantes da ZCL não estavam a beneficiar suficientemente da mesma, devido ao desnível e desigualdade de estágio de desenvolvimento.

A reiterada justificação da necessidade de criação de condições internas necessárias para a adesão à ZCL-SADC era, na ótica do entrevistado E 2, no sentido de constituir um parque industrial minimamente reestruturado, porquanto a criação de condições ótimas em todos os sectores industriais afigurava-se inviável, no período de derrogação proposto. Com efeito, a afirmação do marco temporal para adesão manifesta-se sobretudo a partir de 2015. Neste sentido, no seu artigo sobre o estado da adesão de Angola à ZCL-SADC, Reis (2017) lembra que a promessa desta adesão em 2017 foi reafirmada pelo Ministro das Relações Exteriores, Georges Rebelo Chikoti, em Agosto de 2015, numa cimeira da SADC, realizada em Gaborone (Botsuana).

Portanto, as declarações do ex-Ministro das Relações Exteriores revelam que há efetivamente o receio de Angola permanecer numa condição de país importador, olhando como alternativa a opção pelos acordos bilaterais de comércio transfronteiriço. Este padrão de argumentação foi reiteradamente adotado pela então Ministra do Comércio, Rosa Escórcio Pacavira de Matos, que esteve a dirigir o sector do comércio no período de 2012 a 2016. Com efeito, a então Ministra manifestou à imprensa que Angola estava a preparar-se para aderir à ZCL-SADC em 2017, data em que se esperava ter criado as condições para o efeito, entre as quais a recuperação do tecido industrial e a melhoria da sua capacidade interna (Escórcio, 2014). O seu sucessor, Fiel Domingos Constantino, que exerceu a função de Ministro do Comércio no período de 2016 a 2017, também reafirmou no primeiro ano do seu exercício a intenção do país em aderir à ZCL-SADC, tendo como meta o ano de 2017 (Constantino, 2016).

A mesma posição foi reafirmada pelo então Ministro da Indústria e Geologia e Minas, Joaquim David, que esteve à frente do sector da indústria durante a década de 2000, por ocasião da realização da vigésima edição da Expo-Huíla (David, 2012). Para o governante, embora seja membro fundador SADC, o país tinha de priorizar os assuntos domésticos relacionados com a criação de condições infraestruturais para efetivamente tornar-se

competitivo na região. Neste sentido, Angola estava a acompanhar o processo com certa prudência, considerando a sua situação económica e a necessidade de reconstrução nacional.

Na ótica do entrevistado E 3, a maior dificuldade de Angola aderir à ZCL foi política, ou seja, uma questão de decisão. Pois, se, por um lado, Angola identifica-se com a região e com a causa integracionista; por outro, não entrou logo de partida devido, em parte, ao conflito armado que o país viveu, tornando-se necessário restaurar a economia. Este aspeto político aludido é tão importante ao ponto dos fatores económicos alegados servirem apenas de justificação. Assim, mesmo com as derrogações, o país atrasou-se na criação de condições para a sua adesão à ZCL-SADC, pois poderia preparar-se melhor e estimular a sua produção interna, estando dentro da ZCL-SADC. Na mesma perspetiva, o entrevistado E 4 ressalta que a adesão de Angola à ZCL-SADC tinha de ser estudada do ponto de vista geopolítico, tendo em conta a fragilidade da economia angolana e que, para o efeito, no seu consulado, foi criada uma comissão que concluiu a favor de uma derrogação da adesão de Angola a qual era inicialmente proposta para um período de 15 anos.

No âmbito da auscultação interna com o sector privado, o Grupo Técnico de Negociação e Implementação do Protocolo sobre as Trocas Comerciais da SADC realizou, em 2019, um encontro com os representantes do sector empresarial privado com vista a avaliar a proposta de oferta de desmantelamento aduaneiro do país. Ademais, o Grupo Técnico organizou um retiro de uma semana, na província de Cabinda, em que participaram representantes do sector privado para a consideração da proposta de oferta de desarmamento tarifário.

Todavia, no que diz respeito à interação entre o governo de Angola e outras instituições nacionais e atores da sociedade civil sobre a adesão de Angola à ZCL-SADC importa notar que não é percebida pelos agentes económicos como sendo a desejável. Neste sentido, o entrevistado E 8 asseverou que a articulação e a partilha de posições entre os órgãos do governo e as associações empresariais sobre a integração regional já foi melhor, porquanto atualmente limita-se às sessões de auscultação e cuja duração e aprofundamento nem sempre é suficiente: “recentemente foi realizado em 2019 um encontro em que o Ministério do Comércio apresentou a oferta de desarmamento aduaneiro. Mas, foi uma reunião de uma hora.” Esta perceção é também partilhada pelo entrevistado E 9, argumentando que é insuficiente a discussão interna sobre o assunto da adesão com as associações empresariais e outras vozes da sociedade civil.

Contudo, a partir da dimensão política e do acordo tácito sobre a não integração imediata de Angola na ZCL-SADC compreende-se que, por parte de Angola e dos outros Estados da região não se coloca a possibilidade de não-adesão de Angola à ZCL; pois, sobre este aspeto, a concertação permitiu chegar a um nível satisfatório de esclarecimento. A questão apresenta-se no sentido de ter uma calendarização clara sobre o assunto e a oferta pautal aduaneira a ser negociada com cada Estado, o que se situa no âmbito da dimensão técnica, como nos é garantido pelo informante E 5: “The Secretariat’s role has been one of facilitating those [technical] discussions and making sure that the matter does not fade away from the SADC agenda.”

Para o entrevistado E 4, a ZCL-SADC emana de uma almofada política. Todavia, no contexto atual, os ganhos do comércio são objeto de concorrência entre os Estados. Esta observação é também feita pelo entrevistado E 2 quando afirma que “nós víamos, durante as negociações, que países como a África do Sul e o Botsuana emergiam de uma maneira brutal, no sentido de puxar todos os benefícios para si próprio.”

Deste modo, a narrativa do entrevistado E 4 vai no sentido de que, considerando as suas limitações internas, os instrumentos de balança de poder disponíveis e de salvaguarda dos interesses do Estado Angolano na região, a melhor opção foi de, pela via negocial, não aderir imediatamente, colocando assim algumas barreiras ao ritmo de liberalização do comércio regional. Esta estratégia de posicionamento político por via negocial é anterior à assinatura do Protocolo de Trocas Comerciais, fundamento do lançamento da ZCL-SADC. Como declarado pelo entrevistado E 4, “Quando propusemos essas medidas [de não adesão imediata de Angola], estávamos longe da assinatura do próprio protocolo da ZCL.” Com a assinatura do Protocolo e o processo subsequente de preparação do lançamento da ZCL-SADC, a posição negocial do Estado Angolano ancorou-se na consideração das condições objetivas de limitação do tecido industrial do país, tendo este argumento sido considerado legítimo e merecido a aceitação dos outros Estados da região. Com efeito, as cláusulas do Protocolo e os seus instrumentos de aplicação permitem derrogações enquanto o Estado estiver numa fase de preparação. Como frisado pelo entrevistado E 2:

O protocolo dispõe de cláusulas que nos permitiram ter derrogações para cada Estado se preparar e poder participar em pé de igualdade com os outros. (...) Chegou uma fase em que nós tínhamos que estar a pedir derrogações, período de preparação para poder estar em pé de igualdade com os outros Estados na ZCL.

No mesmo sentido, o entrevistado E 9 adianta que os países colocaram-se de acordo sobre a necessidade de dar a alguns Estados, como Angola, a possibilidade de organização interna. Todavia, esta exceção não poderia impedir os outros Estados, já preparados, de avançar. Portanto, a dimensão política da negociação sobre a adesão de Angola à ZCL-SADC é anterior à assinatura do Protocolo de Trocas Comerciais e do lançamento da ZCL. Neste sentido, a posição negocial de Angola foi sempre de não adesão imediata, o que foi aceite pelos outros Estados e deve ser enquadrado no âmbito geral de cooperação política na região e da interação histórica que os Estados foram experimentando.

Os elementos da dimensão política da negociação sobre a adesão de Angola à ZCL-SADC são, também, revelados pelo entrevistado E 2, ao declarar que Angola participou ativamente na projeção e constituição da ZCL-SADC, inclusivamente nas missões de consulta e avaliação comparativa com outras regiões possuidoras de ZCL. Todavia, no decurso das negociações para a sua implementação, atingiu-se um determinado nível em que os outros Estados da região tiveram de se render às evidências de limitação infraestrutural e organizativa de Angola e da firmeza da sua posição em não aderir imediatamente. Pelo que, o acordo apresentava-se da seguinte maneira: “nós aceitamos que alguns países tenham alguma dificuldade, estão a tentar equacionar a sua indústria interna. (...) Chegou-se ao consenso que os países que estivessem em condições pudessem avançar”. Portanto, resultou desse processo de negociação, na sua dimensão política, um acordo entre as partes no sentido de lançar a ZCL-SADC e deixar que os Estados ainda não preparados tivessem um período de moratória. Como sublinhado pelo entrevistado E 7, “em princípio, as ZCL são sempre resultado de uma vontade política. Esta é o início de todo o processo.” Com efeito, as condições materiais não são suficientes para a criação e a adesão às ZCL. A vontade política tem de liderar.

Esta decisão dos Estados deve ser compreendida no âmbito do modelo de tomada de decisão da organização que é baseado no princípio do consenso, não havendo Estados com voto de qualidade em função do seu peso económico, político ou de outra índole. Como realçado pelo entrevistado E 2, “o consenso é determinante na região da SADC (...). Ninguém pode dizer porque paga mais ...” Deste modo, as políticas são definidas pelos Estados-membros de forma multilateral, baseados no princípio do consenso, enquanto a sua implementação é negociada, tecnicamente, Estado à Estado, com o apoio do Secretariado Executivo da SADC.

O argumento apresentado por Angola para sua não integração imediata na ZCL-SADC demonstra um posicionamento político estratégico na região que se interpreta numa perspetiva

de jogo de poder regional, porquanto, apesar de não aderir imediatamente, invocando a necessidade de reabilitação das infraestruturas económicas e industriais, com vista a tornar-se competitivo, Angola esteve aberta aos produtos de baixo preço provenientes de outras regiões, como a asiática, reforçando e alimentando alguma classe empresarial nacional que encontrou nos processos de importação a via mais rápida de enriquecimento, relegando para o segundo plano a sua contribuição ao processo de industrialização. Como afirmado pelo entrevistado E 8, “o grande problema foi a ‘petro-dólarmania’.” De acordo com o entrevistado, associado a este problema o país estava numa situação de desestruturação, no que concerne à indústria, não tendo uma linha férrea em funcionamento, e mesmo ao nível de navegação grandes desafios se impunham tais como a não existência de cabotagem propriamente dita. Neste prisma, o entrevistado E 7 considera que havia interesses egoístas de alguns segmentos sociais e económicos no país. Os grupos que controlavam a economia criaram uma cultura de importação e não permitiram o país preparar-se convenientemente para a sua adesão à ZCL-SADC.

Todavia, a crise financeira que se manifestou em 2014 fez despertar os agentes económicos para a necessidade de olhar para a região austral como uma opção mais favorável. Este fator foi reforçado por outro que tem a ver com a transição na liderança do Estado Angolano, sendo que o atual Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, tem manifestado expressamente, nos seus discursos, a vontade política de mais abertura económica aos Estados da região.

Depreende-se das entrevistas concedidas que o interesse do Estado Angolano, na base da sua posição negocial, está ligado à sua sobrevivência como ator determinante na região, sem deixar de considerar o passado histórico de luta pela manutenção da integridade territorial, ameaçada internamente pela guerrilha com apoio direto desestabilizador do regime sul-africano do apartheid que tinha ocupado a Namíbia, assim como algumas desinteligências com a Zâmbia, como observado por Legum (1975), o que terá levado à algumas tentativas deste país no sentido de evitar o reconhecimento da independência de Angola, sob o domínio do MPLA (Cervenka, 1977; Khadiagala, 1994).

Por outro lado, o interesse político de Angola está também ligado à necessidade de autonomia e não dependência da economia sul-africana e de outros Estados mais evoluídos da região, preferindo recorrer à parcerias estratégicas fora da região. Como sublinhado por Malaquias (2011), Angola tem desenvolvido, a nível da sua política externa, uma estratégia de

recalibrações que tem passado por alianças estratégicas com Estados fora da região para garantir a sua sobrevivência e independência no período pós-colonial, recorrendo primeiro à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, no pós-guerra civil, buscando a ajuda da República da China, para a reconstrução nacional.

Finalmente, importa referir que estes elementos que corporizam o interesse do Estado Angolano – a sobrevivência física, a independência e o desenvolvimento económico –, são da dimensão política, porquanto constituem fins do Estado. Porém, não podendo ser separados da sua impregnação social, da interação social na qual são construídos, esses elementos não são pré-existentes e o seu conteúdo não é pré-definido. Eles formam-se e constituem-se na interação que o Estado Angolano tem com os outros na região. Portanto, a dimensão política da negociação envolveu os seguintes fatores: a afirmação e aceitação pelos outros Estados da não adesão imediata de Angola; a reafirmação desta posição em encontros da organização regional, através de ações e omissões políticas alinhadas com a sua posição; e a manifestação da solidariedade e do compromisso de Angola para com o sucesso do processo de integração regional.

2.2. A DIMENSÃO TÉCNICA

Nesta dimensão pretendemos explorar o papel dos estudos e da intervenção de peritos do sector do comércio bem como de funcionários seniores do sector económico do governo angolano envolvidos no processo de integração de Angola na ZCL-SADC e a sua importância na compreensão da negociação da adesão de Angola a este instrumento. Neste sentido, examinaremos o real papel desempenhado pelas equipas técnicas de negociação no sentido de apoiar e dar formato especializado à posição política negocial de Angola em relação a sua adesão à ZCL-SADC. Para o efeito, para além das informações e dos dados resultantes das entrevistas a alguns desses técnicos, teremos em conta os estudos feitos por académicos e consultores sobre o impacto da adesão de Angola à ZCL-SADC.

O primeiro aspeto a examinar nesta dimensão prende-se com o processo interno de trabalho das comissões técnicas de negociação criadas pelo governo angolano no âmbito do processo de adesão à ZCL-SADC. Neste âmbito, considerando a sua opção de não adesão imediata, o governo angolano constituiu um Grupo Técnico que tem estado a trabalhar sobretudo nos termos e condições da adesão de Angola, o que passa essencialmente pela preparação da oferta de desarmamento tarifário. Com efeito, esta equipa técnica, criada em 2003 e

redinamizada em 2014, não estava incumbida de colocar em questão a opção política negociada com os Estados-membros da SADC de não integração imediata de Angola na ZCL-SADC. Estava apenas encarregue de preparar e analisar a calendarização e o conteúdo da oferta pautal aduaneira e da sua estratégia de negociação bilateral com os Estados-membros da ZCL-SADC.

Com efeito, a criação de uma comissão técnica foi fundamental para organizar os processos que corporizam a dimensão técnica da negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC. Como afirmado pelo entrevistado E 2, “O ponto central (...) foi a criação de uma Comissão Multisectorial, pelo então Presidente da República, dirigida pelo Ministério da Indústria. (...) Desta Comissão faziam parte o Ministério das Relações Exteriores, das Finanças, da Agricultura, e mesmo as Alfândegas”. Este entrevistado declarou ainda que integrou, no início, a comissão criada para estudar os termos e condições da adesão de Angola à ZCL-SADC.

As comissões especializadas desempenham um papel fundamental na dimensão técnica das negociações, porquanto situam-se no encadeamento entre o posicionamento político do Estado e os acordos decorrentes das negociações multilaterais com os Estados da região. No caso em estudo, esta comissão passou a uma abordagem técnica sobre a oferta de desarmamento tarifário, com o apoio do Secretariado Executivo da SADC, que tem desempenhado o papel de consultor no desenho daquela e de facilitador da negociação com cada Estado da região. Sobre este papel do Secretariado Executivo da SADC, Redvers (2013) faz referência a uma observação proveniente da Direção para o Comércio, Indústria, Finanças e Investimento do Secretariado Executivo da SADC, segundo a qual seria especulativo definir concretamente para quando a adesão de Angola à ZCL-SADC, embora reconhecesse a abertura de Angola ao diálogo e às negociações com o Secretariado Executivo que em Fevereiro de 2011, dez meses antes da data inicialmente limite para os Estados integrarem a ZCL-SADC, deslocou-se à Luanda, numa missão chefiada pelo Secretário Executivo, para avaliar o estado de preparação para uma oferta pautal aduaneira angolana.

Ademais, o próprio Secretariado Executivo assumiu como seu papel fundamental facilitar as negociações técnicas de Angola com os outros Estados-membros da SADC, na base de uma oferta de desarmamento aduaneiro. Com efeito, como reconhecido pelo informante E 5, o Secretariado Executivo da SADC apoia e continuará a apoiar tecnicamente Angola no desenho da sua oferta pautal aduaneira e na sua negociação com os outros Estados-membros

da organização no sentido da implementação da ZCL-SADC. Na mesma perspetiva, o entrevistado E 2 refere que o Secretariado Executivo tem apenas um papel de facilitador, apoiando os Estados-membros em termos de assistência técnica e reforço da capacidade.

Ainda no âmbito técnico, o grupo técnico de negociação desenvolveu trabalhos de consultação regional, tendo realizado deslocações de trabalho à sede do Secretariado Executivo da SADC, em Botsuana, e efectuado visitas de estudo à Moçambique, à Seicheles e à África do Sul.

Fruto do trabalho desenvolvido, atualmente, a equipa técnica tem preparada uma oferta de desarmamento aduaneiro diferenciada para os Estados-membros da SADC. Com efeito, a proposta baseia-se nos conceitos de oferta básica e de oferta diferenciada que permite um desarmamento tarifário diferenciado em relação à África do Sul. Assim, a oferta de desarmamento tarifário de Angola teve em consideração os seguintes pressupostos:

- Os produtos em que Angola é autossuficiente;
- As tarifas já reduzidas à zero sobre as quais uma oferta em consequência apresenta-se como o mais lógico;
- O desenvolvimento económico e industrial da África do Sul em relação aos outros Estados da região;
- A necessidade de proteção de alguns produtos nacionais.

Nesta perspetiva, o atual Ministro do Comércio, Joffre Van-Dúnem, informou, numa intervenção sobre as reformas económicas em Angola, organizada pelo Instituto Real de Relações Internacionais “Chatham House”, que, do ponto de vista técnico, o desmantelamento de Angola inclui duas taxas diferentes dentro da ZCL-SADC (Van-Dúnem, 2019). Deste modo, a oferta de desarmamento tarifário para África do Sul é diferente da oferta aos outros membros da SADC. Acrescentou ainda que a negociação técnica implica uma discussão detalhada e dirigida para cada Estado. Pelo que, a discussão é feita linha a linha, na base do acordo entre as partes.

Assim, a dimensão técnica da negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC ficou marcada pelo processo de preparação da oferta de desarmamento tarifário caracterizada pelos seguintes aspetos: os estudos especializados sobre o impacto da adesão de Angola à ZCL-SADC sobre a sua economia; a elaboração do roteiro técnico, validado pelo Conselho de Ministros da

República de Angola; a definição estratégica, tendo em consideração a oferta de desarmamento estabelecida.

Nesta dimensão técnica, é importante referir que, durante o processo de criação da ZCL-SADC, o Secretariado Executivo da SADC consultou e estudou casos de outras regiões. Como sublinhado pelo entrevistado E 2, “Angola participou em todo o processo desde o início; tivemos inclusivamente a experiência de contactar com a União Europeia, e com outras regiões, como o Mercosul, para ver como é que nós iríamos implementar a nossa ZCL.” Para este entrevistado, do ponto de vista técnico, havia círculos que defendiam uma adesão imediata, independentemente da criação de condições, justificando que a integração na ZCL constituiria um elemento de aprendizagem e capacitação, enquanto outros argumentavam a favor da posição segundo a qual o país não estava preparado para uma adesão imediata, o que implicava a solicitação de uma derrogação que se constituísse em tempo suficiente para recuperar as suas infraestruturas económicas e industriais.

Desta negociação interna reafirmou-se a pertinência do apoio à perspectiva política de não adesão imediata. Assim, recorreu-se estrategicamente aos princípios do próprio Protocolo de Trocas Comerciais e outros instrumentos de cooperação e integração regional, sobretudo, ao conceito de *geometria variável*, que permite que um país apenas se engaje quando considerar que tem as condições criadas para o efeito. Como frisado pelo entrevistado E 6, Angola utilizou o conceito da geometria variável da SADC que permite aos Estados entrar quando estiverem preparados. Para além do conceito de geometria variável, encontramos outros princípios como o da livre adesão, do gradualismo, do ganha-ganha, da oferta básica e da oferta diferenciada.

Por conseguinte, das entrevistas que nos foram concedidas, sobretudo pelo informante E 1, deduzimos que a dimensão técnica da negociação tem como base, entre outros, os seguintes elementos: o princípio da geometria variável, o alinhamento da adesão de Angola com o seu Plano Nacional de Desenvolvimento e a sua Estratégia de Industrialização; a necessidade do reforço da capacidade de resposta organizativa do comércio interno de Angola no sentido de poder fazer parte do todo regional, em termos de competitividade.

Assim, Angola remeteu, no final do ano 2019, ao Secretariado Executivo da SADC a sua proposta de oferta tarifária, a qual foi partilhada com os Estados-membros da SADC, o que serve de base para as discussões técnicas bilaterais. Em princípio, do ponto de vista técnico,

constituirão exceção à adopção do modelo de negociações bilaterais os Estados pertencentes à SACU, porquanto, sendo uma união aduaneira, a negociação tenderá à metodologia plurilateral.

Portanto, a dimensão técnica da negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC é constituída pelo conjunto de processos de estudos e assessoria que deram sustentação especializada ao acordo político regional de não adesão imediata de Angola à ZCL-SADC, baseados, sobretudo, nos princípios da geometria variável, da oferta básica e da oferta diferenciada. Esta dimensão sustém a negociação bilateral de Angola com os Estados da região, na base da oferta de desarmamento tarifário.

2.3.A DIMENSÃO SOCIAL

Nesta dimensão pretende-se, fundamentalmente, explorar as implicações da história e da interação social de Angola com os outros Estados da região na negociação da sua adesão à ZCL-SADC. Deste modo, a dimensão social concentrar-se-á na caracterização dos processos regionais ao longo da história de construção dos Estados, porquanto o processo de construção das identidades dos Estados influencia e serve de base para a criação e a afirmação dos interesses, variável importante na compreensão da posição negocial de Angola.

A dimensão política das negociações tem como uma das variáveis principais o poder dos Estados no contexto das relações regionais, o qual deve ser entendido não apenas na aceção de capacidades materiais, militares, económicas e tecnológicas, bem como o posicionamento estratégico das partes, mas também na perspetiva do sentido partilhado pelos Estados sobre tais capacidades, na sua interação. Deste modo, as negociações compreendem aspetos estruturais que não se confinam à distribuição de elementos básicos de capacidades dos Estados, porquanto têm também a ver com a perceção e o entendimento partilhado sobre o sentido de tais capacidades.

O processo da adesão de Angola à ZCL-SADC e a interpretação das entrevistas concedidas, à luz da contextualização da região feita na segunda parte do presente estudo, revela que a flexibilidade de calendarização e de discussão da ZCL-SADC tem como base um entendimento socializado e a experiência de que os ganhos e perdas por si só tinham transformado a região num espaço de conflito, tendo o apartheid, em particular, e os regimes minoritários, em geral, como fatores de antagonismo. Por conseguinte, a construção de instituições e normas, baseadas num entendimento mútuo, deu origem a uma experiência

histórica comum de identificação, afirmação e luta contra o mesmo inimigo e de construção das bases para um desenvolvimento harmonizado.

Os princípios e os conceitos determinados no *Protocolo de Trocas Comerciais* da SADC e nos instrumentos e mecanismos da sua implementação, particularmente os da adesão livre, do gradualismo, do ganha-ganha, da assimetria, da oferta básica e da oferta diferenciada, apontam para uma dimensão social da relação que os Estados estabelecem no que tange à ZCL, possibilitando-lhes assumirem um compromisso político, no sentido da capitalização da interação e cooperação existente.

Portanto, ao mesmo tempo que, na perspetiva técnica, se analisa e se concentra na calendarização da adesão, tendo em atenção os ganhos e as perdas previsíveis, o modelo adotado de adesão à ZCL-SADC é flexível e tem em conta as fragilidades estruturais das economias de alguns Estados, como Angola. Com efeito, a história de conflitualidade e de cooperação política na região impele para uma abordagem na base do consenso, da paciência e da empatia entre os atores da região. Esta abordagem da cooperação regional pode ser compreendida na perspetiva social e não apenas política; pois, trata-se da experiência partilhada, das normas compartilhadas e da fase constitutiva de uma região integrada. É uma questão de processo, da forma como se constrói, das relações que se estabelecem e se consolidam e da interação vivida.

Por conseguinte, sem se limitar à dimensão política, concentrada nos resultados e nos fins, os Estados da região optaram pela flexibilidade, pela busca de consensos, pela paciência, pela diferenciação, na base dos princípios e conceitos referenciados do *Protocolo de Trocas Comerciais* e dos seus instrumentos de aplicação. Como afirmado pelo entrevistado E 9, o grande princípio do processo de integração na SADC é o da geometria variável, reconhecendo as assimetrias e os níveis de desenvolvimento diferenciados.

Por conseguinte, podemos constatar que as metas de implementação da agenda de integração regional são renegociadas e reajustadas de acordo com o contexto regional. Neste sentido, a não inclusão de mecanismos punitivos claros aos Estados não aderentes, afirmando-se a compreensão manifesta em relação aos motivos de não adesão imediata, estão ligados fundamentalmente ao processo, à interação, e não tanto aos resultados; ou seja, estão fundados na perspetiva processual, *interacional*, e não tanto finalística e racionalista. Trata-se,

portanto, de uma dimensão social que não deve ser ignorada quando se estudam os processos negociais como o da adesão de Angola à ZCL-SADC.

A posição negocial de Angola não se desvincula do interesse manifesto em salvaguardar a possibilidade de recuperação e desenvolvimento do seu sector industrial. Mas, esta posição tem evoluído baseada na afirmação de uma identidade que se vem formando na interação social e histórica dos Estados na região. Por conseguinte, a interação social entre os Estados faz parte do processo negocial e é no âmbito dela que se formam as identidades e os interesses. Assim, a posição negocial de Angola formou-se e tem evoluído como resultado da interação que estabelece com os outros Estados da região, considerando os seguintes elementos:

- A história de luta contra os regimes minoritários na região;
- O esforço comum de libertação económica em relação à África do Sul;
- A construção de um sistema de cooperação política, no âmbito dos ELF, da SADCC e da SADC;
- O reconhecimento do impacto da política sul-africana de desestabilização, na vigência do regime do apartheid, em Estados como Angola;
- As ações visando a estabilização dos Estados, na sequência de divisões políticas internas e mesmo de guerras civis;
- O enfrentamento de desafios comuns como as grandes pandemias e o crime transfronteiriço.

É neste sentido que podemos compreender as palavras do ex-presidente angolano, José Eduardo dos Santos, por ocasião do 30º aniversário da SADC, declarando que este era celebrado numa fase evolutiva da região, registando-se “uma progressiva evolução com base nos valores e ideais da unidade, solidariedade e identidade comum e no desejo de uma convivência num ambiente de paz, de estabilidade e de prosperidade económica.” (Santos, 2014, p. 309).

Torna-se, assim, importante olhar também para a perspetiva de outros Estados, sobretudo a África do Sul, em relação a posição de Angola. Com efeito, o entrevistado E 4 revelou que, numa Cimeira consagrada à ZCL-SADC, realizada em Johannesburg, o Presidente Thabo Mbeki, que liderava a organização, reagiu à posição de Angola de não adesão imediata, declarando que era uma questão de justiça, porquanto a maior parte das economias da região

estava dependente da África do Sul. No mesmo sentido, é declarado pelas autoridades políticas angolanas o conforto sentido pelo facto dos outros Estados da região entenderem que não há a intenção manifesta de não adesão e de Angola ficar fora do processo de integração.

Na perspetiva da interação social e da partilha de normas, ao nível da região austral do continente africano, o entrevistado E 5 reconhece que, sendo Angola um Estado fundador da organização e potencialmente um dos atores relevantes no comércio regional, esta realidade influencia as posições e as negociações sobre a sua adesão à ZCL-SADC. Ademais, declarou que, efetivamente, a organização regional pode ser considerada como um elemento de socialização regional dos Estados através da internalização das normas, princípios e práticas.

Para o entrevistado E 3, Angola identifica-se com a construção do regionalismo na África Austral e assim criou uma aproximação aos regimes políticos na região, apesar de ter hesitado no que tange à adesão à ZCL-SADC. Esta referência à hesitação aponta também para a necessidade de considerar a dimensão social, porquanto, a declaração traz ao mesmo tempo o aspeto de identificação do Estado Angolano com o processo de regionalismo na África Austral e sublinha a atitude de hesitação que se compreende no âmbito da interação social.

Considerando que tanto as identidades que sustentam os interesses como a posição negocial manifesta não são pré-sociais, são constituídos na interação social e são endógenos ao processo negocial na região, é importante ter em conta, nesta negociação, não apenas as dimensões políticas e técnicas como também a dimensão social. Neste sentido, o interesse que se descortina na posição de Angola e a identidade que o sustenta, ou seja, a definição que o Estado Angolano se dá na região, a conceção de si e dos outros Estados da região sobre si, levando-o a agir de certa forma, são compreensíveis no âmbito do próprio processo de regionalismo na África Austral que tem como elemento importante a adesão de Angola à ZCL-SADC. Essa auto-perceção é partilhada no sentido de que os outros Estados na região também entendem Angola desta forma, compreendendo a sua posição em relação à adesão à ZCL-SADC.

As propriedades domésticas, os elementos materiais de afirmação de poder na região, consistem numa estrutura que deve ser compreendida na base relacional de interação social na região na qual se constrói e se partilha o sentido de tal estrutura, por meio de normas e práticas compartilhadas. É no processo de interação regional e de construção do regionalismo

na África Austral que se forma a identidade do Estado Angolano na região a qual orienta o seu interesse e sustenta a sua posição negocial.

Por conseguinte, se por um lado, o interesse do Estado Angolano compreende uma parte doméstica, na qual se inclui o conjunto de elementos e capacidades internas que se projetam à nível regional para a sua própria sobrevivência, autonomia e desenvolvimento; por outro, esta parte das propriedades domésticas, qualidades orgânicas internas da identidade e interesse, não se podem separar do aspeto social que decorre da interação que o Estado Angolano vem tendo com os outros na construção do regionalismo austral, na qual as práticas e as normas constroem um sentido partilhado das identidades e interesses dos Estados e, por conseguinte, da sua posição negocial. É nesta ótica que interpretamos o testemunho do entrevistado E 4 sobre a declaração do então presidente sul-africano, Thabo Mbeki, segundo a qual a posição de Estados como Angola era legítima e de justiça, em consideração da assimetria económica que a região registava.

Deste modo, o interesse é socialmente construído no sentido de reproduzir as identidades do Estado. Esta construção social significa que elas constituem-se na interação com os outros Estados, impregnada do contexto no qual a relação se processa e através da qual as normas e práticas proporcionam entendimento partilhado. A dimensão social remete à compreensão da posição negocial de Angola como contingente, endógena aos processos históricos de regionalismo na África Austral, incluindo ao próprio processo negocial da sua adesão à ZCL-SADC. No que concerne às normas partilhadas, é revelador considerar a declaração do entrevistado E 4, ao afirmar o seguinte: “Nós estamos unidos pelo princípio de que ninguém nos deve explorar; estamos unidos no princípio de que as liberdades e igualdades são fundamentais; (...) estamos unidos pelo princípio de que todos devemos viver juntos e partilharmos o que de melhor temos”. Por conseguinte, as negociações regionais na SADC são baseadas, entre outros, no princípio do respeito mútuo da soberania dos Estados, no princípio da renúncia ao recurso à força na resolução de conflitos na região, no princípio da solidariedade regional em relação aos conflitos internos dos Estados, e no acordo refletido no pacto de defesa mútua da SADC.

Portanto, o estudo da adesão de Angola à ZCL-SADC revela que não se trata apenas de um jogo de ganha-perde, mas sobretudo de construção de uma integração regional baseada em princípios definidos no *Protocolo de Trocas Comerciais* que não se isola dos valores e normas que têm sustentado a cooperação política na região e que têm sido internalizados na

interação e nos processos históricos que a região tem experimentado. Em consequência, a posição negocial de Angola fundamenta-se em interesses, ancorados numa identidade que se forma nos próprios processos de regionalismo pela interação histórica dos Estados da África Austral, na qual se enquadra a constituição da ZCL-SADC.

2.4. O CONTRIBUTO CONSTRUTIVISTA SOCIAL NA COMPREENSÃO DA DIMENSÃO SOCIAL DAS NEGOCIAÇÕES REGIONAIS

As negociações internacionais, inclusivamente as realizadas no âmbito de uma região, são geralmente analisadas na perspetiva política de regulação e controlo da violência, ou na económica de busca da maximização de ganhos. Com efeito, como referiu o entrevistado E 8, a não adesão imediata de Angola deveu-se à falta de visão estratégica do governo, dando mais importância às questões geopolíticas que às económicas. Assim, pouco explorada é a dimensão social que sustenta as relações negociais. Neste sentido, a abordagem construtivista social permite trazer em evidência as negociações como realidades sociais de interação, cujas estruturas geram-se, evoluem e transformam-se no próprio processo relacional.

Deste modo, o contributo do construtivismo social na compreensão da dimensão social das negociações regionais é aqui explorado, tendo em conta as três premissas fundamentais que a seguir apresentamos. A primeira é a afirmação dos fatores ideacionais como determinantes da interação negocial dos Estados, não se limitando aos aspetos materiais. A segunda aponta para a influência desses fatores ideacionais na constituição das identidades e dos interesses, não sendo, portanto, estáticos. Como consequência, a terceira conclui no sentido de que a construção das identidades e dos interesses constituintes das posições negociais dos Estados situa-se no âmbito do processo, não sendo refém de estruturas materiais assumidas como predeterminadas.

Ao perspectivarmos o contributo do construtivismo na compreensão das negociações regionais, não pretendemos subestimar as outras abordagens teóricas. Todavia, com o construtivismo social, visamos mostrar a complementaridade de alguns aspetos negligenciados por outras perspetivas. Desta forma, tem-se em consideração o processo enquanto interação social na qual as identidades e interesses são constituídos e reconstituídos.

Em contextos como o da África Austral, a estrutura material das negociações não é suficiente para compreender a dimensão social de que é impregnada a construção mútua dos agentes e dos elementos materiais da própria negociação. Com efeito, tal contexto é caracterizado pela

afirmação do processo de construção de uma ordem regional cooperativa, na base da partilha de elementos históricos de luta pela autodeterminação e gestão de ameaças provenientes de regimes minoritários, cuja queda do seu bastião permitiu a inserção da África do Sul nas estruturas de cooperação regional.

Assim, a estrutura de uma negociação não é apenas material; ela é também social, pois é marcada pelo sentido dado às propriedades materiais a partir da história partilhada dos negociadores, sobretudo num contexto regional de encontros, desencontros e reencontros históricos por detrás das conflitualidades experimentadas e da cooperação construída pelos agentes. Ademais, as negociações são fundamentalmente de natureza processuais, o que nos remete à dimensão social da interação dos Estados, das normas internalizadas, sendo, porém, geradas e reproduzidas pelos próprios agentes nas mesmas práticas.

Por conseguinte, o poder, compreendido como o conjunto de recursos e capacidades militares, económicas, geográficas, demográficas e de conhecimento, enquanto fatores estruturais materiais, é importante e intervém nas negociações internacionais. Contudo, é fundamental considerar nestes fatores estruturais o seu aspeto ideacional, porquanto é necessário ter em conta o sentido que estes fatores materiais têm e fazem para as partes em negociação. É pelo sentido partilhado que os fatores estruturais intervêm como elementos fundamentais das negociações regionais.

O processo, a interação social entre os Estados em negociação, é um elemento constitutivo das posições negociais das partes e influenciador do resultado da negociação, por meio das identidades que estão por detrás dos interesses dos Estados. Não se trata apenas de considerar a dimensão material das capacidades dos Estados, que constitui a dimensão estrutural da negociação, mas também da subjetividade e intersubjetividade que, na interação social, constroem tal estrutura. Temos aqui em consideração as estruturas sociais que são feitas tanto de capacidades materiais como do conhecimento partilhado e das práticas na relação entre os Estados.

A estrutura de uma negociação, como a do caso em estudo, não é pré-existente e alheia ao seu processo. A estrutura constitui-se e só faz sentido para as partes em negociação no âmbito do próprio processo negocial. Por consequência, as perspetivas analíticas do tipo integrativas sobre as negociações internacionais, sublinhando a imprecisão que as partes têm do seu próprio interesse, podem ser sustentadas pela abordagem construtivista, observando que tal

interesse e mesmo as identidades que as inspiram não emergem unicamente dos atributos orgânicos internos dos Estados, mas também da interação social que estabelecem com os seus pares.

O caso em estudo revela que as identidades não são pré-existentes, nem fixas. Elas são formadas no relacionamento que Angola tem com os outros Estados da região, numa história de cooperação que remonta à sua participação nos ELF, tendo evoluído na construção do regionalismo na África Austral através de um processo de interação marcado pela dimensão discursiva e prática social. Trata-se, neste caso, de uma identidade que não se reduz às propriedades internas do Estado Angolano, mas sim de propriedades que decorrem da interação social com os outros Estados.

Assim, a identidade do Estado Angolano que orienta o seu interesse e sustenta a sua posição negocial não é apenas o resultado de propriedades domésticas, mas envolve a dimensão processual e construtiva que decorre da interação social e histórica com os outros Estados da região. Por conseguinte, a posição de Angola é apresentada com fundamento em elementos históricos e aspetos de interação entre os Estados que constituem o entendimento comum sobre a construção de uma região integrada economicamente, mas que não se limita ao cumprimento de uma agenda meramente liberal. Esta relação é, entre outras, embebida das seguintes experiências que estão na base da construção do regionalismo na África Austral:

- A luta pela independência com o apoio dos outros Estados independentes da região;
- A oposição aos regimes minoritários na região;
- A guerra civil, envolvendo alguns Estados da região;
- A luta pela libertação económica, dando origem à SADCC;
- A construção da integração regional com base na estrutura institucional da SADC.

O peso da interação histórica e social como elemento de compreensão das relações regionais na África Austral e da identidade como fator determinante, conferindo maior poder explicativo ao construtivismo, são confirmados, por exemplo, pela seguinte declaração que introduz o RISDP e o enquadra na história de cooperação regional:

Regional cooperation and integration in Southern Africa owes its origin to historical, economic, political, social and cultural factors that have created strong bonds of solidarity and unity among the peoples of Southern Africa. These factors have contributed to the formation of a distinct Southern African personality and identity

that underpins political and economic cooperation. (Southern African Development Community, 2003, p. 1).

Nos elementos de fundamentação do RISDP encontramos uma vez mais a referência a um dos fatores que convidam a uma leitura construtivista da relação entre os Estados da Região. Com efeito, por um lado, afirma-se que “Since its inception, SADC has inculcated a sense of regional belonging as well as a tradition of consultation among the peoples and governments of Southern Africa, which, among other things, has improved regional security” (Southern African Development Community, 2003, p. 3). Por outro lado, a história partilhada pelos Estados da África Austral, caracterizada pela luta comum contra os regimes minoritários, no sentido de construção de uma região, tem efeitos constitutivos nas escolhas e preferências dos Estados.

Trata-se do carácter endógeno das identidades e interesses ao processo negocial. Por conseguinte, estes elementos não pré-existem à interação social entre os Estados; são formados e transformados nesta relação. Além disso, a posição negocial dos Estados não é definitiva, porquanto as identidades e os interesses dos Estados sofrem alterações no próprio processo negocial, de tal sorte que este é considerado como constituído fundamentalmente de concessões, o que é demonstrado, por exemplo, pelas derrogações, hesitações, e reformulações da posição de Angola em relação a sua adesão à ZCL-SADC.

A posição negocial do Estado Angolano, no âmbito de uma organização que se propõe a construir a integração económica na região é, do ponto de vista constitutivo, marcada pela interação com os outros Estados e pelo capital histórico nele constituído. A perspetiva de normas partilhadas na construção de uma região como a África Austral permite compreender a insistência no princípio do consenso como meio de tomada de decisões. Com efeito, o caso em estudo ajuda a perceber o quanto, na dimensão política, as negociações regionais são direcionadas e encaminhadas para um processo de procura de consensos, apesar das posições dos Estados, do ponto de vista técnico, poderem merecer uma abordagem calculista, buscando o maior ganho possível, limitados, contudo, pelo entendimento de que tais vantagens não podem minar o processo de construção de uma organização regional que garanta a segurança coletiva.

Em consequência, se, numa perspetiva racionalista, concentra-se, sobretudo, na relação explicativa das preferências e escolhas dos Estados em relação à sua posição negocial; na abordagem construtivista social pode-se olhar para o conhecimento partilhado e o significado

atribuído à realidade experimentada que se constitui nas práticas, símbolos e normas internalizadas na interação social dos Estados, onde a comunicação e a aprendizagem entre os Estados revela-se fundamental.

A construção social das negociações internacionais está ligada à produção e reprodução das estruturas sociais pelo processo de interação que intervém na formação das identidades e interesses assim como nas estruturas materiais. Deste modo, nas negociações regionais, a estrutura não se apresenta apenas na sua dimensão material, mas, sobretudo, ideacional. Pelo que, ela é um elemento que influencia a negociação de forma endógena ao processo.

A partilha de uma história com significado geral comum contra a continuação de regimes minoritários na região austral e a experiência de aprovação de normas de direito regional que dão corpo à construção de regionalismo na África Austral, bem como o próprio processo negocial da participação dos Estados-membros na ZCL-SADC, são fatores importantes para a compreensão da posição de Angola em relação à ZCL. Tais fatores não aparecem *a posteriori* à definição da posição negocial de Angola. Eles fazem parte e têm uma dimensão constitutiva da formação e transformação da sua posição negocial.

Por consequência, as estruturas racionais que intervêm nos processos negociais não podem ser separadas das interações sociais que contribuem para a formação das identidades e dos interesses dos Estados e refletem-se nas suas escolhas e preferências. As negociações não proporcionam apenas uma mudança de comportamento em função das circunstâncias estruturais que impactam as identidades e interesses; elas são elementos de revisitação e reformulação destes, na interação social entre os Estados. Com efeito, na perspetiva construtivista social, podemos compreender que os interesses e as identidades não se desvinculam do processo e da interação social que as constituem.

Pelo contributo construtivista, o determinismo na compreensão da posição negocial dos Estados e da sua evolução enfraquece. A interação negocial é uma demonstração de que o processo, na relação entre estrutura e agência, é fundamental e torna possível a sua constituição mútua, que se reflete nos resultados negociais. Logo, a distribuição de capacidades e recursos é importante na análise da dimensão estrutural das negociações internacionais, mas tal distribuição influi significativamente nos Estados, na medida em que eles as compreendem de forma intersubjetiva e criam expectativas sobre o sentido de tais capacidades. Com efeito, a estrutura pode ser reformatada pelo processo, o que tem impacto

na reconstituição dos interesses e das identidades.

Neste âmbito, as organizações regionais, como a SADC, servem de promotoras de processos e espaços de construção e de internalização das práticas, constituindo as identidades e os interesses regionais que têm uma dimensão orgânica, do eu, mas compreendem o ângulo intersubjetivo do entendimento do outro. Trata-se, pois, da formação coletiva e comunitária da identidade. Assim, para além da abordagem regulatória política e da racionalista economicista, existe a dimensão construtivista referindo as normas como constitutivas de categorias de significados antes não existentes, no caso, na região da África Austral. Ademais, existe o fator da aprendizagem que permite os Estados aprovarem normas que, na sua interação internacional, consideram-se bem-sucedidas em outras regiões.

Ligado aos aspetos anteriormente apresentados, podemos considerar o fator discursivo e narrativo que toma a luta pela emancipação da maioria como o *logos* que dá sentido às práticas políticas na região e vem, cada vez mais, assumindo o paradigma do desenvolvimento regional pelo processo de integração como elemento interpretador das novas opções políticas. No caso de Angola, a mudança na liderança do Estado tem-se repercutido numa nova narrativa que justifica a nova posição do governo angolano em relação à ZCL-SADC.

Portanto, na compreensão da posição negocial de um Estado em negociações regionais que envolvem a partilha de experiência comum na base da qual se constrói a cooperação, para além da história de conflitualidade, é importante considerar que os interesses vão se definindo em função das identidades. Estas, por sua vez, formam-se na interação social e são impregnadas de elementos estruturais, enquanto capacidades, recursos e habilidades influenciadoras das ações, opções, concessões e resultados, à luz do sentido que lhes é conferido pelas partes em negociação. Por conseguinte, numa perspetiva construtivista, não se nega a existência de elementos estruturais materiais nas negociações regionais, defendendo, contudo, que não podemos conhecer e captar todos os aspetos da estrutura sem ter em conta a sua dimensão social, objeto de discursos. A relação entre as partes e a estrutura é instável e variável, no sentido de construção mútua, fazendo, assim, a história, e aceitando, no entanto, que essa construção social seja também marcada contingentemente por práticas políticas.

A estrutura negocial é um meio mas também resultado da interação social das partes em negociação. As propriedades estruturais da negociação não existem fora das ações e práticas,

havendo, assim, a possibilidade da sua iniciação, reprodução e mesmo transformação. Ao mesmo tempo que as propriedades estruturais da negociação são constituídas e reconstituídas pelas partes, estas também são *co-formadas* por aquelas como um conjunto de relações que envolvem entendimento, viés e desentendimento. É na interação social que as identidades e interesses formam-se, afirmam-se, transformam-se e reformulam-se; é pelo processo negocial que as posições evoluem e as estruturas sociais ganham significados mais integrativos num contexto de construção do regionalismo.

Não se coloca em questão se existem dimensões estruturais materiais e cognitivas na negociação. Trata-se de evidenciar que tais estruturas têm de fazer sentido aos agentes e participantes das negociações, porquanto existem normas partilhadas e há intersubjetividade. A dimensão estrutural pode envolver o fator poder, enquanto capacidades e recursos militares, económicos, geográficos, demográficos, de desenvolvimento humano e tecnológico. Todavia, estes aspetos agem sobre as partes em negociação pelo seu significado e entendimento partilhado que permite o desenrolar de processos no âmbito das normas e práticas. Para além do facto da dimensão estrutural ser endógena à interação social dos Estados na negociação, este processo envolve um conjunto de transações, práticas, ritos, instituições, normas e aprendizagens social.

As normas e práticas institucionalizadas revelam-se numa espécie de cultura regional, suportada por uma narrativa partilhada em prol do desenvolvimento integrado, em condições de segurança, podendo cada Estado adapta-las às suas circunstâncias, quando da sua adoção, o que passa pela aprendizagem social através da cumplicidade, sobretudo, entre as elites políticas dos antigos movimentos de libertação nacional na África Austral. Estes elementos articulados geram confiança e identidade coletiva, em construção, que permitem flexibilidade na abordagem negocial da adesão dos Estados aos instrumentos de integração regional, como é o caso da integração de Angola na ZCL-SADC.

SÍNTESE CONCLUSIVA

O modelo de análise da tripla dimensão – política, técnica e social – das negociações internacionais de âmbito regional, baseado numa perspetiva construtivista social, permite olhar para as questões relacionadas com a internalização de normas, as expectativas criadas pelos Estados, e as práticas que se manifestam numa história partilhada, como elementos importantes para a compreensão da posição negocial dos Estados.

Assim, no âmbito das negociações regionais, o modelo explorado constitui uma grelha de compreensão das negociações como realidades sociais, a partir da perspetiva interacional e processual, nas quais se constituem as identidades e os interesses que dão corpo às posições negociais e que permitem a sua modificação e transformação, por meio de concessões, baseadas no entendimento mútuo sobre o seu sentido, na relação entre os Estados da região.

CONCLUSÕES

O presente estudo foi adotado com um sentido de diálogo e de busca de alternativas de compreensão das negociações internacionais de âmbito regional. Assim, a perspectiva wendtiana foi tomada no presente trabalho mais na sua dimensão ontológica que epistemológica, porquanto, nesta óptica, a nossa opção foi pelo interpretivismo no sentido de compreender a relação entre a agência e a estrutura nos sistemas regionais, como da África Austral, e explorar a interação social nos processos negociais como fatores de formação das identidades e dos interesses. Para complementar, recorreremos à dimensão narrativa, conferindo sentido contingente à realidade política, por meio dos discursos oficiais que justificam a posição negocial de Angola em relação à sua adesão à ZCL-SADC.

No final da presente investigação sobre as negociações internacionais de âmbito regional à luz do construtivismo social, apoiada, do ponto de vista empírico, numa pesquisa qualitativa do caso da adesão de Angola à ZCL-SADC, faz-se uma avaliação sobre os resultados do estudo em relação aos objectivos definidos. Com efeito, os objetivos que guiaram a presente tese de doutoramento foram alcançados, tendo chegado às conclusões a seguir apresentadas que permitem contribuir para uma melhor compreensão dos fenómenos negociais regionais.

A literatura sobre as negociações é rica na sua interdisciplinaridade. Com efeito, ao estudarmos as negociações, a partir do campo de investigação das relações internacionais, a dimensão de interdisciplinaridade manifesta-se importante no sentido de iluminar alguns aspetos intrínsecos aos processos negociais que encontram bases de explicação noutros domínios do saber. Todavia, o esforço que se tem desenvolvido na disciplina de relações internacionais de buscar, através das teorias, elementos de compreensão da realidade internacional não se reflete com a mesma abundância nos estudos sobre as negociações internacionais que se realizam em contextos regionais, como da África Austral, marcados por um histórico próprio de cooperação nas áreas de política, defesa e segurança, impulsionando a adoção de mecanismos flexíveis de integração económica.

Apesar da sua consistência explicativa e do grande contributo na compreensão das relações internacionais, as perspectivas teóricas suportadas por abordagens racionalistas revelam-se insuficientes para captar e interpretar o sentido das negociações internacionais em contextos como da África Austral marcados por um processo de construção e consolidação do regionalismo. Por conseguinte, numa consideração de complementaridade, recorreremos ao

construtivismo social para colocar em evidência a dimensão das interações sociais, do conhecimento e do entendimento partilhado, como endógena às estruturas negociais regionais, conferindo sentido aos processos de construção de uma região mais cooperativa e integrada. Com efeito, é na interação social e histórica dos Estados que se geram, reproduzem e se transformam as estruturas sociais regionais, nas quais se realizam as negociações.

A presente pesquisa sobre as negociações regionais permitiu reconhecer que muita da literatura sobre as negociações tem explorado bem a dimensão estrutural das relações internacionais, sendo, a maior parte, teorização do tipo realista e racionalista, porquanto concentra-se nas estruturas materiais e assume as identidades e os interesses como dados adquiridos. Assim, o construtivismo estruturalista contribui para explorar e desenvolver algumas dimensões das negociações regionais que, sendo fenómenos sociais, não estão isentos da construção traduzida no entendimento coletivo que emerge da interação entre os Estados. Deste modo, a estrutura do sistema social regional, no qual se realizam as negociações da adesão à ZCL-SADC, não é constituída apenas de fatores materiais mas também ideacionais.

O fenómeno do regionalismo nas relações internacionais não pode ser desvinculado do contexto geográfico, histórico e político em que surge. No caso da África Austral, o aspeto político evidencia-se como catalisador do processo de construção de um espaço de interação social regional cooperativa e integrativa. Deste modo, a interação histórica dos Estados tem sustentado a evolução do regionalismo, desde os ELF à SADC, passando pela SADCC, sendo o regime sul-africano do apartheid o fator principal contra o qual se arquitetou e desenvolveu a cooperação regional.

Com a queda do apartheid na África do Sul, o último bastião dos regimes minoritários na África Austral, e a adesão deste país às instituições que compreendem a arquitetura de cooperação política, económica e de segurança na região, começou a construir-se, na década de 1990, uma nova ordem regional mais cooperativa e com pretensões integrativas. Esta nova ordem tem uma dimensão jurídica que se manifesta nos tratados, protocolos e outros normativos jurídicos que resultam das negociações regionais ao mesmo tempo que as enquadram. Em consequência, considerando que a África Austral é composta por Estados em estágios de desenvolvimento diferentes, o processo negocial para implementação de uma zona de comércio livre fundamentou-se em conceitos como da assimetria, da geometria variável, da oferta básica e diferenciada, e em princípios como da livre adesão e do ganha-ganha.

Neste contexto, compreendendo a política regional angolana no sentido de objetivos estratégicos, e correspondentes ações, na zona austral e central do continente em que o país está inserido, com vista a satisfação dos seus interesses; através de dados históricos, da descrição de estudiosos do caso, e dos pronunciamentos oficiais sobre a posição de Angola em relação à região e a sua ZCL, evidenciou-se que Angola tem adotado uma posição de ator político interventivo na África Austral. Esta posição passou pela sua adesão aos ELF, tendo contribuído, de forma significativa, para a queda de regimes minoritários, para a definição de mecanismos de mitigação da dependência económica dos países da região em relação à África do Sul, através da formação da SADCC, e para a adoção de uma agenda de integração económica que, embora calendarizada, tem merecido uma implementação flexível e negociada.

Contudo, apesar de ser membro signatário do *Protocolo de Trocas Comerciais* que institucionaliza a ZCL-SADC e ter ratificado o mesmo instrumento, a adesão de Angola tem passado por um processo negocial que compreendeu uma abordagem *política*, multilateral, e inclui uma dimensão *técnica* de preparação e negociação bilateral da oferta de desarmamento tarifário, baseada em instrumentos de planificação estratégica do governo angolano e com suporte organizativo de grupos técnicos, comissões interministeriais e consultoria. A dimensão técnica da negociação coloca em evidência a necessidade de estudos e propostas especializadas no que concerne ao comércio, à indústria e à economia em geral, no sentido de viabilizar uma adesão sustentada e que não retire ao Estado Angolano a possibilidade de competir regionalmente e apoiar as opções políticas feitas pelos órgãos competentes do Estado.

A dimensão política da negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC processou-se pela opção de não adesão imediata de Angola, defendendo, em encontros multilaterais da SADC, o argumento da inexistência de condições para entrada imediata, fruto da destruição das infraestruturas económicas e industriais do país, durante a guerra civil, que contou com envolvimento regional da África do Sul. Este processo político resultou na aceitação política, pelos outros Estados-membros da SADC, da posição de Angola sobre a sua integração na ZCL. Concomitantemente, Angola continua a manifestar o seu compromisso em aderir ao processo, na base da criação de condições para o efeito.

O estudo da região e a interpretação das entrevistas concedidas levam a concluir que a perspetiva flexível de adesão à ZCL, adotada pelos Estados-membros da SADC, baseia-se em

um entendimento socializado, com referência na história da região, a qual colocou em evidência que a simples concentração em proveitos políticos e económicos, por si só, tornou a região em uma zona de conflito, tendo o apartheid, baluarte dos regimes minoritários, como fator de antagonismo. Pelo que, a construção de instituições, a geração de normas e de práticas assentes num entendimento compartilhado e em significados intersubjetivos de sustentação histórica tem permitido uma nova experiência de cooperação e de paulatina integração.

O paradigma de adesão à ZCL-SADC, que se caracteriza pelo princípio da priorização do consenso, pelas práticas de concertação, pela atitude de paciência, compreensão e empatia em relação às condições económico-industriais de Estados como Angola, tendo em consideração a história de conflitualidade na região, apela para a sua leitura numa perspetiva social. Neste sentido, as informações recolhidas nas entrevistas realizadas e a análise feita no âmbito da dimensão política demonstram que a posição negocial de Angola reflete o interesse do Estado em preservar um posicionamento de ator relevante na região, consciente das suas debilidades económicas, mas também da sua ação histórica no período de luta contra os regimes minoritários e da sua participação na construção do regionalismo na África Austral.

Esse interesse, que suporta a posição negocial de Angola, é por sua vez baseado numa identidade socialmente construída na relação com os outros Estados da região. Pelo que, compreendido em termos de elemento motivador das ações do Estado Angolano e da definição da sua posição negocial, o interesse reproduz a identidade do Estado na região. Deste modo, as negociações têm uma dimensão estrutural que não se resume na distribuição de capacidades materiais; pois, estende-se a outros elementos tais como o sentido dado e compartilhado sobre as mesmas capacidades.

Se, em relação às dimensões política e técnica, existe a possibilidade de considera-las em termos de precedência de uma sobre a outra, no que concerne à dimensão social, o presente estudo indica a sua constância e factor de articulação das outras duas dimensões da negociação da adesão de Angola à ZCL-SADC. Embora, do ponto de vista analítico, pode-se autonomizar as dimensões política e técnica, estas são sustentadas pela dimensão social que lhes confere sentido. Portanto, Angola negociou politicamente a sua não adesão imediata e encontra-se numa fase de negociação técnica, com o apoio do Secretariado Executivo da SADC. Todavia, é na dimensão social que as duas outras se articulam e encontram sentido no contexto histórico da região, por intermédio da interação dos Estados, das normas e das

práticas constitutivas da construção do regionalismo na África Austral. Deste modo, a exploração da tripla dimensão da negociação revelou que a posição negocial de Angola é ela própria negociada, formando-se, confirmando-se, conformando-se e transformando-se, pela interação com os outros Estados, na constante articulação entre as dimensões política, técnica e social.

Por conseguinte, no âmbito de uma região como da África Austral, as negociações não podem ser consideradas apenas do ponto de vista da regulação e do controlo da violência nem reduzidas à racionalização dos recursos no sentido de satisfazer os interesses nacionais dos Estados. Com efeito, a dimensão social compreendida na interação é também relevante, porquanto no processo negocial estão em jogo não apenas elementos materiais, mas também fatores não materiais compartilhados entre os Estados, que dão sentido ao processo. Estes mesmos fatores influem na formação e transformação das identidades e dos interesses. Pelo que, a posição negocial de um Estado numa negociação regional não é um dado pré-existente e fixo. Ela constitui-se e evolui na interação social e histórica dos Estados.

Portanto, pelo modelo de análise, proposto e explorado na presente tese, da tripla dimensão da negociação sobre a adesão de Angola à ZCL-SADC, conclui-se que os fatores políticos, técnicos e económicos que têm dominado o estudo das negociações internacionais, inclusivamente de âmbito regional, baseados na tradição realista, liberal e racionalista, devem ser complementados com os subsídios da dimensão social, a qual pode ser revelada pela perspectiva construtivista, sobretudo no que concerne às negociações regionais que se realizam num subsistema onde a identificação com a história, a opção por processos decisórios de índole consensual, a flexibilidade e a reformulação das posições dos Estados, em consequência da interação social que estabelecem, contam.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

- Acharya, A. (2001). *Constructing a Security Community in Southeast Asia: ASEAN and the Problem of Regional Order*. New York: Routledge.
- Ali, S. (1987). *Southern Africa: An American enigma*. New York: Praeger.
- Andrade, M. P., & João, V. (2017). *Os Desafios da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos*. Luanda: Publicação Independente.
- Andrade, R. O., Alyrio, R. D., & Boas, A. A. (2006). *Cultura e Ética na Negociação Internacional*. São Paulo: Atlas.
- Asian Development Bank. (2008). *Emerging Asian regionalism: A partnership for shared prosperity*. Mandaluyong City.
- Augusto, M. (2018). *Os Conflitos em África e a Experiência de Angola na Sua Resolução*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Axerold, R. (1984). *The Evolution of Cooperation*. New York: Basic Books.
- Bacharach, S. B., & Lawler, E. J. (1981). *Bargaining: Power, Tactics, and outcomes*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Balassa, B. (1961). *The Theory of Economic Integration*. London: George Allen & Unwin Ltd.
- Bazerman, M. H., & Neale, M. A. (1993). *Negotiating Rationally*. New York: The Free Press.
- Behr, T., & Jokela, J. (2011). *Regionalism & Global Governance: The emerging Agenda*. Notre Europe.
- Bellenger, L. (1999). *Stratégies et Tactiques de Négociation: Les bons réflexes pour aboutir à un accord* (3^{ème} Édition, Vol. I). Paris: ESF Éditeur.
- Bembe, M. D. (2014). *Mecanismos de Partilha do Poder e Acomodação das Elites (Modelo e Processo para o Enclave de Cabinda)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- Benoliel, M., & Cashdan, L. (2005). *Done Deal: Insights from Interviews with the World's Best Negotiator*. Avon, MA: Adams Media Corporation.
- Bryman, A. (2008). *Social Research Methods* (3rd Edition). Oxford: Oxford University Press.
- Burchill, S. (2005). *The National Interest in International Relations*. New York: Palgrave Macmillan.
- Campos, A. D. (1996). *África do Sul: Potência Regional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa.
- Carvalho, E. D., Neto, A. A., Andrade, G. M., & Araújo, J. V. (2007). *Negociação e Administração de Conflitos*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Carvalho, A. L. (2014). *Angola. Um Actor Importante no Peacemaking e Peacekeeping em África*. Luanda, Angola: Universidade Lusíada de Angola.
- Carvalho, A. L. (2017). *Angola no Conselho de Segurança da ONU 2015/2016: Resoluções e Experiências na Governação Mundial*. Luanda: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusíada de Angola.
- Carvalho, A. L. (2013). *União Africana, Quo Vadis?* Luanda: Universidade Lusíada de Angola.
- Carvalho, J. M. (2013). *Negociação*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Cervenka, Z. (1977). *The Unfinished Quest for Unity: Africa and the OAU*. New York: Africana Publishing Company.
- Cohen, R. (2007). *Negotiating across Cultures: International Communication in an Interdependent World* (5th ed.). Washington, D.C.: United States Institute of Peace Press.
- Correia, A. D. (2012). *Manual de Negociação*. Lisboa: Lidel.
- Costa, C. (2010). *Temas de Relações Económicas Internacionais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- Cunha, J. (1990). *Direito Internacional Público e Relações Internacionais: Aspectos Fundamentais do seu Regime Jurídico*. Lisboa: ISCSP.
- Curry, J. E. (1999). *International Negotiating: Planning and Conducting International Commercial Negotiations*. Oakland, California: World Trade Press.
- Escudé, C. (2012). *Principios de realismo periférico: Una teoría Argentina y su vigencia ante el ascenso de China*. Buenos Aires: Lumière.
- Falcão, P. F. (2013). *Todos podemos negociar bem! Conceitos, estratégias e exemplos práticos de gestores de sucesso*. Lisboa: Top Books.
- Faure, G. O., Mermet, L., Touzard, H., & Dupont, C. (1998). *La Négociation: Situations et Problématiques*. Paris: Nathan.
- Fisher, R., & Ury, W. (1981). *Getting to YES: Negotiating an Agreement without Giving in*. Boston: Houghton Mifflin.
- Greenhalgh, L. (2001). *Managing Strategic Relationships: The Key to Business Success*. New York: The Free Press.
- Hurd, I. (2007). *After anarchy: legitimacy and power in the United Nations Security Council*. Princeton: Princeton University Press.
- Iklé, F. C. (1964). *How Nations Negotiate*. New York: Harper Collins.
- Jackson, R., & Sorensen, G. (2006). *Introduction to International Relations Theories and Approaches* (3rd ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Jesuino, J. C. (1998). *A Negociação: Estratégias e Táticas*. Lisboa: Texto Editora.
- Júnior, M. (2017). *A Guerra na África Austral: Análise da Estratégia Total Nacional da África do Sul - 1948/1994*. Lisboa: Mercado de Letras.
- Karns, M., & Mingst, K. (2010). *International Organizations: The Politics and the Process of Global Governance*. Colorado: Lynne Rienner Publishers.
- Kaufmann, J. (1998). *The Diplomacy of International Relations: Selected Writings*. Boston: Kluwer Law International.

- Khadiagala, G. (1994). *Allies in adversity: The Frontline States in Southern African security*. Athens: Ohio University Press.
- Kratochwil, F. V. (1989). *Rules, Norms, and Decisions: On the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs*. New York: Cambridge University Press.
- Lara, A. D. (2015). *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão* (8ª Edição). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- Lara, A. D. (2017). *As Portas de Dante* (2ª Edição Revista e Ampliada). Lisboa: MGI.
- Lax, D. A., & Sebenius, J. K. (1986). *The Manager as Negotiator: Bargaining for Cooperation and Competitive Gain*. New York: The Free Press.
- Lax, D. A., & Sebenius, J. K. (2006). *3-D Negotiation: Powerful Tools to Change the game in Your Most Important Deals*. Massachusetts, Boston: Harvard Business Review Press.
- Lax, D., & Sebenius, J. (1986). *The Manager as Negotiator: Bargaining for Cooperation and Competitive Gain*. New York: The Free Press.
- Lee, M. (2003). *The political economy of regionalism in southern Africa*. Boulder: University of Cape Town Press.
- Lewicki, R. J., Saunders, D. M., & Barry, B. (2007). *Essentials of Negotiation* (5th Edition.). New York: McGraw-Hill.
- Lewicki, R., Hiam, A., & Olander, K. (1996). *Think Before You Speak*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Libby, R. (1987). *The politics of economic power in southern Africa*. New Jersey: Princeton University Press.
- Mackinder, A. J. (1919). *Democratic Ideals and Reality*. London.
- Magalhães, J. C. (2013). *A Diplomacia Pura*. Lisboa: Bizâncio.
- Maltez, J. A. (2002). *Curso de Relações Internacionais*. Lisboa: Principia.

- Maltez, J. A. (2007). *Metodologias da Ciência Política: O Estado a Procura do Político*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- Maltez, J. A. (2018). *Manual de Ciência Política: Teoria Geral da República*. Lisboa: ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mandaza, I., & Tostensen, A. (1994). *Southern Africa: in search of a common future*. Gaborone: Printing & Publishing Company of Botswana.
- Manjate, J. M. (2010). *Saber Negociar*. Maputo: Diname.
- Martinelli, D. P., & Almeida, A. P. (1997). *Negociação: Como Transformar Confronto em Cooperação*. São Paulo: Atlas.
- Martinelli, D. P., Ventura, C. A., & Machado, J. R. (2004). *Negociação Internacional*. São Paulo: Atlas.
- McMillan, J. (1996). *Games Strategies and Managers: How Managers Can Use Game Theory to Make Better Business Decisions*. Oxford: Oxford University Press.
- Medeiros, E. R. (1998). *Blocos Regionais de integração Económica no Mundo*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mello, J. C. (2005). *Negociação Baseada em Estratégia*. São Paulo: Atlas.
- Mendes, N. C. (1997). *Segurança e Desenvolvimento Económico na Região Ásia-Pacífico*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- Mendes, N. C. (2005). *A multidimensionalidade da construção identitária em Timor-Leste: Nacionalismo, Estado e Identidade Nacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.
- Militão, M. J. (2005). *A Política Externa Europeia: Uma Reflexão sobre a União Europeia como Actor Internacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

- Monteiro, R. L. (2001). *A África na política de Cooperação Europeia* (2ª Edição). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Morais, B. (1998). *A Cooperação e a Integração Regionais da África Austral - SADC: O Papel de Angola*. São Paulo: Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.
- Morgenthau, H. (1978). *Politics among nations: The struggle for power and peace*. New York: Alfred A Knopf, Inc.
- Nascimento, A. d. (2018). *Avaliação da Influência da Diplomacia Angolana na África Austral*. Luanda: A Casa do Zouk.
- Neumann, J. V., & Morgenstern, O. (1944). *Theory of Games and Economic Behavior*. Princeton: Princeton University Press.
- Ngoma, N. (2005). *Prospects for a Security Community in the Southern Africa: An Analysis of Regional Security in the Southern African Development Community*. Pretoria: Institute for Security Studies.
- Nierenberg, G., & Calero, H. (2009). *The New Art of Negotiating: How to Close Any Deal*. New York: Square One Publishers.
- Nogueira, J. P., & Messari, N. (2005). *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. São Paulo: Elsevier Editora.
- Oliveira, E. C. (2007). *Segurança Regional em África*. Luanda: Nzila.
- Oliveira, F. (2014). *Tratado Prático da Advocacia*. Coimbra: Almedina.
- Onuf, N. G. (1989). *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia, South Carolina: University of South Carolina Press.
- Patrício, R. (2007). *As relações em eixo Franco-Alemãs e as relações em eixo Argentino-Brasileiras: Génesis dos processos de integração*. Lisboa: ISCSP.
- Patrício, R. (2019). *Teoria das Relações Internacionais: Uma Perspetiva*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

- Pfeffer, J. (1992). *Managing With Power: Politics and Influence in Organizations*. Cambridge: Harvard Business Review Press.
- Poku, N. (2001). *Regionalization and Security in Southern Africa*. New York: Palgrave.
- Pruitt, D. (1989). *Negotiation Behavior*. New York: Academic Press.
- Queiroz, C. (2009). *Direito Internacional e Relações Internacionais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Raiffa, H. (1982). *The Art and Science of Negotiation*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Ramos, J. d. (2018). *Angola Pelos Caminhos da Paz: Guerra e Diplomacia (1975 - 2002)*. Luanda: Mayamba Editora.
- Requejo, W. H., & Graham, J. L. (2008). *Global Negotiation: The New Rules*. New York: Palgrave Macmillan.
- Rocha, M. (2014). *Opiniões e reflexões: Colectânea de artigos, conferências e palestras sobre Angola, África e o mundo*. Luanda.
- Rogers, D. (1988). *Les Stratégies Militaires Appliquées aux Affaires*. Paris: First.
- Santos, V. M. (2009). *Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da UTL.
- Santos, V. M., & Ferreira, M. J. (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Socais e Políticas da UTL.
- Sarfati, G. (Ed.). (2010). *Manual de Negociação*. São Paulo: Saraiva.
- Sawyer, J., & Guetzkow, H. S. (1965). *Bargaining and Negotiation in International Relations*. New York: H. Rinehart and Winston.
- Schelling, T. (1980). *The Strategy of Conflict*. Cambridge: Harvard University Press.
- Shell, G. R. (1999). *Bargaining for Advantage: Negotiating Strategies for Reasonable People*. New York: Penguin Books.

- Shell, R. R., & Moussa, M. (2007). *The art of Woo: Using Strategic Persuasion to Sell Your Ideas*. New York: Penguin Books.
- Silva, G. D. (2000). *Negociação Arte e Democracia*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Silva, S. V. (2013). *Política e Poder na África Austral (1974-1989)*. Lisboa: Escolar Editora.
- Thompson, L. L. (2008). *A Razão e o Coração do Negociador*. (C. V. Pinto, Trad.) Lisboa: Monitor, Lda.
- Tzu, S. (1988). *L'Art de la Guerre*. Paris, France: Flammarion.
- Ury, W., Brett, J., & Goldberg, S. (1988). *Getting Disputes Resolved: Designing Systems to Cut the Costs of Conflict*. New York: Jossey-Bass, Inc.
- Van-Duném, B. (2010). *A Globalização e Integração Regional em África*. Luanda: Universidade Lusíada de Angola.
- Van-Duném, B. (2014). *Política Externa dos Estados: Diplomacia do Presidente José Eduardo dos Santos*. Luanda: Universidade Lusíada de Angola.
- Vasconcelos-Sousa, J. (2000). *O que é a Negociação?* Lisboa: Difusão Cultural.
- Veríssimo, G. (2013). *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia*. Lisboa: Ler Devagar.
- Veríssimo, G. (2016). *Geopolítica do Golfo da Guiné*. Lisboa: Ler Devagar.
- Wallace, R. (1997). *International Law* (3rd Edition). London: Sweet & Maxwell.
- Walton, R., & McKersie, R. (1965). *A Behavioral Theory of Labor Negotiations: An Analysis of a Social Interaction System*. New York: McGraw-Hill.
- Waltz, K. (1979). *Theory of international politics*. New York: Random House.
- Watkins, M., & Rosegrant, S. (2001). *Breakthrough International Negotiation: How Great Negotiators Transformed the World's Toughest Post-cold War Conflicts*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Weitsman, P. A. (2004). *Dangerous Alliances: Proponents of Peace, Weapons of War*. California: Stanford University Press.

- Weldes, J. (1999). *Constructing National Interest: The United States and the Cuban Missile Crises* (Vol. 12). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Wendt, A. (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wendt, A. (2015). *Quantum Mind and Social Science: Unifying Physical and Social Ontology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Xavier, A. (2018). *Cuito Cuanavale: Guerra e Paz na África Austral* (Edição Especial). Luanda: Edições de Angola.
- Zartman, I. W. (2008). *Negotiation and Conflict Management: Essays on Theory and Practice*. New York: Routledge.
- Zeca, E. J. (2013). *Relações Internacionais: Natureza, Paradigmas e Assuntos Transversais*. Luanda, Angola: Plural Editores.
- Zeuthen, R. (1930). *Problems of Monopoly and Economic Welfare*. London: Routledge.

CAPÍTULOS DE LIVROS

- Acharya, A. (2000). Collective Identity and conflict management in Southeast Asia. In *Security Communities* (pp. 198-227). New York City, New York: Cambridge University Press.
- Adler, E. (2002). Constructivism and International Relations. In W. Carlsnaes, T. Risse, & B. A. Simmons (Eds.), *Handbook of International Relations* (pp. 127-158). Thousand Oaks, California: SAGE Publications.
- Adler, E., & Barnett, M. (2000). A framework for the study of Security Communities. In E. Adler, & M. Barnett (Eds.), *Security Communities* (pp. 29-65). New York: Cambridge University Press.
- Adler, E., & Barnett, M. (2000). Security Communities in theoretical perspective. In E. Adler, & B. Michael (Eds.), *Security Communities* (pp. 3-28). New York: Cambridge University Press.

- Arbatov, A. G. (2002). Arms Control and Arms Resolution: View II. In V. Kremenuyk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 334-347). San Francisco: Jossey-Bass.
- Avenhaus, R. (2002). Game Theory. In V. Kremenuyk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 202-228). San Francisco: Jossey-Bass.
- Baregu, M. (2003). Economic and military security. In M. Baregu, & C. Landsberg (Eds.), *From Cape to Congo: Southern Africa's Evolving Security Challenges*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Barnett, M. N. (1996). Identity and Alliances in the Middle East. In P. J. Katzenstein (Ed.), *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press.
- Batcher, P. (1998). South Africa's arms industry: Prospects for conversion. In J. Cock, & P. McKenzie (Eds.), *From defence to development: Redirecting military resources in South Africa* (pp. 97-121). Ottawa: International Development Research Centre.
- Bazerman, M. H. (1993). Negotiator Judgment: A Critical Look at the Rationality Assumption. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 197-209). Cambridge: Program on Negotiation Books.
- Behnke, A. (2006). Grand Theory in the Age of its Impossibility: Contemplations on Alexander Wendt. In S. Guzzini, & A. Leander (Eds.), *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and his Critics*. New York: Routledge.
- Carnevale, P., & De Dreu, C. K. (2006). Methods of Negotiation Research: Introduction. In P. Carnevale, & C. K. De Dreu (Eds.), *Methods of Negotiation Research* (pp. 1-3). Boston: Martinus Nijhoff Publishers.
- Cavalcante, F. (1982). Regional Cooperation in Southern Africa: The Southern African Development Coordination Conference. In M. Clough (Ed.), *Changing realities in southern Africa: implications for American policy* (pp. 161-186). Berkeley: Institute of International Studies.

- Cede, F. (2002). The Legal Perspective on International Negotiations. In V. Kremenuy (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 145-158). San Francisco: Jossey-Bass.
- Cederman, L.-E., & Christopher Daas. (2006). Endogenizing corporate identities: The next step in Constructivist IR theory. In S. Guzzini, & A. Leander (Eds.), *Constructivism and international Relations* (pp. 117-137). New York: Routledge.
- Copeland, D. C. (2006). The Constructivism Challenge to Structural Realism: a Review Essay. In S. Guzzini, & A. Leander (Eds.), *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and his Critics* (pp. 1-20). New York: Routledge.
- Cross, J. G. (2002). Economic Perspective. In V. Kremenuyk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 186-201). San Francisco: Jossey-Bass.
- Druckman, D. (2002). Content Analysis. In V. Kremenuyk (Ed.), *Internaitonal Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 288-). San Francisco: Jossey-Bass.
- Drulák, P. (2006). Reflexivity and Structural Change. In S. Guzzini, & A. Leander (Eds.), *Constructivism and International Relations* (pp. 138-157). New York: Routledge.
- Duckman, D., & Robinson, V. (1999). Recent Advances in Negotiation Theory and APlication to Skills Training. In T. D. Sisk (Ed.), *New Approaches to International Negotiation and Mediation* (pp. 1-6). Washington DC: United States Institute of Peace.
- Dupont, C. (2002). International Business Negotiations. In V. Kremenuyk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 375-391). San Francisco: Jossey-Bass.
- Dupont, C., & Faure, G.-O. (2002). The Negotiation Process. In V. Kremenyuk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 39-63). San Francisco: Jossey-Bass.
- Farrell, M. (2005). The global politics of regionalism: an introduction. In M. Farrell, B. Hettne, & L. Langenhove (Eds.), *Global Politics of Regionalism* (pp. 21-37).

- Faure, G.-O. (2002). International Negotiation: The cultural Dimension. In V. Kremenuyk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 392-415). San Francisco: Jossey-Bass.
- Fearon, J., & Wendt, A. (2002). Rationalism v. Constructivism: A Skeptical View. In W. Carlsnaes, T. Risse, & B. A. Simmons (Eds.), *Handbook of International Relations* (pp. 66-99). Thousand Oaks, California: SAGE Publications.
- Fisher, R. (1993). Beyond YES. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiatoin Theory and Practice* (pp. 123-126). Cambridge: Program on Negotiation Books.
- Fisher, R. (1993). Negotiating Power: Getting and Using Influence. In J. W. Breslin, & J. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 127-140). Cambridge: Program on Negotiation Books.
- Fisher, R. (1993). Negotiating Inside Out: What Are the Best Ways to Relate Internal Negotiations with External Ones? In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 71-79). Cambridge: Program on Negotiation.
- Freymond, J. F. (2002). Historical Approach. In V. Kremenuyk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 131-144). San Francisco: Jossey-Bass.
- Goldberg, S. B., Green, E. D., & Sander, F. E. (1993). Saying You're Sorry. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 141-144). Cambridge: Program on Negotiation Books.
- Green, R., & Thompson, C. (1988). Political economies in conflict: SADCC, South Africa and sanctions. In P. Johnson, & D. Martin (Eds.), *Frontline Southern Africa: Destructive Engagement* (pp. 339-386). New York: Four Walls Eight Windows.
- Grundy, K. (1982). South Africa in the political economy of southern Africa. In G. Carter, & P. O'meara (Eds.), *International politics in Southern Africa*. Bloomington: Indiana Univerity Press.

- Guzzini, S., & Leander, A. (2006). Wendt's Constructivism: a Relentless Quest for Synthesis. In S. Guzzini, & A. Leander (Eds.), *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and his Critics* (pp. 73-91). New York: Routledge.
- Hayes, R. E. (2002). Negotiations with Terrorists. In V. Kremenuyk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 416-429). San Francisco: Jossey-Bass.
- Hettne, B. (1999). Globalization and the new regionalism: The second great transformation. In B. Hettne, & O. Sunkel (Eds.), *Globalism and the New Regionalism* (pp. 1-24). New York: St. Martin's Press, Inc / United Nations University.
- Hopmann, P. T., & Druckman, D. (2002). Arms Control and Arms Reduction: View I. In V. Kremenuyk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 314-333). San Francisco: Jossey-Bass.
- Jackson, R. (2009). Constructivism and Conflict Resolution. In J. Bercovitch, V. Kremenyuk, & I. Zartman (Eds.), *The SAGE Handbook of Conflict Resolution* (pp. 172-189). London: SAGE Publications Ltd.
- Janosik, R. J. (1993). Rethinking the Culture-Negotiation Link. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 235-245). Cambridge: Program on Negotiation Books.
- Jepperson, R. L., Wendt, A., & Katzenstein, P. (1996). Norms, Identity, and Culture in National Security. In P. J. Katzenstein (Ed.), *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press.
- Jonsson, C. (2002). Cognitive Theory. In V. Kremenuyk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 270-287). San Francisco: Jossey-Bass.
- Kahn, R. L., & Lewicki, R. J. (2002). Organizational Theory. In *International Negotiation: Analysis; Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 159-185). San Francisco: Jossey-Bass.
- Kratochwil, F. (2006). Constructing a New Orthodoxy? Gent's Social Theory of International Politics and the Constructivist Challenge. In S. Guzzini, & A. Leander (Eds.),

Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and its Critics. New York: Routledge.

Kremenyuk, V. A. (1993). The Emerging System of International Negotiations. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 381-388). Cambridge: Program on Negotiation Books.

Kremenyuk, V. (2002). Preface to the 1991 edition. In V. A. Kremenyuk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. xi-xvi). San Francisco, California: Jossey-Bass.

Kremenyuk, V. (2002). Preface to the 2002 Edition. In V. Kremenyuk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, approached, issues* (2nd Edition, pp. xvii-xxi). San Francisco, California: Jossey-Bass.

Kremenyuk, V. (2002). The Emerging System of International Negotiation. In V. A. Kremenyuk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 22-38). San Francisco, California: Jossey-Bass.

Kriesberg, L. (1993). Timing and the Initiation of De-Escalation Moves. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 223-231). Cambridge: Program on Negotiation Books.

Lax, D. A., & Sebenius, J. K. (1993). Interest: The Measure of Negotiation. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practices* (pp. 161-186). Cambridge: Program on Negotiation Books.

Lax, D. A., & Sebenius, J. K. (1993). The Power of Alternatives or the Limits to Negotiation. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 97-113). Cambridge: Program on Negotiation Books.

Legum, C. (1975). Southern Africa: The secret diplomacy of detente. In C. Legum (Ed.), *Africa Contemporary Record: Annual Survey and Documents 1974 -1975* (Vol. VII, pp. A3-A15). London: Rex Collins.

- Lewicki, R. J., Hiam, A., & Olander, G. W. (2010). Selecting a Strategy. In R. J. Lewicki, D. M. Saunders, & B. Barry, *Negotiation: Readings, Exercises and Cases* (pp. 14-29). New York: McGraw-Hill.
- Mandaza, I. (1987). Perspectives on economic cooperation and autonomous development in Southern Africa. In *SADC: Prospects for desengagement and development in Southern Africa* (pp. 211 - 130). New Jersey / London: The United Nations University / Zed Books Ltd.
- McCarthy, W. (1993). The Role of Power and Principle in Getting to YES. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 115-122). Cambridge: Program on Negotiation Books.
- Mendes, P. E. (2017). Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria: importância, progressos e debates. In A. D. Lara, R. C. Caldas, & J. B. Diz (Eds.), *Paz e Guerra: Contributo para o Diálogo entre Direito Internacional e Relações Internacionais* (pp. 97-125). Lisboa: ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Miti, K. (2002). South Africa's relations with its SADC neighbours. In S. Buthelezi, & E. Le Roux (Eds.), *South Africa Since 1994: Lessons and Prospects*. Pretoria, South Africa: Africa Institute of South Africa.
- Nyerges, J. (1993). Ten Commandments for a Negotiator. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 187-193). Cambridge: Program on Negotiation Books.
- Pruitt, D. (1993). Strategic Choice in Negotiation. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 27-46). Cambridge: Program on Negotiation Books.
- Pruitt, D. G. (2002). Strategy in Negotiation. In V. Kremenyuk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 85-96). San Francisco: Jossey-Bass.
- Raiffa, H. (1993). Mock Pseudo-Negotiations With Surrogate Disputants. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 89-93). Cambridge: Programa on Negotiation Books.

- Raiffa, H. (2002). Contributions of Applied Systems Analysis to International Negotiation. In V. Kremenyuk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 5-21). San Francisco, California: Jossey-Bass.
- Raiffa, H. (2002). Contributions of Applied Systems Analysis to International Negotiations. In V. A. Kremenyuk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, approaches, issues* (2nd Edition, pp. 5-21). San Francisco, California, USA: Jossey-Bass.
- Rapoport, A. (1974). Introduction. In A. Rapoport (Ed.), *Game Theory as a Theory of Conflict Resolution*. Boston: D. Reidel Publishing Company.
- Ribeiro, M. (2005). O Direito da Nova Ordem Internacional. In F. d. Lisboa (Ed.), *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha*. Coimbra Editora.
- Rubin, J. (1993). Some Wise and Mistaken Assumptions about Conflict and Negotiation. In J. W. Breslin, & J. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 3-12). Cambridge: Program on Negotiation Books.
- Rubin, J. Z. (2002). Psychological Approach. In V. Kremenyuk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 256-269). San Francisco: Jossey-Bass.
- Rubin, J. Z. (2002). The Actors in Negotiation. In V. Kremenyuk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition ed., pp. 97-109). San Francisco: Jossey-Bass.
- Rubin, J. Z., & Sander, F. E. (1993). When Should We Use Agents? Direct vs. Representative Negotiation. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 81-93). Cambridge: Program on Negotiation Books.
- Salacuse, J. W. (1993). Renegotiation in International Business. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 341-348). Cambridge: Program on Negotiation Books.
- Sárváry, K. (2006). No place for politics? Truth, progress and the neglected role of diplomacy in Wendt's theory of history. In S. Guzzini, & A. Leander (Eds.), *Constructivism and*

International Relations: Alexander Wendt and his critics (pp. 158-177). New York: Routledge.

Saunders, H. H. (1993). We Need a Larger Theory of Negotiation: The Importance of Pre-Negotiating Phases. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 57-70). Cambridge: Program on Negotiation Books.

Schelling, T. C. (1993). Strategy and Self-Command. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 217-221). Cambridge: Program on Negotiation Books.

Schoeman, M. (2001). The limits of regionalization in Southern Africa. In N. Poku, *Security and Development in Southern Africa* (pp. 139-151). Praeger.

Schoeman, M. (2007). South Africa. In G. Cawthra, A. Pisani, & A. Omari (Eds.), *Security and Democracy in Southern Africa*. Johannesburg: Wits University Press.

Scholvin, S. (2011). The economics of Southern Africa from a geopolitical perspective: why and how geography matters. In A. Bosl, A. Pisani, G. Erasmus, T. Hartzenberg, & R. Sandrey (Eds.), *Monitoring Regional Integration in Southern Africa Yearbook 2010* (Vol. 10). Stellenbosch: Tralac - Trade Law Centre for Southern Africa.

Sebenius, J. K. (2002). International Negotiation Analysis. In V. Kremenyuk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 229-255). San Francisco: Jossey-Bass.

Sergeev, V. (2002). Metaphors for Understanding International Negotiation. In V. Kremenyuk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 64-70). San Francisco: Jossey-Bass.

Shapiro, D. (2006). Untapped Power: Emotions in Negotiation. In A. Shneider, & C. Honeyman (Eds.), *The Negotiator's Fieldbook* (pp. 263-269). Washington DC: American Bar Association.

Shaw, T. (1977). Southern Africa: Dependence, interdependence in a regional subsystem. In T. Shaw, & K. Heard (Eds.), *Cooperation and conflict in Southern Africa: Papers on a regional subsystem* (pp. 81-117). Washington D.C.: University Press of America.

- Sjostedt, G. (2002). Negotiation on Trade and Environment: Variation in the Multilateral Approach. In v. Kremenuyk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 362-374). San Francisco: Jossey-Bass.
- Suganami, H. (2006). Wendt, IR, and Philosophy: a Critique. In S. Guzzini, & A. Leander (Eds.), *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and his Critics* (pp. 57-72). New York: Routledge.
- Swart, G., & Du Plessis, A. (2004). From apartheid destabilisation to a southern Africa Security community. In H. Solomon (Ed.), *Towards a common defence and security policy in the Southern African Development Community*. Pretoria: Africa Institute of South Africa.
- Tax, S. L. (2017). Foreword. In SADC, *Summary of the SADC Revised Regional Indicative Strategic Development Plan 2015-2020* (p. ii). Gaborone: SADC Secretariat.
- Thompson, L. L. (2006). Negotiation: Overview of Theory and Research. In L. L. Thompson (Ed.), *Negotiation Theory and Research* (pp. 1-5). New York: Psychology Press.
- Touval, S. (1993). Multilateral Negotiation: An Analytic Approach. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 350-365). Cambridge: Program on Negotiation Books.
- Underdal, A. (2002). The Outcomes of Negotiation. In V. Kremenuyk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition, pp. 110-125). San Francisco, USA: Jossey-Bass.
- Ury, W. L., & Smoke, R. (1993). Anatomy of Crisis. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (pp. 47-53). Cambridge: Program on Negotiation Books.
- Wade, J. (2006). Bargaining in the Shadow of the Tribble. In A. Schneider, & C. Honeyman (Eds.), *The Negotiator's Fieldbook* (pp. 475-484). Washington DC: American Bar Association.

- Wendt, A. (2006). Social theory as Cartesian science: An auto-critique from a quantum perspective. In S. Guzzini, & A. Leander (Eds.), *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and his critics* (pp. 178-216). New York: Routledge.
- Zartman, I. W. (1993). Common Elements in the Analysis of the Negotiation Process. In J. W. Breslin, & J. Z. Rubin (Eds.), *Negotiation Theory and Practice* (2nd Edition ed., pp. 147-159). Cambridge, Massachusetts: The Program on Negotiation at Harvard Law School.
- Zartman, I. W. (1999). Negotiating Cultures. In P. Berton, H. Kimura, & I. Zartman (Eds.), *International Negotiation: Actors, Structure/Process, Values* (pp. 1-7). New York: St. Martin's Press.
- Zartman, I. W. (2002). Regional Conflict Resolution. In V. Kremenuyk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition ed., pp. 348-361). San Francisco: Jossey-Bass.
- Zartman, I. W. (2002). The Structure of Negotiation. In V. Kremenuyk (Ed.), *International Negotiation: Analysis, Approaches, Issues* (2nd Edition ed., pp. 71-84). San Francisco: Jossey-Bass.
- Zehfuss, M. (2006). Constructivism and Identity: a Dangerous Liaison. In S. Guzzini, & A. Leander (Eds.), *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and his Critics* (pp. 92-116). New York: Routledge.

ARTIGOS

- Acharya, A. (1997). Ideas, identity, and institution-building: From the 'Asean way' to the 'Asia-pacific way'? *The Pacific Review*, 10 (3), 319-346.
- Acharya, A. (2014). Global International Relations and Regional Worlds: A New Agenda for International Studies. *International Studies Quarterly* (58), 647-659.
- Adler, E. (1997). Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics. *European Journal of International Relations*, 3 (3), 319-363.
- Adler, E. (1999). O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais. *Lua Nova* (47), 201-252.

- Adler, R. (2007). Negotiating with Liars. *MIT Sloan Management Review*, 48 (4).
- Agius, M. F. (2012). Strategies and Success in Litigation and Negotiation in the WTO. *International Negotiation: A Journal of Theory and Practice*, 17 (1).
- Ahnlid, A. (2012). Improving the Effectiveness of Multilateral Trade Negotiations: A Practitioner's Perspective on the 2018 WTO Ministerial Meeting. *International Negotiation: A Journal of Theory and Practice*, 17 (1).
- Albin, C. (2012). Improving the Effectiveness of Multilateral Trade Negotiations: Introduction. *International Negotiation: A Journal of Theory and Practice*, 17 (1).
- Albin, C., & Young, A. (2012). Setting the Table for Success - or Failure? Agenda Management in the WTO. *International Negotiation: A Journal of Theory and Practice*, 17 (1).
- Allred, K. (2004). The High Cost of Low Trust. *The Program on Negotiation Newsletter*, 7 (7), 1-4.
- Andersson, E. (2012). Who Needs Effective Doha Negotiations, and Why? *International Negotiation: A Journal of Theory and Practice*, 17 (1).
- Bailer, S. (2011, October). Structural, Domestic, and Strategic Interests in the European Union: Negotiation Positions in the Council of Ministers. *Negotiation Journal*, 447-475.
- Bembe, M. D. (2016). A Política Externa Angolana: Doutrina e prática. *Mulemba: Revista Angolana de Ciências Sociais*, 6 (11), 25-55.
- Bernardino, L. M. (2015). O Novo Paradigma da Segurança na África: a estratégia Regional Angolana. *RBED*, 2 (1), 168-184.
- Bracken, L. (2006, March). Building and Maintaining Coalitions and Allegiances Throughout Negotiations. *The Negotiator Magazine*.
- Cafussa, A. C. (2015). As implicações da identidade nacional na projecção externa de Angola. *Mulemba*, 5 (9), 1-30.

- Cardoso, F. (1991). SADCC e interdependência económica na África Austral: Realidades e perspectivas. *Estudos Afro-Asiáticos*, 32, 23-32.
- Carducci, G. (2012). The importance of legal context and other considerations in assessing the suitability of negotiation, mediation, arbitration and litigation in resolving effectively domestic and international disputes. *St. John' Law Review*, 86.
- Cellich, C. (1997). Closing Your Business Negotiations. *International Trade Forum* (1), 14-19.
- Cialdini, R. (2001, October). Harnessing the Science of Persuasion. *Harvard Business Review*, 72-79.
- Craver, C. (2005, December). Negotiation Ethics. *The Negotiator Magazine*.
- Cross, J. G. (1977). Negotiation as Learning Process. *Journal of Conflict Resolution*, 21 (4), 581-606.
- Crump, L. (2015, April). Analysing Complex Negotiations. *Negotiation Journal*, 131-153.
- Crump, L., & Druckman, D. (2012). Turning Points in Multilateral Trade Negotiations on Intellectual Property. *International Negotiation: A Journal of Theory and Practice*, 17 (1).
- Crump, L., & Moon, D. (2017, April). Precedents in Negotiated Decisions: Korea-Australia Free Trade Agreement Negotiations. *Negotiation Journal*, 101-127.
- Daya, Y. (2017). Regional Trade Agreements and the World Trade Organization. *Contemporary Issues in African Trade and Trade Finance*, 3 (1), 65-79.
- Dias, C. M. (2011). Conceitos, Modelos de Análise de Dinâmicas Regionais e CPLP. *Geopolítica* (4), 67-111.
- Dinar, S. (2000). Negotiations and International Relations: A Framework of Hydropolitics. *International Negotiations* (5), 375-407.
- Druckman, D. (2001). Turning Points in International Negotiation: A Comparative Analysis. *The Journal of Conflict Resolution* (45), 519-544.

- Earnest, D. (2008). Coordination in Large Numbers: An Agent-Based Model of International Negotiations. *International Studies Quarterly* (52), 363-382.
- Faizullaev, A. (2014). Diplomatic Interactions and Negotiations. *Negotiation Journal*, 275-299.
- Finnemore, M., & Sikkink, K. (1998). International Norm Dynamics and Political Change. *International Organization*, 52 (4), 887-917.
- Guzman, A., & Meyer, T. (2010). International soft law. *Journal of Legal Analysis*, 2 (1), 171-225.
- Hackley, S. (2005, February). Balancing Act: How to Manage Negotiation Tensions. *Program on Negotiation Newsletter*, 3-5.
- Halabi, Y. (20004). The expansion of global governance into the third world: Altruism, realism, or construtivism? *International Studies Review*, 6, 21-48.
- Hopf, T. (1998). The Promise of Construtivism in International Relations Theory. *International Security*, 23, 171-200.
- Ide, D. (2008). Interesses nacionais não são ‘dados’: As relações indo-paquistanesas sob o prisma do construtivismo. *Meridiano*, 47 (9), 18-20.
- Guzman, A., & Meyer, T. (2010). International soft law. *Journal of Legal Analysis*, 2 (1), 171-225.
- Kaufmann-Kohler, G. (2010). Soft law in international arbitration: codification and normativity. *Journal of International Dispute Settlement*, 1-17.
- Kissinger, H. (1969). The Vietnam Negotiations. *Foreign Affairs* (47), 211-234.
- Kolb, D. (2004). Staying in the Game or Changing It: An Analysis of Moves and Turns in Negotiation. *Negotiation Journal*, 20 (2), 256-268.
- Kornegay, F. A. (2013). África do Sul, o Atlântico e a equação IBAS-BRICS: O espaço transatlântico em transição. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 2 (3), 79-104.

- Kratochwil, F. (1982). On the Notion of 'Interest' in International Relations. *International Organization* (36), 1-30.
- Lilja, J. (2012). Domestic-Level Factors and Negotiation (In)Flexibility in the WTO. *International Negotiation: A Journal of Theory and Practice*, 17 (1).
- Lindberg, L., & Alvstam, C. (2012). The Ambiguous Role of the WTO in Times of Stalled Multilateral Negotiations and Proliferating FTAs in East Asia. *International Negotiation: A Journal of Theory and Practice*, 17 (1).
- Malhoutra, D. (2006). The Fine art of Making Concessions. *The Program on Negotiation Newsletter*, 9 (1), 9-11.
- Mansfield, E., & Milner, H. (1999). The new wave of regionalism. *International Organization*, 53 (3), 589-627.
- Mohan, G., & Lampert, B. (2012). Negotiating China: Reinserting African Agency into China - Africa Relations. *African Affairs*, 112 (446), 92-110.
- Nash, J. (1950). The Bargaining Problem. *Econometrica*, 18, 155-162.
- Nash, J. (1951). Non-Cooperative Games. *Annals of Mathematics*, 54, 286-295.
- Neale, M., & Bazerman, M. (1992). Negotiating rationally: The Power and Impact of the Negotiator's Frame. *The Academy of Management Executive*, 6 (3), 42-51.
- Ngwawi, J. (2014, Agosto). SADC Redefine Prioridades - RISDP em Revisão. *África Austral Hoje*, 16 (5), pp. 1-2.
- Nicola, F. (2015). The politicization of legal expertise in the TTIP Negotiation. *Law and Contemporary Problems*, 78.
- Niemann, A. (2006). Beyond Problem-Solving and Bargaining: Genuine Debate in EU External Trade Negotiations. *International Negotiation* (11), 467-497.
- Nye, J., & Keohane, R. (1971). Transnational relations and world politics. *International Organization*, 25 (3), 721-748.

- Odell, J. (2009). Breaking Deadlocks in International Negotiations: The WTO Seattle, and Doha. *International Studies Quarterly* (53), 273-299.
- Pereira, A. D. (2013). O Atlântico Sul, a África Austral e o Brasil: Cooperação e Desenvolvimento. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 2 (4), 33-47.
- Poku, N. (1998). Constructivism and Third World Research. *International Relations*, XIV (2), 35-45.
- Putnam, L. L. (2010, April). Negotiation and Discourse Analysis. *Negotiation Journal*, 145-154.
- Putnam, R. D. (1988). Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. *International Organization*, 42 (3), 427-460.
- Reis, A. (2017, Junho 23). Adesão à Zona de Livre Comércio está esquecida. *Correio Angolense*.
- Riche, F. E. (2015). Notas sobre a teoria social da política internacional de Alexander Wendt. *Século XXI*, V (1), 25-51.
- Rizzi, R., & Schutz, N. (2014). Política Externa da Nova África do Sul: Reinserção e afirmação regional. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 181-201.
- Robinson, R. (1995). Defusing the Exploding Offer: The Farpoint Gambit. *Negotiation Journal*, II (3), 277-285.
- Rocha, M. (2010). Os problemas da integração económica na SADC e a posição de Angola. *Ideação*, 12 (1), 139-158.
- Romana, H. B. (2016). A cultura estratégica: Uma abordagem estratégica e interdisciplinar. *R. Esc Guerra Naval*, 22 (1), 13-32.
- Rother, S. (2012). Wendt meets East: ASEAN Cultures of Conflict and Cooperation. *Cooperation and Conflict* (47), 49-67.

- Rozemberg, O. (2015). Faut-il continuer à étudier l'Union Européenne? Introduction. *Politique Européenne*, 450, 6-15.
- Ruggie, J. (1998). What Makes the World Hang Together? Neo-Utilitarianism and the Constructivist Challenge. *International Organization*, 855-885.
- Saaty, T. L. (1988). The Negotiation and Resolution of the Conflict in South Africa: The AHP. *ORION*, 4 (1), 3-25.
- Sebenius, J. K. (2009, October). Negotiation Analysis: From Games to Inference to Decisions to Deals. *Negotiation Journal*, 449-465.
- Silva, I. C. (2015). Política Externa Regional de Angola: Mudanças Frente à Ordem Sistémica (1975-2010). *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 4 (7), 139-172.
- Sjostedt, G. (2012). NGOs in WTO Talks: Patterns of Performance and What They Mean. *International Negotiation: A Journal Theory and Practice*, 17 (1).
- Weeks, H. (2004). Staying With No. *Harvard Management Communication Letter*, 1 (4).
- Wendt, A. (1987). The Agent-Structure Problem in International Relations. *International Organization*, 41 (3), 335-370.
- Wendt, A. (1992, Spring). Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, 46, pp. 391-425.
- Whitfield, L., & Fraser, A. (2010). Negotiating Aid: The Structural Conditions Shaping the Negotiating Strategies of African Governments. *International Negotiation*, 15, 341-366.
- Winham, G. (1979). Practitioners' Views of International Negotiation. *World Politics* (32), 111-135.

CASE STUDIES, OCCASIONAL E WORKING PAPERS

- Brenton, P., Flatters, F., & Kalenga, P. (2005). Rules of origin and SADC: The case for change in the midterm review of trade protocol. *Working Paper Africa Region, Series n° 83*.

- Bush, R., & Kibble, S. (1985). Destabilization in Southern Africa: An overview. *Current African Issues*, 4, 1-48.
- Gaspar, A. d. (2003). Diagnóstico de Focos de Origem de Conflitos Sociais nas Comunidades Urbanas e Periféricas. *Organização para Resolução de Conflitos*.
- Gaspar, A. d. (2006). Leitura Comparativa de Conflitos Socioculturais: Chibabava, Dondo, Guvuro e Maxixe. *Organização para Resolução de Conflitos*, III.
- Knudsen, C., Mundt, A., & Zartman, I. (2000). Peace Agreements: The Case of Angola. *Case Study Series N° 1*, pp. 1-27.
- Lopes, C. M. (2016). *Estudo do Impacto da adesão à Zona de Comércio Livre da SADC nas Receitas Alfandegárias*. Luanda: Secretariado Nacional da SADC.
- Malaquias, A. (2011). Angola's foreign policy: Pragmatic recalibrations. *Occasional Paper*, 84.
- Redvers, L. (2013, August). Angola, the reluctant SADC Trader. *SAILA Occasional Paper N° 152*, 1-32.
- Rocha, M. A. (2015). 2017 é Depois de Amanhã: Como Vai estar o país para Entrar para a Zona de Livre Comércio da SADC? Uma Análise Comparada dos Principais Indicadores Económicos. *Working Paper* (3).
- Sandrey, R. (2013). Trade Negotiations for a Free-Trade Agreement: A guide to general principles and requirements. *Tralac Working Paper*, pp. 1-24.
- Sell, S. (2014). Ahead of her time? Reflections on Susan Strange's contribution to contemporary political economy. *Princeton Workshop on Susan Strange's Legacy*.
- Silva, G. A., & Ponçano, V. M. (2016). *Análise do Sistema de Qualidade de Angola e das Necessidades de Capacitação dos Recursos Humanos e de Infra-estrutura em Matéria de Controlo de Qualidade, Certificação, Normas Fitossanitárias e Regras de Origem*. Luanda: Secretariado Nacional da SADC.
- Sululo, N., & Henriques, C. (2017). *Relatório do Estudo do Impacto da Plena Participação de Angola na Zona de Comércio Livre da SADC sobre a Captação de Investimento Directo*. Luanda: Secretariado Nacional da SADC.

Tjonneland, E. (2011). Desenvolver as infra-estruturas em Angola: Qual o papel da SADC? (C. M. Institute, Ed.) *CMI Working Paper*, 3.

Torres, A. (1993). Integração regional em África e multilateralismo: Integração versus GATT? *Coleção Documentos de Trabalho*, 26.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Assembleia Nacional da República de Angola. *Resolução n.º 5/02, de 25 de Fevereiro*. Diário da República, Terça-feira, 25 de Fevereiro de 2003.

Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Países da Linha da Frente, Luanda, 1986. (2018). Comunicado Final. In A. Xavier, *Cuito Cuanavale: Guerra e Paz na África Austral* (pp. 11, 14). Luanda: Edições de Angola.

Decreto Executivo Conjunto n.º 64/03, de 10 de Novembro. Diário da República, Segunda-feira, 10 de Novembro de 2003.

Decreto Presidencial n.º 187/14, de 1 de Agosto. Diário da República, Sexta-feira, 1 de Agosto de 2014.

Despacho Conjunto n.º 97/04, de 6 de Abril. Diário da República, Terça-feira, 06 de Abril de 2004.

Grupo Técnico de Negociação e Implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC. (Janeiro de 2018). *Memorando sobre a Proposta de adesão de Angola à Zona de Comércio Livre da SADC*. Ministério do Comércio, Luanda.

Ministério da Economia e do Planeamento. (Abril 2018). *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018 - 2022*. Luanda.

Ministério do Planeamento. (Novembro 2004). *Angola 2015, Angola um País com Futuro: Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola (2025)*. Luanda.

Organization of African Unity. (3 de Junho de 1991). *Treaty Establishing the African Economic Community*. Abuja.

SADC (2017). *Summary of the SADC Revised Regional Indicative Strategic Development Plan 2015-2020*. Gaborone: SADC Secretariat.

Protocolo sobre Trocas Comerciais na Região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SADC (Abril 2001). *Report on the Review of the Operations of SADC Institutions*.

Southern Africa Development Community. (2018). *SADC Facts & Figures*. Consultado em 20 de Setembro de 2018, Disponível em SADC.Int: www.sadc.int/about-sadc/overview/sadc-facts-figures/

Southern African Development Community. (2003). *Regional Indicative Strategic Development Plan*. Gaborone: SADC.

United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD. (2016). *Angola: Trade Policy Framework*. Geneva: United Nations.

United Nations Conference on Trade and Development. (2016). *African Continental Free Trade Area: Policy and Negotiation Options for Trade in Goods*. Geneva: United Nations.

United Nations Economic Commission for Africa. (2015). *Economic Report on Africa 2015: Industrializing through Trade*. Addis Ababa: United Nations.

United Nations Economic Commission for Africa. (2017). *Economic Report on Africa 2017: Urbanization and Industrialization for Africa's Transformation*. Addis Ababa: United Nations.

United Nations Economic Commission for Africa. (2018). *Home: Regional Economic Communities: Southern African Development Community*. Consultado em 20 de Setembro de 2018, disponível em UNECA Web site: <http://www.uneca.org/oria/pages/sadc-southern-african-development-community>

World Trade Organization. (1994). GATT nº 4, Article XXXIV.

DISSERTAÇÕES E TESES

Alves, C. A. (2013). *Política Externa Angolana em Tempo de Guerra e Paz: Colonialismo e Pós-colonialismo*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra.

- Kaphuka, S. (2015). *The SADC Protocol on Trade: A Critical Analysis*. LLM International Trade Law (Dissertação de Mestrado). University of Cape Town, Cape Town.
- Omari, H. (1991). *The rise and decline of the Front Line States (FLS) alliance in southern Africa: 1975 - 1990*. (Tese de Doutoramento). Dalhousie University, Halifax.
- Sango, A. O. J. (2002). *O Modelo Político Angolano: Perspectivas*. (Tese de Doutoramento). FFLCH/USP, São Paulo.

DISCURSOS E ENTREVISTAS OFICIAIS

- Fonseca, P. L. (2016, 26 de Outubro). Discurso de Abertura do Workshop sobre Regras de Origem. Luanda.
- Lourenço, J. M. (2017). Discurso na Cerimónia de Investidura como Presidente da República. Luanda.
- Neto, A. A. (1975). Discurso do Presidente Agostinho Neto na Proclamação da Independência de Angola. (Fundação Agostinho Neto, Ed.) Praça da Independência, Luanda.
- Oliveira, S. (2016, Julho 05). Grande Entrevista. *Jornal Vanguarda*, 16-17. (A. Pedro, Entrevistador) Luanda.
- Santos, J. E. (1983). VII Cimeira dos Países Não Alinhados. Nova Delhi, 09/03/1983. In J. M. Abrantes, *José Eduardo dos Santos e os desafios do seu tempo: Palavras de um estadista 1979 -2013* (Vols. I). Luanda: Maianga Edições.
- Santos, J. E. (1989). Abertura do Encontro Nacional sobre Relações Exteriores. Luanda, 04/05/1989. In J. M. Abrantes, & E. M. 2014 (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista 1979 - 2013* (2ª Edição Revista e Ampliada. (Vol. I). Luanda: Maianga Edições.
- Santos, J. E. (1990). Entrevista ao 'New York Times', James Brock. Brasília 18/03/1990. In J. M. Abrantes, *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista 1979 -2013* (Vol. I). Luanda: Maianga Edições.

- Santos, J. E. (2014). Depoimento à Cimeira da SADC. Windhoek, 16/08/10. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do Seu Tempo: Palavras de um Estadista 1979 -2013* (Vol. III). Luanda: Maianga Editora.
- Santos, J. E. (2014). Discurso na Abertura do Seminário sobre o Saneamento Económico e Financeiro. Luanda, 17/08/1987. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista 1979 -2013* (Vol. I). Luanda: Maianga Editora.
- Santos, J. E. (2014). Discurso de Abertura da 31ª Cimeira da SADC. Luanda, 17/08/11. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os desafios do seu tempo: Palavras de um Estadista* (Vol. III). Luanda: Maianga Editora.
- Santos, J. E. (2014). Discurso de Cumprimentos do Corpo Diplomático. Luanda, 14/01/1994. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista 1079 -2013* (Vol. II). Luanda: Maianga Editora.
- Santos, J. E. (2014). Discurso de Cumprimentos do Corpo Diplomático. Luanda, 17/01/2003. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista 1079-2013* (Vol. II). Luanda: Maianga Editora.
- Santos, J. E. (2014). Discurso na 7ª Sessão Ordinária da Assembleia do Povo. Luanda, 02/02/1990. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os desafios do seu tempo: Palavras de um Estadista 1979 - 2013* (Vol. I). Luanda: Maianga Editora.
- Santos, J. E. (2014). Discurso na Abertura da Cimeira da SADC. Luanda, 02/10/2002. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do Seu Tempo: Palavras de um Estadista 1979 -2013* (Vol. II). Luanda: Maianga.
- Santos, J. E. (2014). Discurso na Assembleia da República Portuguesa. Lisboa, 28/09/1987. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os desafios do seu tempo: Palavras de um Estadista 1979 -2013* (Vol. I). Luanda: Maianga Editora.
- Santos, J. E. (2014). Discurso na Cimeira da SADC. Maseru, 24/08/1996. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista* (Vol. II). Luanda: Maianga.

- Santos, J. E. (2014). Discurso na Cimeira da SADCC. Maputo, 11/07/1983. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista 1979 - 2013* (Vol. I). Luanda: Maianga.
- Santos, J. E. (2014). Discurso na Cimeira dos Oito - Angola, Congo, Gabão, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Zaire, Zâmbia e Zimbabwe. Luanda, 16/05/1989. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista 1979- 2013* (Vol. I). Luanda: Maianga Editora.
- Santos, J. E. (2014). Discurso na Cimeira Extraordinária da SADC. Biatyre, 14/01/2002. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista 1979 -2013* (Vol. II). Luanda: Maianga.
- Santos, J. E. (2014). Discurso no Aeroporto de Ndola, ao saudar a população que ali se concentrou à sua chegada, Ndola/Zâmbia, 14/10/1979. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista 1979 - 2013* (Vol. I). Luanda: Maianga Editora.
- Santos, J. E. (2014). Discurso por Ocasão da Cerimónia de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático. Luanda, Janeiro 1982. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista 1979 -2013* (Vol. I). Luanda: Maianga Editora.
- Santos, J. E. (2014). Discurso por Ocasão da Investidura como Presidente da República de Angola, Luanda, 26/9/12. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do Seu Tempo: Palavras de um Estadista 1979 -2013* (Vol. III). Luanda: Maianga Editora.
- Santos, J. E. (2014). Discurso por Ocasão da Visita ao Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (EUA). Washington, 08/12/1995. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista* (Vol. II). Luanda: Maianga.
- Santos, J. E. (2014). Discurso Proferido na VII Cimeira da SADCC. Lusaca, Novembro 1987. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista* (Vol. I). Luanda: Maianga.

Santos, J. E. (2014). Discurso sobre o Estado da Nação. Luanda, 15/10/10. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista 1979 -2013* (Vol. III). Luanda: Maianga Editora.

Santos, J. E. (2014). Mensagem pelo 30º Aniversário da SADC. Luanda, 31/05/10. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do Seu Tempo: Palavras de um Estadista* (Vol. III). Luanda: Maianga Editora.

FONTES DISPONÍVEIS EM INTERNET

Constantino, F. D. (2016, Julho 21). *Angola mantém pretensão de aderir à Zona Livre de Comércio da SADC em 2017*. Consultado em Dezembro 2018, 2017, disponível em Angola Press - ANGOP: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2016/6/29/Angola-mantem-pretensao-aderir-Zona-Livre-Comercio-SADC-2017,df9d5560-d03d-4536-ba1f-f8fd568c6b2b.html

David, J. (2012, Agosto 16). *Adesão de Angola à Zona de Comércio Livre da SADC não é para já*. Consultado em 12 de Novembro de 2018, disponível em Voz da América: <https://www.voaportugues.com/a/angola-sadc-minister/1489805.html>

Escórcio, R. P. (n.d.). *Angola adia para 2017 a adesão à Zona de Comércio Livre da SADC*. Consultado em 16 de Dezembro de 2017, disponível em Portugal-Logistics: <http://www.portugal-logistics.com.pt/angola-adia-para-2017-adesao-a-sadc/>

KFC. (2017, January 23). *The South African Indaba Negotiation Tactic for Achieving Consensus*. Consultado em 4 de Junho de 2018, disponível em <http://bestdelegate.com/the-south-african-indaba-negotiation-tactic-for-achieving-consensus/>

Lopes, C. (2013, Julho 1). *International Trade Forum*. Consultado em 26 de Fevereiro de 2018, disponível em The Quartely Magazine of the International Trade Center: www.tradeforum.org/article/can-trade-make-a-difference-in-Africa/

Lopes, C. (2015, Abril 16). *Africa Cheetah Run*. (UNECA). Consultado em 22 de Fevereiro de 2018, disponível em The Former Executive Secretary's Blog: www.uneca.org/es-blog/african-trade-policies-have-to-match-its-industrialization-imperative

Lopes, C. (2015, Setembro 15). *Africa Cheetah Run*. Consultado em 3 Março de 2018, disponível em The Former Executive Secretary's Blog: www.uneca.org/es-blog/preparing-africa-next-trade-negotiations

Lourenço, A. D. (2008, Agosto 14). Condicionada adesão de Angola à Zona de Comércio Livre da SADC. (Entrevista concedida à ANGOP). Consultado em 7 de Julho de 2018, disponível em http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2008/7/33/Condicionada-adesao-Angola-Zona-Comercio-Livre,3a9948bd-ca07-447d-89fe-212bfe6949b5.html

Portal de Serviços do Cidadão de Angola (2019, 5 de Junho), *GTNIP apresenta proposta de oferta de desarmamento pautal para a SADC*. Consultado em 20 de Junho de 2019, disponível em <http://www.cidadao.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=42159>

Rathi, A. (2015, December 12). *This simple negotiation tactic brought 195 countries to consensus*. Consultado em 3 de Maio de 2018, disponível em <https://qz.com/572623/this-simple-negotiation-tactic-brought-195-countries-to-consensus-in-the-paris-climate-talks>

Van-Dúnem, J. (2019, Fevereiro 28). *Angola prepara duas taxas para zona de comércio da SADC*. Consultado em 15 de Março de 2019, disponível em Angola Press - ANGOP: http://angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2019/1/9/Angola-prepara-duas-taxas-para-zona-comercio-SADC,b417dcd0-1f08-4cd3-978a-cbc28d3b195c.html

OUTROS

Lourenço, A. D. (2008, Agosto 14). Condicionada adesão de Angola à Zona de Comércio Livre da SADC. (Entrevista concedida à ANGOP) http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2008/7/33/Condicionada-adesao-Angola-Zona-Comercio-Livre,3a9948bd-ca07-447d-89fe-212bfe6949b5.html.

Oliveira, S. (2016, Julho 05). Grande Entrevista. *Jornal Vanguarda*, 16-17. (Entrevista de A. Pedro) Luanda, Angola.

Santos, J. E. (1986). Carta ao Secretário Geral da ONU. In J. M. Abrantes (Ed.), *José Eduardo dos Santos e os Desafios do seu Tempo: Palavras de um Estadista 1979-2013* (Vol. I). Luanda: Maianga Edições.

ANEXOS:

Anexo n.º 01: Tratado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral;

Anexo n.º 02: Protocolo de Trocas Comerciais da SADC.

**TREATY
OF THE
SOUTHERN AFRICAN
DEVELOPMENT COMMUNITY**

TABLE OF CONTENTS

	PAGE
PREAMBLE	3
CHAPTER ONE	4
ARTICLE 1 DEFINITIONS	4
CHAPTER TWO	4
ESTABLISHMENT AND LEGAL STATUS	
ARTICLE 2 ESTABLISHMENT	4
ARTICLE 3 LEGAL STATUS	4
 CHAPTER THREE	 5
PRINCIPLES, OBJECTIVES AND GENERAL UNDERTAKINGS	
ARTICLE 4 PRINCIPLES	5
ARTICLE 5 OBJECTIVES	5
ARTICLE 6 GENERAL UNDERTAKINGS	6
 CHAPTER FOUR	 6
MEMBERSHIP	
ARTICLE 7 MEMBERSHIP	6
ARTICLE 8 ADMISSION OF NEW MEMBERS	6
 CHAPTER FIVE	 6
INSTITUTIONS	
ARTICLE 9 ESTABLISHMENT OF INSTITUTIONS	6
ARTICLE 10 THE SUMMIT	7
ARTICLE 11 THE COUNCIL	7
ARTICLE 12 COMMISSIONS	7
ARTICLE 13 THE STANDING COMMITTEE OF OFFICIALS	8
ARTICLE 14 THE SECRETARIAT	8
ARTICLE 15 THE EXECUTIVE SECRETARY	8
ARTICLE 16 THE TRIBUNAL	9
ARTICLE 17 SPECIFIC UNDERTAKINGS	9
 CHAPTER SIX	 9
MEETINGS	
ARTICLE 18 QUORUM	9
ARTICLE 19 DECISIONS	9
ARTICLE 20 PROCEDURE	9
 CHAPTER SEVEN	 9
COOPERATION	
ARTICLE 21 AREAS OF COOPERATION	9
ARTICLE 22 PROTOCOLS	10
ARTICLE 23 NON-GOVERNMENTAL ORGANISATIONS	10

CHAPTER EIGHT		10
RELATIONS WITH OTHER STATES, REGIONAL AND INTERNATIONAL ORGANISATIONS		
ARTICLE 24	RELATIONS WITH OTHER STATES, REGIONAL AND INTERNATIONAL ORGANISATIONS	10
CHAPTER NINE		10
RESOURCES , FUND AND ASSETS		
ARTICLE 25	RESOURCES	10
ARTICLE 26	FUND	11
ARTICLE 27	ASSETS	11
CHAPTER TEN		11
FINANCIAL PROVISIONS		
ARTICLE 28	THE BUDGET	11
ARTICLE 29	EXTERNAL AUDIT	11
ARTICLE 30	FINANCIAL REGULATIONS	11
CHAPTER ELEVEN		12
IMMUNITIES AND PRIVILEGES		
ARTICLE 31	IMMUNITIES AND PRIVILEGES	12
CHAPTER TWELVE		12
SETTLEMENT OF DISPUTES		
ARTICLE 32	PROCEDURE FOR SETTLEMENT OF DISPUTES	12
CHAPTER THIRTEEN		12
SANCTIONS, WITHDRAWAL AND DISSOLUTION		
ARTICLE 33	SANCTIONS	12
ARTICLE 34	WITHDRAWAL	12
ARTICLE 35	DISSOLUTION	13
CHAPTER FOURTEEN		13
AMENDMENT OF THE TREATY		
ARTICLE 36	AMENDMENT OF THE TREATY	13
CHAPTER FIFTEEN		13
LANGUAGE		
ARTICLE 37	LANGUAGE	13
CHAPTER SIXTEEN		13
SAVING PROVISIONS		
ARTICLE 38	SAVING PROVISIONS	13
CHAPTER SEVENTEEN		13
SIGNATURE, RATIFICATION, ENTRY INTO FORCE, ACCESSION AND DEPOSITARY		
ARTICLE 39	SIGNATURE	13
ARTICLE 40	RATIFICATION	14
ARTICLE 41	ENTRY INTO FORCE	14
ARTICLE 42	ACCESSION	14
ARTICLE 43	DEPOSITARY	14
CHAPTER EIGHTEEN		14
TERMINATION OF THE MEMORANDUM OF UNDERSTANDING		
ARTICLE 44	TERMINATION OF THE MEMORANDUM OF UNDERSTANDING	14

PREAMBLE

We, the Heads of State or Government of:

The People's Republic of Angola
The Republic of Botswana
The Kingdom of Lesotho
The Republic of Malawi
The Republic of Mozambique
The Republic of Namibia
The Kingdom of Swaziland
The United Republic of Tanzania
The Republic of Zambia
The Republic of Zimbabwe

HAVING REGARD to the objectives set forth in "SOUTHERN AFRICA: TOWARD ECONOMIC LIBERATION – A Declaration by the Governments of independent States of Southern Africa, made at Lusaka, on the 1st April, 1980";

IN PURSUANCE of the principles of "TOWARDS A SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY – A Declaration made by the Heads of State or Government of Southern Africa at Windhoek, in August, 1992," which affirms our commitment to establish a Development Community in the Region;

DETERMINED to ensure, through common action, the progress and well-being of the peoples of Southern Africa;
CONSCIOUS of our duty to promote the interdependence and integration of our national economies for the harmonious, balanced and equitable development of the Region;

CONVINCED of the need to mobilise our own and international resources to promote the implementation of national, interstate and regional policies, programmes and projects within the framework for economic integration;

DEDICATED to secure, by concerted action, international understanding, support and cooperation;

MINDFUL of the need to involve the peoples of the Region centrally in the process of development and integration, particularly through the guarantee of democratic rights, observance of human rights and the rule of law;

RECOGNISING that, in an increasingly interdependent world, mutual understanding, good neighbourliness, and meaningful cooperation among the countries of the Region are indispensable to the realisation of these ideals;

TAKING INTO ACCOUNT the Lagos Plan of Action and the Final Act of Lagos of April 1980, and the Treaty establishing the African Economic Community signed at Abuja, on the 3rd of June, 1991;

BEARING IN MIND the principles of international law governing relations between States;

HAVE DECIDED TO ESTABLISH AN INTERNATIONAL ORGANISATION TO BE KNOWN AS THE SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY (SADC), AND HEREBY AGREE AS FOLLOWS:

CHAPTER ONE

ARTICLE 1

DEFINITIONS

In this Treaty, unless the context otherwise requires:

1. "Treaty" means this Treaty establishing SADC;
2. "Protocol" means an instrument of implementation of this Treaty, having the same legal force as this Treaty;
3. "Community" means the organisation for economic integration established by Article 2 of this Treaty;
4. "Region" means the geographical area of the Member States of SADC;
5. "Member State" means a member of SADC;
6. "Summit" means the Summit of the Heads of State or Government of SADC established by Article 9 of this Treaty;
7. "High Contracting Parties" means States, herein represented by Heads of State or Government or their duly authorised representatives for purposes of the establishment of the Community;
8. "Council" means the Council of Ministers of SADC as established by Article 9 of this Treaty;
9. "Secretariat" means the Secretariat of SADC established by Article 9 of this Treaty;
10. "Executive Secretary" means the chief executive officer of SADC appointed under Article 10(7) of this Treaty;
11. "Commission" means a commission of SADC established by Article 9 of this Treaty;
12. "Tribunal" means the tribunal of the Community established by Article 9 of this Treaty;
13. "Sectoral Committee" means a committee referred to in Article 38 of this Treaty;
14. "Sector Coordinating Unit" means a unit referred to in Article 38;
15. "Standing Committee" means the Standing Committee of Officials established by Article 9 of this Treaty;
16. "Fund" means resources available at any given time for application to programmes, projects and activities of SADC as provided by Article 26.

CHAPTER TWO

ESTABLISHMENT AND LEGAL STATUS

ARTICLE 2

ESTABLISHMENT

1. By this Treaty, the High Contracting Parties establish the Southern African Development Community (hereinafter referred to as SADC).
2. The Headquarters of SADC shall be at Gaborone, Republic of Botswana.

ARTICLE 3

LEGAL STATUS

1. SADC shall be an international organisation, and shall have legal personality with capacity and power to enter into contract, acquire, own or dispose of movable or immovable property and to sue and be sued.
2. In the territory of each Member State, SADC shall, pursuant to paragraph 1 of this Article, have such legal capacity as is necessary for the proper exercise of its functions.

CHAPTER THREE

PRINCIPLES, OBJECTIVES AND GENERAL UNDERTAKINGS

ARTICLE 4

PRINCIPLES

SADC and its Member States shall act in accordance with the following principles:

- a) sovereign equality of all Member States;
- b) solidarity, peace and security;
- c) human rights, democracy, and the rule of law;
- d) equity, balance and mutual benefit;
- e) peaceful settlement of disputes.

ARTICLE 5

OBJECTIVES

1. The objectives of SADC shall be to:
 - a) achieve development and economic growth, alleviate poverty, enhance the standard and quality of life of the peoples of Southern Africa and support the socially disadvantaged through regional integration;
 - b) evolve common political values, systems and institutions;
 - c) promote and defend peace and security;
 - d) promote self-sustaining development on the basis of collective self-reliance, and the interdependence of Member States;
 - e) achieve complementarity between national and regional strategies and programmes;
 - f) promote and maximise productive employment and utilisation of resources of the Region;
 - g) achieve sustainable utilisation of natural resources and effective protection of the environment;
 - h) strengthen and consolidate the long standing historical, social and cultural affinities and links among the peoples of the Region.
2. In order to achieve the objectives set out in paragraph 1 of this Article, SADC shall:
 - a) harmonise political and socio-economic policies and plans of Member States;
 - b) encourage the peoples of the Region and their institutions to take initiatives to develop economic, social and cultural ties across the Region, and to participate fully in the implementation of the programmes and projects of SADC;
 - c) create appropriate institutions and mechanisms for the mobilisation of requisite resources for the implementation of programmes and operations of SADC and its Institutions;
 - d) develop policies aimed at the progressive elimination of obstacles to the free movement of capital and labour, goods and services, and the peoples of the Region generally, among Member States;
 - e) promote the development of human resources;
 - f) promote the development, transfer and mastery of technology;
 - g) improve economic management and performance through regional cooperation;
 - h) promote the coordination and harmonisation of the international relations of Member States;
 - i) secure international understanding, cooperation and support, and mobilise the inflow of public and private resources into the Region;
 - j) develop such other activities as Member States may decide in furtherance of the objectives of this Treaty.

ARTICLE 6

GENERAL UNDERTAKINGS

1. Member States undertake to adopt adequate measures to promote the achievement of the objectives of SADC, and shall refrain from taking any measure likely to jeopardise the sustenance of its principles, the achievement of its objectives and the implementation of the provisions of this Treaty.
2. SADC and Member States shall not discriminate against any person on grounds of gender, religion, political views, race, ethnic origin, culture or disability.
3. SADC shall not discriminate against any Member State.
4. Member States shall take all steps necessary to ensure the uniform application of this Treaty.
5. Member States shall take all necessary steps to accord this Treaty the force of national law.
6. Member States shall cooperate with and assist institutions of SADC in the performance of their duties.

CHAPTER FOUR

MEMBERSHIP

ARTICLE 7

MEMBERSHIP

States listed in the Preamble hereto shall, upon signature and ratification of this Treaty, be members of SADC.

ARTICLE 8

ADMISSION OF NEW MEMBERS

1. Any state not listed in the Preamble to this Treaty may become a member of SADC upon being admitted by the existing members and acceding to this Treaty.
2. The admission of any such state to membership of SADC shall be effected by a unanimous decision of the Summit.
3. The Summit shall determine the procedures for the admission of new members and for accession to this Treaty by such members.
4. Membership of SADC shall not be subject to any reservations.

CHAPTER FIVE

INSTITUTIONS

ARTICLE 9

ESTABLISHMENT OF INSTITUTIONS

1. The following Institutions are hereby established:
 - a) The Summit of Heads of State or Government;
 - b) The Council of Ministers;
 - c) Commissions;
 - d) The Standing Committee of Officials;
 - e) The Secretariat; and
 - f) The Tribunal.
2. Other institutions may be established as necessary.

ARTICLE 10

THE SUMMIT

1. The Summit shall consist of the Heads of State or Government of all Member States, and shall be the supreme policy-making Institution of SADC.
2. The Summit shall be responsible for the overall policy direction and control of the functions of SADC.
3. The Summit shall adopt legal instruments for the implementation of the provisions of this Treaty; provided that the Summit may delegate this authority to the Council or any other institution of SADC as the Summit may deem appropriate.
4. The Summit shall elect a Chairman and a Vice-Chairman of SADC from among its members for an agreed period, on the basis of rotation.
5. The Summit shall meet at least once a year.
6. The Summit shall decide on the creation of Commissions, other institutions, committees and organs as need arises.
7. The Summit shall appoint the Executive Secretary and the Deputy Executive Secretary, on the recommendation of Council.
8. Unless otherwise provided in this Treaty, the decisions of the Summit shall be by consensus and shall be binding.

ARTICLE 11

THE COUNCIL

1. The Council shall consist of one Minister from each Member State, preferably a Minister responsible for economic planning or finance.
2. It shall be the responsibility of the Council to:
 - a) oversee the functioning and development of SADC;
 - b) oversee the implementation of the policies of SADC and the proper execution of its programmes;
 - c) advise the Summit on matters of overall policy and efficient and harmonious functioning and development of SADC;
 - d) approve policies, strategies and work programmes of SADC;
 - e) direct, coordinate and supervise the operations of the institutions of SADC subordinate to it;
 - f) define sectoral areas of cooperation and allocate to Member States responsibility for coordinating sectoral activities, or re-allocate such responsibilities;
 - g) create its own committees as necessary;
 - h) recommend to the Summit persons for appointment to the posts of Executive Secretary and Deputy Executive Secretary;
 - i) determine the Terms and Conditions of Service of the staff of the institutions of SADC;
 - j) convene conferences and other meetings as appropriate, for purposes of promoting the objectives and programmes of SADC; and
 - k) perform such other duties as may be assigned to it by the Summit or this Treaty.
3. The Chairman and Vice-Chairman of the Council shall be appointed by the Member States holding the Chairmanship and the Vice-Chairmanship of SADC respectively.
4. The Council shall meet at least once a year.
5. The Council shall report and be responsible to the Summit.
6. Decisions of the Council shall be by consensus.

ARTICLE 12

COMMISSIONS

1. Commissions shall be constituted to guide and coordinate cooperation and integration policies and programmes in designated sectoral areas.
2. The composition, powers, functions, procedures and other matters related to each Commission shall be prescribed by an appropriate protocol approved by the Summit.
3. The Commissions shall work closely with the Secretariat.
4. Commissions shall be responsible and report to the Council.

ARTICLE 13

THE STANDING COMMITTEE OF OFFICIALS

1. The Standing Committee shall consist of one permanent secretary or an official of equivalent rank from each Member State, preferably from a ministry responsible for economic planning or finance.
2. The Standing Committee shall be a technical advisory committee to the Council.
3. The Standing Committee shall be responsible and report to the Council.
4. The Chairman and Vice-Chairman of the Standing Committee shall be appointed from the Member States holding the Chairmanship and the Vice-Chairmanship respectively, of the Council.
5. The Standing Committee shall meet at least once a year.
6. Decisions of the Standing Committee shall be by consensus.

ARTICLE 14

THE SECRETARIAT

1. The Secretariat shall be the principal executive Institution of SADC, and shall be responsible for:
 - a) strategic planning and management of the programmes of SADC;
 - b) implementation of decisions of the Summit and of the Council;
 - c) organisation and management of SADC meetings;
 - d) financial and general administration;
 - e) representation and promotion of SADC; and
 - f) coordination and harmonisation of the policies and strategies of Member States.
2. The Secretariat shall be headed by the Executive Secretary.
3. The Secretariat shall have such other staff as may be determined by the Council from time to time.

ARTICLE 15

THE EXECUTIVE SECRETARY

1. The Executive Secretary shall be responsible to the Council for the following:
 - a) consultation and coordination with the Governments and other institutions of Member States;
 - b) pursuant to the direction of Council or Summit, or on his/her own initiative, undertaking measures aimed at promoting the objectives of SADC and enhancing its performance;
 - c) promotion of cooperation with other organisations for the furtherance of the objectives of SADC;
 - d) organising and servicing meetings of the Summit, the Council, the Standing Committee and any other meetings convened on the direction of the Summit or the Council;
 - e) custodianship of the property of SADC;
 - f) appointment of the staff of the Secretariat, in accordance with procedures, and under Terms and Conditions of Service determined by the Council;
 - g) administration and finances of the Secretariat;
 - h) preparation of Annual Reports on the activities of SADC and its institutions;
 - i) preparation of the Budget and Audited Accounts of SADC for submission to the Council;
 - j) diplomatic and other representation of SADC;
 - k) public relations and promotion of SADC;
 - l) such other functions as may, from time to time, be determined by the Summit and Council.
2. The Executive Secretary shall liaise closely with Commissions, and other institutions, and guide, support and monitor the performance of SADC in the various sectors to ensure conformity and harmony with agreed policies, strategies, programmes and projects.
3. The Executive Secretary shall be appointed for four years, and be eligible for appointment for another period not exceeding four years.

ARTICLE 16

THE TRIBUNAL

1. The Tribunal shall be constituted to ensure adherence to and the proper interpretation of the provisions of this Treaty and subsidiary instruments and to adjudicate upon such disputes as may be referred to it.
2. The composition, powers, functions, procedures and other related matters governing the Tribunal shall be prescribed in a Protocol adopted by the Summit.
3. Members of the Tribunal shall be appointed for a specified period.
4. The Tribunal shall give advisory opinions on such matters as the Summit or the Council may refer to it.
5. The decisions of the Tribunal shall be final and binding.

ARTICLE 17

SPECIFIC UNDERTAKINGS

1. Member States shall respect the international character and responsibilities of SADC, the Executive Secretary and other staff of SADC, and shall not seek to influence them in the discharge of their functions.
2. In the performance of their duties, the members of the Tribunal, the Executive Secretary and the other staff of SADC shall be committed to the international character of SADC, and shall not seek or receive instructions from any Member States, or from any authority external to SADC. They shall refrain from any action incompatible with their positions as international staff responsible only to SADC.

CHAPTER SIX

MEETINGS

ARTICLE 18

QUORUM

The quorum for all meetings of Institutions of SADC shall be two-thirds of its Members.

ARTICLE 19

DECISIONS

Except as otherwise provided in this Treaty, decisions of the Institutions of SADC shall be taken by consensus.

ARTICLE 20

PROCEDURE

Except as otherwise provided in this Treaty, the Institutions of SADC shall determine their own rules of procedure.

CHAPTER SEVEN

COOPERATION

ARTICLE 21

AREAS OF COOPERATION

1. Member States shall cooperate in all areas necessary to foster regional development and integration on the basis of balance, equity and mutual benefit.

2. Member States shall, through appropriate institutions of SADC, coordinate, rationalise and harmonise their overall macro-economic and sectoral policies and strategies, programmes and projects in the areas of cooperation.
3. In accordance with the provisions of this Treaty, Member States agree to cooperate in the areas of:
 - a) food security, land and agriculture;
 - b) infrastructure and services;
 - c) industry, trade, investment and finance;
 - d) human resources development, science and technology;
 - e) natural resources and environment;
 - f) social welfare, information and culture; and
 - g) politics, diplomacy, international relations, peace and security.
4. Additional areas of cooperation may be decided upon by the Council.

ARTICLE 22

PROTOCOLS

1. Member States shall conclude such Protocols as may be necessary in each area of cooperation, which shall spell out the objectives and scope of, and institutional mechanisms for, cooperation and integration.
2. Each Protocol shall be approved by the Summit on the recommendation of the Council, and shall thereafter become an integral part of this Treaty.
3. Each Protocol shall be subject to signature and ratification by the parties thereto.

ARTICLE 23

NON-GOVERNMENTAL ORGANISATIONS

1. In pursuance of the objectives of this Treaty, SADC shall seek to involve fully, the peoples of the Region and non-governmental organisations in the process of regional integration.
2. SADC shall cooperate with, and support the initiatives of the peoples of the Region and non-governmental organisations, contributing to the objectives of this Treaty in the areas of cooperation in order to foster closer relations among the communities, associations and peoples of the Region.

CHAPTER EIGHT

RELATIONS WITH OTHER STATES, REGIONAL AND INTERNATIONAL ORGANISATIONS

ARTICLE 24

1. Subject to the provisions of Article 6(1), Member States and SADC shall maintain good working relations and other forms of cooperation, and may enter into agreements with other states, regional and international organisations, whose objectives are compatible with the objectives of SADC and the provisions of this Treaty.
2. Conferences and other meetings may be held between Member States and other Governments and organisations associated with the development efforts of SADC to review policies and strategies, and evaluate the performance of SADC in the implementation of its programmes and projects, identify and agree on future plans of cooperation.

CHAPTER NINE

RESOURCES, FUND AND ASSETS

ARTICLE 25

RESOURCES

1. SADC shall be responsible for the mobilisation of its own and other resources required for the implementation of its programmes and projects.

2. SADC shall create such institutions as may be necessary for the effective mobilisation and efficient application of resources for regional development.
3. Resources acquired by SADC by way of contributions, loans, grants or gifts, shall be the property of SADC.
4. The resources of SADC may be made available to Member States in pursuance of the objectives of this Treaty, on terms and conditions mutually agreed between SADC and the Member States involved.
5. Resources of SADC shall be utilised in the most efficient and equitable manner.

ARTICLE 26

FUND

The Fund of SADC shall consist of contributions of Member States, income from SADC enterprises and receipts from regional and non-regional sources.

ARTICLE 27

ASSETS

1. Property, both movable and immovable, acquired by or on behalf of SADC shall constitute the assets of SADC, irrespective of their location.
2. Property acquired by Member States, under the auspices of SADC, shall belong to the Member States concerned, subject to provisions of paragraph 3 of this Article, and Articles 25 and 34 of this Treaty.
3. Assets acquired by Member States under the auspices of SADC shall be accessible to all Member States on an equitable basis.

CHAPTER TEN

FINANCIAL PROVISIONS

ARTICLE 28

THE BUDGET

1. The budget of SADC shall be funded by contributions made by Member States, and such other sources as may be determined by the Council.
2. Member States shall contribute to the budget of SADC in proportions agreed upon by the Council.
3. The Executive Secretary shall cause to be prepared estimates of revenue and expenditure for the Secretariat and Commissions, and submit them to the Council not less than three months before the beginning of the financial year.
4. The Council shall approve the estimates of revenue and expenditure before the beginning of the financial year.
5. The financial year of SADC shall be determined by the Council.

ARTICLE 29

EXTERNAL AUDIT

1. The Council shall appoint external auditors and shall fix their fees and remuneration at the beginning of each financial year.
2. The Executive Secretary shall cause to be prepared and audited, annual statements of accounts for the Secretariat and Commissions, and submit them to the Council for approval.

ARTICLE 30

FINANCIAL REGULATIONS

The Executive Secretary shall prepare and submit to the Council for approval financial regulations, standing orders and rules for the management of the affairs of SADC.

CHAPTER ELEVEN

IMMUNITIES AND PRIVILEGES

ARTICLE 31

1. SADC, its Institutions and staff shall, in the territory of each Member State, have such immunities and privileges as are necessary for the proper performance of their functions under this Treaty, and which shall be similar to those accorded to comparable international organisations.
2. The immunities and privileges conferred by this Article shall be prescribed in a Protocol.

CHAPTER TWELVE

SETTLEMENT OF DISPUTES

ARTICLE 32

Any dispute arising from the interpretation or application of this Treaty, which cannot be settled amicably, shall be referred to the Tribunal.

CHAPTER THIRTEEN

SANCTIONS, WITHDRAWAL AND DISSOLUTION

ARTICLE 33

SANCTIONS

1. Sanctions may be imposed against any Member State that:
 - a) persistently fails, without good reason, to fulfil obligations assumed under this Treaty;
 - b) implements policies which undermine the principles and objectives of SADC; or
 - c) is in arrears for more than one year in the payment of contributions to SADC, for reasons other than those caused by natural calamity or exceptional circumstances that gravely affect its economy, and has not secured the dispensation of the Summit.
2. The sanctions shall be determined by the Summit on a case-by-case basis.

ARTICLE 34

WITHDRAWAL

1. A Member State wishing to withdraw from SADC shall serve notice of its intention in writing, a year in advance, to the Chairman of SADC, who shall inform other Member States accordingly.
2. At the expiration of the period of notice, the Member State shall, unless the notice is withdrawn, cease to be a member of SADC.
3. During the one year period of notice referred to in paragraph 1 of this Article, the Member State wishing to withdraw from SADC shall comply with the provisions of this Treaty, and shall continue to be bound by its obligations.
4. A Member State which has withdrawn shall not be entitled to claim any property or rights until the dissolution of SADC.
5. Assets of SADC situated in the territory of a Member State which has withdrawn, shall continue to be the property of SADC and be available for its use.
6. The obligations assumed by Member States under this Treaty shall, to the extent necessary to fulfil such obligations, survive the termination of membership by any State.

ARTICLE 35

DISSOLUTION

1. The Summit may decide by a resolution supported by three-quarters of all members to dissolve SADC or any of its Institutions, and determine the terms and conditions of dealing with its liabilities and disposal of its assets.
2. A proposal for the dissolution of SADC may be made to the Council by any Member State, for preliminary consideration, provided, however, that such a proposal shall not be submitted for the decision of the Summit until all Member States have been duly notified of it and a period of twelve months has elapsed after the submission to the Council.

CHAPTER FOURTEEN

AMENDMENT OF THE TREATY

ARTICLE 36

1. An amendment of this Treaty shall be adopted by a decision of three-quarters of all the Members of the Summit.
2. A proposal for amendment of this Treaty may be made to the Executive Secretary by any Member State for preliminary consideration by the Council, provided, however, that the proposed amendment shall not be submitted to the Council for preliminary consideration until all Member States have been duly notified of it, and a period of three months has elapsed after such notification.

CHAPTER FIFTEEN

LANGUAGE

ARTICLE 37

The working languages of SADC shall be English and Portuguese, and such other languages as the Council may determine.

CHAPTER SIXTEEN

SAVING PROVISIONS

ARTICLE 38

A Sectoral Committee, Sector Coordinating Unit or any other institution, obligation or arrangement of the Southern African Development Coordination Conference which exists immediately before the coming into force of this Treaty, shall to the extent that it is not inconsistent with the provisions of this Treaty, continue to subsist, operate or bind member States or SADC as if it were established or undertaken under this Treaty, until the Council or Summit determines otherwise.

CHAPTER SEVENTEEN

SIGNATURE, RATIFICATION, ENTRY INTO FORCE, ACCESSION AND DEPOSITARY

ARTICLE 39

SIGNATURE

This Treaty shall be signed by the High Contracting Parties.

ARTICLE 40

RATIFICATION

This Treaty shall be ratified by the signatory States in accordance with their constitutional procedures.

ARTICLE 41

ENTRY INTO FORCE

This Treaty shall enter into force thirty (30) days after the deposit of the instruments of ratification by two-thirds of the States listed in the Preamble.

ARTICLE 42

ACCESSION

This Treaty shall remain open for accession by any State subject to Article 8 of this Treaty.

ARTICLE 43

DEPOSITARY

1. The original texts of this Treaty and Protocols and all instruments of ratification and accession shall be deposited with the Executive Secretary of SADC, who shall transmit certified copies to all Member States.
2. The Executive Secretary shall register this Treaty with the Secretariats of the United Nations Organisation and the Organisation of African Unity.

CHAPTER EIGHTEEN

TERMINATION OF THE MEMORANDUM OF UNDERSTANDING

ARTICLE 44

This Treaty replaces the Memorandum of Understanding on the Institutions of the Southern African Development Coordination Conference dated 20th July, 1981.

IN WITNESS WHEREOF, WE, the Heads of State or Government have signed this Treaty.

DONE AT Windhoek, on 17th Day of August, 1992 in two (2) original texts in the English and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

.....
THE PEOPLE'S REPUBLIC OF ANGOLA

.....
KINGDOM OF LESOTHO

.....
REPUBLIC OF MOZAMBIQUE

.....
KINGDOM OF SWAZILAND

.....
REPUBLIC OF ZAMBIA

.....
REPUBLIC OF BOTSWANA

.....
REPUBLIC OF MALAWI

.....
REPUBLIC OF NAMIBIA

.....
UNITED REPUBLIC OF TANZANIA

.....
REPUBLIC OF ZIMBABWE

**PROTOCOLO SOBRE TROCAS
COMERCIAIS
NA REGIÃO DA COMUNIDADE
PARA DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA
AUSTRAL
(SADC)**

PROTOCOLO DA SADC SOBRE TROCAS COMERCIAIS

PREÂMBULO

As Altas Partes Contratantes:

- **Observando** que o Tratado que cria a Comunidade para Desenvolvimento da África Austral apela de forma explícita, no seu Artigo 22, para a conclusão dos Protocolos considerado necessários em cada uma das áreas de cooperação dentro da Comunidade;
- **Considerando** que as trocas comerciais de bens e serviços e o fomento do investimento transfronteiras constituem as principais áreas de cooperação entre os Estados Membros da Comunidade;
- **Reconhecendo** que o desenvolvimento de trocas comerciais e investimento é essencial para a integração económica da Comunidade;
- **Reconhecendo** que um mercado regional integrado criará novas oportunidades para um sector privado dinâmico;
- **Convictos** da necessidade de reforçar a cooperação na área aduaneira e no combate ao comércio ilegal dentro da Comunidade;
- **Convictos** de que um quadro de cooperação comercial entre Estados Membros baseado na igualdade, concorrência justa e benéfico mútuo contribuirá para a criação na Região da África Austral de uma Comunidade de Desenvolvimento viável;
- **Cientes** dos diferentes níveis de desenvolvimento económico existentes entre os Estados Membros da Comunidade e da necessidade de partilharem de uma forma proporcional os benefícios decorrentes da integração económica regional;
- **Decididos** a ligar a liberalização do comércio ao processo de desenvolvimento industrial viável, assim como a cooperação no domínio das finanças, investimento e outros sectores;

- **Recordando** as disposições do Tratado de Abuja que preconizam a criação de blocos económicos regionais e sub-regionais como importantes pilares rumo ao estabelecimento da Comunidade Económica Africana;
- **Cientes** dos resultados da Ronda de Uruguai sobre Negociações Multilaterais relativas às Trocas Comerciais no que se refere à liberalização do comércio internacional;
- **Reconhecendo** as obrigações dos Estados Membros em termos dos acordos comerciais existentes no âmbito regional e bilateral:

Acordaram no seguinte:

PARTE I

DEFINIÇÕES E OBJECTIVOS

Artigo 1

DEFINIÇÕES

O termo "**Anexo**" designa um instrumento legal de implementação do presente Protocolo, que constitui parte integrante do mesmo, e com igual força jurídica.

O termo "**Comunidade**", terá mesma designação que lhe é atribuído no Artigo 1 do Tratado.

A expressão "**Avaliação de Conformidade**", designa qualquer procedimento utilizado directa ou indirectamente para determinar o cumprimento de um regulamento ou padrão técnico, incluindo a amostra teste, inspecção, avaliação, verificação, fiscalização, auditoria, reconhecimento, registo ou aprovação garantida para o efeito, mas que não significa um procedimento de aprovação.

O termo "**_Conselho**", terá a mesma designação que lhe é atribuído no Artigo 1 do Tratado.

A expressão "**CMC**", designa o Comité de Ministros responsáveis pela área do Comércio.

O termo "**Dumping**", designa de acordo com o Artigo VI do Acordo do GATT (1994) a introdução de um produto no comércio de um outro país num valor inferior ao normal, em caso do preço de exportação do produto exportado de um país para outro for inferior aos preços comparáveis, no curso normal de comércio de produtos da mesma categoria quando destinados para consumo no país exportador.

A expressão "**Taxas de Exportação**", designa quaisquer impostos ou taxas de igual efeito cobrados sobre, ou ligados à exportação de bens de qualquer Estado Membro para um consignatário em qualquer outro Estado Membro.

A expressão "**Altas Partes Contratantes**", terá a mesma designação que lhe é atribuída no Artigo 1 do Tratado.

A expressão "**Taxas de Importação**", designa quaisquer impostos ou taxas de igual efeito cobrados sobre, ou ligados à importação de bens consignados de qualquer Estado Membro, para um consignatário em qualquer outro Estado Membro.

A expressão "**Estado Membro**", terá mesma designação que lhe é atribuída no Artigo 1 do Tratado.

A expressão "**Barreiras Não-Tarifárias**", designa qualquer barreira ao comércio, para além das taxas de importação e exportação.

A expressão "**Bens originários**", designa produtos de um Estado Membro, conforme a referência no Anexo I sobre Regras de Origem.

A expressão "**Restrições Quantitativas**", designa interdições ou restrições sobre importações para ou exportações de um Estado Membro, tornadas efectivas através de quotas, licenças de importação, normas de alocação de divisas ou, outras medidas e necessidades de restrição de importações ou exportações.

O termo "**Região**", terá a mesma designação que lhe é atribuído no Artigo 1 do Tratado.

A expressão "**Medidas de protecção**", designa medidas impostas de acordo com ao Artigo 19 do presente Protocolo.

O termo "**Serviços**", designa actividades intangíveis, assim como as referidas no Anexo IB do Acordo Geral da Organização Mundial de Comércio sobre Trocas Comerciais e Serviços (GATS).

A expressão "**Sub-Comité**", designa um comité de peritos criado ao abrigo de cada respectivo Anexo do presente Protocolo;

O termo "**Subsídio**", terá a mesma designação que lhe é atribuído no Acordo da Organização Mundial de Comércio sobre subsídios e Medidas Compensatórias.

A expressão "**Terceiro País**", designa um país que não seja Estado Membro.

A expressão "**ZCL**", designa Zona de Comércio Livre.

A expressão "**FNC**", designa o Fórum das Negociações sobre Comércio.

O termo "**Tratado**", designa o Tratado que cria a Comunidade para Desenvolvimento da África Austral.

A expressão "**OMC**", designa a Organização Mundial de Comércio.

Artigo 2

OBJETIVOS

Os objectivos do presente Protocolo são:

1. Fomentar a liberalização do comércio intra-regional em matéria de bens e serviços, na base de acordos comerciais justos, equilibrados e de benefício mútuo, complementados por Protocolos em outras áreas.
2. Garantir uma produção eficaz dentro da SADC, que reflecta as actuais e potenciais vantagens comparativas dos seus Membros.
3. Contribuir para o melhoramento do ambiente favorável ao investimento nacional, trans-fronteiras e estrangeiro.
4. Incrementar o desenvolvimento económico, diversificação e industrialização da Região.
5. Estabelecer uma Zona de Comércio Livre Região da SADC.

PARTE II

COMÉRCIO DE BENS

Artigo 3

ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS SOBRE O COMÉRCIO INTRA-SADC

1. O processo e as modalidades para a eliminação faseada das barreiras tarifárias e não-tarifárias serão determinados pelo Comité de Ministros de Comércio, responsáveis pela área das trocas comerciais, tomando em devida consideração os seguintes princípios:

- (a) Os acordos de comércio preferencial existentes entre os Estados Membros.
- (b) A eliminação das barreiras comerciais será alcançada dentro de um período de oito (8) anos, a contar da data de entrada em vigor do presente Protocolo.
- (c) Os Estados Membros que considerarem a possibilidade de serem ou que tenham sido afectados negativamente, pela remoção das barreiras tarifárias e não-tarifárias sobre o comércio poderão, mediante uma solicitação ao CMC, ser concedidos um período de graça de modo a lhes permitir um tempo adicional para a eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias. O CMC elaborará critérios apropriados para a consideração dos referidos pedidos.
- (d) No processo da eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias, poderão ser aplicadas diferentes linhas tarifárias dentro de um cronograma acordado para diferentes produtos.
- (e) O processo e método de eliminação das barreiras sobre o comércio intra-SADC e os critérios da selecção dos produtos para consideração especial, serão negociados dentro do contexto do Fórum de Negociações sobre Comércio.

2. O processo e as modalidades acordadas para a eliminação das barreiras sobre o comércio intra-SADC constituirão, quando adoptadas, parte integrante do presente Protocolo.

Artigo 4

ELIMINAÇÃO DAS TAXAS DE IMPORTAÇÃO

1. Deverá verificar-se uma redução faseada e uma possível eliminação das taxas de importação sobre produtos originários dos Estados Membros, de acordo com o Artigo 3 do presente Protocolo.
2. O processo deverá ser acompanhado de uma estratégia de industrialização de modo a aumentar a concorrência entre os Estados Membros.
3. O CMC adoptará sempre que necessário medidas para facilitar o ajustamento decorrente da aplicação do presente Artigo. O CMC fará de tempos a tempos a revisão das referidas medidas.

4. Em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo, os Estados Membros não deverão aumentar as taxas de importação para além das existentes na altura da entrada em vigor do presente Protocolo.
5. Nada do que está disposto no parágrafo 4 do presente Artigo será interpretado como forma de impedir a imposição de taxas internas.
6. O presente Artigo não se aplicará às taxas e outros encargos similares relacionados com os custos de quaisquer outros serviços prestados.

Artigo 5

ELIMINAÇÃO DAS TAXAS DE EXPORTAÇÃO

1. Os Estados Membros não deverão aplicar quaisquer taxas de exportação sobre bens exportados para outros Estados Membros.
2. O presente Artigo não impedirá qualquer Estado Membro de aplicar as taxas de exportação necessárias para prevenir quaisquer proibições ou restrições aplicáveis às exportações para fora da Comunidade, desde que não se atribua um tratamento menos favorável aos Estados Membros em comparação com Terceiros Países.

Artigo 6

BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS

Salvo o estipulado no presente Protocolo, os Estados Membros deverão, em relação ao comércio intra-SADC.

- (a) adoptar políticas e implementar medidas com o objectivo de eliminar todas formas existentes de barreiras não-tarifárias;
- (b) abster-se de impor quaisquer novas barreiras não-tarifárias.

Artigo 7

RESTRIÇÕES QUANTITATIVAS DE IMPORTAÇÕES

1. Os Estados Membros abster-se-ão de aplicar quaisquer novas restrições quantitativas e eliminarão gradualmente as restrições existentes sobre importações de bens originários dos Estados Membros, salvo disposição em contrário estipulada no presente Protocolo.
2. Não obstante o que dispõe do parágrafo 1 do presente Artigo, os Estados Membros poderão aplicar um sistema de quota, desde que a taxa tarifária ao abrigo do referido sistema de quota seja mais favorável do que a taxa aplicada nos termos do presente Protocolo.

Artigo 8

RESTRIÇÕES QUANTITATIVAS DE EXPORTAÇÕES

1. Os Estados Membros não deverão aplicar quaisquer restrições quantitativas sobre exportações para qualquer outro Estado Membro, salvo disposição em contrário estipulada no presente Protocolo.
2. Os Estados Membros poderão, sempre que necessário, tomar medidas para prevenir quaisquer proibições ou restrições aplicáveis às exportações para fora da Comunidade, na condição de não se atribuir um tratamento menos favorável aos Estados membros em comparação com Terceiros Países.

Artigo 9

EXCEPÇÕES GERAIS

Sujeito à condição de as medidas não serem aplicadas de forma a constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificada entre os Estados Membros, ou uma restrição camuflada sobre o comércio intra-SADC, nenhuma disposição constante dos Artigos 7 e 8 do presente Protocolo será interpretada como acto de prevenir a adopção ou aplicação de quaisquer medidas por um Estado Membro, pela:

- (a) necessidade de proteger a moral pública ou manter a ordem pública;
- (b) necessidade de proteger a vida ou saúde humana, animal ou das plantas;

- c) necessidade de garantir a observação das leis e regulamentos que sejam compatíveis com as disposições da OMC;
- (d) necessidade de proteger a propriedade intelectual, ou prevenir práticas comerciais fraudulentas;
- (e) referência à transferência de ouro, cobre, pedras preciosas e semi preciosas, incluindo metais preciosos e estratégicos;
- (f) imposição de protecção do património nacional de valor artístico, histórico ou arqueológico;
- (g) necessidade de prevenir ou aliviar grandes carências alimentares em qualquer Estado Membro exportador;
- (h) referência à conservação dos recursos naturais não renováveis e do meio ambiente; ou
- (i) necessidade de garantir a observação das obrigações, ao abrigo dos acordos internacionais.

Artigo 10

EXCEPÇÃO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA

1. Nenhuma disposição constante do presente Protocolo impedirá qualquer Estado Membro de tomar medidas que considere necessárias para a protecção dos seus interesses em matéria de segurança ou para a manutenção da paz.
2. Os Estados Membros interessados notificarão à OMC sobre quaisquer das referidas medidas.

Artigo 11

TRATAMENTO NACIONAL

Os Estados Membros garantirão, de uma forma imediata e incondicional, aos produtos comercializados dentro da Comunidade o mesmo tratamento em relação aos produtos de origem nacional no que concerne a todas, regulamentos e necessidades ligadas à sua venda local, ofertas de venda, compra, transporte, distribuição ou consumo.

PARTE II

PROCEDIMENTOS ALFANDEGÁRIOS

Artigo 12

REGRAS DE ORIGEM

Os produtos originários serão ilegíveis ao tratamento da Comunidade, em conformidade com o disposto no Anexo I do presente Protocolo.

Artigo 13

COOPERAÇÃO NA ÁREA ADUANEIRA

Os Estados Membros tomarão, ao abrigo do disposto no Anexo II do presente Protocolo, medidas apropriadas, incluindo acordos sobre a cooperação administrativa na área aduaneira, com vista a garantir a aplicação efectiva e harmonizada das disposições do presente Protocolo.

Artigo 14

FACILITAÇÃO DAS TROCAS COMERCIAIS

Os Estados Membros tomarão medidas no sentido de facilitar, simplificar e harmonizar a documentação e procedimentos comerciais, em conformidade com o disposto no Anexo III do presente Protocolo.

Artigo 15

COMÉRCIO EM TRÂNSITO

Os produtos importados para, ou exportados de um Estado Membro gozarão da liberdade de trânsito dentro da Comunidade, sendo apenas sujeitos ao pagamento de taxas normais pelos serviços prestados de acordo com o disposto no Anexo IV do presente Protocolo.

PARTE IV

LEGISLAÇÃO COMERCIAL

Artigo 16

MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS

1. Os Estados Membros basearão as suas medidas sanitárias e fitossanitárias nos padrões, directivas e recomendações internacionais, de modo a harmonizar as medidas sanitárias e fitossanitárias para a produção agrícola e pecuária.
2. Os Estados Membros farão, sempre que solicitados, consultas com o objectivo de alcançarem acordos sobre o reconhecimento da equivalência das medidas sanitárias e fitossanitárias específicas, em conformidade com o Acordo da OMC relativo a Aplicação das Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.

Artigo 17

PADRÕES E REGULAMENTOS TÉCNICOS SOBRE TROCAS COMERCIAIS

1. Cada Estado Membro usará os padrões internacionais relevantes, como base para as medidas relacionadas com os seus padrões, salvo em caso dos referidos padrões constituírem um meio ineficaz ou inapropriado para o alcance dos seus legítimos objectivos.
2. As medidas de um Estado Membro relativas à padrões compatíveis com um padrão internacional serão entendidas como não constituindo um obstáculo às trocas comerciais.
3. Sem reduzir o nível de segurança ou protecção da vida ou saúde humana, animal ou das plantas, do meio ambiente ou dos consumidores, sem prejuízo aos direitos de qualquer Estado Membro e considerando as actividades internacionais de padronização, os Estados Membros harmonizarão até ao máximo possível as suas respectivas medidas de padrões de modo a facilitar as trocas comerciais de bens e serviços dentro da Comunidade.
4. Os Estados Membros aceitarão como equivalentes os regulamentos técnicos dos outros Estados Membros, mesmo que os referidos regulamentos se apresentem diferentes dos seus, na condição de reunirem os objectivos dos seus regulamentos.

5. A pedido de um outro Estado Membro, qualquer Estado Membro procurará, através de medidas apropriadas, promover a compatibilidade de padrões específicos ou procedimentos de avaliação de conformidade existentes no seu território, com os padrões ou procedimentos de avaliação de conformidade com os existentes no território dos outros Estados Membros.

Artigo 18

MEDIDAS ANTI-DUMPING

Nada do que dispõe o presente Protocolo impedirá qualquer estado Membro de aplicar medidas contra o "dumping", que estejam em conformidade com as disposições da OMC.

Artigo 19

SUBSÍDIOS E MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO

1. Os Estados Membros abster-se-ão de conceder subsídios que possam destorcer ou ameaçar destorcer o espírito de concorrência na Região.
2. Não obstante o disposto no parágrafo 1 do presente Artigo, qualquer Estado Membro poderá continuar a aplicar subsídios, de acordo com o Artigo 3 do presente Protocolo.
3. Qualquer Estado Membro poderá, para fins de compensação dos efeitos de subsídios e, sujeito às disposições da OMC, impor direitos de compensação sobre um determinado produto de um outro Estado Membro.
4. Não obstante as disposições do parágrafo 1 do presente Artigo, qualquer Estado Membro poderá introduzir novos subsídios que estejam apenas em conformidade com as disposições da OMC.

Artigo 20

MEDIDAS DE PROTECÇÃO

1. Um Estado Membro poderá aplicar uma medida de protecção sobre um determinado produto, só se o referido Estado Membro tiver concluído que o referido produto está a ser importado para o seu território em grandes quantidades, absolutas ou relativas quando compradas com a produção local, e em tais condições que possam causar ou

ameaçar causar graves prejuízos à indústria local que produz bens similares ou bens directamente competitivos.

2. Os prejuízos considerados graves serão determinados em conformidade com o Artigo 4 do Acordo da OMC sobre Medidas de Protecção.
3. As medidas de protecção serão aplicadas sobre produtos importados independentemente da sua origem dentro da região.
4. Ao aplicar as referidas medidas, em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo, o Estado Membro dispensará o mesmo tratamento à todas importações de produtos originários.
5. Um Estado Membro poderá aplicar medidas de protecção apenas durante um período de tempo necessário para prevenir ou remediar os prejuízos considerados graves e facilitar o processo de ajustamento. Em conformidade com o Artigo 7 do Acordo da OMC sobre Medidas de Protecção, o período não deverá exceder um prazo máximo de quatro anos, salvo as autoridades competentes do Estado Membro importador tenham decidido pela necessidade da continuidade das medidas de protecção para prevenir e remediar os graves prejuízos e que exista evidências do processo de ajustamento da própria indústria.
6. Não obstante o disposto no parágrafo 5 do presente Artigo, o período máximo da vigência de uma medida de protecção será de oito anos.

Artigo 21

PROTECÇÃO DAS PEQUENAS INDÚSTRIAS

1. Não obstante o disposto no Artigo 4 do presente Protocolo, o CMC poderá a pedido de qualquer Estado Membro, autorizar um Estado Membro a suspender certas obrigações nos termos do presente Protocolo em relação aos produtos similares importados de um outro Estado Membro, como medida temporária que tenha em vista promover as pequenas indústrias, ao abrigo de obrigações previstas pela OMC.
2. Para efeitos de prevenção ou minimização do excesso de desvantagens como as que poderão resultar no desequilíbrio nas trocas comerciais, o CMC poderá impor termos e condições aos quais a referida autorização estará sujeita, ao tomar a referida decisão ao abrigo do parágrafo 1 do presente Artigo.

3. O CMC fará uma revisão regular das medidas de protecção das pequenas indústrias, aplicadas por qualquer Estado Membro nos termos do parágrafo 1 do presente Artigo.

PARTE V

QUESTÕES DE INVESTIMENTO NA ÁREA DE COMERCIO

Artigo 22

INVESTIMENTO TRANS-FRONTEIRAS

Os Estados Membros adoptarão políticas e implementarão medidas dentro da Comunidade com vista a promover um regime aberto de investimentos transfronteiras, intensificando, assim, o desenvolvimento económico, a diversificação e industrialização.

PARTE VI

OUTRAS QUESTÕES RELATIVAS AS TROCAS COMERCIAIS

Artigo 23

TROCAS COMERCIAIS NA ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Os Estados Membros reconhecem a importância do comércio na área de prestação de serviços para o desenvolvimento das economias dos países da SADC.
2. Os Estados Membros adoptarão políticas e implementarão medidas em conformidade com as suas obrigações nos termos dos Acordos Gerais sobre Comércio e Serviços (GATS) da OMC, com vista a liberalizar os seus sectores de prestação de serviços dentro da Comunidade.

Artigo 24

DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os Estados Membros adoptarão políticas e implementarão medidas dentro da Comunidade para a protecção dos direitos de propriedade intelectual, em conformidade com o Acordo da OMC sobre Aspectos Relacionados com as Trocas Comerciais no capítulo dos Direitos de Propriedade Intelectual.

Artigo 25

POLÍTICA CONCORRENCIAL

Os Estados Membros implementarão dentro da Comunidade medidas que interditem práticas comerciais desleais e promoverão a política de competição.

PARTE VII

OUTRAS DISPOSIÇÕES SUBSTANCIAIS

Artigo 26

DESENVOLVIMENTO DE TROCAS COMERCIAIS

Os Estados Membros adoptarão medidas abrangentes sobre o desenvolvimento de trocas comerciais com vista a promover o comércio dentro da Comunidade de acordo com o disposto no Anexo V do presente Protocolo.

PARTE VIII

RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE OS ESTADOS MEMBROS E COM PAÍSES TERCEIROS

Artigo 27

ACORDOS SOBRE COMÉRCIO PREFERENCIAL

1. Os Estados Membros poderão manter os acordos relativos ao comércio preferencial, bem como outros acordos relacionados com as trocas comerciais existentes na altura da entrada em vigor do presente Protocolo.
2. Os Estados Membros poderão celebrar entre eles novos acordos de comércio preferencial, desde que não sejam incompatíveis com as disposições do presente Protocolo.
3. Não obstante as disposições dos parágrafos 1 e 2 do presente Artigo, os Estados Membros que sejam para de quaisquer acordos de comércio preferencial, bem como à outros acordos de trocas comerciais, comprometem-se a rever a nova aplicação dos referidos acordos de comércio preferencial de modo a alcançarem os objectivos preconizados no presente Protocolo.

Artigo 28

CLÁUSULA DA NAÇÃO MAIS FAVORECIDA

1. Os Estados Membros acordam conceder reciprocamente o Tratamento de Nação Mais Favorecida.
2. Nenhuma disposição constante do presente Protocolo impedirá um Estado Membro de conceder ou manter acordos preferenciais com terceiros países, desde que os referidos acordos não constituam um impedimento ou façam frustrar os objectivos do presente Protocolo e que qualquer vantagem, concessão, privilégio ou poder garantido à um terceiro país, ao abrigo dos referidos acordos, seja extensiva aos outros Estados Membros.
3. Não obstante ao que dispõe o parágrafo 2 do presente Artigo, um Estado Membro não será obrigado a garantir preferências à um outro bloco comercial do qual o referido Estado Membro tenha sido membro na altura da entrada em vigor do presente Protocolo.

Artigo 29

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS COMERCIAIS

Os Estados Membros coordenarão na medida do possível as suas políticas comerciais e posições de negociações nas relações com terceiros países ou grupos de terceiros países e organizações multilaterais.

Artigo 30

COOPERAÇÃO COM TERCEIROS PAÍSES OU GRUPO DE TERCEIROS PAÍSES

Os Estados Membros poderão desenvolver cooperação, e celebrar acordos com terceiros países ou grupos de terceiros países e organizações internacionais, em conformidade com o Artigo do Tratado, de forma a permitir e acelerar o cumprimento dos objectivos do presente Protocolo.

PARTE IX

QUADRO INSTITUCIONAL E PROCEDIMENTOS DE RESOLUÇÃO DE DIFERENDOS

Artigo 31

MECANISMOS INSTITUCIONAIS

1. O mecanismo institucional para a implementação do presente Protocolo compreenderá o CMC, o Comité dos Altos Funcionários para a área do Comércio o FNC, assim como a Unidade de Coordenação Sectorial.

2. O Comité de Ministros será responsável pelos assuntos ligados ao comércio, incluindo o seguinte:

a) supervisão da implementação do presente Protocolo;

b) nomeação de peritos na área de comércio para formação de um júri para resolver diferendos que possam surgir na sequência da interpretação ou aplicação do presente Protocolo;

c) supervisão das actividades de qualquer Comité ou Sub-Comité criado ao abrigo do presente Protocolo.

3. O Comité dos Altos Funcionários deverá:

a) prestar contas ao CMC sobre questões ligadas à implementação das disposições contidas no presente Protocolo;

b) supervisionar as actividades da Unidade de Coordenação Sectorial;

c) rever os documentos preparados pela Unidade de Cooperação Sectorial a serem submetidos ao CMC;

d) coordenar estreitamente com o CMC e a Unidade de Coordenação Sectorial;

e) fiscalizar a implementação do presente Protocolo;

f) supervisionar as actividades do Fórum de Negociações sobre Trocas Comerciais.

4. O Fórum de Negociações sobre Comércio será responsável pela condução das negociações sobre trocas comerciais e prestará contas ao Comité dos Altos Funcionários. As suas funções incluirão:

- (a) revisão regular no caso de propostas a serem feitas e sempre que haja pedidos ou propostas para a remoção das barreiras não-tarifárias;
- (b) criação de capacidade de pesquisa que envolva peritos para acompanhar o impacto das medidas já implementadas, e aconselhar sobre o possível impacto das propostas em discussão;
- (c) o estabelecimento de uma ligação entre questões de liberalização do comércio e a coordenação da política industrial, bem como outras áreas de cooperação sectorial; e
- (d) o estabelecimento de um mecanismo regional para a redução faseando e possível eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias sobre as trocas comerciais entre os Estados Membros.

5. A Unidade de Coordenação Sectorial terá como responsabilidade as seguintes funções:

- a) coordenar as actividades rotineiras da implementação do presente Protocolo;
- b) prestar assistência técnica e administrativa ao CMC, Comité dos Altos Funcionários e ao FNC;
- c) prestar assistência aos Comités subsidiários, Sub-Comités e painéis criados para a implementação do presente Protocolo;
- d) coordenar estreitamente com o sector privado;
- e) identificar as necessidades e prioridades de pesquisa na área do comércio.

Artigo 32

RESOLUÇÃO DE DIFERENDOS

1. Os Estados Membros envidarão esforços no sentido de acordar na interpretação e aplicação do presente Protocolo, e tudo farão para chegar a um acordo mutuamente satisfatório, através de cooperação e consultas.
2. A resolução de qualquer diferendo entre os Estados Membros implicará, sempre que possível, a remoção de qualquer medida contrária às disposições do presente Protocolo ou cause a nulidade ou invalidade da referida disposição.
3. Na ausência de resolução nos termos do disposto no parágrafo 2 do presente Artigo, o Estado Membro afectado poderá retirar a concessão equivalente.
4. Na ausência de um acordo, os Estados Membros poderão recorrer à um júri de peritos na área de comércio.
5. A nomeação, composição, os poderes e funções do referido júri composto por peritos da área de comércio serão determinados pelo CMC.
6. Como último recurso, os diferendos relacionados com a interpretação e aplicação do presente Protocolo serão resolvidos em conformidade com Artigo 32 do Tratado.

Artigo 33

COMPROMISSOS GERAIS

1. Os Estados Membros tomarão todas as medidas apropriadas no sentido de garantir o cumprimento das obrigações estipuladas no presente Protocolo.
2. Os Estados Membros cooperarão na solução de quaisquer impedimentos ao comércio dentro da região da SADC que possam surgir como resultado de qualquer acção ou omissão por parte de qualquer Estado Membro sobre aspectos que tenham um impacto material nas referidas trocas comerciais e que não estejam cobertas no presente Protocolo.
3. Na ausência de um acordo entre os Estados Membros sobre a existência e obstáculos ao comércio dentro da região da SADC, os Estados Membros poderão recorrer às disposições do Artigo 32 do presente Protocolo.

Artigo 34

EMENDAS

Qualquer emenda ao presente Protocolo será submetida aos procedimentos no Artigo 36 do Tratado.

Artigo 35

ASSINATURA

O presente Protocolo será assinado pelas Altas Partes Contratantes.

Artigo 36

RATIFICAÇÃO

O presente Protocolo será ratificado pelos Estados Membros de acordo com os seus procedimentos constitucionais.

Artigo 37

ENTRADA EM VIGOR

O presente Protocolo entrará em vigor trinta (30) dias após o depósito dos instrumentos de ratificação por dois terços dos Estados Membros.

Artigo 38

ADESÃO

O presente Protocolo permanecerá aberto e à ele poderá aderir qualquer Estado Membro.

Artigo 39

DEPOSITÁRIO


1. Os textos originais do presente Protocolo, bem como de todos Instrumentos de Ratificação ou Adesão serão depositados junto do Secretário Executivo da SADC, que fornecerá cópias autenticadas à todos os Estados Membros.
2. O Secretário Executivo da SADC notificará aos Estados Membros das datas em que os Instrumentos de Ratificação e Adesão terão sido depositados.
3. O Secretário Executivo registará o presente Protocolo junto das Nações Unidas, Organização de Unidade Africana e de outras Organizações conforme a decisão do Conselho.


EM TESTEMUNHO DO QUE SE DISSE, Nós, os Chefes de Estados ou de Governo ou representantes dos Estados Membros da SADC devidamente autorizados, assinámos o presente Protocolo.

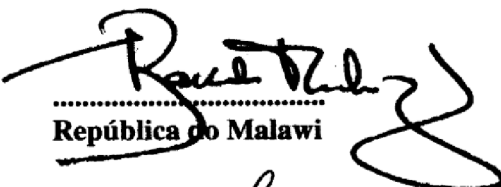
FEITO em Maseru aos 24 de Agosto de 1996, em dois (2) textos originais em língua Inglesa e em língua Portuguesa, fazendo ambos textos igual fé.


.....
República da Africa do Sul


.....
República de Angola


.....
República do Botswana


.....
Reino do Lesotho

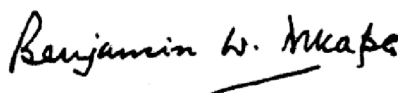

.....
República do Malawi


.....
República das Maurícias

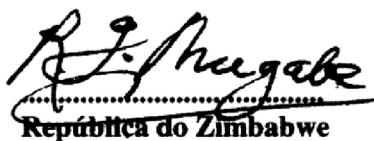

.....
República de Moçambique


.....
República da Namíbia


.....
Reino da Swazilândia


.....
República Unida da
Tanzania


.....
República da Zâmbia


.....
República do Zimbabwe

ANEXO I

REGRAS DE ORIGEM PARA PRODUTOS COMERCIALIZADOS ENTRE OS ESTADOS MEMBROS DA COMUNIDADE PARA DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL

PREÂMBULO

As Altas Partes Contratantes,

CIENTES do compromisso que assumiram de estabelecer progressivamente uma comunidade para desenvolvimento dentro da qual os direitos aduaneiros e outros encargos de efeito equivalente impostos às importações serão gradualmente reduzidos e eventualmente eliminados, as barreiras não tarifárias ao comércio entre os Estados Membros serão eliminadas e todos os documentos e procedimentos de comércio serão harmonizados;

E TENDO EM CONSIDERAÇÃO as disposições deste Protocolo que requerem que as Regras de Origem para os produtos que serão elegíveis para tratamento comunitário virão em anexo a este Protocolo;

ACORDARAM no seguinte:

REGRA I

DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO

1. Definições

Custo à porta da fábrica: é o valor do total de insumos necessários para a produção de um determinado produto;

Materiais: significa matérias-primas, produtos semiacabados, ingredientes, peças e componentes utilizados na produção de bens;

Processo de Produção: inclui a aplicação de qualquer operação ou processo de fabrico, com exceção de qualquer das operações ou processos previstos na Regra 3 do presente Anexo;

Produtor: inclui empresas mineiras, fabris ou agrícolas ou qualquer agricultor ou artesão individual que produza ou forneça produtos para exportação;

Valor Acrescentado : é a diferença entre o custo à porta da fábrica do produto acabado e o valor CIF dos materiais que forem importados de países fora dos Estados Membros e utilizados na produção.

2. Interpretação

- a) Na determinação do local de produção produtos e mercadorias provenientes do mar, rio ou lago em relação a um Estado Membro, o navio de um Estado Membro será considerado como parte integrante do território desse Estado Membro. Na determinação

do local de origem, os produtos provenientes do mar, rio ou lago e as mercadorias a partir deles produzidas deverão ser consideradas como originárias no território de um Estado Membro se tiverem sido transportadas num barco desse Estado Membro e sido enviadas diretamente para o território do Estado Membro.

- b)** Para efeitos do presente Anexo, um navio será considerado como sendo de um Estado Membro se estiver registado num Estado Membro e satisfizer uma das seguintes condições:
 - (i)** Navegar sob bandeira de um Estado Membro;
 - (ii)** Pelo menos 75 por cento dos oficiais e tripulantes serem cidadãos de um Estado Membro;
 - (iii)** No mínimo o controle maioritário e participação social respeitantes ao navio pertençam a cidadãos de um Estado Membro ou instituição, agência, empresa ou corporação do governo do referido Estado Membro.
- c)** A energia eléctrica, o combustível, a maquinaria e ferramenta industrial utilizadas na produção de bens serão sempre consideradas como totalmente produzidas dentro da Comunidade, para efeitos da determinação da origem das mercadorias.

REGRA II

CRITÉRIOS DE ORIGEM

- 1.** As mercadorias deverão aceites como originárias de um Estado Membro se forem consignados diretamente de um Estado Membro para um destinatário noutro Estado Membro e:
 - a)** tenham sido totalmente produzidas de acordo com o disposto na Regra 4 do presente Anexo; ou
 - b)** tenham sido produzidos nos Estados Membros total ou parcialmente a partir de materiais importados de fora dos Estados Membros ou de origem indeterminada por um processo de produção que resulte numa transformação substancial desses materiais de tal modo que:
 - (i)** O valor CIF desses materiais não exceda 60 por cento do custo total dos materiais utilizados na produção das mercadorias, ou;
 - (ii)** O valor acrescentado resultante do processo de produção corresponda no mínimo a 35 por cento do custo dos bens à porta da fábrica; ou
 - c)** Se tenha verificado uma mudança na posição pautal de um produto resultante de um processamento levado a cabo sobre os materiais não originários.
- 2.** Para efeitos da alínea c) do parágrafo 1, a lista acordada relativa aos processamentos que se requer que sejam levados a cabo em materiais não originários para que o produto

manufacturado possa obter o estatuto de originário, será, uma vez adoptada, considerada parte integrante do Anexo sobre Regras de Origem.

3. Para efeitos da subalínea (i) da alínea b) do parágrafo 1, o valor CIF não incluirá o frete a partir do último porto marítimo até ao destino final dos bens.
4. Não obstante as disposições das alíneas (b) e (c) do parágrafo 1 desta Regra, o CMC poderá alterar as percentagens exigidas, e estabelecer as condições para a alteração de posição pautal como um critério de origem, usando como base as disposições da Convenção de Lomé IV.

5. Tratamento Cumulativo

- a) Para efeitos de implementação deste Anexo, os Estados Membros serão considerados como um território único.
- b) Para efeitos de determinação da origem de um produto acabado, as matérias primas ou os produtos semiacabados originários de qualquer dos Estados Membros de acordo com as disposições do presente Anexo, e que se sujeitarem a operações de complemento de fabrico ou transformação em um ou mais Estados Membros serão considerados como sendo originários do Estado Membro em que tenha ocorrido o seu processamento ou fabricação final”.

REGRA III

PROCESSOS QUE NÃO CONFEREM ORIGEM

Não obstante o disposto na alínea (b) do parágrafo 1 da Regra 2 do presente Anexo, as seguintes operações e processos serão consideradas como insuficientes para suportar a pretensão de que as mercadorias sejam originárias de um Estado Membro:

1. Embalagem, Empacotamento e Outras Formas de Preparação ou Processamento para Transporte e para Venda:
 - a) Embalagem, reembalagem, empacotamento para venda a retalho incluindo engarrafamento, acondicionamentos em frascos, sacos, estojos, grades e caixas, e todas as outras operações simples de embalagem;
 - b) Mudanças de embalagem e fraccionamento ou consolidação de remessas;
 - c) Operações destinadas a assegurar a conservação da mercadoria em boas condições durante o seu transporte e armazenagem, tais como, ventilação, aspersão, secagem, congelação, dissolução, remoção de partes deterioradas e operações similares. Inclui igualmente o carregamento, descarregamento ou quaisquer outras operações necessárias para a manutenção da mercadoria em boas condições.
2. Mera Diluição, Loteamento e Outros Tipos de Mistura:
 - a) A simples mistura de ingredientes importados de fora dos Estados Membros;

- b)** A mera diluição com água ou outra substância que não altere materialmente as características do material;
- c)** A adição de substâncias como antiaglutinantes, preservantes, agentes humedecedores, etc.;
- d)** A diluição de substâncias químicas com ingredientes inertes de forma a adquirirem o nível de concentração padronizado;
- e)** Para efeitos da presente secção, a mera diluição não será interpretada como incluindo:
 - (i)** Quer a mistura de duas substâncias medicinais a granel, seguidos de empacotamento do produto misturado em doses individuais para venda a retalho.
 - (ii)** Quer a adição de água ou outra substância a um composto químico sob pressão de que resulte numa reação susceptível de criar um novo composto químico.

3. Simples Montagem ou Operações de Combinação;

4. Outras Pequenas Operações:

- a)** operações ornamentais ou de acabamentos associadas à produção de produtos têxteis destinados a aumentar a atracção comercial ou facilitar a comercialização do produto, como por exemplo o simples tingimento e estampagem manuais, aplicação de bordados e guarnições, pregueamento e aplicação de ponto aberto, lavagem à pedra ou ácida, engomagem permanente ou aplicação de franjas e borlas.
- b)** desmantelamento ou desmontagem.
- c)** reparações e alterações, lavagem simples ou a seco ou esterilização.
- d)** aplicação de preservantes ou camadas decorativas, incluindo lubrificantes, cápsula protectora, tinta preservante ou decorativa ou revestimento metalizado.
- e)** ensaio, ordenamento ou classificação.
- f)** etiquetagem, rotulagem ou aposição de quaisquer outros sinais distintivos nos produtos ou nas suas embalagens.
- g)** simples operações consistindo na extração de pó, peneira ou escolha, ordenamento, classificação e seleção, incluindo a composição de sortidos de mercadoria, a lubrificação, lavagem, pintura e corte.

5. Diversos:

- a)** Qualquer processamento em relação ao qual possa ser demonstrado, com base preponderantemente em provas, que o seu único objectivo seria o de contornar as presentes Regras.
- b)** Para efeitos desta disposição, qualquer outra operação singular acima descrita não constituirá automaticamente um impedimento à classificação de origem se estiver associada a qualquer outra operação acima mencionada tais como ensaio ou

fabricação. No processo de decisão sobre concessão do estatuto de origem, a autoridade competente determinará se das operações consideradas no seu todo resulta uma transformação substancial do produto, isto significando que das operações terá resultado um novo e diferente artigo com um novo nome, características e utilização.

REGRA IV

MERCADORIAS TOTALMENTE PRODUZIDAS NOS ESTADOS MEMBROS

Para efeitos da alínea (a) do parágrafo 1 da Regra 2 deste Anexo, os produtos a seguir indicados enquadram-se entre os que serão considerados como totalmente produzidos nos Estados Membros:

- a) Produtos minerais extraídos do solo ou do leito marinho dos Estados Membros;
- b) Produtos vegetais colhidos nos Estados Membros;
- c) Animais vivos nascidos e criados nos Estados Membros;
- d) Produtos obtidos a partir de animais vivos nos Estados Membros;
- e) Produtos obtidos no mar, rios e lagos dos Estados Membros por um navio pertencente a um Estado Membro;
- f) Produtos produzidos numa fábrica de um Estado Membro exclusivamente obtidos dentro dos Estados Membros;
- g) Artigos usados, servindo apenas para a recuperação de materiais, desde que os referidos artigos tenham sido obtidos exclusivamente de utilizadores dentro dos Estados Membros;
- h) Sucata e desperdícios resultantes das operações fabris dentro dos Estados Membros;
- i) Mercadorias produzidas no interior dos Estados Membros resultantes exclusiva ou principalmente de uma ou de duas das seguintes fontes:
 - (i) Produtos referidos nas alíneas (a) a (h) da presente Regra;
 - (ii) Materiais que não contenham nenhum componente importado de fora dos Estados Membros ou de origem indeterminada.

REGRA V

APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DA PERCENTAGEM DE MATERIAIS IMPORTADOS E DO VALOR ACRESCENTADO

Para efeitos das alíneas (a) e (b) do parágrafo 1 da Regra 2 do presente Anexo:

- a) qualquer material que satisfaça as condições especificadas na alínea (a) do parágrafo 1 da Regra 2 deste Anexo será considerado como não contendo nenhum elemento importado de fora dos Estados Membros;
- b) o valor de quaisquer materiais que possam ser identificados como tendo sido importados de fora dos Estados Membros, será o valor CIF aceite pelas autoridades aduaneiras no despacho para consumo interno, ou importação temporária na altura da ultima importação, para o Estado Membro onde os materiais foram utilizados num processo de produção, deduzido de quaisquer custos de transporte em trânsito através de outros Estados Membros;
- c) se o valor de quaisquer materiais importados de fora dos Estados Membros não puder ser determinado nos termos previstos na alínea (b) desta Regra, o seu valor será o preço mais recente pago por esses materiais no Estado Membro em que os mesmos tenham sido usados no processo de produção; e
- d) se a origem de quaisquer materiais não puder ser determinada, esses materiais serão considerados como tendo sido importados de fora dos Estados Membros e o seu valor será o preço mais recente pago por esses materiais no Estado Membro em que tenham sido utilizados no processo de produção.

REGRA VI

UNIDADE DE QUALIFICAÇÃO

- 1. Cada componente de uma remessa será considerado separadamente;
- 2. Não obstante o disposto no parágrafo 1 desta Regra:
 - a) Onde a Nomenclatura da Organização Mundial das Alfândegas especifica que um grupo, conjunto ou sortido de artigos será classificado numa única posição pautal, tal grupo, conjunto ou sortido de artigos será tratado como um único artigo;
 - b) As ferramentas, peças e acessórios que sejam importadas com um artigo e que estejam incluídas no preço desse artigo ou não sejam facturados separadamente, serão considerados como constituindo um todo com o artigo, desde que façam parte do equipamento normal incluído na venda de artigos do género;
 - c) não obstante as disposições das alíneas (a) e (b) deste parágrafo, as mercadorias serão consideradas como um só artigo quando consideradas como tal para efeitos de determinação dos direitos aduaneiros relativos a artigos similares pelo Estado Membro importador.
- 3. Um artigo não montado ou desmontado que for importado em mais do que uma remessa por não ser viável a importação em uma única remessa por razões ligados ao transporte ou à produção, será considerado como um único artigo.

REGRA VII

SEPARAÇÃO DE MATERIAIS

1. Para os produtos ou para as indústrias em que seja impraticável a separação física, pelos produtores, de materiais de carácter semelhante mas de origem diferentes utilizados produção do produto, tal separação poderá ser substituída por um sistema de contabilidade apropriado que assegure que não sejam consideradas como originárias dos Estados Membros mais mercadorias do que teria sido o caso se o produtor tivesse sido capaz de separar fisicamente os materiais.

Qualquer sistema de contabilidade desse género deverá obedecer às condições a serem acordadas pelo CMC de modo a assegurar a aplicação de medidas de controle adequadas.

REGRA VIII

TRATAMENTO DE MISTURAS

1. No caso das misturas, desde que não se trate de grupos, conjuntos ou sortidos de mercadorias descritos na Regra 6 deste Anexo, um Estado Membro pode recusar-se a aceitar como originário de outro Estado Membro qualquer produto que resulte de uma mistura mercadorias que possam ser consideradas como originárias dum Estado membro, com as que o não possam ser, se as características do produto na generalidade não forem essencialmente diferentes das características das mercadorias que tenham sido misturadas.
2. Para determinados produtos em relação aos quais o CMC reconheça ser recomendável autorizar a mistura do tipo descrito no parágrafo 1 da presente Regra, tais produtos são aceites como originários dos Estados Membros em relação à parte dos mesmos que se comprove corresponder à quantidade de mercadorias originárias dos Estados Membros usadas na mistura, sujeito às condições acordadas pelo CMC

REGRA IX

TRATAMENTO DE EMBALAGENS

1. Quando, para efeitos de determinação dos direitos aduaneiros, um Estado Membro trate a mercadoria separadamente da sua embalagem, o referido Estado Membro poderá igualmente e em relação às importações de um outro Estado Membro, determinar separadamente a origem de tal embalagem.
2. No caso de não ser aplicável o parágrafo 1 da presente Regra, a embalagem será considerada como formando um todo com a mercadoria e nenhuma parte de qualquer embalagem necessária para o seu transporte ou armazenagem será considerada como tendo sido importada de fora dos Estados Membros ao determinar-se a origem das mercadorias no seu conjunto.

3. Para efeitos do parágrafo 2 da presente Regra, a embalagem com mercadorias que normalmente são vendidas a retalho não será considerada como embalagem necessária para o transporte ou armazenagem de mercadorias.
4. Os contentores puramente destinados ao transporte e armazenagem temporária de mercadorias e que devem ser devolvidas, não estarão sujeitos ao pagamento dos direitos aduaneiros ou outras taxas de efeito equivalente. Nos casos em que os contentores não sejam devolvíveis, os mesmos serão tratados separadamente da mercadoria neles contida e estarão sujeitos à cobrança de direitos aduaneiros e outros encargos de efeito equivalente.

REGRA X

DOCUMENTAÇÃO COMPROVATIVA

1. A afirmação de que as mercadorias devem ser aceites como originárias de um Estado Membro nos termos das disposições do presente Anexo será fundamentada por um certificado emitido pelo exportador ou seu representante autorizado, na forma prescrita no Apêndice I do presente Anexo. O certificado será autenticado com o carimbo da autoridade designada para o efeito por cada Estado Membro.
2. Quando o produtor de determinado produto não seja o seu exportador, deverá, em relação as mercadorias destinadas a exportação, fornecer ao exportador uma declaração por escrito, em conformidade com o Apêndice II do presente Anexo a atestar que as mercadorias são originárias do Estado Membro, ao abrigo das disposições da Regra 2 do presente Anexo.
3. A autoridade competente designada por um Estado Membro importador poderá, em casos excepcionais, e não obstante a apresentação de um certificado emitido nos termos da presente Regra, exigir, em caso de duvidas, mais elementos comprovativos da declaração contida no referido certificado. Os Estados Membros, através das autoridades competentes, prestarão assistência mútua no processo. A verificação adicional será feita dentro dos três meses após a submissão do pedido pela autoridade competente designada pelo Estado Membro importador. O impresso a ser usado para o efeito consta do Apêndice III do presente Anexo.
4. O Estado Membro importador não deve impedir o seu importador de levantar a mercadoria com base, exclusivamente da exigência de comprovantes adicionais, podendo, contudo, exigir garantia dos direitos ou outras imposições monetárias. Todavia, o levantamento da mercadoria mediante garantia não será aplicável a casos em que a referida mercadoria esteja sujeita a qualquer interdição.
5. As cópias dos certificados de origem, bem como todos os outros documentos comprovativos serão conservados pelas autoridades competentes dos Estados Membros por um prazo de, pelo menos, cinco anos.
6. Todos os Estados Membros depositarão junto do Secretariado os nomes de entidades e serviços autorizados a emitir os certificados exigidos nos termos do presente Anexo, espécime de assinaturas dos funcionários autorizados a assinar os certificados e a

impressão dos carimbos oficiais a serem usados para o efeito, devendo o Secretariado transmitir os mesmos aos Estados Membros.

REGRA XI

INFRACÇÕES E SANÇÕES

1. Os Estados Membros comprometem-se a introduzir, onde não exista, legislação que estabeleça, conforme se mostre necessário, sanções contra indivíduos que nos seus territórios, forneçam ou fomentem o fornecimento de documentos materialmente falsos, em particular quando emitidos para comprovar uma declaração feita num outro Estado Membro.
2. Qualquer Estado Membro ao qual seja submetida uma declaração falsa relativa à origem de mercadorias, deverá imediatamente notificar o Estado Membro exportador de onde a mesma foi feita, de modo a que as medidas apropriadas sejam tomadas e um relatório seja produzido e remetido em tempo razoável ao Estado Membro afectado.
3. O Estado Membro que, de acordo com o disposto no parágrafo 2 desta Regra, tenha chamado a atenção dum Estado Membro exportador para uma declaração falsa, se for de opinião que não foram tomadas medidas satisfatórias por parte do Estado Membro exportador, remeterá o assunto ao CMC que deverá tomar medidas apropriadas nos termos do disposto no Artigo 32 deste Protocolo.
4. Violações contínuas, por um Estado Membro, ao estipulado neste Anexo, devem ser reportados ao CMC que deverá as tomar medidas apropriadas de acordo com o previsto no Artigo 32 deste Protocolo.

REGRA XII

DERROGAÇÕES

1. Não obstante as disposições constantes das Regras 2 e 3 do presente Anexo, o CMC poderá conceder derrogações quando o desenvolvimento das indústrias existentes ou a criação de novas indústrias assim o justifiquem.
2. Os Estados Membros da SADC interessados submeterão ao CMC o pedido de derrogação para as indústrias existentes ou novas indústrias.
3. O Estado Membro solicitante deverá fornecer toda a informação possível sobre as razões do referido pedido, com vista a facilitar a análise, pelo CMC, do pedido de derrogação.
4. O CMC deverá responder ao pedido de cada Estado Membro, que esteja devidamente fundamentado e em conformidade com a presente Regra, desde que não cause graves prejuízos a qualquer indústria estabelecida dentro da SADC.

5. O CMC tomará as medidas necessárias no sentido de garantir que a decisão seja tomada com a maior rapidez possível e, em quaisquer circunstâncias, dentro de um prazo máximo de 90 dias úteis após a receção do pedido.
6. A derrogação permanecerá válida por um prazo específico que será determinado pelo CMC.

REGRA XIII

REGULAMENTOS

O CMC adoptará regulamentos com vista a facilitar a implementação do presente Anexo.